

# CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

REVISTA PIBIC 2022





**Ciências Sociais e Aplicadas**

**REPRESENTAÇÃO DA FORMA E SUAS RELAÇÕES COM A CRIAÇÃO PROJETUAL**

**Luciana Nemer e Philipe Cantreva**

**TCA / TAR / GARF**

## **INTRODUÇÃO**

Buscando desenvolver e atualizar continuamente o acervo concebido até o presente momento pelo GARF, o último ano se deu de modo a elevar os estudos a um novo patamar prático e construir uma análise ambiciosa sobre o Ensino de Arquitetura no Rio de Janeiro. Com embasamento em artigos, livros e demais materiais já estudados e publicados pelo grupo, foi objetivada a compreensão do pensamento crítico pedagógico e o estabelecimento de um comparativo dentro do processo de educação projetual no cenário público superior de Arquitetura e Urbanismo do Estado. A pesquisa realizada levantou material capaz de proporcionar uma análise real dos prós e contras do impacto gerado pelas novas tecnologias na construção do indivíduo como arquiteto, ou seja, como cada Instituição de Ensino Superior (IES) alia tecnologias à idealização da formação de discentes no curso de Arquitetura e Urbanismo. Além disso, é possível ressaltar o vínculo existente entre as metodologias tradicionais de produção projetual às metodologias modernas, através de um embasamento realizado tanto na percepção *in loco* quanto na dos estudantes e docentes de cada instituição. Não obstante, estabelecido o principal viés analítico do ano de vigência da

pesquisa, outras atividades foram realizadas em concomitância, como: a reativação do laboratório após o período pandêmico, o auxílio nas reuniões de organização do livro e digitação do mesmo, uma sequência de palestras em aulas do primeiro período da EAU/UFF, submissão de artigos e a realização de cursos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A discussão primordial para a pesquisa foi fundamentada na inquietação resultado dos últimos três anos de estudos realizados pelo GARF, ou seja, a sucessiva abordagem acerca da relação projetual no meio acadêmico culminou no anseio de expandir e ultrapassar os limites físicos e imateriais da Escola de Arquitetura e Urbanismo de modo a alcançar novos lugares e desafios. A dialética estabelecida entre as mais diversas realidades e singularidades pertinentes a cada Instituição de Ensino Superior Pública – IFF, UERJ, UFF, UFRJ e UFRRJ – agregou não apenas em conteúdo para os dados registrados pela análise proposta, mas também possibilitou a aproximação entre as entidades. A quebra de barreiras, que a intensidade do cotidiano impõe sutilmente, acaba por segregar a pluralidade do cenário de ensino público de arquitetura e urbanismo ao invés de uni-lo. Além disso, como um fator principal, as visitas permitiram levar a

inquietação do grupo para esses locais e acentuar a vontade de continuar o envolvimento com a temática abordada: tecnologia e ensino. Não obstante, o envolvimento de diversos indivíduos: professores (as), estudantes, coordenadores (as), pesquisadores (as), técnicos (as) na pesquisa colaborou para a disseminação e interesse no assunto.

Consequente, dada a constatação do contexto e da realidade do ensino de Arquitetura e Urbanismo, se evidenciou – através dos dados registrados – pontos positivos, negativos, de avanço e de comparação entre uma conjuntura macro que foi estabelecida; onde o foco se deu de modo a ressaltar a possibilidade de uma evolução significativa para a EAU/UFF. Como resultado se obteve uma fonte de consulta para o entendimento de erros e acertos no processo de avanço científico de cada entidade; além de viabilizar uma rede de contato entre os (as) docentes que se encontram à frente da coordenação e direção dos cursos de arquitetura e urbanismo.



Figura 1 – Instituto Federal Fluminense – Fonte: CANTREVA, 2022



Figura 2 – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Fonte: CANTREVA, 2022



Figura 3 – Universidade Federal Fluminense – Fonte: CANTREVA, 2022



Figura 4 – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Fonte: CANTREVA, 2022



Figura 5 – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Fonte: CANTREVA, 2022



## CONCLUSÕES

A abrangência e o potencial que os temas trabalhados e discutidos possuem é evidente, preenchem a lacuna final do longo projeto idealizado pelo bolsista e pela orientadora e abre novos caminhos a serem explorados na continuidade do grupo de pesquisa. A aceitação pela docência da EAU/UFF se mostrou positiva e o anseio pela presença desse estudo em meios acadêmico-científicos se demonstra extremamente pertinente.

Em suma, a constatação da falta de equipamentos na EAU é um ponto a se observar com atenção, mas que ainda se demonstra reversível se for traçado um plano com ímpeto pela mudança.

Em acréscimo, as demais atividades elaboradas (publicações e palestras) de forma conjunta ao principal estudo proposto, colaboraram para manter a diversidade de frentes temáticas abordadas pelo GARF e que singularmente se complementam.

A relevância da pesquisa e do laboratório para a UFF é significativa, visto que possibilita a atualização dos modos de ensino, possibilidades de produção e inserção dos alunos e professores em um setor em ascensão no mercado. Entretanto, acaba por não se limitar a questão local, uma vez que ao compartilhar seus resultados em comitês científicos oferece a chance de outros lugares terem o uso desta análise para suas próprias inquietações.

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são principalmente direcionados a professora orientadora, Luciana Nemer, uma vez que sem sua vasta experiência e perseverança não seria possível o pleno desenvolvimento da pesquisa e atividades realizadas no GARF. Em seguida, a participação dos docentes responsáveis pela coordenação e direção dos cursos de Arquitetura de cada Instituição de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro, sem a presença desses não seria possível a realização do estudo em sua totalidade. Aos discentes e demais profissionais que somaram ao conteúdo durante processo de análise realizada. Além disso, os devidos reconhecimentos ao PIBIC por viabilizar a permanência do bolsista na construção de todo o processo de estudo aqui citado.





## **Ciências Sociais Aplicadas**

### **LUTAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES QUILOMBOLAS: APONTAMENTOS PRELIMINARES DE PESQUISA-AÇÃO**

Maria Raimunda Penha Soares (UFF/Rio das Ostras)  
Hayda Alves (UFF/ Rio das Ostras)  
Rute Ramos da Silva Costa (UFRJ/Macaé)  
Thamires Meirelles (Pós-graduanda UFRJ)  
Marcelle Santos (Bolsista /UFF)

Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras/Instituto de  
Humanidades e Saúde/ NEAB

#### **INTRODUÇÃO:**

Os territórios quilombolas tem sofrido nos últimos anos um aprofundamento da violência e violação de direitos. Configuram-se como espaços de lutas e resistências, onde persistem práticas de manutenção de memórias ancestrais, modos de produção não predatórios e modos de vida em diálogo com a natureza ao lado da ausência de políticas públicas e do descaso do Estado para com seus habitantes. São nestes contextos que se erguem vozes e corpos de mulheres quilombolas insurgentes, que lutam pela sobrevivência, contra o extermínio, por políticas públicas e pela permanência nos territórios.

Este resumo traz apontamentos preliminares da pesquisa, em curso, “Práticas insurgentes coletivas: lutas, resistências e organização de mulheres em territórios quilombolas”, vinculada ao NEAB – Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiro, do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras/UFF. A pesquisa em questão investiga, a partir da memória individual e coletiva, práticas cotidianas que conformam as lutas, resistências

e organização de mulheres quilombolas. Metodologicamente encontra-se ancorada na dialética entre consciência e memória proposta por Lélia González (2018) e reconhece que há, nesta proposição uma contribuição metodológica para se apreender dinâmicas de organização de sujeitos em territórios e movimentos que têm se insurgido, resistido e lutado contra processos de opressão e exploração advindos da colonização capitalista moderna e reatualizados a partir de práticas capitalistas contemporâneas que se alimentam do racismo, sexismo e apropriação do trabalho explorado. A pesquisa de campo está sendo desenvolvida no Quilombo Machadinho, no Estado do Rio de Janeiro, a partir de metodologias de pesquisa-ação participativa.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Como uma etapa inicial da pesquisa buscamos interagir, conhecer, escutar e aprender com práticas insurgentes de mulheres quilombolas, do passado e contemporâneas. Entender como foram fundamentais para a sobrevivência e resistência dos quilombos e como, na contemporaneidade, tecem as tramas

da resistência no e pelo território (SOARES, 2020). Estas práticas, são múltiplas e a maioria não cabe apenas no que é considerada como prática feminista. Portanto, entendemos que para apreendê-las precisamos descolonizar nossa perspectiva epistêmica de análise, sem deixarmos de ser críticas e radicais, mas sem enquadramentos empobrecedores do real e castradores de potencialidades reais de resistência. Portanto, a construção da pesquisa se deu inicialmente por meio de um estudo prévio e exploratório tanto da produção contemporânea de conhecimento sobre os quilombos como o acesso a dados e informações levantados e sistematizados sobre e por mulheres quilombolas. Esta etapa consistiu em estudos, levantamentos e idas ao Quilombo Machadinho. Além desta primeira etapa foi realizado um grupo de estudos que contou com a participação de mulheres de todo o Brasil e das pesquisadoras envolvidas no projeto.

Além das etapas anteriores de estudos e observação participante no Quilombo, já iniciamos as entrevistas com lideranças quilombolas do Quilombo Machadinho e de outros estados: do Nordeste, do Norte e do Sudeste. As entrevistas foram realizadas com lideranças locais e nacionais. Após as entrevistas, que estão em curso, realizaremos a análise das mesmas.

Como resultado destas etapas iniciais da pesquisa temos a sistematização de artigos e capítulos de livros já publicados, além da participação em eventos nacionais e internacionais.

## **CONCLUSÕES:**

Esta pesquisa é resultado de uma inserção de mais de 10 anos em territórios quilombolas, via pesquisa e extensão e de aprofundamentos de estudos sobre os quilombos no Brasil, sua história, resistência e lutas. Durante estes mais de dez anos, algumas formas de chegar aos quilombos, dialogar, escutar, foram reformuladas, abandonadas, ressignificadas e uma perspectiva dialógica, de valorização dos sujeitos, da troca de saberes e da escuta qualificada foi emergindo, confluindo para o que entendemos está proposto no que Lélia González (2018) chama de dialética entre consciência e memória. Apesar de já termos realizado densa leitura e discussão categorial, termos ido a campo e usarmos o recurso metodológico de observação participante, serão as entrevistas com lideranças quilombolas e as rodas de conversas com mulheres quilombolas nos territórios que nos fornecerão elementos para construção de uma análise que evidencia a luta, resistência e organização de mulheres quilombolas. Estas etapas estão sendo construídas junto aos territórios e articuladas as atividades dos mesmos com atividades de outros projetos, de pesquisa e extensão, que colaboramos e o objetivo é que as mulheres quilombolas participantes da pesquisa também contribuam nos resultados que serão sistematizados.

## **REFERÊNCIAS**

GONZALEZ, Lélia. Sexismo e racismo da cultura Brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera*

*para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. *Diáspora Africana*, 2018. p. 190-214.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Quilombos e lutas pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 272-298, 2020b.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos ao CNPq pelo incentivo à pesquisa através de concessão de bolsa de Iniciação Científica PIBIC 2022/2023.





**Grande área do conhecimento: Ciências sociais aplicadas /  
Ciência da Informação**

**Título do Projeto: ENRIQUECIMENTO SEMÂNTICO DE  
IMAGEM BIOMÉDICA: PROPOSTA PARA CONSTRUÇÃO DE  
MODELO**

**Autores: Mayara Leticia de Jesus Andrade Goes**

**Professora Dr<sup>a</sup> Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza**

**Departamento de Ciência da informação - GCI / Instituto de Arte e**

**Comunicação Social - IACS / Universidade Federal Fluminense - UFF**

### **INTRODUÇÃO:**

O projeto teve como objetivo investigar na literatura internacional em Ciência da Informação, princípios a serem adotados no enriquecimento semântico de imagens biomédicas, com a finalidade de construção de piloto para estabelecimento de relações semânticas aplicado a conjunto de imagens e lâminas histopatológicas.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Critérios de busca adotados: semantic annotation AND medical images AND ontology; histopathological slides AND semantic enrichment AND ontology; histopathological slides AND semantic annotation AND ontology; medical images AND semantic enrichment AND ontology; biomedical images AND semantic enrichment AND ontology. Foram recuperados 4.064 artigos, sendo selecionados 444. Após eliminarmos duplicatas/artigos não disponíveis, chegamos a 315 artigos que foram analisados para verificarmos a relação com o tema da pesquisa.

Observamos grande número artigos que focam em ontologias aplicadas à área biomédica, bem como o empenho da área em ampliar as mesmas. Notou-se que a mineração de dados

vem sendo um tema debatido na área biomédica. O contexto da web semântica vem sendo abordado de forma discreta, mas com potencial de desenvolvimento. Durante a análise, observamos que as tecnologias semânticas dificilmente abordam imagens histopatológicas ou outros tipos de imagens biomédicas. Os 315 artigos analisados representam 129 periódicos, sendo 7 de Ciência da Informação: International Journal on Digital Libraries, El Profesional de La Información, Journal of Documentation, Library Resources & Technical Services, Em Questão, Journal of Information Science e Knowledge Organization, que apresentam 12 artigos sobre a temática.

Periódicos que apresentaram artigos na temática: Journal of Biomedical Semantics (54 artigos), BMC Bioinformatics (36 artigos) e Scientific Reports (12 artigos), totalizando 102. O escopo do Journal of Biomedical Semantics se relaciona ao enriquecimento semântico na área biomédica.

Ao analisarmos os 129 periódicos com base no Qualis Periódicos oferecido pela Plataforma Sucupira<sup>1</sup>, verificamos que as áreas de

---

<sup>1</sup> Disponível em;



avaliação mais representativas foram: 45 (35%) periódicos classificados na área Interdisciplinar; 10 (7,8%) em Ciência da Computação; 8 (6,3%) em Biotecnologia; 8 (6,3%) em Medicina I; 4 (3%) em Comunicação e Informação.

Os seguintes artigos se relacionam com o tema: Splendiani et al (2011); Gladun e Rogushina (2012); Burdescu et al (2013); Zin et (2018); Belkhatir (2011); Abu et al (2013); Korenblum et al (2011); Kurtz et al (2014); Abu-Shareha e Ali (2019).

Ontologias especializadas na área de biomedicina são continuamente produzidas e/ou atualizadas. Ao utilizarmos ontologias nas práticas de web semântica objetivamos promover a interoperabilidade nos sistemas de recuperação e organização do conhecimento, de modo a promover a descoberta de conhecimento.

#### **CONCLUSÕES:**

As tecnologias semânticas, como vocabulários e ontologias, quando aplicadas aos objetos informacionais permitem a organização, representação e recuperação de informação e de conhecimento e possibilitam o encurtamento do ciclo de pesquisa e produção de conhecimento nas áreas em que são aplicadas.

Conforme levantamento realizado e tendo em vista a pouca expressividade de aplicação/experimentos no uso de tecnologias semânticas na área biomédica, percebe-se o potencial de uso e exploração destas tecnologias na área.

Observamos a dificuldade em localizar itens sobre web semântica aplicada a imagens biomédicas. Na nossa análise, fizemos o

exercício de associar temas correlatos para abranger outros estudos relacionados a imagens biomédicas em geral, auxiliando no desenvolvimento do estudo em fase posterior.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos à UFF, ao CNPQ pela disponibilização da bolsa e aos professores envolvidos que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa.

#### **REFERÊNCIAS:**

- ABU, A. et al. Semantic representation of monogenic haptoral Bar image annotation. **BMC Bioinformatics**, vol. 14, no. 1, 12 Feb. 2013. DOI: [doi.org/10.1186/1471-2105-14-48](https://doi.org/10.1186/1471-2105-14-48)
- ABU-SHAREHA, A. A. ALI; A. Visual Domain Ontology Using OWL Lite for Semantic Image Processing. **TEM Journal** v.8.2 (2019): p.372-82. DOI: [doi.org/10.18421/TEM82-08](https://doi.org/10.18421/TEM82-08), May 2019.
- BELKHATIR; M. A three-level architecture for bridging the image semantic gap. **Multimedia Systems** v.17, p.135–148 (2011). [doi.org/10.1007/s00530-010-0207-8](https://doi.org/10.1007/s00530-010-0207-8)
- BURDESCU, Dumitru Dan, MIHAI; C. G. STANESCU; L. BREZOVAN; M. Automatic Image Annotation and Semantic Based Image Retrieval for Medical Domain. **Neurocomputing** (Amsterdam) v.109 (2013) p.33-48. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.neucom.2012.07.030>
- KORENBUM; D. et al. Managing Biomedical Image Metadata for Search and Retrieval of Similar Images. **J Digit Imaging** v.24, p.739–748 (2011). DOI: [doi.org/10.1007/s10278-010-9328-z](https://doi.org/10.1007/s10278-010-9328-z),
- KURTZ, C. et al. On Combining Image-based and Ontological Semantic Dissimilarities for Medical Image Retrieval Applications. **Medical Image Analysis**. v.18. n.7 (2014): p.1082-100. doi: <https://doi.org/10.1016/j.media.2014.06.009>
- SPLENDIANI, A. et al. (2011). Biomedical semantics in the Semantic Web. **Journal of Biomedical Semantics** v.2, n.S1. doi: [doi.org/10.1186/2041-1480-2-S1-S1](https://doi.org/10.1186/2041-1480-2-S1-S1)
- ZIN; N. A. M. et al. Content-Based Image Retrieval in Medical Domain: A Review. **Journal of Physics**. Conference Series 1019.1 (2018): 12044. Web. [doi.org/10.1088/1742-6596/1019/1/012044](https://doi.org/10.1088/1742-6596/1019/1/012044)



**Ciências Sociais Aplicadas**

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: UMA ANÁLISE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**Monique Rodrigues Nascimento; Juliana Thimóteo Nazareno Mendes;**

**Departamento de Serviço Social de Campos/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/ Núcleo de Pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas**

**INTRODUÇÃO:**

O trabalho visa analisar os serviços ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) e pela Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ), no âmbito da Proteção Social Especial, para crianças e adolescentes, em Campos dos Goytacazes. Foram analisados os dados dos Relatórios Anuais de Gestão da FMIJ, relatórios do Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Serviços de Acolhimento Institucional e o Relatório Técnico sobre o atendimento de crianças e adolescentes nos serviços da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, todos referentes aos anos de 2018 a 2021, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e ampliação do sistema de proteção social especial voltado para as crianças e os adolescentes.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Crianças e adolescentes vivenciam violações de direitos de formas diferentes, sobretudo se

pertencentes às famílias da classe trabalhadora. Consideramos que as violações estão ligadas ao modo de produção capitalista que favorece o acúmulo de riqueza por parte do capital e a distribuição desigual da riqueza produzida socialmente. Também devem ser apreendidas considerando as relações de gênero, etnia, etc., tendo em vista que juntas favorecem o agravamento das violações.

Na Política de Assistência Social, a proteção especial de média e alta complexidade visa atender os que estão em situação de grave risco pessoal e social ou que tiveram seus direitos violados. No município, esta proteção é ofertada pelos Creas (I,II,III) e pela Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ) por meio dos serviços socioassistenciais, apresentados a seguir. É importante destacar que outras instituições também contribuem para a proteção social especial, por meio de parcerias com o poder público, mas que não é o foco deste estudo.

No Programa e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (Paefi) durante o período analisado foram realizados 964 atendimentos de crianças e adolescentes, sendo 48,7% crianças

e adolescentes vítimas de negligência ou abandono, 28,2% vítimas de abuso sexual, 16,2% vítimas de violência intrafamiliar, 4,7% em situação de trabalho infantil e 2,2% em outras situações. O perfil predominante foi o do sexo masculino (53,5%) e a faixa etária com maior incidência foi de 0 a 12 anos de idade (42,5%). Os dados indicaram que os violadores foram as mães (29%), os pais (12,5%) e os padrastos (5%). Conclui-se que as situações de violência tendem a ser vivenciadas dentro da própria casa.

No Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), o objetivo é atuar na prevenção contra o trabalho infantil. Nos anos de 2020 a 2021, foram acompanhadas 136 crianças e adolescentes, sendo 18,3% entre 0 e 6 anos de idade; 15,4% entre 7 e 11 anos e 63,2% entre 12 e 17 anos. A maioria era do sexo masculino (78%). 82,3% eram pretos e pardos e 71% pertencentes a grupos familiares com renda de até R\$178,00 de per capita. As crianças e adolescentes estavam na condição de ambulantes (17,6%), vinculados ao tráfico de drogas (16,1%), em situação de rua (7,3%), ou em outras formas de trabalho (8,7%).

O Serviço de Medida Socioeducativa, nos anos analisados, recebeu 1.074 encaminhamentos de adolescentes, mas efetivamente cumpriram a medida, 87%. A maioria era do sexo masculino (84%), 96,6% tinham entre 15 e 18 anos. 72% eram pretos e pardos e 35% oriundos de famílias com renda per capita de R\$178,00.

O Programa FortaleSer de enfrentamento a violência e abuso sexual, teve como usuários 69% do sexo feminino e 31% do sexo masculino. Do grupo feminino, 56% eram

adolescentes e do grupo masculino, 71% crianças, havendo uma diferença de gênero, se relacionado à idade.

O Serviço de Acolhimento Institucional atendeu anualmente, em média, 151 crianças e adolescentes, sendo o maior número na faixa etária de 12 a 17 anos e o menor, na faixa de 0 a 3 anos. Entre as principais causas dos acolhimentos estavam, a negligência (34,7%), abandono (9,8%) e em razão da conduta (8,5%).

Por fim, o Programa Um Lar para Mim, que consiste em um auxílio adoção, teve em média, duas novas inclusões por ano.

## **CONCLUSÕES:**

Durante o período analisado, o único programa da Proteção Social Especial de média complexidade, que permaneceu em funcionamento foram o Paefi, o FortaleSer e o de Medida Socioeducativa. A FMIJ ofereceu outros serviços, mas foram interrompidos para serem readequados ou porque deixaram de ser uma prioridade da gestão. Na alta complexidade permaneceu o acolhimento institucional e Um Lar Para Mim, ambos executados pela FMIJ.

Os dados mostram a importância da FMIJ, enquanto uma instituição pública que atua na promoção e garantia dos direitos, inclusive sendo a única a oferecer serviços de alta complexidade. No entanto, carece avançar em suas ações, para atender a demanda que, de acordo com os relatórios, não vem sendo absorvida, como também produzir informações sobre o perfil do público atendido. Além disso, se faz necessário maior investimento em

infraestrutura e em recursos humanos, que já eram insuficientes e foram reduzidos durante o período da pandemia da Covid-19.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro FAPERJ; Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS).



Imagem 1: Imagem PIBIC



**Ciências Sociais Aplicadas**

**O IMPACTO DA FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM  
SANEAMENTO BÁSICO SOBRE A POBREZA MENSTRUAL E  
MULHERES E MENINAS**

**Camila de Freitas Carneiro da Silva / Érica Tavares**

**Departamento de Ciências Sociais – COC / Núcleo de  
Pesquisas e Estudos Socioambientais – NESA**

**INTRODUÇÃO:**

O presente trabalho trata acerca do problema da pobreza menstrual e sua relação com a falta de acesso a direitos humanos como a políticas públicas em saneamento básico, estudo que é recente. A pesquisa de vincula a um projeto mais amplo sobre “Dinâmica socioambiental e capacidade institucional dos municípios do norte fluminense na provisão de serviços coletivos”. Para este estudo específico de caráter exploratório utiliza-se como estratégias metodológicas: levantamento bibliográfico e análise de dados secundários, buscando autores das ciências humanas, sociais, do meio ambiente, e autoras cientistas que estudam mulheres e política. Conceitos como o de universalização (MORETTI, FERRARA 2019) e neoliberalização (QUINTSLR; WERNER 2021) se tornam essenciais para essa análise, assim como o de injustiça socioambiental de (ACSELRAD 2009). Os dados sobre a população afetada e as políticas públicas também são relevantes para situar o fenômeno em questão. O objetivo é trazer reflexões para o campo de estudo e contribuições para a formulação de políticas públicas futuras.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Os processos de neoliberalização, segundo Quintslr e Werner (2021), transformam direitos básicos em mercadoria e apresentam a privatização de serviços como uma de suas dimensões, o que afeta e dificulta as tentativas de universalização com equidade de acesso, que segundo Moretti e Ferrara (2019).

A presente pesquisa pretende investigar como a restrição dos direitos humanos associada à falta de políticas públicas em saneamento básico afeta a população, em especial mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade social, e como se relacionam com a pobreza menstrual, um fenômeno multifatorial. Além dos aspectos sociais, econômicos e políticos, também existem questões geográficas e de injustiças ambientais que, segundo Acsehrad (2009), se referem à desigual distribuição dos riscos ambientais.

De acordo com Silva (2021), cerca de 60 milhões de meninas e mulheres estão em idade menstrual (30% da população total), porém o acesso a serviços de água e esgoto que permitam a correta gestão da menstruação ainda é um grande desafio. Essas questões



trazem inúmeras consequências sociais e econômicas para essas meninas e mulheres, como dificuldades de acesso à escola e atividades geradoras de renda no período menstrual, e as mais afetadas com essas condições de pobreza são mulheres e meninas negras e de baixa renda representando uma média de 60% do total de pessoas do sexo feminino nessas condições.

Autoras feministas abordam esse tema a partir de uma análise política-feminista. As condições biológicas de meninas e mulheres afetam a inserção no mercado de trabalho e o acesso à educação.



Imagem 1: Retratos da vulnerabilidade social e falta de saneamento básico



Imagem 2: Retratos da falta de distribuição de água



Imagem 3: Retratos da falta de políticas públicas em esgotamento sanitário e coleta de lixo

Essas questões são muito bem apresentadas na obra da LERNER (2019) uma autora feminista que explica como o patriarcado opera nas instituições e como utiliza o sexo e aspectos

biológicos das mulheres e meninas como justificativa e ferramenta de opressão para que estas segundo LERNER (2019) estejam condenadas pela eternidade a servir à espécie por meio de sua biologia. Sendo assim, considera-se urgente devolver a dignidade para essa população.

### **CONCLUSÕES:**

Podemos concluir que as questões que envolvem o saneamento básico e a pobreza menstrual são multifatoriais, passam pela neoliberalização do mundo atual e pela dificuldade em universalizar tais serviços, principalmente para meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade e pobreza menstrual.

Por isso se torna importante discutir os mecanismos estruturais de opressão, como o patriarcado, que mantém essas desigualdades entre homens e mulheres.

### **AGRADECIMENTOS:**

Queria agradecer a toda organização do evento e principalmente à Profa. Dra. Érica Tavares que tem me orientado nesse trabalho e me ajudado a enfrentar as dificuldades desse processo.

### **REFERÊNCIAS:**

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 5. p. 49-60, jun. 2002.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

LERNER, G. A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens. 1. ed. São Paulo: Cultrix Editora, 2019.

MORETTI, R. S.; FERRARA. L. L. A universalização do saneamento e suas relações com a pobreza, a desigualdade e a precariedade urbana no Brasil. Ondas. Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento. 05 ago. 2010. Disponível em: Acesso em: 19 jun. de 2022

QUINTSLR, S.; WERNER, D. Rodadas de neoliberalização e saneamento básico no Brasil: o caso da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE). In: BRANDÃO, C. A.; WERNER, D.; OLIVEIRA, F. L. P. Socioeconomia fluminense: políticas públicas em tempos de crise. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 335-364, 2021.

SILVA, P. N. ONDAS-Privaqua. 2021. Pobreza menstrual e a privatização dos serviços de água e esgoto” 20 de Out. de 2021. Disponível em: <<https://ondasbrasil.org/pobreza-menstrual-e-a-privatizacao-dos-servicos-de-agua-e-esgoto/>> Acesso em: 19 de Jun. de 2022



**Ciências Sociais Aplicadas**

**ENTRE A PRESERVAÇÃO E A RENOVAÇÃO NA CIDADE  
CONTEMPORÂNEA: DINÂMICAS DA ÁREA CENTRAL  
CARIOCA**

**Carolina Barbieri Reis (Bolsista PIBIC-PD/UFF),**

**Guilherme Meirelles M. de Mattos (Orientador**

**PIBIC-PD/UFF e Pós-Doutorando PPGAU/UFF), Andréa**

**da Rosa Sampaio (Supervisora de Pós-Doutorado)**

**TAR e PPGAU – Escola de Arquitetura e Urbanismo**

**INTRODUÇÃO:**

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa pós-doutoral “Entre a Preservação e a Renovação Urbana: A Dimensão Urbanística da Salvaguarda do Patrimônio Cultural na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro”, desenvolvida no PPGAU/UFF, e contemplada desde 2020 com bolsa PIBIC-PD/UFF para apoio a pós-doutorandos. A pesquisa investiga o papel dos órgãos de tutela patrimonial e dos agentes da renovação urbana na estruturação da forma contemporânea da Área Central Carioca, fundamentada na compreensão desta cidade como resultado do acúmulo de processos históricos, dentre eles a sucessão de projetos urbanísticos e as ações de salvaguarda. Destacam-se os efeitos da proteção patrimonial na forma urbana, analisando a interferência destas nos projetos urbanísticos vigentes, alterando as idealizações de futuro da cidade, assim como das proteções motivadas pela ameaça das propostas renovadoras.

A investigação articula-se ao projeto da supervisora de pós-doutorado, intitulado “Atlas

do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro”. Em ambas as pesquisas, o SIG (Sistema de Informação Geográfica) é adotado como ferramenta na compreensão da trajetória urbanística e de patrimonialização da cidade. Como um produto integrado das pesquisas, destaca-se o aplicativo web “AtlasRio” <<http://atlasrio.maps.arcgis.com>>, que registra em mapa, bens tombados e áreas de preservação, sobre bases cartográficas e projetos urbanísticos históricos. Como produtos da bolsa PIBIC-PD/UFF, desenvolveram-se narrativas interativas com apoio dos *StoryMaps* do ArcGIS Online, aplicativos web capazes de articular mapas dinâmicos e modelagens volumétricas interativas a sínteses textuais, com objetivo de ilustrar casos exemplares dos embates entre a preservação e a renovação na Área Central Carioca,

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Dando continuidade ao trabalho da vigência anterior, foram desenvolvidas de narrativas em *StoryMaps* do ArcGIS Online sobre o projeto da Av. Presidente Vargas e as ações de salvaguarda de seu entorno. Esse estudo de

caso foi selecionado devido aos conflitos gerados com a abertura da avenida no início da déc. de 1940, juntamente com as ações de preservação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN, criado em 1937. O órgão de tutela iniciou o tombamento de bens na cidade do Rio de Janeiro em 1938, mesmo ano em que o projeto da avenida foi aprovado, sem contemplar as proteções já realizadas pelo SPHAN.

A primeira parte do trabalho da bolsista PIBIC-PD consistiu na produção de modelagens volumétricas digitais de edificações relevantes ao longo da Av. Pres. Vargas, através do software SketchUp, para serem inseridas em modelos do conjunto urbano desenvolvidos em SIG, de modo a ilustrar os efeitos dos projetos renovadores e também das ações de preservação na estruturação da cidade. Foram modelados pela bolsista: bens tombados pelos órgãos de tutela, bens ameaçados pelo projeto da avenida e também bens demolidos (Fig.1). As modelagens do conjunto urbano registram a forma urbana existente e as propostas projetuais para a Av. Pres Vargas em várias décadas, produzidas com base em análise de registros iconográficos históricos e contemporâneos, fotografias aéreas e plantas cadastrais históricas disponíveis no aplicativo AtlasRio. (Fig. 2)

Este material foi incorporado aos *StoryMaps* elaborados no ArcGIS Online, articulando textos sínteses dos diálogos entre a preservação e a renovação urbana na Av. Pres. Vargas. O orientador foi responsável por redigir as

narrativas, enquanto a bolsista PIBIC-PD foi encarregada de reunir e posicionar essas informações no *StoryMap*, juntamente com imagens históricas, bases cartográficas, e material interativo desenvolvido no ArcGIS, como mapas dinâmicos e modelagens volumétricas (Fig. 3).

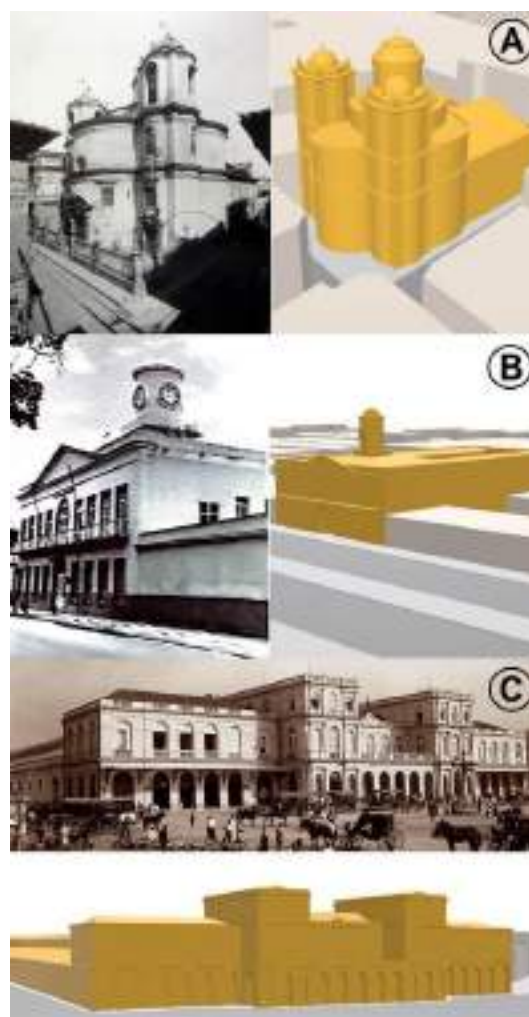


Figura 1: Fotografias históricas de edificações relevantes, e suas modelagens 3D.

A - Igreja de São Pedro dos Clérigos, tombada pelo SPHAN, e posteriormente destombada e demolida para a construção da Av. Pres. Vargas.

B - Fábrica de Gás do Aterrado, bem sem proteção na época da abertura da Avenida, somente tombado na década de 1980.

C – Estação Pedro II, na década de 1930, bem demolido e substituído por um novo projeto no mesmo período de abertura da Avenida.

Nessas narrativas, foi apresentado o processo de construção da Av. Pres. Vargas desde seus antecedentes, no séc. XIX, até o período contemporâneo, destacando seus distintos projetos urbanos, por vezes inconclusos, em um total de seis narrativas cronológicas. Pontua-se o papel da salvaguarda na composição urbana, sinalizando que a cidade não é constituída somente pelos projetos renovadores, mas também pelas ações de preservação com suas propostas de futuro para a cidade. O *StoryMap* está disponível para consulta no aplicativo do AtlasRio ou pelo link <<https://arcg.is/umWPM>>.

### CONCLUSÕES:

Esse estudo de transformações possibilita o entendimento da cidade contemporânea através de análises de processos ocorridos no passado de modo a perceber o porquê da forma urbana atual. Muitas das situações problemáticas na Av. Pres. Vargas, como seus vazios urbanos, são oriundos dos projetos analisados, que nunca se concretizaram por completo. Essa compreensão histórica é necessária quando são discutidas intervenções urbanísticas para o futuro. A relevância de compreender o diálogo entre preservar, modificar, renovar, reconhecendo o potencial qualificador do patrimônio cultural como um legado a ser garantido para as próximas gerações é fundamental a fim de construir uma cidade que possa ser experienciada da melhor forma em toda sua existência.

### AGRADECIMENTOS:

Agradeço os profs. orientadores Guilherme Meirelles e Andréa Sampaio, e também à UFF que possibilita a pesquisa e proporciona aos acadêmicos um profundo desenvolvimento informativo e pessoal para a vida inteira.

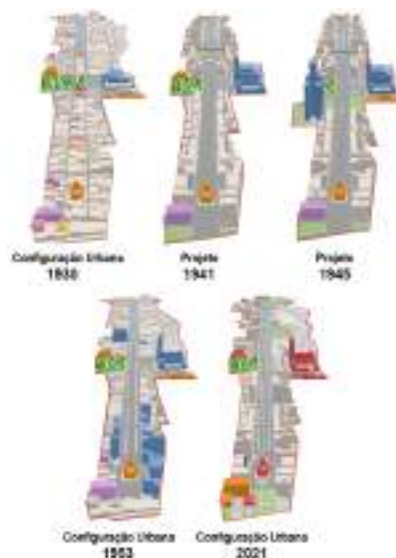


Figura 2. Modelagens das configurações existentes e proposições urbanas da Av. Pres. Vargas.



Figura 3. StoryMap O projeto da Av. Pres. Vargas e as ações de salvaguarda de seu entorno, com seus mapas dinâmicos e modelagens interativas.





**Ciências Sociais Aplicadas**

**ARQUIVO, CIDADE E FAMÍLIA: O ARQUIVO DA FAMÍLIA PRECHT-MESQUITA COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI (RJ)**

**Isabella Costa Janson Ney (Bolsista PDPA), Ana Célia Rodrigues (Orientadora) e Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias (Co-orientadora)**

**Departamento de Ciência da Informação/Curso de Arquivologia/IACS/Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística**

**INTRODUÇÃO:**

Esta pesquisa vincula-se ao projeto de pós-doutorado intitulado "Arquivo, Cidade e Família: O arquivo da família Precht-Mesquita como patrimônio documental do município de Niterói (RJ)", da Profa. Dra. Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias, no PPGCI/UFF. Como objeto, pretende-se realizar o estudo teórico e aplicado sobre o arquivo de família como um campo específico dos arquivos privados de interesse público no contexto das políticas de preservação do patrimônio documental e da história local. Busca aprofundar os estudos sobre a relação Arquivo, Cidade e Família, a fim de fundamentar o programa a ser criado no Arquivo Público Municipal de Niterói sobre arquivos de famílias. Dessa forma, procura-se estudar a gênese de um conjunto documental, o seu tratamento técnico, e os usos da tipologia documental do arquivo de família, tomando como estudo de caso uma família originária do município de Niterói e sua relação com a escrita da história local. Trata-se de recorte temático do Projeto de Pesquisa PDPA 4408, "Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e

transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense", coordenado pela Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues (Departamento de Ciência da Informação) e Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (Departamento de História), e atende especificamente à meta M2.P1, que é "definir a linha de acervo do Arquivo Municipal de Niterói".

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A discussão teórica proposta por esta pesquisa parte do pressuposto de que muitas instituições arquivísticas abrigam e trabalham com arquivos privados, porém são ainda raras as experiências com arquivos de família, cabendo este estudo estabelecer a distinção entre ambos e responder: O que são arquivos de família? Qual o interesse que esses documentos mantêm para os usuários? São questões que permeiam o debate no campo da pesquisa sobre arquivos de família como objeto em si, ainda pouco tratados no âmbito das políticas arquivísticas, sobretudo nas municipais. Ana Maria da Costa Macedo (2018) define arquivo de família como "um conjunto de documentos organizados de

uma forma natural, ao longo das gerações, pelos elementos da família no desempenho das suas funções, públicas e privadas, e dos cargos exercidos”. Segundo Olga Gallego (2017) o arquivo de família compreende o conjunto de documentos orgânicos elaborados ao longo de gerações que envolvem determinada família, enquanto os arquivos pessoais remetem as individualidades que, por determinado motivo, se destacam da respectiva família. Como resultados, apresentam-se os instrumentos de identificação arquivística. A investigação sobre os produtores e acumuladores dos documentos do arquivo permitiu identificar os “guardiões da memória” - categoria proposta para referirmos àqueles indivíduos encarregados de preservar a história e a memória familiar, ora por motivos afetivos, ora por consciência da importância histórica de tais documentos e relatos. Além da pesquisa genealógica, a elaboração de um questionário para a identificação da tipologia documental consistiu em uma importante ferramenta utilizada para o reconhecimento desses “guardiões da memória”, permitindo o exame de quem são os responsáveis pela guarda dos documentos, quais seriam esses documentos e quem estaria disposto a compartilhar relatos e as memórias da família. A análise dos assuntos presentes nos documentos identificados possibilitou a discussão da relação Arquivo, Cidade e Família, eixo central desta pesquisa. Para este fim, foram elaboradas as linhas do tempo da família Precht-Mesquita e da história da cidade de Niterói, além do desenvolvimento da série “Álbum da família Precht-Mesquita”, com fotografias de família. Outro produto consistiu na

elaboração da cartografia urbana da família Precht-Mesquita no município, a partir do estudo dos locais ocupados pela família no mapa da cidade, como residências, trabalho, estudo e o seu cotidiano no espaço urbano.

### **CONCLUSÕES:**

Pelas considerações acima expostas, esta pesquisa insere-se, portanto, no campo interdisciplinar da história com a arquivologia, entre a lógica arquivística e a lógica historiográfica na abordagem dos documentos de arquivo. Espera-se, com esse estudo, contribuir para uma melhor reflexão sobre a pertinência da metodologia da identificação arquivística aplicada aos arquivos de família e os usos de documentos privados para a memória social, bem como valorizar as trajetórias individuais como um patrimônio importante para a história dos municípios, em suas dimensões sociais, culturais, e políticas.

### **AGRADECIMENTOS:**

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora Dra. Cláudia Mesquita, por toda a dedicação e ensinamentos ao longo de toda a pesquisa. À Dra. Ana Célia Rodrigues e Dra. Maria Ana Quaglino, pelo auxílio e pelas ideias compartilhadas. À Prefeitura de Niterói e à Universidade Federal Fluminense, pelo financiamento do projeto através do Programa PDPA. E, finalmente, à minha família e aos meus amigos, por todo amor e carinho.





## **CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**TÍTULO DO PROJETO: O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS À GESTÃO LOCAL**

**AUTORES: RAÍSSA DO NASCIMENTO FERREIRA (BOLSISTA IC-FAPERJ); MÔNICA DE CASTRO MAIA SENNA (ORIENTADORA); ESTER BENEVIDES DE LIMA (ALUNA GRADUAÇÃO); ALESSANDRA BESSIMO BARRETO E**

**BRENDA LUANDA COSTA (MESTRANDAS EM POLÍTICA SOCIAL)**

**DEPARTAMENTO/UNIDADE/LABORATÓRIO: DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL NITERÓI/ PPS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL/ NAP – NÚCLEO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS**

### **INTRODUÇÃO:**

Esse trabalho é um dos produtos da pesquisa de iniciação científica financiada pela FAPERJ, cujo objetivo geral é analisar o processo de incorporação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social. Busca identificar avanços e entraves à garantia de proteção social a idosos e pessoas com deficiência. No presente trabalho, optou-se pelo recorte centrado no exame das alterações que vêm ocorrendo no desenho e fluxos do BPC. Compreende-se que tais alterações têm impacto direto na forma de os municípios conduzirem as ações dirigidas aos beneficiários. Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica nos repositórios Scielo e Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, com os descritores “benefício de prestação continuada”, “BPC” e assistência social; b) análise documental das legislações e

normativas sobre o BPC, disponíveis no site do Ministério da Cidadania, além de consultas a matérias divulgadas pela mídia. O estudo contou também com informações trazidas por especialistas sobre a temática no Ciclo de Debates sobre o BPC promovido pelo projeto. A análise realizada considerou três eixos centrais: a concepção de família; o critério de renda para acesso ao benefício e o conceito de deficiência.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O BPC é um benefício da política de assistência social, de natureza individual e intransferível, no valor de um salário mínimo mensal, dirigido a idosos e pessoas com deficiência extremamente pobres. É o único benefício da assistência social previsto na Constituição Federal de 1988 e representa uma inovação no padrão clássico de proteção social no Brasil. Implementado a partir de 1996, o BPC tem proporcionado a

incorporação de segmentos sociais antes excluídos ou com grandes dificuldades de acesso ao circuito de proteção social pública, contribuindo para redução da pobreza e das desigualdades de renda no país (OSORIO et al., 2011; JACCOUD et al., 2017). Mas o BPC tem sido alvo de intensas disputas, que resultam em alterações que ora o aproximam da concepção de direitos, ora reduzem sua capacidade de promover a proteção social dos segmentos a que se dirige. Embora individual, o BPC se assenta em uma dada concepção de família como condição para acessar o benefício, ao estabelecer a renda familiar per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo como um dos critérios de concessão. Tal concepção desconsidera diferentes tipos de arranjos familiares, inclusive aqueles reconhecidos pelo CadÚnico ao qual os requerentes do BPC devem estar cadastrados. O critério de renda tem sido o predominante na elegibilidade ao benefício. Além de extremamente baixo, desconsidera as necessidades e a condição social de potenciais beneficiários, ainda mais se vistas as múltiplas vulnerabilidades associadas ao envelhecimento e à deficiência (MEDEIROS; DINIZ, 2004). Quanto à definição de deficiência, verificam-se avanços como o alargamento dessa definição com a Lei Brasileira de Inclusão, a adoção da Classificação Internacional de Funcionalidade na perícia médica e a introdução da avaliação social. No entanto, alterações recentes introduzidas nos fluxos de acesso ao BPC comprometem a avaliação social, pois se o critério renda não for cumprido, o requerente sequer chega a fazer esta avaliação, o que

reforça a centralidade da renda como critério para acesso ao BPC.

### **CONCLUSÕES:**

Apesar de altamente focalizado, o BPC experimentou potencial inclusivo ao longo de sua trajetória, mas essa tendência tem sido revertida com o aprofundamento do neoliberalismo articulado à adoção de uma pauta extremamente conservadora, com implicações em termos de regressão do sistema de proteção social brasileiro previsto.

### **REFERÊNCIAS:**

- JACCOUD, Luciana et al. O Benefício de Prestação Continuada na reforma da Previdência: contribuições para o debate. **Texto para Discussão, n. 2301**. Brasília: Ipea, 2017.
- MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Débora. A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento. **Texto para Discussão, n. 1040**. Brasília: Ipea, 2004.
- OSORIO, Rafael et al. Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009. **Texto para Discussão, n. 1647**. Brasília: Ipea, 2011.

### **AGRADECIMENTOS:**

À FAPERJ e à UFF pelo apoio financeiro em forma de bolsa de iniciação científica.







**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto: IMAGEM COMO FONTE DE PESQUISA: CONCEITOS, METODOLOGIAS, DIREITOS E ÉTICA**

**Autores:** Luisa Almeida de Mello e Karla Estelita Godoy (orientadora)

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Turismo /FTH / Laboratório de Pesquisa, Produção e Análise da Imagem.

### **INTRODUÇÃO:**

Os estudos da imagem envolvem diversas áreas do conhecimento e, cada vez mais, assumem perspectivas interdisciplinares. Temas de interesse social e científico adotam a imagem como fonte de pesquisa, cujas referências variam dos gêneros imagéticos mais tradicionais ao universo de imagens publicizadas nos meios de comunicação e difundidas ou geradas nos ambientes virtuais e digitais do ciberespaço. Com a ampla disseminação das imagens na contemporaneidade, atrelada ao momento pandêmico vivido – que limitou as pesquisas de campo presenciais, recorrendo-se, assim, ao ciberespaço –, alguns métodos se tornam privilegiados nas investigações acadêmicas, entre os quais aqueles que se concentram nas análises da imagem e suas interações com as linguagens verbal e não-verbal. Assim, o presente projeto de pesquisa, vinculado ao L'Image (Laboratório de Pesquisa, Produção e Análise da Imagem), visou ao aprofundamento conceitual da imagem como expressão da cultura humana e como mensagem visual, ao estudo das metodologias de análise da imagem como meios para a pesquisa científica, e ao debate crítico que tais pesquisas suscitam,

quanto às dimensões legais, simbólicas e éticas. Para tanto, o projeto realizou pesquisa de conteúdo em literatura de referência, produziu levantamento e descrição das metodologias de análise da imagem, identificou critérios relacionados aos direitos de uso da imagem e abordou aspectos simbólicos e éticos que envolvem pesquisas com imagens nas Ciências Sociais e Humanas.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Quanto à etapa inicial do projeto, destacam-se dois autores: JOLY, Martine e AUMONT, Jacques. Em seguida, pesquisou-se nas bases Web of Science, Scopus, Scielo, Spell, Google Acadêmico, Academia.edu e Research Gate. A seleção inicial encontrou dois artigos acadêmicos de grande relevância para o projeto, um deles voltado para a área do Direito, apresentando dimensões legais e interdisciplinaridade desejável quanto ao uso da imagem para a pesquisa científica. Em segunda seleção, sete artigos acadêmicos. Na atividade que se destina à distinção e à descrição das metodologias, contou-se, também, com o material produzido pelo L'Image, decorrente das oficinas de metodologias de análise da imagem. O segundo material de referência foi o “Estudo bibliométrico sobre o uso de metodologias de

análise da imagem em pesquisas da área de Turismo e Cultura”, artigo que auxiliou na busca exploratória de caráter teórico-conceitual sobre os tipos e os principais fundamentos das metodologias apresentadas em trabalhos acadêmicos. As principais metodologias encontradas foram: Semiótica, Análise de conteúdo, Foto-Elicitação, Antropologia Visual, Fotogrametria, VEP, Photovoice, Iconologia, Modelo de Echtner e Ritchie, Mapa Perceptual, Modelo de Baloglu e McCleary, Interpretação Fotográfica, Documentação Fotográfica, Iconografia, ZMET. Foram coletados cerca de 12 documentos oficiais, entre leis e instruções de serviço. Estão divididos em: as formas de aplicação das leis para práticas educacionais no Brasil; artigos da Constituição Federal e artigos do Código Civil. Alguns dos temas são: os limites do direito à imagem; direito de ordem jurídica; modelo de autorização para uso de imagem em pesquisas; proteção de imagens; conteúdo de imagens; tipos de autorizações; violação do direito de imagem, entre outros. O material foi dividido em 5 temas: Direito à imagem, Leis, Instrução de serviço, Violação ao direito da imagem, Tipos de direitos autorais de imagem. Outros documentos: licenças da Creative Commons; o modelo de termo de cessão de direitos para uso de imagem e de voz para fins educacionais redigido pelo Ministério da Educação, mais especificamente para Instituto Federal do Espírito Santo; a lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; o artigo 5o, inciso X da Constituição Federal, que inseriu o direito de imagem no rol dos direitos e garantias fundamentais, prevendo indenização para o caso de sua violação; e o Código Civil de 2002.

Além disso, foram selecionados 3 artigos científicos nas bases Scielo, Google acadêmico e Scopus sobre a integridade científica e os direitos autorais, e os direitos autorais na era digital. Documentos utilizados: Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 07 de abril de 2016, e a nº 466/2012, expressas como fundamentais para a elaboração dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, pelo Comitê de Ética em Pesquisa e pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas). As informações simbólicas e éticas sobre o uso de imagens, existentes no site dos conselhos e órgãos responsáveis, foram essenciais para se compreender o escopo da ética na realização de pesquisas científicas e de trabalhos acadêmicos.

### **CONCLUSÕES:**

Até o momento, pôde-se concluir que a temática é relevante para as pesquisas acadêmicas, sobretudo quanto ao entendimento das imagens como fonte de pesquisa, e aos aspectos legais e éticos que envolvem seu uso no meio acadêmico. Ainda que haja documentos, leis e instruções quanto aos direitos de imagem, além das definições do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/Humanas/UFF), parece que esta ainda é uma “área cinza”, devido à falta de uma especificidade maior para esses casos nas leis, e à falta de conhecimento público a respeito das resoluções em ética na pesquisa. É necessário que tais informações sejam sistematizadas e divulgadas de modo mais amplo – um dos objetivos do nosso projeto. No que diz respeito às metodologias, existe uma quantidade

considerável de informações provenientes de diversos estudos, que devem ser mais frequentemente abordadas e destrinchadas em trabalhos acadêmicos, além de associadas a um maior número de áreas do conhecimento, delimitando assertivamente suas características e funções específicas.

#### **REFERÊNCIAS:**

Por limite de caracteres para a publicação na Revista PIBIC, as referências estão acessíveis, área publicações, em: [www.limage.uff.br](http://www.limage.uff.br)

#### **AGRADECIMENTOS:**

Ao CNPq, pelo fomento aos projetos do L'Image e bolsas de Iniciação Científica que incentivam a pesquisa no país.





**Ciências Sociais Aplicadas**

**ARQUIVOS DOS MUNICÍPIOS DO LESTE FLUMINENSE:  
REFLEXÕES PARA UM DIAGNÓSTICO**

**Gabriel Hadady Barreto Faustino (Bolsista PDPA), Ana Célia Rodrigues (Orientadora) e Domicia Gomes (Co-orientadora)**

**Departamento de Ciência da Informação/Curso de Arquivologia/IACS/Grupo de Pesquisa  
Gênese Documental Arquivística**

**INTRODUÇÃO:**

Estudo dos arquivos dos municípios do Leste Fluminense, que apresenta o relato de visitas técnicas realizadas como contribuição para a elaboração do diagnóstico da situação dos documentos acumulados e seus depósitos de armazenamento. Trata-se de pesquisa aplicada para atender à meta de “pesquisar os arquivos da Prefeitura e Câmara Municipal e demais instituições custodiadoras de documentos nos municípios do Leste Fluminense (São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito Maricá e Tanguá)”, contribuindo para as ações de cooperação para a implantação de arquivos públicos municipais e programas de gestão de documentos previstas no Projeto de Pesquisa PDPA 4408, “Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense”, coordenado pela Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues (Departamento de Ciência da Informação) e Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (Departamento de História). O Município é o órgão da administração do Estado que está mais próximo de sua comunidade, e por isso, está encarregado de prestar serviços públicos para resolver as necessidades mais

prementes de seus municípes, implantando políticas públicas, adequadas a cada localidade. As atividades das rotinas da administração municipal ficam registradas nos documentos de arquivos, como ressalta Domicia Gomes (2019): “Não existe tomada de decisão sem documentos e são igualmente importantes para os cidadãos”. No Brasil, todos os municípios devem possuir um arquivo público institucionalizado em sua estrutura administrativa, para atuarem em conformidade com o princípio da legalidade previsto nos dispositivos da Constituição Federal de 1988, na Lei Nacional de Arquivos (Lei 8.159/1991) e na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). A ausência dessas políticas vem dificultando o acesso às informações, além de provocar o acúmulo desordenado de documentos, transformando os arquivos em meros depósitos empoeirados de papéis. Ana Célia Rodrigues (2019) salienta que o desafio de implantar arquivos eficientes pode ser superado, se pautado em estratégias de cooperação, com vistas a criação de um modelo de instituição que seja referência para a administração municipal e para o seu entorno.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Como resultados parciais foram realizadas visitas técnicas nas Prefeituras e Câmaras Municipais de São Gonçalo, Rio Bonito, Tanguá e Niterói e aplicação de questionário em entrevistas com servidores e/ou encarregados dos arquivos gerais para aplicação do “Formulário Diagnóstico da Situação dos Arquivos”. Relato das visitas: São Gonçalo (junho/2021): Realizamos o levantamento de dados acerca do acervo documental da Câmara municipal e os responsáveis pelo Arquivo nos ajudaram a responder todas as perguntas do questionário. Infelizmente, não foi permitido fotografar o acervo, mas foi possível mensurar o seu tamanho, a fim de produzir um diagnóstico mais detalhado do volume e estado de conservação do acervo geral. Os servidores relataram que há poucos profissionais arquivistas trabalhando com o acervo. Tanguá e Rio Bonito (fev/2022): Realizamos o levantamento de parte do acervo documental de Tanguá e principalmente do centro administrativo de Rio Bonito, onde foi estimado um número aproximado um milhão de documentos. Estes documentos estão armazenados em um local inapropriado, sem a mínima estrutura necessária para a sua preservação. Os documentos se encontravam em um galpão, sem cobertura adequada, sem ventilação apropriada, com muita poeira, que não recebe limpeza. O depósito onde estão os documentos ainda divide espaço com materiais de construção e veículos industriais que serão utilizados para obras na cidade. Niterói (maio/2022): Realizamos o levantamento de dados no Arquivo Geral da Secretaria de Administração de Niterói. Nesta secretaria

encontram-se documentos administrativos de Niterói desde a década de 1910 até os documentos dos últimos anos de gestões municipais. O acervo na mesma situação observada no Arquivo de Rio Bonito, com caixas e documentos no chão, molhados, mofados e sujos. Já não há espaço adequado para a guarda dos documentos, razão pela qual acaba ocorrendo perdas de documentos importantes no arquivo. A equipe de profissionais é consideravelmente maior que a de Rio Bonito, mas, novamente, nenhum profissional é graduado em Arquivologia. Portanto, não há nenhuma gestão adequada dos documentos e arquivos acumulados neste grande depósito da Prefeitura Municipal de Niterói.

### **CONCLUSÕES:**

Pudemos constatar que os municípios São Gonçalo, Rio Bonito, Tanguá e a Prefeitura de Niterói são desprovidos de políticas de gestão de documentos e arquivos. A situação arquivística destes municípios é preocupante na medida em que foram identificados muitos problemas relacionados a gestão, preservação e acesso aos documentos produzidos pela administração municipal, o que certamente impacta negativamente na qualidade dos serviços públicos prestados à população, bem como, abre lacunas na preservação do patrimônio documental que registra a memória de Niterói e Leste Fluminense.

### **AGRADECIMENTOS:**

Gostaríamos de agradecer à Profa. Ana Célia Rodrigues e às Profas. Domicia Gomes e Maria Ana Quaglino pela dedicação e ensinamentos

ao longo de toda a pesquisa. Agradeço também Prefeitura de Niterói e à Universidade Federal Fluminense pelo financiamento do projeto através do Programa PDPA pela oportunidade e à minha família e aos meus amigos, por me acompanharem nesta caminhada.







**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto: MACHADO EM QUATRO TEMPOS: ADAPTAÇÕES AUDIOVISUAIS DE DOM CASMURRO, DE MACHADO DE ASSIS**

**Autores: Lucas Nathan Oliveira de Mello, orientado por Maurício de Bragança**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Cinema e Vídeo/IACS**

### **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa, que tem bolsa PIBIC/FAPERJ, tem como objetivo estudar e analisar as adaptações audiovisuais do romance Dom Casmurro de Machado de Assis, sendo elas - “Capitu” (Paulo César Saraceni, 1968), “Dom” (Moacyr Góes, 2003), “Capitu” (Luiz Fernando Carvalho, 2008) e “Capitu e o Capítulo” (Júlio Bressane, 2021). Desenvolvendo a partir das teorias e estudos sobre adaptações, incluindo textos dentro do campo da teoria literária, uma melhor compreensão e aceitação para esses quatro filmes que são adaptações de um texto literário clássico, considerado canônico da literatura brasileira. A pesquisa tem ainda o objetivo de evidenciar o contexto estético e narrativo de cada filme, as relações com o romance machadiano e a perspectiva comparatista que coloca as quatro obras audiovisuais em paralelo, evidenciando possíveis aproximações e afastamentos.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Usando de textos como o de Robert Stam, “Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade”, onde o autor nomeia termos que ajudam a entender

melhor de onde vem o preconceito literário sobre o fílmico. Junto com teorias como da *intertextualidade* de Julia Kristeva, o *dialogismo* de Bakhtin, a *Morte do autor*, de Roland Barthes, para que o romance Dom Casmurro, canônico brasileiro, perca seu valor hierárquico em relação a suas adaptações cinematográficas. Já que quando se tem uma relação de filme e texto literário, surge uma urgência de submissão que tanto o diretor quanto a sua produção “precisa ter” para aquele texto. Comprendemos também que é desnecessário esse tipo de imposição, pois não há como pensar em fidelidade enquanto literatura e cinema são dois campos artísticos distintos que possuem linguagens diferentes para contar uma história, enquanto um só possui a linguagem verbal o outro tem a linguagem tanto verbal como visual e sonora. Além disso, se submeter a tal autoridade é fazer com que aquele filme perca seu sentido como uma obra única, chegando a ignorar pontos que se ganha ao ter outro tipo de formato para se contar uma história. Dessa forma é possível chegar ao resultado de que é necessário se desprender do romance Machadiano, isto é, “matar” tanto

Dom Casmurro como Machado de Assis para se ter adaptações livres, sem se submeter ao peso de uma fidelidade. Não se faz necessário procurar fielmente Machado para saber se Capitu traiu ou não, pois, essa teoria cabe agora aos nossos diretores.

Especificamente neste trabalho, por eu ainda estar em uma pesquisa em andamento, abordaremos apenas um filme, o “Capitu” de Paulo César Saraceni. Com ele pretendemos não somente discutir o que está dentro da filmografia, mas também diversas questões que o cerceiam, estas são:

Paulo César Saraceni: Aqui procuro entender o motivo pelo qual o cineasta que era fortemente ligado ao movimento Cinema Novo, tendo realizado filmes com a estética cinemanovista, resolveu adaptar o romance Dom Casmurro e escolheu fazê-lo em um formato fílmico completamente diferente de suas obras anteriores. Além de ter escolhido dois grandes pesquisadores da literatura e do cinema para escrever seu roteiro, Lygia Fagundes e Paulo Sales Gomes.

Contexto: aqui faço uma abordagem englobando diversas questões que estão ligadas a produção do filme, seja antes e depois dela. Que vão desde o que se ocorria na década de 60 (ditadura, cinema novo, adaptações literárias para o cinema), as opiniões e interpretações acerca do romance Dom Casmurro até aquele momento por parte da sociedade (como era interpretado os personagens Bento e Capitu). Assim como o pioneirismo fílmico de Dom Casmurro, já existiam outras adaptações de histórias machadiana,

porém Dom Casmurro era a primeira vez. E também a rejeição do público ao filme de Saraceni.

Análise fílmica: como o diretor construiu a história de Dom Casmurro. Existe a dualidade de interpretação nos personagens? Analisar as primeiras cenas. O que o cineasta aprofundou, o que se tem de novo e mudado. Capitu. Escobar. A tarde final de novembro e o final do filme.

### **CONCLUSÃO:**

Como pontuei acima, a pesquisa ainda está em andamento, as conclusões são prévias e relativas apenas ao filme dirigido por Saraceni.



**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CORPOS E PRÁTICAS ESPACIAIS E OS CONFLITOS URBANOS E**  
**SOCIOAMBIENTAIS GENERIFICADOS NAS CENTRALIDADES DA**  
**METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO**  
**TAYNÁ SILVA, DRA. ROSSANA TAVARES**  
**DEPARTAMENTO DE URBANISMO/ URB.ANAS/GPDU/**  
**LABORATÓRIO GLOBALIZAÇÃO E METRÓPOLE**

### **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa tem como objetivo geral compreender a relação entre precariedade urbana no cotidiano das mulheres e a qualidade dos territórios onde vivem. Para isso, buscamos levantar e produzir dados científicos e imagens que nos ajudem a descrever a luta cotidiana das mulheres nas cidades. Esse trabalho é feito a partir de uma perspectiva feminista, com foco na “reprodução social” (BHATTACHARYA, 2013) em duas centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, área portuária e Pavuna. Apesar de centralidades, são territórios precarizados e que apresentam baixos indicadores sociais e ambientais, dado correlacionado à precariedade urbana. Acreditamos que a condição de precariedade desses territórios impõe uma experiência da segregação a esses corpos. E que apesar disso, resistem ao contexto de violência e precariedade. Que “práticas espaciais” (LEFREBVRE, 1994) da reprodução social podem contribuir para concepções teórico-práticas no urbanismo? Como a pandemia do coronavírus impactou a vida

dessas mulheres? Na área portuária, temos trabalhado a sistematização de conteúdos e imagens, em parceria com o Projeto de Extensão Dialogicidade (UERJ), por meio de materiais didáticos, acadêmicos (entrevistas, vídeos de apresentação do projeto) de divulgação (folders, cartazes, imagens para as redes sociais). Assim como temos participado da roda Mulheres Multiplicadoras, atividade presencial da associação cultural Lanchonete Lanchonete (L<>L). Temos como objetivo neste processo de contribuir com a produção de uma cartografia social da vida reprodutiva das mulheres do território como ponto de partida de novas reflexões para formas de analisar e compreender o espaço urbano a partir da vida das mulheres, no seu cotidiano de reprodução social.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

No primeiro trimestre, fizemos a leitura e discussão dos textos da bibliografia da pesquisa que remetem aos conceitos principais como, reprodução social, interseccionalidade,

precariedade, violência urbana, de gênero e doméstica.

Além disso, realizamos o levantamento de grupos, coletivos, instituições e contatos dos territórios e das fontes de dados para consulta. Nesse processo, mapeamos os equipamentos sociais de suporte às mulheres, como delegacias femininas, maternidades, ONG's, entre outros.



Figura 1 - Mapa de Equipamentos.

Também fizemos levantamento de dados estatísticos e geográficos nos sites do Instituto Pereira Passos (IPP), Índice de Progresso Social (IPS), Instituto de Segurança Pública (ISP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Concomitantemente foi realizado o levantamento de notícias sobre violência nos acervos virtuais de jornais como O Globo e Folha de São Paulo, O Dia, Meia Hora, Povo, Extra, A voz das comunidades, a Agência de Notícias das Favelas (ANF), o Pista News. Inicialmente, nosso objetivo era pesquisar somente o bairro Pavuna. No entanto, verificamos que os resultados das buscas nos acervos de jornais por palavras chaves como "Pavuna" resultavam em outros bairros como

Acari, Costa Barros e Parque Columbia. Por isso, ampliamos nosso recorte espacial para a região administrativa. Dados sobre os limites dos bairros, favelas e circunscrições integradas de segurança pública (CISP) foram inseridos nos mapas. Por causa da ausência de informação sobre os limites do Morro do Pinto, foi preciso mapear a favela do zero. Para isso consultamos o historiador e morador Sandro Rodrigues sobre os limites da favela. Outra frente de trabalho foi a classificação de notícias por tipo e subtipo de violência para a produção de dados estatísticos. Para isso, foi criada uma tabela onde era inserido informações como a manchete, ano, local, tipo e subtipo de violência. E a partir dessa tabela e do formulário, foi possível construir gráficos com dados estatísticos.

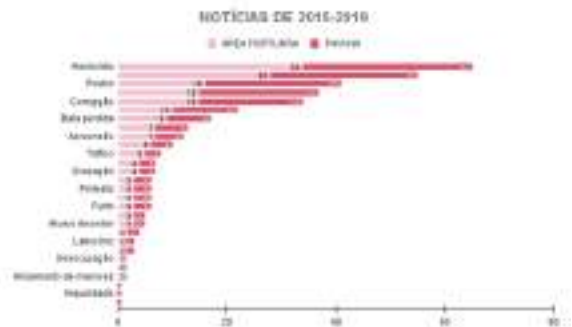


Figura 2 - Subtipos de violência nas notícias dos jornais.

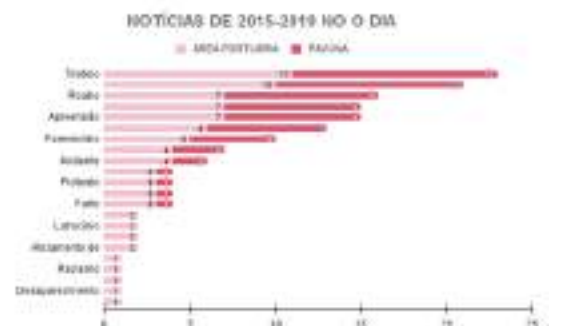


Figura 3 - Subtipos de violência nas notícias do jornal O Dia por região administrativa.

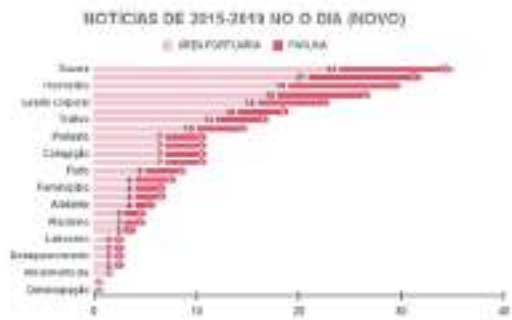


Figura 4 - Subtipos de violência nas notícias do jornal. O Dia por região administrativa (novo).

Desde abril, frequentamos semanalmente a roda Mulheres Multiplicadoras. Ao longo das visitas, vivenciamos alguns eventos importantes como a reunião com representantes de ocupações lideradas por movimentos de moradia como a Ocupação Quilombo da Gamboa e a Ocupação Quilombo das Guerreiras, as discussões sobre Que Praça Queremos? Em virtude da revitalização da Praça da Harmonia, as atividades de leitura do livro e discussão do Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus e a reunião com o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública e representantes de gabinetes de vereadores e a visitam ao Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM).



Figura 5 - Roda das Mulheres Multiplicadoras.

Na Pavuna, foram realizadas três entrevistas com duas ex-moradoras e uma moradora atual. Começamos a mapear os lugares citados e deslocamentos de uma das entrevistadas.

## CONCLUSÕES:

O trabalho que tem sido desenvolvido desde o segundo semestre de 2021 tem revelado os desafios da realização de uma pesquisa que articula tanto análise de dados qualitativos de fontes secundárias, tais como notícias de jornal e estatísticas de territórios que apresentam particularidades e diferenças que extrapolam definições predefinidas por órgãos públicos e agências de notícias tradicionais. Além disso, a aproximação com as práticas espaciais das mulheres seja através de entrevistas, seja através do trabalho de campo pela observação participante e atividades extensionistas, revelam os desafios da caracterização e da análise urbana que se importa com as dinâmicas sociais vividas na relação entre sujeitos de pesquisa. A perspectiva da cartografia em elaboração surge desse diálogo e preocupação de considerar o "tempo do campo" e não apenas os cronogramas frios de pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos à FAPERJ (IC/2021), ao Projeto Dialogicidades, coordenado pela profa. Isabel Cardoso; ao L<>L, Thelma Vilas Boas e todo o grupo por abrirem as portas. Agradecemos às entrevistadas por estarem disponíveis. E ao historiador e morador Sandro Rodrigues, que nos forneceu importantes informações sobre o Morro do Pinto.







**Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.**

**Título do Projeto: JUSTIÇA RESTAURATIVA: SUA APLICABILIDADE NAS VARAS CRIMINAIS DA CIDADE DE MACAÉ.**

**Autor:** Professor Doutor David Augusto Fernandes, SIAPE: 1211036.

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências da Sociedade/Departamento de Direito de Macaé.

## **INTRODUÇÃO**

O tema objeto da presente Pesquisa tem recebido pouca divulgação pela mídia, pois entrou em vigor com a edição da Lei nº 13.694/2019, quando acrescentou o artigo 28-A ao Código de Processo Penal, que trata do acordo de não persecução penal (ANPP). A ideia é oferecer ao beneficiado por este dispositivo legal a oportunidade de novo engajamento no ambiente social de forma ordeira, favorecendo sua dignidade de pessoa humana. Tal estudo permite visualizar, na prática, a atuação das partes envolvidas na administração desse benefício imposto pela Lei, suas consequências para o ambiente social e fomentar a discussão do tema no meio acadêmico.

Os aspectos relativos à dignidade da pessoa humana foram consolidados no século passado sob diversas formas. Uma dessas formas, considerada bastante importante pelo seu papel humanitário, consiste em proporcionar aos seres humanos a existência saudável e livre no ambiente social, com o

poder público sendo o responsável por sua concessão e manutenção por meio de políticas públicas adequadas (SECCHI, 2016, p. 3).

A referida Lei representa a positivação da justiça penal negocial (JPN) em nosso ordenamento jurídico, definindo-a como regra de orientação da execução das medidas restaurativas, a ser priorizada em face de outras práticas, sempre que possível.

A regulamentação da Justiça Restaurativa (JR) no Brasil ocorreu através da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 225/2016, lastreada pela Resolução nº 2002/12 da ONU (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2022).

Segundo Daniel Achutti (2014, p. 64), reconhecendo-se a amplitude de percepções sobre o termo JR, apresentam-se três diferentes concepções: a) a concepção do encontro, com maior ênfase na liberdade de manifestação dos envolvidos para a resolução do conflito; b) a concepção reparadora do dano causado; c) a concepção transformadora.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da importância do tema em comento, foi realizada pesquisa de campo em Macaé-RJ, mediante entrevistas com base em questionários encaminhados aos Defensores Públicos (DP) que atuam nas Varas Criminais, assim como ao Ministério Público (MP), aos juízes das duas Varas Criminais e a advogados criminais.

Nessa ocasião verificou-se o seguinte com base no depoimento dos DPs: o ANPP é uma nova forma de JPN, na qual a vítima não teve nenhum empoderamento diante dessa forma de negociação, ficando bem distante do concebido pela JR.

Já os membros do *parquet* afirmaram que o ANPP, constitui importante passo para prestação jurisdicional mais célere, resolutiva e efetiva e que veio ampliar os mecanismos de JPN, em vista de que o tempo médio para a realização do ANPP é de 15 a 20 dias.

Quanto aos advogados consultados afirmaram que o ANPP irá desafogar o Sistema Penal Brasileiro, evitando-se o cárcere desnecessário. Alegam que nunca viram ser objeto do ANPP a aproximação entre autor e vítima, mas não descartam, a depender do perfil de alguns membros do MP que isso possa ocorrer especialmente em crimes ligados à integridade física e que não existe interlocução entre o *parquet* e da DP/Advogado direcionada ao ANPP, no sentido de buscarem o resgate da sensação de segurança pública e os impactos sociais e comunitários do delito.

Apesar de terem sido reiteradas as solicitações de colaboração com este Projeto junto aos juízes que atuam na área criminal da Comarca de Macaé, não se obteve retorno dos mesmos.

Entretanto, os objetivos do Projeto foram alcançados, visto que ficou delineada a utilização da JPN na aplicação do ANPP. Já JR demandará algum tempo para ser utilizada de forma sedimentada, pois, conforme nominado no curso deste trabalho, ainda não existe capilaridade na camada basal do Poder Judiciário, apesar de existirem dispositivos do CNJ e do MP que sinalizam favoravelmente para sua utilização. No que tange os demais questionamentos previstos na metodologia, esses não ficaram materializados.

## CONCLUSÕES

O presente Projeto buscou investigar a aplicação da JR, de medidas restaurativas ou JPN, por parte do *parquet*, quando da celebração do ANPP na Comarca de Macaé, no sentido de coletar dados. Conforme manifestação dos membros do *parquet*. Fato este corroborado pelos membros da DP, também mediante os questionários.

No decorrer desse trabalho, fica demonstrado que, para haver evolução no ambiente jurídico e o cidadão ter seus direitos assegurados, se faz necessária a mudança tanto no ambiente social, como na atuação dos órgãos jurisdicionais.

## **AGRADECIMENTOS**

À aluna Mariana Melo Correia que, com sua dedicação, atendeu as expectativas depositadas, quando de sua seleção para aluna bolsista desta pesquisa.





**Grande área do conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

**Título do Projeto:** ESTUDO DE CASO SOBRE UMA COBERTURA ANTIÉTICA DE SUICÍDIO E SEUS DANOS POTENCIAIS

**Autores:** Victor Hugo Silveira da Silva Gomes; Larissa de Moraes Ribeiro Mendes

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Comunicação Social – GCO, UFF, RJ.

## INTRODUÇÃO:

Este trabalho procurou mapear e analisar os padrões de cobertura jornalística da morte, por suicídio, do ator brasileiro Flávio Migliaccio, aos 85 anos, em maio de 2020. A hipótese, confirmada na pesquisa, era que boa parte da imprensa, em especial veículos nativos digitais, não vinha respeitando os cuidados básicos indicados para o tratamento do tema do suicídio, segundo recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

A elaboração do projeto de pesquisa se deu após serem observados alguns casos em que a cena do suicídio foi divulgada, junto com a carta de despedida, infringindo gravemente qualquer ética em torno do assunto. A proposta foi realizar uma análise de conteúdo no conjunto de notícias mais indicadas sobre o tema, na Internet, contrastando as abordagens utilizadas por diferentes tipos de veículos jornalísticos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para a coleta de dados, escolhemos fazer análises qualitativas e quantitativas, a partir dos resultados de pesquisa do Google.

A amostra da pesquisa foi composta por 50 matérias e reportagens que mencionaram a morte de Flávio Migliaccio, sendo eles divididos em 25 para “morte flávio migliaccio” e 25 para “suicídio flávio migliaccio”, termos pesquisados na plataforma Google. Foram considerados os primeiros 25 que apareceram na aba “Notícias”, independentemente de serem especificamente sobre o acontecido ou não. Na etapa seguinte, foi criada uma ficha para a análise quantitativa, a fim de padronizar dados objetivos de cada matéria.

A análise quantitativa do material coletado nas pesquisas apresentou dados preocupantes. De todas as matérias, somente 5 direcionaram o leitor a algum tipo de suporte no caso de ter ideação suicida ou pensamentos depressivos. Do total, 34,2% possuíam abordagem sensacionalista e 28,9% analisaram a morte de ator de modo especulativo. Entre as 20 reportagens que entraram em detalhes sobre a morte, 12 trataram da situação mental do ator e/ou motivos para se suicidar, e 68,8% divulgaram parte ou a totalidade da carta deixada por Migliaccio, o que é altamente contraindicado pela OMS. O assunto foi mais abordado em veículos que tratam de notícias relacionadas a

celebridades e assuntos gerais (36% cada, somando 72% do total de notícias), e a maior parte dos portais é de origem digital (54%).

Além da coleta quantitativa de dados, com identificação de tipos de abordagem e outras formas de detalhamento, analisamos qualitativamente 5 reportagens que se destacaram nas buscas, seja para ampliar o formato da discussão de forma positiva, ou para apontar abordagens equivocadas e sensacionalistas do ocorrido.

Nesse material, foram encontrados diversos casos em que a carta e as motivações do suicídio estavam presentes, sem muito tratamento de informação. Segundo a OMS, cartas suicidas não devem ser divulgadas, pois podem funcionar como um gatilho para novas mortes autoprovocadas.

Outro ponto das recomendações da Organização Mundial de Saúde é que “Não se deve dar visibilidade a teses que explicam o comportamento suicida como uma resposta à degradação da sociedade”. Essa foi a explicação encontrada na carta de Flávio, e também reproduzida em depoimentos de seus filhos sobre a saúde mental de seu pai, que se encontrava em degradação nos últimos meses antes do suicídio. A motivação foi amplamente divulgada.

Um caso de destaque foi o de plataformas que inventaram motivos para citar o suicídio de Flávio em momentos inoportunos. Manchetes como “Tiro na cabeça, cinto no pescoço e carta de despedida: suicídios dos famosos que chocaram o Brasil”, “Suicídio, assassinada pela mãe e carta de despedida: saiba quem são os famosos que morreram e você não sabia” e “AIDS, suicídio e covid: Elenco de O

Salvador da Pátria tem 22 mortes cruéis e Brasil entra em luto”, aliadas a matérias que tratam de todo o ocorrido sem o mínimo cuidado, além de citar o vazamento de fotos da cena da morte e, mesmo sem colocar as imagens em si na reportagem, reconhecem a existência desses registros e podem, possivelmente, estimular a procura de tais reproduções por leitores em situação de vulnerabilidade emocional.

## **CONCLUSÕES**

O material analisado nesta pesquisa mostra uma abordagem equivocada do assunto, com poucos cuidados em relação ao conteúdo divulgado. O sensacionalismo encontrado, por exemplo, nas matérias da TV Foco, é atrativo para pessoas curiosas sobre o assunto, e a falta de um tratamento mais sério ou pelo menos alguma citação a redes de apoio a quem tem ideações suicidas, pode ser fatal.

Por ser um assunto geralmente evitado em redações, sendo mais noticiado quando o suicida é alguém famoso ou importante, observa-se que ainda falta muito estudo dentro desses veículos para o tratamento de conteúdo editorial, o que demonstra a necessidade de debater como a mídia pode não só divulgar tais fatos de maneira mais cautelosa, mas também colaborar com a divulgação de serviços de auxílio a quem se sentir atingido por essas notícias.

O debate sobre esse tipo de publicação mostra-se como peça chave para desestigmatizar o assunto na mídia, respeitando o luto das famílias e, também, evitando possíveis gatilhos nos textos, o que pode salvar vidas.







Ciências Sociais Aplicadas

## A FORMA ARQUITETÔNICA COMO ESTRATÉGIA DE SOMBREAMENTO: CATÁLOGO PARA AUXÍLIO AO PROJETO

Brendo Tavares dos Santos, Larissa Fonteles Debiase, Júlia Montenegro e Marília Ramalho Fontenelle

Departamento de Arquitetura – GABi (Grupo de pesquisa em Arquitetura Bioclimática)

### INTRODUÇÃO

Na arquitetura brasileira, o sombreamento das edificações é comumente aplicado por meio de elementos de proteção solar, como *brises soleils*, vegetações, pergolados etc. O auto

sofreamento, isto é, o efeito de sombreamento gerado pela própria forma da edificação, ainda é pouco aplicado de forma intencional. Muitos estudos destacaram os benefícios do auto sombreamento, comparando os ganhos solares entre formas prismáticas e volumes inclinados [1], formas L, U, T e H [2], beirais [3], pátios [4]. No entanto, algumas destas pesquisas apontam que a transformação de formas elementares em formas auto sombreadas por vezes aumenta a área de



superfície exposta ao sol, o que pode gerar um incremento das cargas térmicas da envoltória. Embora diversas formas arquitetônicas auto sombreadas tenham sido investigadas, estudos comparativos ainda precisam ser realizados fixando-se alguns parâmetros como o ângulo de

sombreamento e as condições climáticas.

Este estudo propõe a comparação do potencial de auto sombreamento de vinte formas arquitetônicas geradas por meio de operações formais de adição, deslocamento e subtração (Figura 1) extraídas de [5]. As operações formais consistem em procedimentos de transformação de formas elementares como prismas e cubos descritas por verbos no infinitivo.

Figura 1: Operações analisadas

sombreamento, isto é, o efeito de sombreamento gerado pela própria forma da edificação, ainda é pouco aplicado de forma intencional.

Para cada forma, são realizadas análises de radiação solar anual por meio da suíte de aplicativos *Rhinoceros*, *Grasshoper* e *Ladybug* fixando-se os seguintes parâmetros: superfícies analisadas voltadas a Norte e Oeste, ângulos de sombreamentos de 30° e o contexto climático da cidade do Rio de Janeiro. Cada forma é analisada em três diferentes variações (Figura 2) e comparadas com formas bases, sem auto sombreamento. Os resultados são apresentados em forma de catálogo com linguagem essencialmente visual, palatável a arquitetos, de modo a auxiliar o processo de concepção da forma arquitetônica.

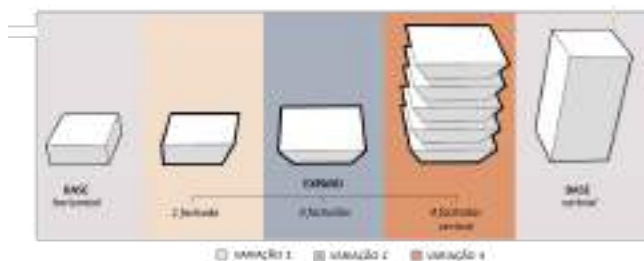


Figura 2: Fases de análise

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

As simulações indicam nas variações 1 e 2 (horizontais) uma redução expressiva da radiação solar anual para as superfícies sombreadas e para a envoltória em 60% dos casos em relação às formas base (Tabela 1).

Verificou-se que a redução das cargas térmicas é diretamente proporcional ao número de fachadas auto sombreadas. Em operações como *Merge* a diminuição da carga de radiação na envoltória na variação 1 foi de 26% ao passo que nas variações 2 e 3 foi de 54% e 53%.

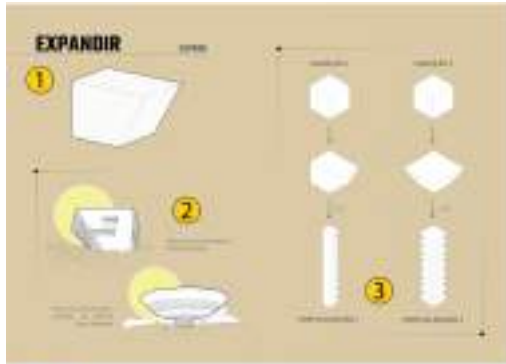
Em contrapartida, 40% das operações geraram um aumento das cargas térmicas em

decorrência do incremento da área de exposição solar. Essa tendência pode ser observada, por exemplo, na operação *Expand*, que apresenta ganhos de radiação na envoltória em relação a sua base já na variação 1 (22%), o que se intensifica na variação 2 (130%).

No cenário das verticalizações (variação 3), 45% das formas analisadas apresentaram diminuição nas cargas térmicas, pois a verticalização das operações reduziu as regiões expostas e criou novos sombreamentos em decorrência da sobreposição dos volumes. Contudo, em formas como *Overlap*, *Shear* e *Inscribe*, que apresentavam resultados favoráveis ao auto sombreamento nas variações 1 e 2, agora apresentam aumento das cargas térmicas nas verticalizações, pois expõem novas faces à radiação solar, principalmente no plano horizontal.

Objetivando um balanço de legibilidade mais palpável aos estudantes de arquitetura, arquitetos e engenheiros, o catálogo foi estruturado em três sessões: contextualização, variações e conclusões.

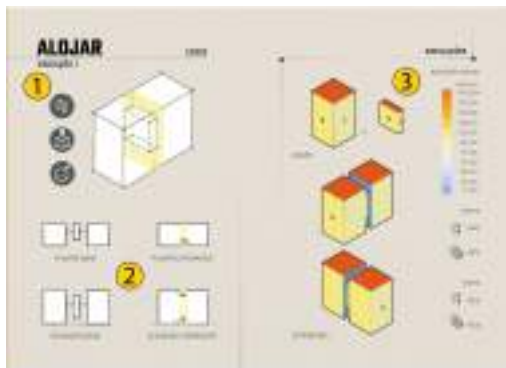
Para as páginas de contextualização (Figura 3) da operação, optou-se pelo uso de croquis de referências reais onde a operação foi aplicada, além de diagramas que apresentam ao leitor como foi constituída a transformação morfológica da base até os cenários de investigação.



- 1 Evolução formal
- 2 Indicação isométrica da operação
- 3 Croquis indicativos

Figura 3: Página modelo de contextualização

Nas páginas das variações 1 e 2 e das verticalizações (Figura 4), é apresentado o tipo de proteção que a operação oferece, assim como a demarcação dos ângulos de sombreamento adotado em 30°. Além disso, o leitor terá os dados das simulações para a envoltória e para as fachadas quando estas forem voltadas para Norte ou Oeste.

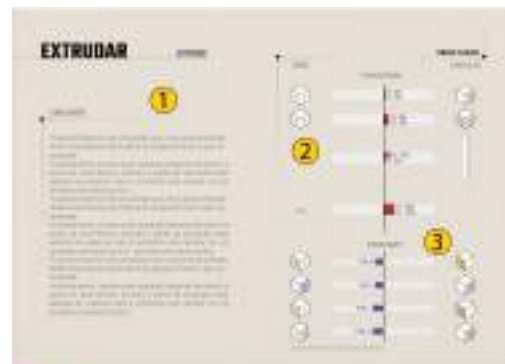


- 1 Características do sombreamento
- 2 Demarcação dos ângulos  $\alpha$  e  $\beta$
- 3 Resultado das simulações computacionais

Figura 4: Página modelo de variação

Nas páginas de conclusões (Figura 5), são destacadas as fragilidades e potencialidades da operação à vista do auto sombreamento, além

do gráfico resumo do balanço de radiação, indicando ganho e/ou redução das cargas térmicas em cada cenário.



- 1 Análise de potencialidades e fragilidades
- 2 Resumo comparativo nas envoltórias
- 3 Resumo comparativo nas fachadas

Figura 5: Página modelo de conclusão

## CONCLUSÕES

Os resultados demonstram que o auto sombreamento, quando benéfica, tem o potencial de diminuir consideravelmente as radiações diretas nas envoltórias das edificações, o que tende a se intensificar com a verticalização da forma.

As operações onde não ocorreu o aumento da exposição dos planos horizontais foram as que apresentaram o maior de auto sombreamento, tendendo a redução considerável do balanço energético nas envoltórias a cada variação analisada. No mesmo sentido, quando a operação, ao gerar o auto sombreamento expõe os planos das fachadas a orientações que recebem maior incidência direta anual ou aumenta sua área de cobertura, esta tende a aumento de radiação na envoltória a cada etapa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ZEREFOS, S. C.; TESSAS, C. A.; KOTSIPOULOS, A. M.; FOUNDA, D.; KOKKINI, A. The role of building form in energy consumption: The case of a prismatic building in Athens. *Energy and Building*, v. 48 (97-102), 2012.
2. RASHDI, W. S. S. W. M.; EMBI, M. R. Analysing Optimum Building Form in Relation to Lower Cooling Load. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 222 (782-790), 2016.
3. FONTENELLE, M. R.; MAYERHOFER, V. R. B.; PINHO, A. L. A. de. Sombreamento x Exposição ao sol: análise do balanço da radiação solar em formas inclinadas e deslocadas. *Anais...XV Encontro Nacional e XI Encontro Latino-Americano de Conforto no Ambiente Construído*. João Pessoa, 2019.
4. AL-HAFITH, O.; K, S. K.; BRADBURY, S.; WILDE, P. de. The impact of courtyard parameters on its shading level. An experimental study in Baghdad, Iraq. *Energy Procedia*, v. 134, p. 99-109, 2017.
5. DI MARI, A.; YOO, N. *Operative Design: A Catalog of spatial verbs*. Amsterdam: BIS Publishers, 2012.



**Ciências Sociais Aplicadas**

**A NEUTRALIDADE NO TRABALHO DO ARQUIVISTA: UMA  
ANÁLISE DE DOMÍNIO NO PERIÓDICO ARCHIVARIA**

**Natália Bolfarini Tognoli e Bruna Gleice Ferreira Oliveira**

**Departamento de Ciência da Informação (GCI)**

**INTRODUÇÃO:**

A neutralidade é uma das características dos documentos de arquivo defendida por alguns teóricos da Arquivologia ao lado da imparcialidade, autenticidade e naturalidade. Algumas dessas características atribuídas aos documentos de arquivo são, por vezes, defendidas como necessárias ao trabalho do arquivista, chegando a compor o código de ética do profissional arquivista.

Considerando sua importância para a disseminação do conhecimento teórico e metodológico da área, a pesquisa teve como objetivo compreender como a neutralidade/imparcialidade do profissional arquivista é apresentada nos artigos publicados no periódico *Archivaria*.

A escolha pelo periódico como domínio de análise se justifica por sua relevância para os estudos da Arquivologia, visto que é dedicado à investigação acadêmica de arquivos no Canadá e no exterior, com enfoque nos estudos sobre avaliação, preservação e acesso a documentos de valor permanente.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Nas últimas décadas observamos uma mudança no discurso teórico da área, quando há uma defesa pela não neutralidade no

trabalho do profissional de arquivo. Tal defesa parte do princípio de que os documentos guardam relações de poder, e que o papel do arquivista deve ir além do guardião imparcial de documentos permanentes. Esse discurso encontra fulcro na chamada abordagem Pós-moderna que, desde final da década de 1980, defende o discurso da não neutralidade dos arquivos e do arquivista.

Dentre as reformulações e reinterpretções propostas nos princípios arquivísticos e nas características dos documentos de arquivo, especial atenção dá-se à imparcialidade ou neutralidade.

A fim de entender o porquê da necessidade de reformulação da Arquivologia nos tempos atuais, fez-se necessário analisar o *Manual of Archive Administration* (1922) publicado por Jenkinson. O viés conservador entra em evidência quando o autor defende a inocência dos arquivos, que “não foram elaborados para o interesse ou para a informação da posteridade”, cuja legitimidade está na garantia de uma linha imaculada da custódia por guardiões responsáveis (JENKINSON, 1937, p. 35). Reforçando, desse modo, a ideia de que o arquivista não deve interferir conscientemente na documentação que guarda e organiza.

Apesar de o Manual ter se mostrado um referencial importante para a Arquivologia ao

longo das décadas, a evolução é natural e a recusa aos antigos preceitos, somada à introdução de novas tecnologias e à obsolescência da visão conservadora com os arquivos, resultou nas tão necessárias reformulações conceituais da disciplina. Ao permanecer como um observador imparcial e desinteressado, o profissional arquivista tem um perigoso papel de omissão às injustiças sociais, deixando de contribuir para a Arquivologia como uma ciência que documenta a verdade dos fatos.

Na primeira parte da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a imparcialidade/neutralidade na Arquivologia, com foco na obra de Jenkinson e no Código de ética do profissional arquivista. Partindo, então, para o levantamento dos artigos no periódico *Archivaria*, constituindo o corpus para a análise de domínio.

O corpus de análise foi composto por 27 artigos recuperados por meio das buscas nas áreas de conteúdo da revista (título e resumo), em um recorte temporal de 30 anos, no idioma inglês. Após a seleção dos textos, os mesmos foram lidos com o objetivo de identificar os temas relacionados à imparcialidade/neutralidade e as abordagens (Clássica, Moderna ou Pós-Moderna) da Arquivologia que tratam sobre a questão.

A seleção dos artigos utilizados na contagem foi de caráter eliminatório, onde a investigação procurou considerar apenas aqueles que abordavam a neutralidade do profissional. Dentre os textos analisados, nenhum apresenta definição própria para neutralidade/imparcialidade, porém autores

como Brown (2020) e Ramirez (2020) apresentam a ideia como algo rejeitado pelos arquivistas.

Os autores Cook e Schwartz aparecem como os mais citados, reforçando suas contribuições enquanto importantes marcos teóricos para a ascensão da abordagem Pós-moderna na Arquivologia. A frequência em que aparecem nos artigos representa a influência direta de suas obras na construção do viés “desnaturalizador” da Arquivologia neutra que se busca construir.

Jenkinson, apesar de ter sido mencionado duas vezes, é utilizado como exemplo de uma Arquivologia antiga. Os autores mencionam sua obra como uma crítica às antigas concepções da neutralidade como característica mais importante não apenas dos documentos, mas do profissional. Pode-se afirmar que, no contexto analisado nesta pesquisa, a neutralidade é encarada como uma postura obsoleta dentro da disciplina.

## **CONCLUSÕES:**

Com o passar do tempo, a discussão acerca da neutralidade/imparcialidade do documento se expandiu também para o campo profissional, em especial a partir das novas abordagens emergentes na área.

Dentre essas abordagens, especial destaque dá-se à Arquivologia Pós-Moderna, cujo foco reside na redefinição dos *status quo* da área a partir da desnaturalização daquilo que a Arquivologia vinha tratando como regra.

A análise dos textos constatou não apenas a ascensão do Pós-modernismo na Arquivologia,



como a consolidação da postura crítica como principal característica dos profissionais da área. A abordagem clássica de Jenkinson, antes utilizada como parâmetro para a Arquivística, quase não entra em evidência no contexto dos textos analisados.

Ademais, a análise dos artigos certifica a presença de Cook e Schwartz como marcos teóricos consolidados, corroborando a influência da teoria pós-moderna na revitalização da disciplina, confirmando, por fim, a rejeição à imparcialidade/neutralidade do profissional arquivista nas publicações do *Archivaria*.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos ao Programa de Iniciação Científica da UFF.

#### **REFERÊNCIAS:**

JENKINSON, H. Sir. A Manual of Archive Administration. Oxford: **Oxford University Press**, 1922.





**Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**TÍTULO DO PROJETO: OBSERVATÓRIO DE TURISMO**

**ACESSÍVEL: ANÁLISE DA LIMITAÇÃO DA**

**ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS URBANOS COMO**

**FATOR RESTRITIVO PARA A FRUIÇÃO TURÍSTICA DAS**

**PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA**

**Autores: MARCELLO DE BARROS TOMÉ MACHADO; LEANDRA SERRANO DE MARINS ASTULLA**

**Departamento/Unidade/Laboratório: FACULDADE DE TURISMO E HOTELARIA (FTH UFF)**

## **INTRODUÇÃO:**

A definição do destino pelo turista tende a ocorrer por meio da percepção dos fatores motivadores que estimulam positivamente o deslocamento turístico, tais como os atrativos e demais elementos constituintes da oferta turística. O entendimento destes processos motivacionais é de extrema importância para compreensão da escolha de um destino pelo turista, sendo a motivação considerada a razão para um determinado comportamento ou atitude. No entanto, também são levados em consideração os elementos que influenciam negativamente na escolha de um local como futuro destino, como as limitações relativas à acessibilidade.

O principal objetivo desta pesquisa foi desenvolver um estudo sobre turismo e acessibilidade em espaços urbanos, a partir de um amplo levantamento bibliográfico sobre o tema e de trabalhos de campo com o uso de técnicas de observação e de comunicação com o sujeito de estudo, no caso as pessoas com mobilidade reduzida, como demanda turística

potencial e real. Além disso, foram realizadas ações de Vivências em Acessibilidade, em com uma fase inicial com os estudantes dos cursos de graduação de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense (FTH UFF) e posteriormente, com a comunidade local.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O Levantamento bibliográfico foi realizado, assim como a construção dos questionários aplicados na Praia de Copacabana (Projeto Praia para Todos) e respondidos por meio do *Google Forms*, visando compreender as dificuldades e facilidades relativas à acessibilidade em atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro. Nesta pesquisa, em específico, obtivemos informações sobre a percepção de pessoas com deficiência em relação à acessibilidade vinculada ao transporte público, acessos, banheiros, restaurantes e atrativos, de um modo geral. Tais informações indicam severas limitações de acessibilidade em alguns atrativos, meios de transporte e vias públicas. Também foi realizada pesquisa no decorrer das Vivências em Acessibilidade, ação

de pesquisa e extensão que simula os desafios enfrentados cotidianamente pelas pessoas com deficiência (PcD). Esta pesquisa implicou em dois questionários, sendo o primeiro sobre a impressão das possíveis dificuldades que seriam enfrentadas antes das Vivências em Acessibilidade e o segundo, sobre o que vivenciaram em relação às dificuldades efetivamente enfrentadas.

### **CONCLUSÕES:**

Os resultados preliminares da pesquisa sobre as Vivências em Acessibilidade indicam que a maioria dos respondentes acreditavam que as dificuldades enfrentadas seriam bem mais brandas do que as vivenciadas durante a atividade. Esta experiência vivida foi importante para conscientizar os estudantes em relação à necessidade de novas contribuições para que as cidades sejam mais acessíveis para a comunidade local e seus visitantes.

Por fim, a análise realizada sobre os atrativos turísticos: Cristo Redentor, Pão de Açúcar, Museu de Arte do Rio, Museu do Amanhã, Museu de Arte Moderna, AquaRio e Praia de Copacabana nos apontam que ainda há um longo caminho a percorrer para que a cidade do Rio de Janeiro seja disponível, inclusiva e acessível a todos os cidadãos, principalmente àqueles que são pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos a PROPPi, por meio dos programas PIBIC e FOPESq, que viabilizaram

bolsa de iniciação científica, que garantiu a pesquisadora realizar as atividades de pesquisa e a aquisição de material para o projeto.

Agradecemos à FAPERJ que também concedeu o auxílio para aquisição de material para o Observatório do Turismo Acessível, coordenado pelo Docente.



Imagem 1: Imagem PIBIC



**Ciências Sociais Aplicadas**

**O ENSINO À DISTÂNCIA E A VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 PELA PERSPECTIVA DO CORPO DISCENTE DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E A INFLUÊNCIA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS**

**Bárbara de Castro Terrones Miranda**

**Departamento de Direito Público**

**INTRODUÇÃO:**

A pesquisa realizada busca compreender de que forma as medidas adotadas pela gestão da Universidade Federal Fluminense durante a pandemia de COVID-19 impactaram tanto a vida dos estudantes da Faculdade de Direito quanto o aprendizado dos mesmos e seu acesso pleno ao direito à educação. Ademais, houve uma preocupação em delimitar um perfil dos alunos que responderam à pesquisa de forma a entender de que maneira as desigualdades sociais exerceram influência em todo esse processo e se as mesmas foram aumentadas em decorrência da pandemia.

Dessa maneira, foram confeccionados e divulgados formulários *online* com o objetivo de dimensionar o nível de aprendizado, as dificuldades e as vantagens encontradas em três fases do ensino pandêmico: o ensino remoto, a perspectiva de transição para a modalidade de ensino presencial e o ensino presencial de fato.

Foi, então, traçado um perfil socioeconômico de cada um dos alunos que respondeu aos formulários de forma a captar a influência das desigualdades sociais nos resultados encontrados sobre cada modalidade.

O objetivo da pesquisa é o de entender a que grau os alunos foram prejudicados ou ajudados pelo tipo diferenciado de ensino e qual o papel da direção e da reitoria da faculdade dentro desse cenário a partir de suas atitudes e decisões.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Os formulários realizados demonstraram que de fato a universidade pública conta com indivíduos das mais diversas classes econômicas e sociais, que se unem por uma suposta perspectiva de igualdade perante o exercício do direito à educação. Entretanto, percebeu-se que esse cenário não é de igualdade plena, e que os estudantes com menos condições financeiras ainda precisam batalhar em demasia para obter a mesma qualidade de ensino que os demais.

Nesse sentido, os formulários também trouxeram as informações de que nem todos os alunos que precisavam do auxílio oferecido pela universidade tiveram efetivamente acesso ao mesmo e que muitas vezes não conseguiram ter o básico do ensino necessário por não terem computadores ou internet estável para assistir às aulas. Além disso, mesmo em meio aos alunos com maiores condições

socioeconômicas, as dificuldades durante o período pandêmico foram exacerbadas e impediram que muito retivessem o conhecimento necessário para a formação de um profissional de qualidade.

Falta de lugar silencioso para estudar, dificuldade dos professores em se adequar ao meio remoto, excesso de trabalhos e de atividades avaliativas e mesmo dificuldade de concentração devido a longas horas frente a telas de computador foram alguns dos fatores determinantes relatados pela maioria dos alunos como prejudiciais para a experiência completa da faculdade.

Além disso, o isolamento causou o aumento de doenças mentais e de desmotivação, o que tornou a jornada pelo diploma insustentável para alguns dos estudantes.

Por outro lado, a volta ao ensino presencial se mostrou defeituosa mas satisfatória, uma vez que englobou os interesses da maioria dos alunos e permitiu a volta ao aprendizado acadêmico que tanto importa ao novo bacharel.

## **CONCLUSÕES:**

A partir do trabalho realizado, formou-se o conhecimento de que o modo remoto de ensino supriu a lacuna deixada no período de isolamento social causado pela pandemia, mas gerou outra lacuna expressiva dentro da base de conhecimento dos alunos de Direito da UFF, que não conseguiram ter o aproveitamento necessário, ainda mais para os padrões de excelência que a referida faculdade carrega em seu histórico.

Além disso, percebe-se que durante a transição ao ensino presencial poderiam ter sido tomadas decisões mais acertadas, no sentido de fazer aulas parcialmente remotas e parcialmente presenciais para limitar a quantidade de alunos por sala, no lugar de fazer disciplinas todas remotas e outras todas presenciais.

Entretanto, conclui-se também que houve pontos positivos tanto no ensino à distância quanto na volta ao presencial, que expressam o grande esforço da direção da faculdade em fazer o estressante e intenso período pandêmico mais suave para todos os estudantes.

Nesse sentido, dá-se destaque para a sugestão da faculdade de gravação das aulas, para que os alunos que precisaram começar a trabalhar ou que não tinham acesso estável à internet não perdessem todo o conteúdo, a impossibilidade de realização de avaliações de forma simultânea, a cobrança de comprovante de vacinação como regra essencial para que o indivíduo pudesse voltar a frequentar a faculdade, a obrigatoriedade do uso de máscaras, dentre diversas outras decisões que facilitaram em demasiado a vida de quem mais precisava.

Acentua-se, portanto, que todo o processo não foi pacífico e que de fato prejudicou muito aos estudantes. Assim, sugere-se aulas de reforço para os estudantes que sentem-se prejudicados em determinadas disciplinas e a realização de planos antecipados para prevenir que situações similares se repitam em outro tipo de acontecimento emergencial.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço, em primeiro lugar, ao professor orientador da presente pesquisa, Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim, que forneceu todo o apoio necessário para que o trabalho fosse realizado de forma adequada.

Ademais, agradeço aos alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense que ajudaram de forma determinante a encontrar os resultados almejados a partir da resposta aos formulários e divulgação dos mesmos, além da prontidão em realizar as entrevistas pedidas para a segunda fase do trabalho.

Por fim, agradeço a toda a Universidade, e em especial à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, que possibilitou que eu e que diversos outros estudantes tivessem a oportunidade de realizar uma pesquisa completa que acresce muito conhecimento e experiências determinantes tanto na vida quanto na formação de um estudante e de um futuro profissional.



Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais  
Aplicadas  
SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE EDUCAÇÃO  
NEOLIBERAL-FLEXÍVEL: UM ESTUDO DA FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
João Pedro Alencar de Almeida e Priscila Keiko C.**

**Sakurada**

**Departamento de Serviço Social/Escola de Serviço Social**

### **INTRODUÇÃO:**

Este resumo tem por objetivo elucidar as etapas de construção do processo a respeito do projeto de pesquisa que teve como objetivos identificar como se constitui a organização acadêmico-pedagógica dos cursos e as propostas de formação das Unidades de Ensino a partir dos Projetos Políticos-Pedagógicos.

A pesquisa tem como objetivo geral “analisar quais são as concepções de serviço social que estão presentes na formação profissional nas universidades públicas do estado do Rio de Janeiro”, e em que medida a política de educação no ensino superior pautada em um viés neoliberal impacta na formação profissional dos estudantes.

Ao longo deste processo foram realizadas as seguintes atividades, como parte integrante do planejamento inicial da pesquisa: leituras prévias, reuniões de orientação do trabalho de pesquisa, conhecimento dos indicadores e definição dos dados de interesse desta pesquisa. Ressaltando sua importância para o

desenvolvimento de um pensamento crítico que incide na construção e elaboração do projeto de pesquisa.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Os fundamentos teóricos estão apoiados na compreensão da educação a partir das contribuições dos autores: José Paulo Netto, Florestan Fernandes, Yolanda Guerra e na própria orientadora. Partimos do reconhecimento que no contexto neoliberal a educação se flexibilizou a ponto de tornar o ensino superior uma mercadoria, que visa o lucro e é acompanhada de um processo societário que esvazia o pensamento crítico nas universidades, possibilitando desta forma o descolamento de uma consciência do estudante e futuro trabalhador, inserindo-o em uma dinâmica de mercado de trabalho na qual ele fica a margem das relações produtivas e de exploração do capital.

Importante ressaltar que a pesquisa e a coleta de dados se restringiram no universo das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs)



públicas no Estado do Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), campos de Rio das Ostras, Niterói e Campos dos Goytacazes; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O primeiro foi realizado em 2021 e abordou os seguintes itens: números de docentes, carga horária do curso, periodicidade, número de vagas e se o curso respondia a um processo ou ocorrência. O último levantamento foi conduzido a partir de um questionário a ser preenchido com as seguintes questões: “Quando que ocorreu a aprovação do projeto pedagógico?; Quantidade de vagas ofertadas; Ingresso anual ou semestral; Houve alteração em relação ao projeto pedagógico?; desde quando foi realizada a alteração?; Qual o total de professores do curso?; O curso já passou por processo de renovação?; quando que ocorreu?; Tem ou teve alguma ocorrência? qual ou quais foram as ocorrências?; O curso funciona em quais turnos?; Quais os principais pontos que particularizam o projeto pedagógico desta unidade?; O curso já implementou a curricularização da extensão?; como foi realizado?; O curso tem algum indicativo ou previsão de revisão a respeito do projeto pedagógico?; qual a motivação e qual a previsão para ser feito?”.

Ele foi enviado aos coordenadores dos cursos através de um formulário do google forms e não obtivemos ainda devolutiva da maior parte dos coordenadores de curso. O objetivo do questionário além do levantamento e atualização

das informações é também para traçarmos parâmetros que buscam entender como os projetos pedagógicos têm sido desenvolvidos e abordados por cada UFA, tanto em questão de sua atualização como também a respeito de seu próprio desenvolvimento. A nossa intenção com a realização desse novo levantamento foi a de observar as principais mudanças em relação aos projetos pedagógicos, buscando também compreender as semelhanças e particularidades entre cada escola, e tendo em vista o contínuo exercício de estabelecer, tanto através das similaridades quanto de suas particularidades em relação ao processo formativo e constitutivo de cada projeto e sua aproximação com projeto ético político do Serviço social e com os preceitos regulamentadores da profissão.

## **CONCLUSÕES:**

Até o presente momento participamos da pesquisa identificando os seguintes resultados parciais em relação aos projetos pedagógicos: além da análise a respeito dos sites de cada escola, em que há uma diferenciação em relação a forma com que as informações dos projetos pedagógicos são disponibilizadas. Também pode-se perceber que não se encontra um padrão comum de texto, onde uns são mais detalhados e apresentam de forma mais abrangente as intenções do curso oferecido pela faculdade, ressaltando, por exemplo, o compromisso social com uma formação ética, política e profissional; como também informam sobre a articulação em torno do tripé ensino pesquisa e extensão. Em outros as informações são mais simplificadas, o que não nos permite

ter uma compreensão total de seus objetivos. Tais informações são permeadas também por outras questões, que do ponto de vista da compreensão do projeto político e de suas particularidades, não expõem de forma mais concisa e/ou explicativa seus objetivos e fundamentos.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Por último, quero agradecer minha coordenadora e ao PIBIC que me possibilitaram ingressar como bolsista de pesquisa, algo tão estimado pela academia e de desejo de muitos estudantes, onde tive a possibilidade de me desenvolver com pesquisador e estudante do curso de Serviço Social. De maneira geral, foi um ambiente muito rico de ideias em que tenho a certeza de que me agregou muito para a absorção de conhecimento em espaços de debates únicos, a partir desta oportunidade me vejo mais preparado e entusiasmado para seguir em frente na profissão de Assistente Social, sinto que foi uma oportunidade ímpar na qual tenho orgulho de ter participado.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**TÍTULO DO PROJETO: O MERCADO DE TRABALHO  
BRASILEIRO E A PANDEMIA COVID 19**

**Autores: Elzira Lúcia de Oliveira e Maria Luiza Ribeiro de Abreu  
GRC/ESR/NEED**

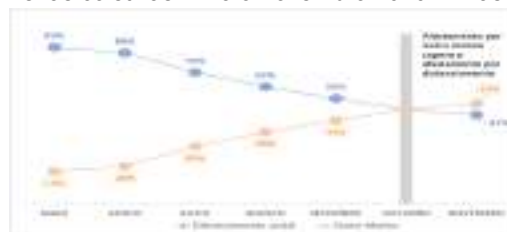
## **INTRODUÇÃO:**

O objetivo dessa pesquisa é analisar, por meio dos dados PNAD COVID 19, os impactos da pandemia COVID 19 sobre o trabalho e a necessidade de empréstimos dos trabalhadores brasileiros de maio a novembro de 2020, período de realização da pesquisa experimental do IBGE. Os objetivos específicos são: (i) Analisar os impactos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho segundo o perfil sociodemográfico do trabalhador; analisar os impactos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho por posição na ocupação; analisar os impactos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho por Unidades da Federação; analisar os impactos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho por setores de atividade econômica; analisar o perfil daqueles que perderam e emprego durante a Pandemia; analisar a demanda por empréstimos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 coletou dados no período de maio de 2020 a novembro de 2020. As entrevistas foram realizadas por telefone em, aproximadamente, 193 mil domicílios por mês, em todo o Território Nacional. A amostra foi fixa, sendo assim, os domicílios permaneceram na amostra durante todo o período de coleta.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Em maio de 2020, 83% do afastamento das pessoas ocupadas do trabalho foi por distanciamento social em decorrência da COVID 19. Conforme se observa na Figura 1, o percentual de afastados por distanciamento social diminui gradativamente de maio a novembro de 2020, enquanto os afastamentos por outro motivo descrevem trajetória inversa. Em novembro de 2020, o percentual dos afastados por outro motivo supera o percentual de afastados por isolamento social. Este comportamento revela que as medidas de isolamento social impostas pelas autoridades sanitárias estaduais e municipais, foram mais austeras nos primeiros meses da pandemia COVID 19.

Figura 1: Afastamentos do trabalho por motivo de quarentena, isolamento, distanciamento social ou férias coletivas – maio-novembro/2020 – Brasil

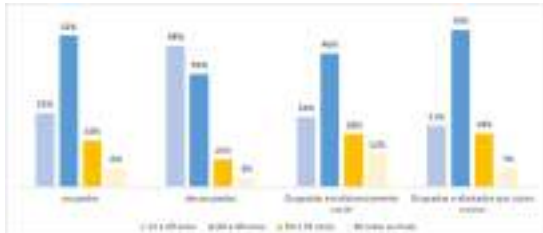


Fonte: PNAD/COVID (IBGE, 2020)

As pessoas do grupo etário 30 a 49 anos são maioria entre as categorias analisadas, excetos entre os desocupados, grupo no qual os jovens de 14 a 29 anos são maioria. Os jovens, comparativamente ao grupo etário intermediário,

são mais vulneráveis à situação de desemprego. A taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos era de 31,4% no terceiro trimestre de 2020 (PNAD contínua, 2020).

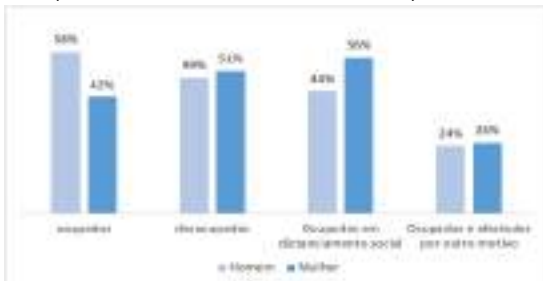
Figura 2: Afastamentos do trabalho por motivo de distanciamento social ou outro motivo, e grupos etários – (média de maio a novembro/2020) - Brasil



Fonte: PNAD/COVID (IBGE, 2020)

O perfil por sexo mostra que os homens são maioria apenas entre os ocupados enquanto as mulheres são maioria entre as pessoas ocupadas e afastadas e afastadas por distanciamento social (Figura 3).

Figura 3: Afastamentos do trabalho por motivo de distanciamento social ou outro motivo, por sexo – (média de maio a novembro/2020) - Brasil

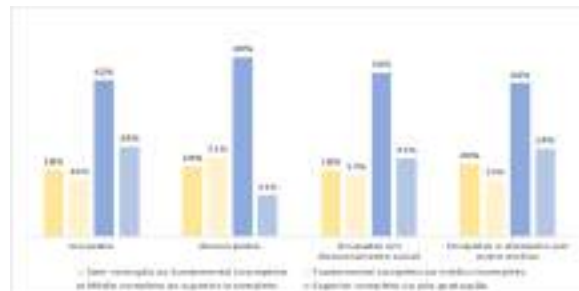


Fonte: PNAD/COVID (IBGE, 2020)

As pessoas com ensino médio completo ao superior incompleto estão em maior percentual em todas as situações apresentadas, sendo que o maior percentual foi entre os desocupados. A desocupação atingiu em menor proporção aqueles com nível superior completo ou com pós-graduação. O grupo com ensino fundamental completo ao médio incompleto estão em maior percentual entre os desocupados. Trata-se de um grupo heterogêneo composto tanto por pessoas que

estudam e buscam o primeiro emprego, quanto por aquelas que já saíram do sistema de ensino e, por terem baixo nível de escolaridade formal encontram mais dificuldade para se manter na ocupação.

Figura 4: Afastamentos do trabalho por motivo de distanciamento social ou outro motivo, por escolaridade – (média de maio a novembro/2020) - Brasil

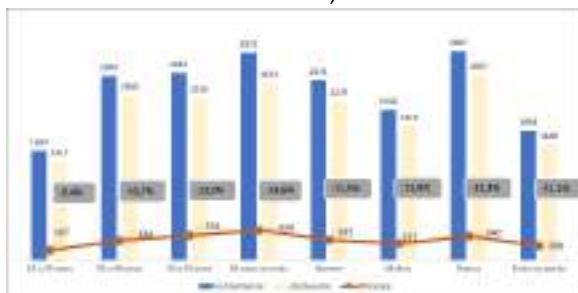


Fonte: PNAD COVID 19 (IBGE, 2020)

Em consequência das estratégias do Governo para evitar demissões em massa durante o período pandêmico, a exemplo da Medida Provisória (MP) 936/20, grande parte dos trabalhadores conseguiram manter seus empregos mediante redução de jornada e salários, o que impactou os salários efetivamente recebidos durante o período de vigências das medidas. A diferença entre os rendimentos médios reais de todos os trabalhos normalmente e efetivamente recebidos variou entre os diferentes grupos sociodemográficos conforme se observa na figura 5. Como existe variação de teto e piso salarial segundo características sociodemográficas, a análise deve contemplar a variação relativa, pois, nem sempre uma maior variação relativa corresponderá a uma maior variação percentual. Por grupos etários, foram os trabalhadores com 60 anos e mais que sofreram maior redução salarial. Os homens apresentaram maior redução em termos absolutos relativamente às mulheres, embora em termos percentuais a

diferença de 0,5 ponto percentual. Os brancos também tiveram maior redução salarial, se comparados com o grupo de pretos e pardos, entretanto essa diferença em termos percentuais seja mínima.

Figura 5: Rendimentos médios reais de todos os trabalhos das pessoas ocupadas por grupos etários, sexo e cor/raça-(R\$) - (média de maio a novembro/2020) - Brasil



Fonte: PNAD/COVID (IBGE, 2020)

A figura 6 mostra a média de julho a novembro de 2020 do percentual de domicílios onde algum morador solicitou e conseguiu empréstimo, por unidades da federação.

Figura 6: Percentual de Domicílios onde algum morador solicitou e conseguiu empréstimo –(média de maio a novembro/2020) – UFs



Fonte: PNAD/COVID (IBGE, 2020)

O maior percentual foi no estado de São Paulo e o menor foi em Roraima.

**CONCLUSÕES:**

O percentual de afastados por distanciamento social diminuiu no período analisado e, em novembro de 2020, é superado pelo percentual de afastado por outro motivo. Os jovens lideraram o grupo dos desocupados. Os homens foram maioria entre as pessoas ocupadas e as mulheres entre as pessoas desocupadas entre aquelas afastadas pelo distanciamento social. A desocupação atingiu em menor proporção aqueles com nível superior completo ou acima. O trabalho remoto somente foi acessado pelos estratos mais escolarizados da força de trabalho. Os empréstimos aumentaram ao longo do período e foram mais acessados pelos domicílios das regiões Sudeste e Sul.

**AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos à UFF e ao CNPQ pela concessão da bolsa de Iniciação Científica.





**Ciências Sociais Aplicadas**

**POTENCIALIDADES DA REFORMA AGRÁRIA NO  
ASSENTAMENTO ANTÔNIO DE FARIAS EM CAMPOS  
DOS GOYTACAZES, RJ**

**Autores: Alicia Vetoraci Munaldi, Vanuza da Silva Pereira  
Ney**

**CEC/NERU/NEEA**

**INTRODUÇÃO:**

A questão agrária no Brasil é um tema muito debatido na literatura brasileira, em especial porque para grande parte dos pesquisadores, o Brasil não fez a tão esperada “reforma agrária”. A reforma agrária como tem sido feita no Brasil é um entrave ao desenvolvimento brasileiro e condição para uma sociedade mais justa. (GRAZIANO, 1981 e GUANZIROLI, 2001).

O objetivo da pesquisa foi analisar o processo de reforma agrária no Assentamento Antônio de Farias, localizado em Campos dos Goytacazes, RJ, buscando identificar potencialidade e limites.

A metodologia foi baseada em pesquisa bibliográfica, com revisão teórica e histórica acerca da reforma agrária. Para o estudo do assentamento Antônio de Farias foi utilizado os dados obtidos e documentos produzidos em pesquisas anteriores pelo Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, NERU/UFF. E foram realizadas entrevistas com os agricultores do assentamento no primeiro semestre de 2019, em especial com os agricultores que participaram do projeto da Cesta Sabores da

Terra do NERU/UFF. As informações consideradas na análise foram: acesso à assistência técnica e ao crédito e comercialização dos produtos.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O assentamento Antônio de Farias foi criado em 08 de agosto de 2001. A ocupação da área foi feita a partir da liderança do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e os demandantes eram em sua maioria, trabalhadores rurais do próprio município. Inicialmente o INCRA/ITERJ pretendia assentar 161 famílias, mas devido às restrições ambientais em parte de suas terras (áreas inundáveis, presença de fragmentos florestais) foram assentadas apenas 92 famílias distribuídas em nove núcleos. No assentamento Antônio de Farias os principais problemas encontrados foram: a dificuldade de acesso ao crédito e a dificuldade de acesso a assistência técnica.

Como características gerais, os entrevistados, chefes de família, apresentaram baixa escolaridade com ensino fundamental incompleto; a maioria trabalhava na agricultura

e fora dela também para complementar renda, o que foi identificado também a presença da pluriatividade, ou seja, uma mesma família tinha pessoas na agricultura e também em outros setores como serviços e comércio. Essas últimas na sua maioria realizada fora do assentamento, como serviços domésticos e serviços de pedreiro e ajudante de pedreiro.

No que se referiu a investigação voltada para o desenvolvimento das atividades agrícolas, foi constatado que as assistências técnicas prestadas pelos órgãos estaduais não têm sido proveitosa a ponto de não considerar as peculiaridades e especificidades do assentamento nas suas características físicas e humanas.

Sobre o acesso ao crédito, o impacto dos créditos na produção pode ser percebido quando se analisa a finalidade mais usual deles, que é a utilização dos créditos para custeio da produção agrícola. O que demonstra a necessidade que o assentado possui de recursos para a manutenção e reprodução da produção, o que nem sempre é possível devido ao atraso na liberação dos recursos. Além disso, poucas famílias tiveram acesso ao crédito, cerca de 30% apenas. (Munaldi et al, 2020)

As famílias agrícolas do Assentamento Antônio de Farias encontram muita dificuldade para a comercialização dos seus produtos. No entanto, as mesmas têm buscado alternativas para a comercialização dos produtos, como feiras (Liceu, Rodoviária Velha) e universidades (UFF, UENF, IFF).

Esses entraves dificultam a produção agrícola, e, portanto, comprometem a reprodução social das famílias, tanto na geração de trabalho, como de renda, ocasionando a saída das pessoas do assentamento para buscar oportunidades de emprego e renda.

## **CONCLUSÕES:**

As pressões dos movimentos sociais, em especial do Movimento Sem Terra (MST), tiveram nas últimas décadas papel fundamental no assentamento de famílias pelo Programa de Reforma Agrária do Incra.

Apesar da conquista da terra, e mesmo com uma política pública planejada para viabilizar as atividades econômicas das famílias, em especial a agricultura familiar, como o PRONAF, as famílias assentadas encontram muita dificuldade para acessá-lo.

A criação do assentamento Antônio de Farias não é acompanhada de ações que garantam às famílias condições efetiva de produção e de comercialização, como o baixo número de famílias que acessam o crédito rural e os programas em geral, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Dessa forma, o assentamento Antônio de Farias reflete a realidade brasileira de políticas de assentamentos rurais resultante da pressão dos movimentos sociais, mas que carecem ainda de plano de desenvolvimento rural integrado às ações de distribuição de terras.



## PRINCIPAIS REFERÊNCIAS:

BUAINAIN, A. M.; PIRES, D. *Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil*. Brasília: INCRA, 2003.

GRAZIANO da Silva, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

GUANZIROLI, Carlos E. [et al.]. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

ITERJ. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Antônio de Farias*. Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro. 80 p. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

MEDEIROS, Leonilde [et al] (org). *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], (2004).

MUNALDI, A. V.; PEREIRA, V. S. N.; LIMA, S. Análise da agricultura no Assentamento Antônio de Farias em Campos dos Goytacazes, RJ. In: XII Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica, 2020, Campos dos Goytacazes. Editora do IFF, 2020.

PEIXOTO, M. *O planejamento do desenvolvimento de assentamentos rurais: Experiências no Estado do Rio de Janeiro*. Editora UFRRJ, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Editora brasiliense, 2000.

STEDILE, João Pedro (org.) *A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão popular, 2005. pp. 15-31





**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CULTURA NA SOCIABILIDADE CONTEMPORÂNEA:**  
**ELEMENTOS PARA A CRÍTICA.**  
**AUTORES: SARAH FERNANDES TAVARES (BOLSISTA) E**  
**PAULA DOS SANTOS KROPF (ORIENTADORA)**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITEROI/ ESCOLA**  
**DE SERVIÇO SOCIAL**

**INTRODUÇÃO:**

O projeto tem como objetivo central analisar a compreensão do conceito de cultura, em sua forma mais ampla, nos marcos do atual estágio do capitalismo, buscando a reflexão acerca de sua crítica na contemporaneidade. Tomamos como pressuposto a formulação de cultura como processo, logo, enquanto parte da produção e reprodução da vida social (WILLIAMS, 1969). Localiza--se a relevância da investigação e debate sobre o tema no processo de formação profissional em Serviço Social, usando como aporte teórico as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Como caminho metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental se organizou em reuniões regulares, simultâneas ao grupo de estudos, onde se realizou a leitura e análise de material artístico, observando a arte como possibilidade de representação da realidade social, articulando leituras de textos que refletem sobre a dimensão cultural na formação social brasileira.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Por meio da análise e discussões de algumas obras de Raymond Williams, o estudo se debruça na definição ampla de cultura, que designa todo um modo de vida, em termos gerais e nas particularidades de suas formas de manifestação sócio-históricas e, por fim, para se referir às artes e aprendizados, a partir de sua compreensão como “processo de desenvolvimento humano” (WILLIAMS, 2007). Nesse sentido, a cultura enquanto prática social, produto e produtora da realidade, se torna a chave para as discussões da pesquisa, angulada com o sistema em que está inserida, sendo ele, o capitalismo. Para a necessária manutenção e expansão do mesmo, são observados no que tange ao cultivo e desenvolvimento das potencialidades humanas, a sua realização atravessada pela forma mercadoria, que conforma a experiência social atual. Com isso, observarmos o desenvolvimento das forças produtivas e seus traços destrutivos, se conformando em significados comuns e modos de vida que visam a reafirmação da ordem e legitimação de relações sociais orientadas pelo objetivo de produção de valor, somadas ao aprofundamento das desigualdades e o uso da violência como resposta ao contexto de crise estrutural.

Sobre a realidade brasileira, destacamos Coutinho (2011), resgatando o debate acerca da formação sócio-histórica brasileira, atravessada pela colonização que tem como característica fundante a escravidão, e mais tarde pela expansão de um capitalismo dependente. As marcas da formação dessa sociabilidade se dão pelo apagamento da história do país e exclusão da sociedade civil no processo de constituição de uma cultura nacional, impossibilitando a classe trabalhadora de desenvolver seus próprios significados comuns.

O Serviço Social é uma profissão marcada, nos seus primórdios, por um caráter conservador. Entretanto, as transformações políticas movimentadas pela categoria contribuíram para o desenvolvimento de um projeto profissional que tem como norte a teoria social crítica e o compromisso com a classe trabalhadora. Nesse sentido, buscando alcançar um dos objetivos da pesquisa, compreende-se a importância de pensar a temática da cultura no processo formativo, compreendendo que a profissão está inserida nas relações de produção e reprodução da vida social no capitalismo, sendo imprescindível uma formação profissional orientada pela compreensão do ser social enquanto totalidade histórica e o conhecimento da formação social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira (ABEPSS, 1996).

A pesquisa conta com fontes documentais, a fim de analisar a cultura como manifestação artística e intelectual, e a sua representação da realidade social. As obras estudadas retratam a produção artística no

capitalismo, pela via da relação da cultura enquanto forma-mercadoria. Além de denunciar marcas fundantes do sistema capitalista de mercantilização da vida social, exploração e o caráter alienante do trabalho.

## **CONCLUSÕES:**

Conclui-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, mas ressalta-se que o percurso de construção de conhecimento é compreendido a partir de um fluxo contínuo, que não se encerra no presente, assim como as discussões e reflexões acerca da cultura e da formação em Serviço Social.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a orientação da Paula Kropf e as trocas com Lisa Sobreira e Ester Benevides, amigas pesquisadoras, tornando o processo coberto de reflexões, análises e afetos, tão enriquecedores para a minha formação acadêmica e pessoal. Agradeço também ao CNPQ pela disponibilidade no programa enquanto aluna-bolsista.

## **REFERÊNCIAS:**

ABESS/CEDEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*, 1996.

CARVALHO, S. *Ópera dos vivos: estudo teatral em quatro atos da Companhia do Latão*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

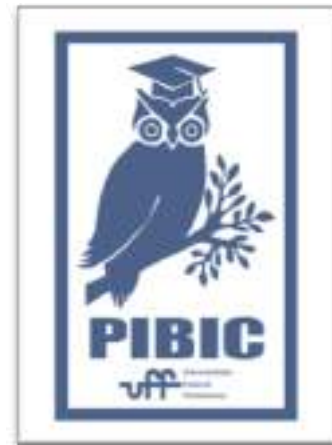
COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil. In: *Cultura e sociedade no Brasil: Ensaios sobre ideias e formas*. - 4.ed. -- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade: 1780 – 1950*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

*Ensaio Aberto: Fomento ao Teatro*. Cooperativa Paulista de Teatro, 2011.

*NOVIEMBRE*. Direção de Acheró Mañas. Espanha: 2003. 1 DVD (138 min.).





**Grande área do conhecimento: Serviço Social Aplicado**  
**Título do Projeto: A SAÚDE PÚBLICA E A QUESTÃO ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E INVASÕES CONSERVADORAS NAS INSTÂNCIAS DE DECISÃO.**

**Autores:** Leticia de Macedo Gomes; Luci Faria Pinheiro

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Serviço Social de Niterói/Escola de Serviço Social/Laboratório de Serviço Social, Movimentos Sociais e Novos Projetos Societários na América Latina

### **INTRODUÇÃO:**

O projeto tem como principal objetivo levantar no processo participativo o protagonismo dos movimentos sociais no Conselho Municipal de Saúde (CMS) frente a uma história de resistência democrática no município de Niterói. A partir da Constituição de 1988, marco da democratização, se intensificou um processo de ofensiva conservadora, sob o arcabouço do projeto neoliberal. Uma das formas de resistência aos retrocessos que viriam a partir de então, foi o movimento em torno ao SUS, de saúde universal e gratuita. Contudo, experiências como a de Niterói auxiliam nesse enfrentamento, tendo em vista a dimensão global do projeto conservador, sob orientação da ideologia do mercado. Por outros meios, as invasões conservadoras vão desviando os preceitos constitucionais, através da defesa do Estado mínimo. A privatização de serviços dentro da esfera pública, o rebaixamento salarial é uma realidade em Niterói que reduz a qualidade dos serviços e desvaloriza os servidores..

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Uma das orientações seguidas foi que a pandemia causou impactos na vida da população, em estado de isolamento social e político, exigindo não somente políticas públicas emergenciais, como também, reflexões oriundas de uma conjunção de fatores, como políticas públicas de proteção e geração de renda, como também ações solidárias, coordenadas por diversos coletivos organizados. A partir do segundo ano de pandemia, a política de economia solidária associada à assistência social, foi construindo pontes de recuperação da renda, da sociabilidade e da saúde mental abalada pelo tensionamento psíquico, diante de um quadro inesperado de mortos e perda de trabalho e renda e fechamento do sistema educacional.

A problematização da pesquisa se complexifica na medida em que a política municipal é desafiada a enfrentar de forma eficaz e democrática, as emergências sociais oriundas da Pandemia (2019-2022). Os três anos de pandemia impuseram uma agenda pública emergencial que mudou as políticas de Saúde e Assistência Social, em consequência o planejamento inicial da pesquisa.

A essa realidade Niterói tem se antecipado ao introduzir na política de assistência social, o princípio da economia solidária, integrada à questão da segurança alimentar. Essa inovação promoveu junto com o Fórum de Economia Solidaria, a Casa Paul Singer e o movimento de economia solidaria, um espaço de feiras pela cidade, chamado Circuito Arariboia, que a partir do segundo ano de pandemia, foi possível retomar as atividades. O projeto estabeleceu como base de pesquisa o acompanhamento da flexibilização nesse espaço, em especial no Campo de São Bento, levantando a realidade dos produtores e empreendedoras artesanais durante o período precedente.

Nesse percurso, entendemos que um conjunto de condições que alteraram a vida dessas pessoas, assim como, que as protegeram da extrema pobreza, deviam ser consideradas pelo para levantar a importância de permanência do auxílio emergencial e do Programa Bolsa Família, como base e condicionante de saúde, em relação ao conceito de saúde determinado pela Reforma Sanitária, que se consolidou na Constituição de 1988.

Na primeira etapa do projeto, foi possível então delimitar o Circuito Arariboia como espaço para atingir os objetivos referentes à saúde alimentar. Realizamos acompanhamento prévio dos efeitos dessa articulação durante e após o período de isolamento social, com vistas à analisar o papel dos trabalhadores/as da economia solidária, adotando o trabalho como esfera de sociabilidade, visando a afirmação das determinantes de saúde, na concepção do SUS, no contexto da pandemia. Delimitou-se

metodologicamente, nesse período de elaboração, a extensão universitária para estabelecer um debate sobre o tema, com os movimentos sociais, os Conselhos de saúde, assistência e economia solidária e as respectivas instâncias da administração pública.

A pesquisa empírica utiliza instrumentos metodológicos, como: observação participante, através de questionários e entrevistas semi-estruturadas, a serem realizadas através de amostras - nas feiras de EcoSol: com agricultores de orgânicos e artesãos/ãs. O mesmo procedimento é realizado com o Conselho de Saúde, a partir da interlocução dos conselheiros em atividades de ensino e extensão, vinculados ao grupo de pesquisa proponente.

Os objetivos específicos, relacionados à história de formação e democratização do conselho na resistência do SUS, foram estabelecidos 4 grupos para aplicação dos questionários e entrevistas semi-estruturadas com os conselheiros de saúde.

## **CONCLUSÕES**

A pandemia COVID-19 traz à tona para a saúde pública o desafio de enfrentamento da amplificação da questão social, no Brasil, exigindo uma interlocução interdisciplinar maior. Nesse contexto, o acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) na garantia pela segurança alimentar e nutricional, constitui como uma vertente que denota a complexidade da estruturação e alcance das políticas públicas às populações mais vulneráveis.

Concluimos que as estratégias governamentais traçadas no município de

Niterói/RJ são oriundas de uma história de participação dos movimentos sociais. Mas também, da antecipação de um auxílio municipal de 4 meses oferecido aos trabalhadores, famílias e pequenos empreendedores, dentre outros, além de priorizar o valor para aquelas com crianças matriculadas nas escolas. A esse exemplo, o Conselho de Saúde realizou o orçamento participativo no segundo ano de pandemia, obtendo a prioridade de 3.500 propostas, levantadas através de fóruns virtuais com a participação da população, devidamente mobilizada pelos conselheiros.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, pela bolsa de Iniciação Científica, em 2022.

Proppi/CNPq pelo primeiro ano de bolsa Pibic, em 2020-2021.

Pos-doutorandas - Camila Faria Pançardes; Leila Maribondo Barbosa; Doutora da Secretaria de Saúde de Niterói, Barbara Celeste Rolim; mestrandas Daniela Moreno.







**Ciências Sociais Aplicadas**

**MAPEAMENTO DE ASPECTOS GERENCIAIS DE  
NEGÓCIOS IMIGRANTES BRASILEIROS NOS ESTADOS  
UNIDOS E HABILIDADES DE SEUS GESTORES**

**Dafne Rejo da Silva Melo; Eduardo Picanço Cruz**

**Departamento de Empreendedorismo e Gestão**

**INTRODUÇÃO:**

O debate referente à imigração tem se tornado cada vez mais relevante e presente nas mídias de informação e comunicação. Mesmo observando muitos casos com uma ênfase negativa sobre esse fenômeno, levantando uma preocupação no acolhimento de um grande número de imigrantes, o empreendedorismo étnico de imigrantes vem sendo identificado como fator de mobilidade econômica entre as comunidades estrangeiras.

O objetivo deste projeto é de apresentar as discussões sobre o fenômeno do empreendedorismo imigrante, especificamente dos brasileiros, através da identificação das diferentes trajetórias de empreendedores imigrantes. Esse debate é analisado através do comportamento dos imigrantes brasileiros das teorias existentes a respeito do assunto. Foi utilizado a literatura acadêmica existente sobre o tema junto com os dados resultantes das diversas técnicas de coleta, como entrevistas, análise documental e surveys.

A discussão de modelos teóricos que mapeiem os possíveis perfis dos diversos tipos de empreendedores imigrantes apresenta-se como uma lacuna teórica. A maioria dos estudos a respeito da imigração e de suas atividades empreendedoras concentra-se em imigrantes

latinos, asiáticos ou do Oriente Médio, que chegam à Europa, Austrália e América do Norte. Alguns autores nacionais também colaboraram com estudos relativos tanto à imigração quanto ao empreendedorismo de imigrantes brasileiros. No entanto, persiste também na literatura acadêmica nacional uma carência de pesquisas que busquem traçar modelos teóricos ou frameworks mais abrangentes.

Dessa forma, este projeto visa tratar a elaboração de um modelo teórico que explique possíveis perfis dos empresários imigrantes através das mídias sociais, destacando as relações entre suas redes, conformadas em comunidades étnicas e transnacionais. Tal modelo poderá ser adotado por agentes governamentais, da sociedade civil organizada, empresariais e acadêmicos no campo de estudos de gestão e empreendedorismo, tanto no Brasil como nos territórios a serem objetos de estudo de caso, possibilitando também a sua difusão para outros países a partir das publicações decorrentes dessa pesquisa.

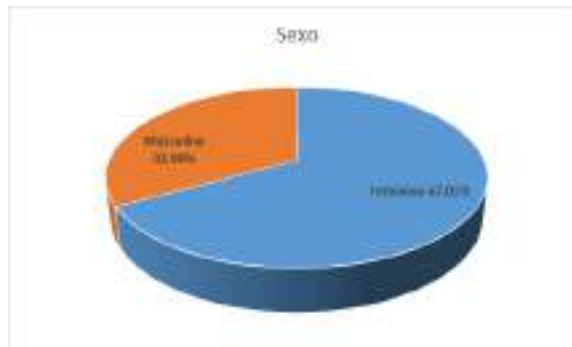
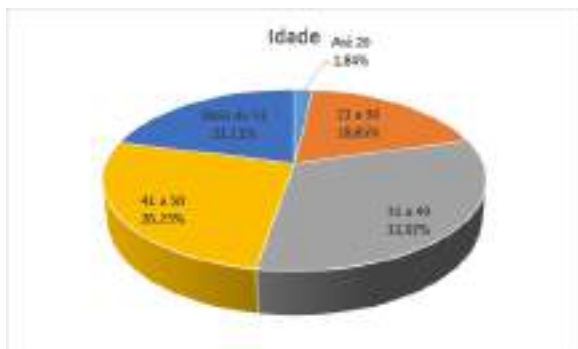
Além disso, seguindo essa perspectiva o presente trabalho poderá também iluminar linhas teóricas que ignoram a criação de riqueza gerada pelos imigrantes, que muitas vezes enfatizam apenas os problemas por eles gerados.

Para o plano de pesquisa, a investigação adotada foi a metodologia exploratória e o método qualitativo, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de investigação de percepções, interações e ações conjuntas em redes sociais envolvendo o público imigrante brasileiro que está nos Estados Unidos.

### RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Como resultado das ações de marketing digital na divulgação da pesquisa para a coleta de dados, conseguimos atrair um número significativo de respostas. Até a data de 21/01/2022, foram coletadas 149 respostas, sendo delimitado 600 respostas necessárias para o questionário. Segue abaixo alguns gráficos contendo as informações das respostas recebidas até este momento:

Imagem 1: Gráficos com o perfil





Por que deixou o Brasil?



Por que os EUA te atraem?



Tabela 1: Atividade atual

O que está fazendo atualmente?	
Buscando oportunidades para abrir um negócio	1,84%
Buscando oportunidades para trabalhar	2,46%
Cuidando da casa, trabalhando e/ou estudando	14,96%
É empresário	10,66%
Fazendo trabalho voluntário	0,82%
Fazendo turismo	0,43%
Só estudando	5,33%
Só trabalhando	39,34%
Somente cuidando da casa e/ou da família	8,40%
Trabalhando e estudando	15,78%

O projeto alcançou cerca de 80% das respostas necessárias para a primeira fase, o que são bons resultados considerando que a rede social mais utilizada durante essas pesquisas foi o Facebook, que não é uma rede mais tão acessada como era nos anos anteriores. No entanto, continua sendo a que mais obteve retorno e a que tinha melhores ferramentas para realização de posts interativos e de maior alcance entre as diversas cidades e estados americanos.

Através das postagens nos grupos foi verificado alguns relatos dos brasileiros imigrantes sobre as mudanças que eles vivenciaram nos últimos anos em suas respectivas cidades em que moram. Mesmo interagindo com grupos de cidades diferentes, as respostas muitas vezes eram semelhantes, relatando sobre o aumento do índice de violência, dos preços e da diminuição do sentimento comunitário, de ajudar o brasileiro que recém chega ao país. Em geral, dentre os membros dos grupos do Facebook que respondiam sobre o pedido de responder o questionário, pôde-se notar uma maioria favorável em ajudar no projeto, sendo cordiais solícitos quanto à solicitação. O mesmo em relação ao questionário destinado aos empreendedores.

Conforme gráficos dispostos anteriormente, a grande maioria dos respondentes foram do sexo feminino, de idade entre 31 e 40 anos, com graduação superior realizada em universidade privada no Brasil, que reside há mais de 10 anos no país e mora com a família

## CONCLUSÕES:

## AGRADECIMENTOS:

Aos membros do Grupo de Pesquisa em  
Empreendedorismo de Imigrantes da UFF e  
seus parceiros.



Ciências Sociais Aplicadas

**MULHERES EM MOVIMENTO – RESISTÊNCIAS NO  
ACIRRAMENTO DA MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO  
URBANO**

**THALYTA SANTOS ROCHA FIGUEIREDO**

**Departamento de Serviço Social – Escola de  
Serviço Social – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Trabalho,  
Educação e Serviço Social (TEIA).**

**INTRODUÇÃO:**

O projeto investiga as formas de resistência de mulheres moradoras de favelas da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Através deste reconhecemos a formação de grupos, redes de apoio, de cuidado e de articulações de mulheres que buscam não só denunciar as violações sofridas, mas também que construíram a qualificação do que pode ser conhecido como *violência institucional*<sup>1</sup> promovida pelo Estado em territórios de favelas e periferias, manifestada pela crescente militarização do espaço urbano como expressão do aprofundamento da crise estrutural do capital (MÉSZAROS, 2012). Foram consideradas as favelas e regiões periféricas ocupadas por e/ou expostas a permanentes incursões de forças policiais e militares (como Manguinhos e regiões periféricas da metrópole). O debate parte da compreensão da constituição histórica da formação social radicalmente sexista e

---

<sup>1</sup> Termo que é tematizado inicialmente no campo da saúde a partir de denúncias de assédios e violências cotidianas no setor da saúde e é entendido como “a violência praticada por órgãos e agentes públicos que deveriam responder pelo cuidado, proteção e defesa dos cidadãos” (LADEIA et all, 2016).

generificada como determinação fundante da ocupação e do uso do espaço urbano na contemporaneidade.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Diante da crise econômica e da pandemia referente ao COVID-19, algumas das iniciativas de resistência encontram desafios de articular ações estruturais, emergenciais e de enfrentamento ao tema aqui exposto. Mesmo nesse contexto, os movimentos de favela, periferias e de direitos humanos reagiram fortemente às incursões policiais às favelas.

Através do projeto foi possível avançar nas premissas conceituais sobre o impacto da militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro na vida das mulheres negras em favelas nas últimas décadas.

Entendemos que a estrutura militarizada e violenta é a forma civilizatória desta sociabilidade, inerente à dimensão coercitiva do Estado liberal, que tem o monopólio da força cumprindo um papel central na reprodução de relações desiguais.

A violência institucional é um conceito que passa a integrar nossa reflexão a partir do movimento concreto do real. O termo nomeia um conjunto de práticas multifatoriais no âmbito das instituições marcadas por relações interpessoais opressivas, desiguais e assimétricas, de desumanização de uma das partes. Entendemos que as instituições não são neutras, nem procedem do âmbito das impessoalidades, como se estivessem acima de todas (os/es) e voltadas a uma vaga noção de “bem comum”.

A partir deste debate e entendimento, em parceria com a FASE - ONG de defesa de direitos humanos - realizamos oficinas de fortalecimento e de formação dos coletivos, bem como atividades distintas visando contribuir para a construção dessa identidade coletiva de resistência.

Com a necessidade do trabalho por modalidade remota, como uma das condições sanitárias para controle da pandemia, necessitamos nos reorganizar tanto no acompanhamento dos grupos quanto no monitoramento dos dados e das ações dos grupos de mulheres na cidade do Rio de Janeiro.

De forma remota acabamos por desenvolver, dentro das condições possíveis e buscando novos formatos de interação nos limites dessa modalidade, acompanhar as mulheres em processos de formação e de organização.

Além de nossa participação junto às Articuladas – uma coletiva de mulheres que atua pelo enfrentamento da violência institucional – cujas reuniões ocorrem

quinzenalmente, realizamos algumas atividades de formação e as assinalamos aqui como expressão de parte do impacto social da pesquisa.

Em 21 de maio de 2021 realizamos remotamente, através das Articuladas, uma Roda de Conversa Violência Institucional: Resistências por Direitos e Movimentos de Mulheres. A atividade integrou o mês comemorativo das assistentes sociais e foi veiculada pelo canal do Youtube da ESS – UFF, contando com a participação de docentes, ativistas de movimentos sociais e de ONGs e estudiosas do tema.

Em 29 de novembro de 2021, das 17 horas às 19 horas, organizamos e realizamos, por plataforma digital, uma oficina em formato de roda de conversa intitulada “Violência Institucional e racismo contra mulheres: saúde mental e práticas de cuidado”, voltada à formação discente e às mulheres negras e não-negras de movimentos sociais moradoras de periferias e favelas; profissionais atuantes com esse público.

## **CONCLUSÕES:**

Consideramos que os objetivos intencionados foram alcançados, mas que nos encontramos ainda no percurso de adensamento da investigação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

LADEIA, Priscilla Soares dos Santos;  
MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski e MELO,  
Elza Machado de. O silêncio da violência  
institucional no Brasil. **Revista Médica Minas  
Gerais**, 2016; 26 (Supl 8): S398-S401.  
Disponível em  
<http://rmmg.org/exportar-pdf/2186/v26s8a75.pdf>

MÉSZAROS, István. **Crise estrutural do  
capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Consideramos que os objetivos  
intencionados foram alcançados, mas que nos  
encontramos ainda no percurso de  
adensamento da investigação.

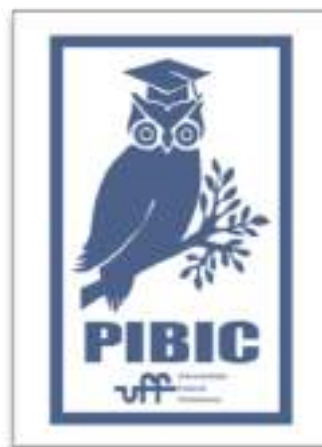


Imagem 1: Imagem  
PIBIC





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**Título do Projeto: BEM-ESTAR SUBJETIVO EM TURISMO E**  
**HOTELARIA: DIVULGAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM**  
**MÍDIAS SOCIAIS**

**Autor: Giulia Andrade Oliva**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Turismo,**  
**Faculdade de Turismo e Hotelaria, LABCONS – Laboratório de**

**Estudos de Consumo e Comportamento**

## **INTRODUÇÃO:**

Embora as viagens sejam constantemente associadas a uma fonte do bem-estar, diversos elementos durante o passeio são capazes de reduzir ou aumentar os níveis de bem-estar dos viajantes sendo flutuações positivas ou negativas (Mayer, Machado, Marques, & Nunes, 2019). O turismo e o bem-estar podem se relacionar de duas formas: análise do bem-estar subjetivo no turismo ou o turismo de bem-estar, em que o roteiro está diretamente ligado ao aumento do bem-estar físico ou mental (Silva & Mayer, 2021). Com isso, o conhecimento dos estudos das viagens e bem-estar pode ser benéfico tanto para os viajantes quanto para os profissionais do turismo (Mayer, Machado, Marques, & Nunes, 2019), uma vez que permite que as pessoas se preparem para o seu roteiro de viagem e que os serviços turísticos proporcionem a melhor experiência possível.

Contudo, a disseminação das pesquisas acadêmicas ainda possui muitas limitações. É uma necessidade e um dever ampliar o envolvimento da sociedade sobre o conhecimento científico desenvolvido em uma área e suas possíveis aplicações. À vista disso,

as redes sociais compõem o cotidiano das pessoas (Campanella, 2021), sendo de fácil acesso e permitindo uma linguagem mais acessível para a população geral. Dessa forma, foi proposta a implementação de um perfil no Instagram que divulgasse conhecimentos científicos sobre viagens e bem-estar de forma simples e acessível.

Portanto, os principais objetivos do presente estudo são: a) reunir e analisar a literatura dedicada ao estudo do bem-estar subjetivo no turismo; b) divulgar estudos acadêmicos envolvendo viagens e bem-estar subjetivo por meio de um perfil no “Instagram”; c) monitorar os resultados alcançados. O conhecimento sobre viagens e bem-estar da população geral pode permitir a otimização do passeio superando os efeitos negativos que as ações podem ter.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O presente estudo realizou uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa, em que se utiliza a rede social “Instagram” para divulgar os conhecimentos científicos de forma simples, acessível e dinâmica. Na primeira etapa, foram

reunidas e analisadas publicações sobre o tema, para assim, definir o público que se deseja alcançar. Em seguida, desenvolveu-se uma tabela que permitia a organização e o gerenciamento mensal das postagens junto aos seus objetivos. Desse modo, de acordo com a análise das reações de cada postagem foram adaptadas estratégias para incentivar a participação dos seguidores nas publicações. Para isso, foram utilizadas imagens interativas no *feed* e no *stories*. A fim de facilitar o acesso e compreensão dos seguidores na identificação do tema de cada publicação, o perfil possui séries de postagens com *templates* próprios. Além disso, observou-se a importância da produção de conteúdos dinâmicos como vídeos curtos (*reels*) e publicações interativas que instigassem a interação dos seguidores, permitindo criar uma conexão com as pessoas que acompanham o perfil.

O crescimento da quantidade de seguidores do perfil envolveu a adoção de estratégias que buscassem a interação do público, através de conteúdos interativos e vídeos curtos. Essa estratégia foi utilizada porque garante o dinamismo proposto na pesquisa e permite o diálogo com o público que acompanha o perfil. A troca de comentários, interações, atividades e opiniões são fundamentais para que a democratização seja implementada.

## **CONCLUSÕES:**

O bem-estar e suas aplicações nas viagens é um assunto extremamente importante para os estudos de antes, durante e após os passeios

turísticos e possui grande destaque dentro nos estudos acadêmicos. O tema tem um grande crescimento no meio acadêmico, porém não alcança os principais beneficiários que são os viajantes e profissionais do turismo. Para combater a barreira de acesso as pesquisas científicas implementamos o perfil [@bemestar\\_viagens](#) na rede social Instagram. Através de nosso perfil observamos a importância da participação do público no conteúdo para gerar aumento no engajamento e uma conexão com as pessoas. Outro fator a ser impulsionado é a frequência das postagens. Quanto mais conteúdo é entregue aos usuários, mais eles acompanham e interagem com as publicações. A cada nova postagem pode-se observar os resultados positivos das mudanças feitas após a análise e aplicações das estratégias. Portanto, os conteúdos e formatos são inúmeros e a cada dia novas produções estão sendo criadas.

## **AGRADECIMENTOS:**

Gostaria de agradecer principalmente à professora Verônica Feder Mayer durante todo este projeto e por embarcar nessa aventura de conhecimento comigo. À Faculdade de Turismo e Hotelaria e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) pela oportunidade de desenvolver novos estudos científicos e expandir nossos próprios conhecimentos. Aos demais membros do projeto: Aline Luz, Bruna Guebel, Letícia Almeida, Letícia Cynara e Mareely Alves pelas dicas e apoio ao longo dessa jornada. Agradeço também a todos que participam das atividades e

interagem com o nosso projeto pela confiança e carinho de sempre.

## REFERÊNCIAS

CAMPANELLA, Bruno. Reconhecimento datificado em plataformas digitais: lógicas e implicações. *Civitas* 21 (2): 282-292, maio-ago. 2021.

Mayer, V. F., Machado, J. dos S., Marques, O., & Nunes, J. M. G. (2019). Mixed feelings?: fluctuations in well-being during tourist travels. *Service Industries Journal*, 0(0), 1–23. <https://doi.org/10.1080/02642069.2019.1600671>

Silva, L. C. S. & Mayer, V. F. Wellness Tourism: Conceptual Analysis and Trends. *Rebuilding and Restructuring the Tourism Industry: Infusion of Happiness and Quality of Life*, p. 183-196, 2021.

[https://doi.org/10.4018/978-1-7998-7239-9.ch00](https://doi.org/10.4018/978-1-7998-7239-9.ch009)

[9](#)





Ciências Sociais Aplicadas

## O CONCEITO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO BRASIL.

Luma de Sá Garrido Guimarães (bolsista) e Marielle  
B. de Moraes (Orientadora)

Instituto da Arte e Comunicação Social (IACS)/  
Departamento de Ciência da Informação (GCI)

### INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa tem como tema o conceito de Competência em Informação nos artigos científicos da Ciência da Informação no Brasil. O referido conceito foi cunhado por Paul Zurkowski (1974) em um relatório intitulado *Information service environment relationships and priorities*.

No Brasil, Campello (2004) afirma que o termo está em fase de construção e foi mencionado pela primeira vez por Caregnato (2000) que o traduziu como “habilidades informacionais”. Por sua vez, Dudziak (2003) afirma que o termo Competência em Informação é a expressão mais pertinente para Information Literacy.

E é a partir dessas diferentes concepções, bem como dos diferentes termos que são utilizados para traduzir o que inicialmente foi denominado de Information Literacy, em língua portuguesa, no Brasil, que se apresenta o seguinte problema de pesquisa: *quais os diferentes significados e termos adotados para o que se denomina de competência*

*em informação em artigos científicos da Ciência da Informação no Brasil?*

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dessa questão, os objetivos desta pesquisa foram delineados da seguinte maneira. Objetivo geral: Identificar os diferentes significados e termos adotados para o que se denomina Competência em Informação em artigos científicos da Ciência da Informação no Brasil. E como objetivos específicos: Sistematizar os termos e definições de Colnfo nos artigos científicos da Ciência da Informação no Brasil e Contextualizar as diferentes definições de Competência em Informação identificadas nos artigos científicos de Competência em Informação no Brasil (2014 a 2020).

Foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória, com delineamento Bibliográfico. A respeito da Pesquisa Bibliográfica, Gil (1999, p. 29) afirma que é aquela “[...] elaborada com base em material já publicado”. Essa pesquisa foi

realizada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), nos anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e nos anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB). O período de abrangência do levantamento bibliográfico foram anos de 2014 a 2020.

A análise de conteúdo dos artigos foi feita a fim de perceber a qual categoria que eles se encaixavam e, assim, identificar os diferentes significados adotados para a ColInfo no Brasil.

A técnica para a análise foi a Análise Categorical com base nas categorias de análise elaboradas por Belluzzo (2018). As subcategorias da análise de conteúdo foram aquelas elaboradas por Vitorino e Piantola (2011): técnica, estética, ética e política.

Os resultados demonstraram que o termo Competência em Informação é o mais utilizado. *Alfabetização Midiática* e *Infoeducação* são menos utilizados. O ano de maior produção foi o de 2018, seguido do ano de 2020.

As categorias mais presentes na BRAPCI, foram: Diferentes grupos e comunidades e Contextos e abordagens teóricas, seguida da dimensão Técnica da ColInfo.

No ENANCIB as categorias e subcategorias encontradas diferiram de um ano para outro. Em 2014 a maioria estava inserida na categoria *Bibliotecas, Bibliotecários e Arquivistas*, seguida da categoria *Contextos e abordagens teóricas* e as subcategorias a maioria se encaixava na *dimensão técnica* da ColInfo, seguida da *dimensão política*. Em 2015, a maioria

dos artigos encaixavam-se na categoria *Contextos e Abordagens Teóricas*, seguido da categoria *Diferentes grupos e comunidades* e na subcategoria Técnica. No ano de 2016, a maioria dos artigos encontrava-se na categoria *Bibliotecas, Bibliotecários e Arquivistas*, seguida da categoria *Diferentes Grupos e Comunidades*.

Também houve uma predominância da dimensão Técnica. Em 2018, a maioria dos artigos se encontrava na categoria *Diferentes grupos/comunidades*, seguida da categoria *Bibliotecas, bibliotecários e arquivistas*. Por fim, em 2019, a maioria dos artigos se encontravam na categoria *Diferentes Grupos/Comunidades*, seguida da categoria *Contextos e Abordagens Teóricas*.

Por sua vez, no CBBB a maioria dos artigos usou o termo Competência em Informação em todos os anos, seguido da variante Competência Informacional. A subcategoria técnica prevaleceu em todos os anos, o que demonstra que nos congressos nacionais, há preocupação com os aspectos técnicos da ColInfo.

Por fim, no SNBU ocorreu o mesmo que nos outros eventos analisados, ou seja, o termo Competência em Informação foi o mais utilizado, seguido da variante Competência Informacional, sobrepondo-se a subcategorização técnica e a categoria Diferentes Grupos e Comunidades.

## **CONCLUSÕES:**

Embora o termo Competência em Informação seja usado na maioria dos artigos de periódicos e de eventos, junto de sua variante Competência

Informacional, o termo Letramento Informacional também é bastante utilizado na literatura.

O significado de ColInfo ainda remete muito mais aos seus aspectos técnicos. Esta pesquisa evidencia uma maior necessidade de investimentos em pesquisas nos aspectos éticos e estéticos da ColInfo.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Conselho Nacional de Pesquisa que tornou essa pesquisa possível e a orientadora Marielle pelos ensinamentos, paciência e dedicação.



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**TÍTULO DO PROJETO: A IMPUNIDADE PRESENTE NOS CASOS DE MASSACRES OCORRIDOS NO SUL E SUDESTE DO PARÁ SOB O RECORTE DO MASSACRE DA FAZENDA UBÁ**

**Autores: Camila Giron de Souza (orientanda) e Gladstone Leonel da Silva Júnior (Orientador)**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de**

**Direito Privado/Faculdade de Direito - Niterói**

## **INTRODUÇÃO**

Inicialmente, realizou-se um levantamento que contivesse todos os casos de massacres encontrados na região sul e sudeste do Pará, a partir da Nova República, em 1985, até o ano de 2019. Esses foram divididos em dois grupos diferentes: os que possuíram processo judicial e os que não sofreram processamento. Quanto aos casos de massacres em que houve processo judicial, foram levantados os seguintes casos: Chacina de Ubá (1985) – em São João do Araguaia –; Chacina da Fazenda Princesa (1985) – em Marabá –; Chacina de Goianésia (1987) – em Rondon do Pará/Goianésia –; Chacina da Fazenda Pastoriza (1995) – em São João do Araguaia –; Chacina de Eldorado dos Carajás (1996); Chacina de Morada Nova (2001) – em Marabá –; Chacina de São Félix do Xingú (2003).

No tocante àqueles que não sofreram processamento, têm-se: Chacina de Rio Maria (1985); Massacre dos Garimpeiros da Serra Pelada (1987) – em Marabá –; Chacina da Fazenda São Francisco (1996) – em Eldorado dos Carajás –; Chacina do Novo Repartimento/Anapú (2003); Chacina de Pacajá (2010) – no Rio Cururuí.

Dada a complexidade e profundidade de alguns dos casos, alinhada à falta de dados, informações, e processo judicial em muitos desses, optou-se nesta etapa da pesquisa

pelo estudo de um caso de massacre específico, de teor paradigmático, o caso do massacre de Ubá, ocorrido no sudeste do Pará, no município de São João do Araguaia.

Nesse massacre, também chamado de Chacina da Fazenda Ubá, foram assassinados 8 trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo o crime ocorrido em dois dias distintos, primeiramente em 13 de junho de 1985, quando foram mortas 5 pessoas – de nomes João Evangelista Vilarina, Francisco Pereira Alves, Januário Ferreira Lima, Luis Carlos Pereira de Souza e Francisco “de tal” –, e, posteriormente, no dia 18 do mesmo mês, ocasião em que mais 3 trabalhadores foram mortos – José Pereira da Silva (Zé Pretinho), Valdemar Alves de Almeida e Néelson Ribeiro –, a mando do fazendeiro e proprietário do Castanhal Ubá, José Edmundo Vergolino.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As diversas violações aos direitos dos posseiros que se constataram a partir da leitura do caso, bem como a presença de figuras emblemáticas para a realidade paraense – militantes do campo, pistoleiros, fazendeiros, autoridades públicas – e a repercussão não somente nacional como internacionalmente, já que o Estado brasileiro foi processado pela violação do direito à vida

dos trabalhadores rurais mortos e por sua inaptidão para o julgamento e processamento do caso, que perdurou por mais de 20 anos, foram circunstâncias que repercutiram na escolha pelo estudo do massacre de Ubá.

A impunidade judicial, elemento demarcador dos casos de massacres ocorridos no estado do Pará, mostra-se como regra e o sistema judiciário – com o amparo do aparato policial – como um de seus atores principais, haja vista ser responsável, através de suas condenações, por balizar condutas que representam violações a mais longa gama de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro.

A observação acerca do não processamento dos massacres em contexto agrário implicou a detecção de silêncios e de lacunas, os quais, por si só, comunicam a intencional invisibilização de violações de direitos humanos no contexto de luta pela terra como também um massacre *post mortem*, que emudece os movimentos de resistência e as organizações de enfrentamento ao poder latifundiário.

A provocação da jurisdição e a instauração de uma ação penal representam um ensejo ao combate da impunidade, já que as famílias dos trabalhadores e das lideranças buscam propiciar a efetivação da função social da terra, considerando-a para além de um substrato com conotação patrimonialista. Mais do que uma abordagem essencial para a preservação da memória dos defensores da terra, um processo célere e garantístico confere dinamicidade ao direito material e à produção de coisa julgada, trazendo visibilidade à ausência de tolerância a um processo de justicamento alicerçado nas próprias razões.

## CONCLUSÕES

Apesar dos responsáveis pela Chacina de Ubá terem sido condenados, a reparação pelo crime não parece ter efetivamente ocorrido. Isso se deve, por alguns fatores tais como o longo lapso temporal de processamento criminal, que impossibilitou a prisão de Vergolino e impôs às famílias das vítimas sofrimentos e angústias que se perpetuaram ao longo do tempo, a condição de foragido de dois dos acusados e, a morte na prisão de um dos executores, Sebastião da Terezona.

Após a análise documental realizada, observou-se que os silêncios pela ausência de processamento e os processos arbitrariamente conduzidos reiteraram a impunidade na qual esquecimento e processamento precário apresentam-se como faces de uma mesma insólita moeda.

Em consequência, estudos científicos mostram-se essenciais para que se identifiquem as diferentes formas de materialização dessa problemática, bem como suas projeções a fim de que se viabilizem estratégias mitigadoras. Ademais, o combate a esse fenômeno é vital para a restauração da memória dos sujeitos que tiveram suas vidas ceifadas face a busca pela promoção da função social da terra no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIMARÃES, Ed Carlos de Sousa. **A violência desnuda: Justiça penal e pistolagem no Pará.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, [S. l.], 2010.









## Comunicação e Informação

### GAME, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

**Bruna Lopes Cabral Lima, Yuri Neri de Azeredo Correia e Alexandre Farbiarz**

**Comunicação Social / IACS / educ@mídias.com**

## INTRODUÇÃO

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) define as aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Ela guia a escolha de ferramentas didáticas, inclusive os jogos educativos, a partir da definição das dez competências gerais que os estudantes devem desenvolver ao longo do período escolar.

Os jogos podem servir como ferramentas para a aprendizagem, potencializando competências previstas na BNCC. O uso dos jogos, segundo Kishimoto (1996, p. 59), “significa transportar para o campo do ensino-aprendizagem condições para maximizar a construção do conhecimento”.

Nosso objetivo de pesquisa é encontrar relações entre as competências da BNCC e mecânicas de jogos, auxiliando professores e gestores na escolha de jogos no desenvolvimento de competências dos alunos.

## METODOLOGIA

A 1ª etapa da pesquisa foi o levantamento de Estado da Arte de práticas de ensino-aprendizagem com uso de jogos. Observamos que o uso de jogos em sala de aula tende a facilitar a conexão com a disciplina melhorando o interesse e o desempenho dos alunos.

As considerações de Costa *et. al.* (2018) mostraram algumas dificuldades no uso de jogos com fins educativos, como a falta de jogos de qualidade e de equipamentos para suporte; a falta de capacitação de professores para o uso. Além disso, a pesquisa identificou a carência de um

método capaz de categorizar os jogos em relação às competências e diretrizes criadas pelo Ministério da Educação (MEC).

O preenchimento desta lacuna facilitaria o contato entre profissionais da educação e jogos, visto que a categorização esclareceria a qual jogo recorrer em sala de aula para o desenvolvimento de determinada competência indicada na BNCC.

Optamos por estudar os jogos analógicos das editoras Devir e Galápagos porque elas já se ocuparam da relação entre competências e habilidades e jogos.

Criamos uma tabela e adicionamos as principais características dos jogos, como descrição, idade, número de jogadores, gênero. Atribuímos as mecânicas em conformidade a Engelstein e Shalev (2022). Os autores descrevem as mecânicas e exemplificam com jogos, sendo que muitos deles estão no catálogo da Devir.

Após completarmos o quadro relacionando os 22 jogos do catálogo às mecânicas e competências, criamos uma tabela para verificar a quantidade de mecânicas registradas e quais competências são manifestadas junto a elas e vice-versa.

A tentativa de associação proposta foi prejudicada principalmente pela ausência de explicações ou a falta de critérios no material da Devir sobre a articulação entre as competências e os jogos. Assim, atribuímos as competências da BNCC pensando em sua aplicação em relação aos jogos e nas possíveis ações e pensamentos dos jogadores.

Observamos que, de 10 competências, 6 apresentam grupos de mecânicas recorrentes. Apesar de não possuírem grupos de mecânicas, nas outras 4 competências sempre há uma mecânica em maior quantidade. A Competência Pensamento Conceitual, por exemplo, se relaciona com 3 mecânicas, sendo que uma delas é a que aparece em maior quantidade. É possível presumir, portanto, que há uma relação entre esses dois elementos.

Como as competências indicadas pela BNCC não se encaixaram de maneira satisfatória aos jogos do catálogo da Devir, bem como não foi possível estabelecer relações objetivas entre as mecânicas e competências estudadas, decidimos analisar os jogos de outra editora com outras abordagens. Dessa forma, optamos por um trabalho de campo em colaboração com o projeto “Jogos de tabuleiro baseados em narrativa como ferramentas para sentido, comunicação e inclusão para jovens adultos de origens multiculturais e multissociais”, do Laboratório LINC|Design, em parceria com o NEAM, ambos da PUC-Rio. O projeto recebeu apoio do laboratório de pesquisas francês Game In Lab.

A pesquisa de campo vem se desenvolvendo por meio do acompanhamento quinzenal de encontros de 24 jovens, principalmente da Rocinha e do Parque da Cidade, que jogam por 3 horas jogos da Galápagos, selecionados pelos pesquisadores do LINC. Assim, foi possível testar em campo a atribuição das mecânicas e competências previamente analisadas a partir de um quadro desenvolvido para analisar os jogos da Galápagos, análogo ao dos jogos da Devir.

Todas as competências e mecânicas que atribuímos antes do campo foram confirmadas. Algumas foram identificadas estudando o funcionamento dos jogos enquanto outras exigiram a observação de algumas partidas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Infelizmente, com o atraso de 5 meses na outorga do apoio ao projeto do LINC pelo Game In Lab da França, nosso cronograma de observação de campo também atrasou. O projeto, com término previsto em 4/11/2022, ainda nos permitirá observar 6 outros jogos do catálogo da Galápagos. Infelizmente, não será possível incluir tais observações neste trabalho. Após o campo, tentaremos explorar as possíveis relações entre competências e mecânicas atribuídas aos jogos.

Como resultado parcial, desenvolvemos uma metodologia de análise eficaz com base no trabalho de campo, pois conseguimos identificar reações e comportamentos que não seriam possíveis somente pelo estudo teórico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, J. R.; GUAHY, V. J. R.; SOUZA, M. A. M.; FARBIARZ, A. Comunicação Visual em ambientes virtuais de aprendizagem: discurso midiático das vídeo aulas In: XXVIII Seminário de Iniciação Científica, 2018, Niterói. **Revista PIBIC 2018 – Ciências Sociais Aplicadas**. Niterói: UFF, 2018. v.1. p.136 – 137.
- ENGELSTEIN, G.; SHALEV, I. Building **Blocks of Tabletop Game Design**: An Encyclopedia of Mechanisms. 2. ed., Boca Raton: Hardback, 2022.
- KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e Educação**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 13-43.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à contribuição dos pesquisadores do grupo de pesquisa educ@mídias.com – UFF, no desenvolvimento deste projeto; à PROPPi - UFF e ao CNPq pelo apoio recebido. Agradecemos também aos pesquisadores do LINC|Design e ao NEAM, ambos da PUC-Rio.



**Grande área do conhecimento: Direito**

**Título do Projeto: MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NO HUMANISMO JURÍDICO - Uma análise de provimentos jurisdicionais do supremo tribunal federal sob a óptica do humanismo jurídico**

**Autores: Lucas Boccaletti (bolsista); Monica Paraguassu (prof.or.)**

**Departamento/Unidade: Departamento de Direito**

**Público/Faculdade de Direito**

## **INTRODUÇÃO:**

Proceder-se-á à investigação do “*princípio da proporcionalidade*” no Supremo Tribunal Federal (STF), para o estudo da ordem pública. Isso porque, à luz do magistério de Eros Grau (2021, p. 138), tal princípio é aplicado de modo heterodoxo, uma vez que os órgãos julgadores utilizam-se dele, quando da interpretação, a produzir a norma, o que é incompatível com sua forma de aplicação original.

Além disso, investigar-se-á a relação entre a regra da proporcionalidade e o humanismo jurídico, a fim de aferir se as normas – enquanto produto da decisão do judiciário – que estão a ser instruídas pela proporcionalidade estariam respeitando as liberdades garantidas pela Carta Magna no rol dos direitos fundamentais (ex vi, art. 5º, CF).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Constatou-se que a regra da proporcionalidade foi desenvolvida pela jurisprudência do Tribunal Constitucional alemão (MENDES, 2021, p. 429), que criaram-na a atender uma cultura judicial de legitimação. Por consequência disso, ao Direito Alemão, a proporcionalidade é uma regra ordenada de argumentação, cujos subelementos (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) sempre devem ser aplicados, a fundamentar o padrão decisório de modo dialético. Isso porque, a aplicação da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito deve ser feita pela acepção negativa de seu objeto.

Aduziu-se que a cisão entre interpretação e aplicação do direito é indevida. A norma há de ser produzida a uma finalidade e, após, caso íntegra e coerente (ex vi art. 926, CPC), deve ser aplicada a um caso futuro.

Faz-se mister comentar que também restou claro que, na maior parte das vezes, o princípio da proporcionalidade aplicado pelo STF não é o criado pela jurisprudência alemã, mas sim um novo a corresponder às

necessidades do próprio Pretório Excelso. A maior diferença entre eles reside no fato de que enquanto a proporcionalidade alemã é uma regra que impõe um ônus argumentativo a ser superador pelo prolator da decisão; a proporcionalidade brasileira é um simples apelo ao senso comum, desprovido de qualquer estrutura, a ser utilizado para legitimar um juízo discricionário em abstrato do texto de lei ou da Constituição.

Em relação à pesquisa no site do Supremo Tribunal Federal, utilizou-se no buscador do site as seguintes palavras: “princípio da proporcionalidade”; “princípio da proporcionalidade em sentido estrito”; “adequação”; “necessidade”. Eis o gráfico a representar as informações obtidas:



Fonte: Portal do STF. Legenda: Apenas 26 % dos julgados aplicaram os três subelementos da proporcionalidade.

## CONCLUSÕES:

À luz de uma análise estatística, por intermédio do portal eletrônico do Supremo Tribunal Federal, conclui-se que em apenas 26 % (vinte e seis por cento) dos provimentos jurisdicionais que mencionaram o princípio da proporcionalidade - prolatados a partir do ano 2000 -, a regra da proporcionalidade foi utilizada de modo semelhante a sua acepção original. Melhor dizendo, em apenas 26 % (vinte e seis por cento) dos casos o Pretório Excelso procedeu ao juízo de adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

Nos demais casos - conforme já constatados por outros trabalhos - a regra da proporcionalidade foi reduzida à razoabilidade, ou a um mero recurso retórico que nem sequer se consubstancia com razoabilidade.

Em face desses dados, a pesquisa revela que o princípio da proporcionalidade aplicado no Brasil, não é aquele que o Tribunal Constitucional alemão criara, mas um que foi criado, aqui, no Brasil, sob a égide do Supremo Tribunal Federal.

Essa conclusão torna-se evidente quando analisadas as estatísticas do Pretório Excelso, porque, à luz do Tribunal alemão, os subelementos da proporcionalidade são imprescindíveis a sua aplicação. Ocorre que, no Brasil, esses subelementos são utilizados minoritariamente, o que revela a incompatibilidade da estrutura argumentativa alemã com o “princípio” brasileiro.

Na Alemanha, a proporcionalidade exige a aplicação de seus subelementos (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito); No Brasil, o Supremo a

aplica para proceder a um simples juízo de adequação da medida, ou de razoabilidade.

## **BIBLIOGRAFIA:**

GRAU, Eros Roberto. **POR QUE TENHO MEDO DOS JUÍZES (A INTERPRETAÇÃO/APLICAÇÃO DO DIREITO E OS PRINCÍPIOS)**. 10. ed., São Paulo: Malheiros Editores. 2021.

LIMA, Rafael Bellem de. **PROPORCIONALIDADE NO SUPREMO: UMA IDEIA FORA DO LUGAR**. REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 184-206, abr. 2020. ISSN 2447-5467. Disponível em: <<https://estudosinstitucionais.emnuvens.com.br/REI/article/view/465>>. Acesso em: 20 maio 2022.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de processo civil: teoria do processo civil, volume 1 [livro eletrônico]**. -- 5. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo :Thomson Reuters Brasil, 2020, p. 53 - 76.

MENDES, Gilmar Ferreira. **A proporcionalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Repertório IOB de jurisprudência: tributário, constitucional e administrativo. n. 23, p. 475–469, 1. quinz. dez., 1994. Disponível em: <http://www.gilmarmendes.com.br/wp-content/uploads/2018/09/A-PROPORCIONALIDADE-NA-JURISPRUD%3%A7ANCIA-DO-SUPREMO-TRI>

[BUNAL-FEDERAL.pdf](#) Acesso em: 20 maio 2022.

SANTOS, **O esvaziamento do princípio da proporcionalidade no STF**. Consultor Jurídico (CONJUR). Opinião, 7 de setembro de 2021, 7h12. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-set-07/opiniao-e-svaziamento-principio-proporcionalidade-stf#:~:text=O%20princ%C3%ADpio%20da%20proporcionalidade%20%C3%A9.a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20de%20direitos%20fundamentais> Acesso em 20/07/2022.

SILVA, Luís Virgílio Afonso da. **O proporcional e o razoável**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.91, n.798, p. 23-50, abr. 2002. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/36159>. Acesso em: 20 maio 2022.

SILVA, Monica Paraguassu Correia da. **Notas sobre Humanismo Jurídico Penal: volume I [recurso eletrônico]** -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, p. 10 -30.



## DIREITO PÚBLICO

### PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO ADMINISTRATIVA E O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

ORIENTADOR: ANDRÉ SADDY

BOLSISTA: JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA ARGENTO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO/UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS NITERÓI//CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

#### INTRODUÇÃO:

Atualmente, a humanidade vivencia uma profunda e extensa transformação de paradigma nas estruturas sociais e sistemas econômicos. Desde o início do século XXI a revolução digital, ou quarta revolução industrial, intensificou o processo de universalização da internet integrado ao desenvolvimento da inteligência artificial e o aprendizado de máquina. A inteligência artificial, hoje, proporciona um imenso progresso em termos históricos, devido à ampliação da capacidade de processamento e armazenamento dos bancos de dados.

A adoção dessas novas tecnologias pelo Estado é capaz de reconfigurar todo o aparato institucional tal como o conhecemos. Na esfera da Administração Pública, a implementação da tecnologia de *machine learning* e *deep learning* talvez seja a inovação mais impactante da última década. Em tese, os resultados, diagnósticos e prognósticos automatizados geram soluções melhores e mais eficientes, com reduzida probabilidade de erro nas

tomadas de decisão, quando comparados ao processo decisório de um indivíduo.

O desafio da utilização da inteligência artificial na Administração Pública está relacionado ao modo de como instrumentalizar a máquina de maneira a reproduzir a operação cognitiva e/ou decisória que se desenvolveria no cérebro humano. Opera-se uma prognose, por parte do administrador, e uma presunção, por parte do administrado, que se concretiza no processo de formação da decisão administrativa.

Os argumentos da tomada de decisão subjetiva ou autônoma terão que ser revisitados e a proposta deste trabalho de iniciação científica consistiu em refletir sobre o processo decisório associado ao uso da inteligência artificial, seus limites e possibilidades, de forma a fomentar a discussão doutrinária e jurisprudencial da utilização desses métodos na edição dos atos administrativos que visem, justamente, blindar as justificativas levianas para as condutas limitadas ou dirigidas da Administração.

#### RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O presente projeto de pesquisa resultou na edição e lançamento de um dos capítulos do livro coletivo, “Inteligência Artificial e Direito Administrativo”. Este capítulo, cujo título é “O Processo de Tomada de Decisão Administrativa e o Uso da Inteligência Artificial”, tratou da temática do uso da inteligência artificial pela Administração Pública no processo de tomada de decisão administrativa, com a finalidade de promover discussões e apresentar perspectivas acerca dos reflexos da utilização da inteligência artificial nos processos de tomada de decisão administrativa.

A discussão gira em torno da ponderação a ser realizada entre a segurança jurídica, própria de uma igualdade formal, prevalente no cenário que se apresenta, e a igualdade material, necessária para a edição de decisões justas.

Faz-se necessária uma releitura do papel que passa a exercer o agente público, unidade competente para tornar presente o Estado nas relações jurídicas. É ele quem vai definir os padrões que a máquina deve adotar, o que se torna mais complexo à medida que aumenta a esfera de discricionariedade para as condutas para as quais, por prognose, antecipam-se soluções.

## **CONCLUSÕES:**

A Administração Pública deverá se modernizar, de forma a incorporar essas novas tecnologias para propiciar uma otimização de recursos e de forma objetiva em certos processos decisórios vinculados.

Porém, como toda inovação, há a necessidade de uma ruptura com a sistemática burocrática e obsoleta que vigora atualmente na Administração Pública Brasileira.

Discussões sobre como deve ser feita esta incorporação no processo de decisão administrativa são de suma importância para que a Administração Pública e todo o plexo social possam se preparar, de forma a antever certos entraves e problemáticas que possam surgir.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a oportunidade de desenvolvimento deste projeto, pela enriquecedora e gratificante experiência adquirida.







**GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS SOCIAIS  
APLICADAS**

**TÍTULO DO PROJETO: “SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL: SUJEITOS SOCIAIS, QUESTÃO URBANA E  
EDUCAÇÃO POPULAR**

**AUTORAS: PROF<sup>a</sup> EBLIN FARAGE E MARIANA GORJÃO LAINN**

**DEPARTAMENTO/UNIDADE/LABORATÓRIO DE SERVIÇO SOCIAL - NITERÓI**

**INTRODUÇÃO:**

Esta pesquisa traz reflexões sobre desafios postos a formação e a prática profissional vinculada a uma perspectiva crítica, a partir da pesquisa intitulada “**Serviço Social e Formação Profissional: Sujeitos Sociais, Questão Urbana e Educação Popular**”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) da UFF. A pesquisa tem por objetivo estudar a relação e as imbricações, na formação profissional e em parte da produção teórica do Serviço Social, sobre a temática da Questão Urbana, Movimentos Sociais e Educação Popular, tendo como referência o Projeto Ético-Político da profissão. As reflexões apontam para a necessidade de um aprofundamento das possibilidades de intervenção profissional, pautada na perspectiva da ação pedagógica da profissão e de sua direção social. Assim, para efeito desse resumo expandido, apresentaremos uma parte do levantamento que se refere aos artigos das revistas Serviço Social e Sociedade, Katálisis, Temporalis e Libertas no período de 2010 até

2021, sobre a temática abordada, explicitando a sua baixa produção sobre questão urbana, educação popular e movimentos sociais, apontando para possíveis lacunas nessa relação necessária e fundamental para a garantia da direção social da ação profissional.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O Serviço Social foi se resignificando ao longo da história e deixando cada vez mais explícito as suas direções ídeo-políticas. Pois a partir de uma conjuntura sócio-histórica demarcada por tensões no âmbito profissional - que por vezes já serviu fortemente ao capitalismo monopolista, sobretudo dentro do período denominado por Netto (2006) como a Autocracia Burguesa -, de lutas pela conquista das liberdades democráticas, e de ruptura com as concepções conservadoras no interior da profissão, que apesar da sua condição conservadora, atribuiu para a profissão um caráter mais técnico, tanto no âmbito da ação laborativa do Assistente Social, quanto para a elevação da profissão dentro do campo teórico, sobretudo com a aproximação às teorias críticas.

No que tange a uma das expressões da ação profissional, expressas em publicações em revistas da categoria, quando levantamos os artigos publicados no período de 2010-2021, com a pesquisa centrada nos temas de movimentos sociais, questão urbana, educação popular, identificamos um quantitativo pequeno de artigos, conforme mostra a tabela abaixo. Vale destacar que um artigo da revista Libertas possui em seu título a intercessão das palavras chaves 'Movimentos Sociais' e 'Educação Popular', portanto perfilando mais de uma área de levantamento.

**Tabela 1: Revista e quantitativo de artigos das temáticas pesquisadas.**

Revistas	Artigos relacionados as três temáticas
Serviço Social e Sociedade	10 artigos
Katálysis	13 artigos
Temporalis	17 artigos
Libertas	20 artigos

Vale destacar, que o quantitativo de artigos levantados sobre a temática, se deu em um universo amplo de artigos publicados, como demonstra a tabela abaixo.

Revistas	Total de artigos no período de 2010-2021	Percentual de artigos sobre as temáticas
----------	------------------------------------------	------------------------------------------

Serviço Social e Sociedade	393 artigos	2,54%
Katálysis	427 artigos	3,04%
Temporalis	341 artigos	3,85%
Libertas	266 artigos	7,51%

Uma das hipóteses trazidas na pesquisa é de que apesar do caráter fundamental dessa relação, o Serviço Social, nas duas últimas décadas, se afastou, de forma efetiva, dos movimentos sociais, tanto em nível de articulação prática, quanto de discussão teórica, mesmo com o amadurecimento da profissão, e do próprio PEP, contraditoriamente houve o afastamento dos movimentos sociais. A profissão imbrica-se majoritariamente na institucionalização, voltada para a construção das políticas públicas e sociais, que possuem evidente importância, mas não deveriam substituir a relação com os movimentos sociais, e sim somar-se a ela.

Consideramos que permanece como desafio da profissão, no âmbito da formação, da ação e da produção teórica do Serviço Social, o estreitamento da relação com debates e ações que envolvam a perspectiva da emancipação humana, nos termos apontados por Marx (2009). Ou seja, uma relação mais intrínseca entre Serviço Social e a organização autônoma dos trabalhadores, atravessados pelos debates que permeia sua existência, a partir do local de moradia e do direito à cidade e mediados pela educação popular como uma perspectiva de ação profissional que exercita uma ação pedagógica vinculada ao Projeto Ético-Político.

## **CONCLUSÕES:**

Nos levantamentos realizados na pesquisa foi possível identificar, na produção expressa nas revistas pesquisadas, que existe uma frágil relação entre o Serviço Social – movimentos sociais- questão urbana e educação popular, como possibilidade de construção estratégica do projeto ético político.

A articulação entre formação profissional e produção teórica da categoria, se mediada por uma práxis articulado pelo projeto ético político do Serviço Social, coloca como desafio a aproximações a tema que consideramos essenciais na presente pesquisa, qual sejam, a articulação teoria e prática com movimentos sociais e debates de educação popular, considerado a classe trabalhadora, em suas diferentes realidades e consubstanciadas com o debate de gênero e raça, os potenciais sujeitos de uma outra História.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

MARX, Karl. Para a Questão Judaica. Editora Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos ao CNPQ pela bolsa PIBIC-UFF para a viabilização da participação da bolsista de pesquisa.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais**

**Aplicadas**

**Título do Projeto: TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL NO SÉCULO XXI**

**Autores: Beatriz Felix da Silva e Valter Martins**

**Departamento de Serviço Social de Campos**

## **INTRODUÇÃO:**

Este resumo tem o objetivo de expor elementos da pesquisa Mercado de trabalho de Assistentes Sociais no Brasil: trabalho e política social no século XXI, sendo possível descortinar um conjunto de informações e compreender os fenômenos que atravessam o perfil profissional, a inserção ocupacional e as condições de trabalho desses profissionais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Para a sistematização das pesquisas foram estabelecidos três grupos para a separação dos dados, sendo eles: perfil profissional dos Assistentes Sociais, inserção no mercado de trabalho e as condições de trabalho destes profissionais. Foram entrevistados 98 profissionais, somando todas as sínteses, sendo o **perfil profissional** composto por 89,09% de mulheres, 4,08% de homens e 6,12% não foram identificados pelos autores. Sendo assim, podemos (re)afirmar que o perfil profissional dos Assistentes Sociais, continua majoritariamente sendo de mulheres, mães e trabalhadoras jovens que se lançam ao mercado de trabalho,

na busca pela sobrevivência por meio da venda de sua força de trabalho.

Permanecendo no perfil profissional, o mesmo ainda é composto por homens e mulheres de idade entre 22 e 53 anos, que conforme os dados coletados, expressam uma *preocupação* e investimento pessoal com a atualização profissional, possuindo a pós-graduação (26 dos entrevistados cursaram a pós graduação lato-sensu e 12 a stricto-sensu), mestrado (11 entrevistados), doutorado (1 entrevistado) ou cursaram residência (15 entrevistados). Alguns dos respondentes alegam desenvolver leituras sobre a profissão para concurso públicos (2 entrevistados), envolvimento com o estágio curricular (2 entrevistados) e 10 entrevistados possuem outra graduação. Porém, é importante ressaltar que, como evidenciam Yacoub e Ribeiro (2007), metade dos Assistentes Sociais que optam pela formação continuada, seguem a formação acadêmica devido às bolsas ofertadas, ou seja, tentam escapar do desemprego.

Buscando obter informações sobre a inserção dos Assistentes Sociais no **mercado de trabalho**, segundo Yacoub e Ribeiro (2007),

dos 92 entrevistados 48 estavam empregados, onde o Estado é o maior empregador com 81,3% seguido do Terceiro Setor (14,6%) e da Iniciativa Privada (4,1%). Onde 7 dos trabalhadores são contratados via concurso público, 12 pelo regime celetista por prazo indeterminado e 11 celetistas temporários, 14 trabalham sem proteção de vínculo empregatício e 4 são autônomos. No que tange aos desempregados (44), 43,1% alegam que ainda não tiveram a oportunidade de exercer a profissão e 56,9% já exerceram. Dos que nunca exerceram a profissão, 54,4% não foram aprovados em concursos públicos ou processos seletivos, 12,2% alegam estar desempregados pela falta de vagas disponíveis e de concursos públicos.

Em sua dissertação, Pereira (2012) realiza sua pesquisa no Centro de Referência Especializado em Assistência Social em Natal/RN, onde 50% dos entrevistados são contratados temporários ou celetistas e os outros 50% são concursados. Destes, 1 entrevistado é concursado celetista, sendo remunerado com quase 2 salários mínimos (à época), 1 é contratado temporário, recebendo R\$1.200 reais e 1 por CNPJ remunerado com R \$840 reais em folha extra (um pouco mais de 1 s/m a época).

Diante dos dados expostos durante o resumo, é expressivo que as condições e contratações de trabalho estão fragilizadas e, tal situação reflete também em como as **condições de trabalho** dos Assistentes Sociais estão precarizadas. Demonstrando em dados, Pereira (2012) obteve a opinião dos entrevistados a respeito do ambiente físico no qual desenvolvem seu

trabalho, onde 83% dos profissionais assinalaram como inadequado e 17% consideraram adequado para exercerem suas atividades. Trindade (S/D) com a mesma questão, constatou que 34,65% das instituições possuíam uma sala de permanência, 21,59% usufruíram de uma sala para atendimentos e em 17,61% não possuíam um espaço físico adequado, alguns profissionais dispunham de salas de reunião (12,50%), os mini-auditórios (7,38%) e as salas de treinamento (2,84%) porém tais espaços não suprem a necessidade de uma sala de permanência e de atendimento.

## **CONCLUSÕES:**

Destarte, o mercado profissional impõe novas requisições, habilidades, exigências de atualização aos Assistentes Sociais para o desenvolvimento de seu trabalho profissional, porém o mercado é regulador das relações sociais sob a lógica do capital, o que precariza o trabalho profissional o tornando muitas vezes desgastante aos profissionais além da falta de materiais e espaços adequados, o que evidencia um dilema entre as orientações do projeto ético-político profissional e as condições reais para o trabalho profissional cotidiano.

Nesse cenário, é urgente repensar as estratégias para promover o fortalecimento dos Assistentes Sociais na execução da sua profissionalidade, nas formas de resistência e de enfrentamento aos processos globais que vêm dizimando um padrão protetivo.

## **AGRADECIMENTOS:**

Gostaria de agradecer de forma singular a UFF Campos e ao PIBIC, que estimulam os alunos a ingressar em iniciativas científicas gerando a possibilidade de aprender além da sala de aula. E ao Prof. Dr. Valter Martins pela oportunidade e todo o ensinamento passado.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**TÍTULO DO PROJETO: UMA ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES**  
**PÓS-OCUPAÇÃO EM CONJUNTOS HABITACIONAIS**  
**CONSTRUÍDOS PELO PROGRAMA MINHA CASA/MINHA**

**Vida: um estudo de caso emblemático na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.**

**Autores: Gerônimo Emílio Almeida Leitão e Naida Fernandes Carneiro**

**Departamento/Unidade/Laboratório: PPGAU/UFF-TAR/PROEX/UFF**

### **INTRODUÇÃO:**

Em 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida é formulado como uma forma de suprir os longos anos sem uma política habitacional ampla junto a uma tentativa de reestruturação da economia do país. Contudo, as soluções habitacionais padronizadas, inadequação do sistema construtivo adotado, sobretudo no que tange aos aspectos do conforto ambiental são alguns dos problemas encontrados usualmente. A presente pesquisa objetivou analisar intervenções feitas por moradores de um conjunto habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, considerando, ainda, as consequências e limitações de um período de pandemia. Os conjuntos selecionados, Ismael Silva e Zé Ketí, se encontram no bairro Estácio, na cidade do Rio de Janeiro, cujas moradias atendem a uma faixa de renda entre 0 a 3 salários mínimos em se observa um maior subsídio no financiamento das unidades habitacionais.

### **REFLEXÕES E RESULTADOS:**

Um estudo avaliativo feito por Trotta (2019) pontuou algumas das problemáticas a partir de uma caracterização dos condomínios, entre os anos de 2017/2018. Inicialmente, é citado a não relação do conjunto e seu entorno levando em consideração a preservação do muro e do portão do antigo presídio Frei Caneca. Assim, é gerado um limite que inviabiliza o diálogo urbano.



Interação entre trecho tombado do muro do antigo presídio Frei Caneca, o Conjunto Zé Ketí e a rua com escala aproximada ao pedestre. Imagem disponibilizada pelo Google Street View.

Com relação aos espaços de convivência eles são quase inexistentes, havendo uma quadra poliesportiva, que consiste apenas em um

trecho cimentado do piso sem qualquer abrigo, proteção ou sombreamento.



Precariedade de um dos espaços de convivência e a sua proximidade com as moradias.

Outra problemática é a inadequação das unidades com relação aos seus moradores. Vindos muitas vezes de assentamentos informais, a impossibilidade de alterações nas residências de acordo com as necessidades dos habitantes representa um desestímulo aos moradores que relatam pouca liberdade na forma de usar seus apartamentos.

A apropriação dos espaços livres foi percebida pela equipe durante a visita, onde haviam plantios de diversas espécies vegetativas como tentativa de barrar acústica e visualmente as unidades térreas. Ainda nesses espaços livres, não foi possível observar edificações comerciais dentro do próprio conjunto, mesmo que alguns dos cômodos de unidades tenham sido destinadas a essa função como foi possível observar durante a visita.



Oferta de serviços e comércio dentro das próprias moradias.

Foi percebido, também, a criação de uma praça comercial, com barracas e trailers, entre os conjuntos Ismael Silva e Zé Ketí, muito ativa durante o período da tarde e da noite, servindo de ponto de encontro para os residentes locais.

## **CONCLUSÕES:**

A partir dos levantamentos e de uma análise crítica dos conjuntos, desenvolveram-se propostas de intervenção que buscassem dialogar com a espacialidade criada pelos moradores e suas necessidades. Cabe ressaltar que essas proposições não são rígidas, mas sim ideias que possam melhorar a qualidade de vida dos locais e a qualidade urbana dos conjuntos.



A transformação de parte das vagas de estacionamento existentes em quiosques comerciais e espaços verdes de convivência, tendo em vista que apesar de destinada aos moradores, não são utilizadas pelos mesmos, considerando uma avaliação feita em campo, que os veículos estacionados no local provavelmente não são coerentes com a renda de grande parte dos que ali habitam, compreendidos entre a faixa 1 do programa.

A implantação de vias pavimentadas (blocos intertravados de concreto) para pedestres entre os blocos habitacionais e retirada do gradeamento e da cancela de acesso aos condomínios promoveria um maior diálogo com o entorno e segurança aos transeuntes.

Entre os dois núcleos habitacionais a praça comercial e de serviços, pontuada pelo síndico do Zé Ketí, Paulo Sérgio, como consequência da pandemia, a Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma academia da terceira idade, demonstram usos não pensado inicialmente. Assim, propõe-se que essa praça formulada por moradores, seja rebaixada, para garantir melhores condições de uso, possibilitando uma delimitação espacial sem barreiras visuais.

A ampliação do passeio da rua Frei Caneca, com a eliminação do muro não tombado viabilizaria, junto a implementação de atividades comerciais, uma requalificação da via, além de garantir maior segurança.

Quanto ao pórtico tombado, a intenção é de valorizá-lo através da implantação de uma edificação a ele articulado, tendo o cuidado de que essa nova edificação tenha um diálogo adequado com o imóvel preservado.

Pretende-se também, nas áreas livres entre os blocos implantar edificações de pequeno porte que abriguem tipologias distintas das já existentes, (2 quartos, sala e cozinha) em busca de contemplar outras configurações familiares.

Pretende-se, por último, valorizar a iniciativa dos moradores que criaram jardins no entorno de alguns dos blocos habitacionais, através da implantação de espaços adequados a esse uso.

Figura 4: Imagem PIBIC





**Ciências Sociais Aplicadas**

**AGRICULTOR (A) FAMILIAR: PERFIL E CARACTERÍSTICAS DO  
ACESSO ÀS POLÍTICAS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**André Augusto Pereira Brandão; Sidimara Cristina de Souza;  
Hevenly Dos Anjos Mendes Ventura**

**Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social –**

**ESS/UFF**

## **INTRODUÇÃO:**

A agricultura de propriedade familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados. Os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou de tamanho médio. (GUANZIROLI e CARDIM, 2000).

De acordo Guanzirolí e Vinchon (2019) a agricultura familiar tem desempenhado uma contribuição fundamental à sociedade fluminense para além da produção de alimentos, contemplando também grande diversidade cultural, social e econômica que varia desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada.

Nesse sentido, o estudo apresentado tem como objetivo delinear o perfil socioeconômico da agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro e as características do acesso deste segmento a políticas públicas específicas. Para isso foram tomados como

base, dados fornecidos pelos agricultores familiares para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, no ano de 2018, das mesorregiões do Rio de Janeiro, totalizando o universo de 13.206 cadastros de DAPs ativas. Também foi aplicado 1.667 questionários, divididos em dois perfis: 1.235 agricultores familiares e 432 pescadores artesanais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A partir dos dados coletados foi possível identificar que a agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro é majoritariamente masculina, ainda que a presença feminina venha crescendo nos últimos anos. Outro ponto relevante é o fato de grande parte dos agricultores se encontrar na faixa etária dos 33 aos 50 anos, contando também com uma parcela significativa de idosos. Esses números indicam ausência da juventude nas atividades pesqueiras e rurais e apontam para a necessidade de se refletir sobre a sucessão rural e sobre incentivos que

estimulem os jovens a permanecerem no campo.

É possível observar a ocorrência de mudanças na composição familiar, como a diminuição do núcleo (que atualmente se encontra entre três e cinco pessoas), de acordo com os cadastros ativos da DAP e com o Censo Agropecuário do IBGE de 2017. Esses fatores contribuem para a potencial ameaça de, em um período de médio prazo, faltar mão de obra para a lida das atividades do campo caso não haja reposição da mão de obra existente.

Em sua maioria, os agricultores e pescadores entrevistados se autodenominaram negros, ou seja, pretos e pardos. A partir dessa informação, é possível inferir que esses trabalhadores, além de sofrerem com a marginalização ocasionada por morarem no campo e serem agricultores familiares ou pescadores artesanais, sofrem também com os reflexos do racismo estrutural. No que se refere à escolaridade, foi possível identificar que a maior parte dos entrevistados possui somente a educação básica completa, com um número relativamente médio de trabalhadores que avançaram mais na educação formal, sendo registrado um número muito pequeno com educação superior completa. Esse dado corrobora a necessidade de investimentos na educação de jovens e adultos na zona rural.

Em sua maioria, os agricultores são proprietários do próprio imóvel, com uma parcela significativa de agricultores cujas terras se encontram em situação de posse. Quase 20% dessas áreas não contam com energia elétrica e mais de 32% não possuem recursos hídricos. Uma porcentagem mínima dos

agricultores familiares e pescadores entrevistados tem o registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Grande parte dos produtores entrevistados explora a terra há mais de quinze anos.

## CONCLUSÕES:

A pesquisa constatou o desafio constante na distribuição dos produtos da agricultura familiar, com dificuldades no armazenamento e no transporte dos alimentos, um problema que afeta diretamente a comercialização, o consumo e a demanda pelos produtos agrícolas familiares. Sendo o PAA de fundamental importância para a inclusão social de trabalhadores, sobretudo os agricultores familiares que possuem enormes dificuldades para negociar os seus produtos. Portanto, urge a necessidade de ações que promovam a expansão do programa para regiões do estado onde essas políticas públicas não conseguem chegar (ou que chegam de forma muito restrita), além de sua continuidade como Programa Alimenta Brasil.

## REFERÊNCIAS:

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. (coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, fev. 2000. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

\_\_\_\_\_; VINCHON, K. Agricultura familiar nas regiões serrana, norte e noroeste fluminense: determinantes do processo de geração de

renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 3, p. 353-367, set. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010320032019000300353&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032019000300353&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 2 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf). Acesso em: 28 jun. 2020.





## **CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

### **TÍTULO DO PROJETO: OS DESASTRES AMBIENTAIS E FORMAS DE (RE)EXISTÊNCIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

### **TÍTULO DO TRABALHO: DESASTRES AMBIENTAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DA**

### **TERRITORIALIZAÇÃO**

**AUTORES: DÉBORA DA SILVA NASCIMENTO E ADRIANA SOARES DUTRA**

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS/INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL/NÚCLEO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS – NESA**

### **INTRODUÇÃO:**

É inegável a importância de se pensar a dimensão social dos desastres. De acordo com autores da sociologia dos desastres, como Quarantelli (2015, p.37), “os desastres são fenômenos sociais inerentemente, e a origem dos desastres se encontra na estrutura social ou no sistema social”. Sendo assim, considerando-os como processos sociais (VALENCIO, 2009), resultados das interações entre fatores naturais e vulnerabilidades sociais, se faz necessário um aprofundamento sobre os aspectos socioterritoriais envolvidos.

Sabe-se que o conhecimento da realidade social é imprescindível para o desenvolvimento de ações e serviços efetivos pelas políticas públicas e sociais. Desta forma, o presente trabalho se insere como parte da pesquisa, em andamento no âmbito do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense, denominada “Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, e do projeto de iniciação científica intitulado “Os desastres

ambientais e formas de (re)existência em Campos dos Goytacazes”, e tem como objetivo apresentar a importância da territorialização e da atuação da assistência social na gestão de desastres.

A metodologia adotada pautou-se em uma revisão bibliográfica, um levantamento de dados secundários sobre as situações de desastres ocorridos no município de Campos dos Goytacazes entre 2003 e 2020, com base nos documentos disponibilizados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (S2ID) e complementados pela Secretaria Estadual de Defesa Civil do Rio de Janeiro, e uma pesquisa qualitativa por meio de um estudo de caso. O supracitado estudo partiu da elaboração de um mapa de desastres de Campos dos Goytacazes-RJ a partir da sistematização dos registros encontrados, e da identificação de Santo Eduardo, 13º distrito do município, o local com maior número de registro de desastres no município, escolhido como objeto de estudo. E para o seu

desenvolvimento foram realizadas 20 entrevistas em profundidade com moradores da localidade, que foram devidamente transcritas e passaram pelos processos de categorização e análise de conteúdo inspirados em Bardin (1977).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Partimos da compreensão que a aproximação e o conhecimento da realidade vivenciada pelos afetados por desastres deve subsidiar e orientar as ações dentro da gestão de desastres. No entanto, a partir do estudo de caso realizado foi constatado que ainda há muito o que ser aprimorado no que se refere ao diálogo com a população afetada.

Por meio das entrevistas em profundidade e das análises realizadas no estudo de caso, ficou evidente a falta de proximidade do poder público com a população afetada. De acordo com os entrevistados, eles encontram muitas dificuldades em acessar alguns serviços públicos, e destacam a distância de alguns equipamentos como um aspecto determinante. Este é o caso do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que atende o território, mas se localiza em outro distrito.

Sobre a atuação do poder público em situações de desastres, eles afirmam ser muito deficitária, relatando apenas a atuação da Defesa Civil no momento da crise aguda ou após o impacto.

No contato com essa população também ficou exposto o desconhecimento da atuação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em situações de desastres. Apesar de ser evidente que a atuação da Defesa Civil não se mostra suficiente.

A necessidade de integração e articulação com outras políticas e serviços, explicita a convocação da assistência social para atuação na gestão de desastres. E para além do atendimento durante ou após situações de desastres, esse equipamento também apresenta um grande potencial para atuações preventivas.

Atuar na perspectiva da territorialização é fundamental para o desenvolvimento de ações e adequação de serviços efetivos de acordo com o perfil da população.

Os CRAS, dispositivos previstos pela PNAS, foram criados na perspectiva da descentralização e territorialização. E desta forma, é um equipamento que visa o conhecimento da realidade e do território, a fim de desenvolver ações e ofertar serviços efetivos para a população que o habita (DUTRA, 2017).

A identificação de vulnerabilidades e riscos sociais, a prevenção e a atuação no tratamento dessas questões é um dos principais objetivos da assistência social. E isso evidencia ainda mais a sua importância na gestão de desastres.

## **CONCLUSÕES:**

Sabe-se que características territoriais e sociais variam de acordo com a região em que se localizam. Conhecer o território e determinada realidade social requer ações estratégicas, diálogo e aproximação.

O conhecimento socioterritorial fundamenta a atuação dos dispositivos da assistência social, mas ele também deve ser pensado como uma ferramenta imprescindível para a adequação e aprimoramento do trabalho realizado dentro da gestão de desastres, principalmente ao se

considerar que, como afirma Valencio (2009, p.44), os desastres “afetam, primeiramente e em maior medida, a territorialização dos empobrecidos”. Ou seja, territórios que apresentam muitas vulnerabilidades sociais.

### **AGRADECIMENTOS:**

Ao PIBIC/PROPP/UFF/ e ao CNPq pelo financiamento do Projeto de Pesquisa.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

DUTRA, Adriana Soares. **Gestão de Desastres e Serviço Social**. 1. ed. Campos dos Goytacazes: Lúmen Juris, 2018.

QUARANTELLI, Enrico Louis. **Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional**. O Social em Questão, Campos dos Goytacazes, ano 2015, ed. 33, p. 25-56. Tradução: Raquel Brigatte.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; et al.(orgs.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima, 2009.



Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**Título do Projeto: Conflitos por moradia em Niterói no contexto da pandemia da Covid-19: quem vive e quem morre?**

**Autores: Isabella de Paula Gomes e Glauco Bienenstein**

**Departamento/Unidade/Laboratório: PPGAU/UFF-**

**NEPHU/PROEX/UFF**

## **INTRODUÇÃO:**

O projeto de pesquisa PIBIC/UFF “*Conflitos por moradia em Niterói no contexto da pandemia da Covid-19: quem vive e quem morre?*”, foi desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU), órgão ligado à Pró-reitora de Extensão da Universidade Federal Fluminense, PROEX/UFF, assim como esteve articulado ao projeto intitulado “*Impactos da Pandemia da COVID-19 na Cidade de Niterói no Contexto da Luta pela Moradia*” (FAPERJ). Seu principal objetivo foi desvelar os impactos da pandemia em territórios populares da cidade. A partir da elaboração de cartografias críticas, ou seja, a partir de registros que usualmente são excluídos das cartografias oficiais, buscou-se também oferecer subsídios à luta por moradia empreendida pelas comunidades que compõem o Fórum de Luta pela Moradia de Niterói (FLM), ao qual o NEPHU/PROEX/UFF presta assessoria. Desse modo, a pesquisa tratou da verificação da COVID-19 nos territórios populares da supracitada cidade, a qual, paradoxalmente, apresenta um contundente grau de desigualdade socioespacial, representado pela crescente porcentagem de assentamentos precários no

município, passando de 9% em 1980, para 25% em 2013 e 36,9% em 2022 (cf. SOUSA, 2022, p. 462). Avalia-se, assim, que tal verificação pode não somente contribuir para mitigar o atual quadro de desigualdade presente em Niterói, como também orientar políticas municipais voltadas para a habitação e a saúde dos segmentos sociais subalternizados que nela habitam.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Visando identificar e interpretar os aspectos que resultaram na mortalidade da Covid-19, principalmente no âmbito dos conflitos por moradia, procedeu-se inicialmente a compreensão das divisões espaciais do município. A figura 1, abaixo indicada, ilustra a diferença entre as cinco regiões administrativas que compõem a cidade, onde se pode perceber que a região das Praias da Baía, marco inicial do processo de formação da cidade, além de apresentar alta densidade populacional, com um consistente conjunto de atividades de comércio e serviços, juntamente à região Oceânica, concentra grupos de maior renda, em contrapartida às regiões Norte, Pendotiba e Leste, que contêm a parcela mais pobre da

<sup>1</sup> Este artigo contou com a colaboração da graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense e bolsista PIBIC/FAPERJ Nathalia Fernandes Rodrigues, e do Professor Doutor e pesquisador associado do NEPHU/PROEX/UFF Daniel Mendes Mesquita de Sousa.



cidade, embora com áreas dispersas de maior renda.

Figura 1: Contextualização de Niterói, RJ



Fonte: Acervo NEPHU-PROEX-UFF, 2021

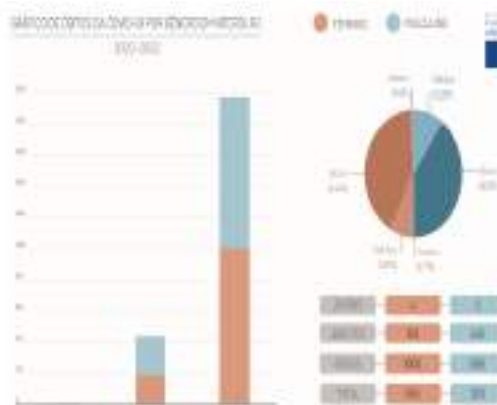
O primeiro caso de COVID-19 confirmado no Brasil ocorreu em fevereiro de 2020, o de um homem que havia retornado da Itália. Após tal ocorrência, os casos posteriores seguiram a mesma narrativa, ou seja, de viajantes que retornavam ao País após as férias de fim de ano. O mesmo ocorreu em Niterói, quando um morador do bairro de Icaraí, região das Praias da Baía, que contraiu a doença de um parente que retornou dos EUA, acabou falecendo. Assim, conforme noticiado, a doença se espalhou no País desde as áreas de maior renda em direção àquelas de menor renda.

Para compreender melhor os picos de óbitos em Niterói, com especial atenção às áreas populares, foi elaborado um comparativo entre os leitos privados e leitos públicos do Sistema Único de Saúde, o SUS. Através deste comparativo ficou evidenciado que nos leitos do SUS as internações e, por consequência, os óbitos, foram mais constantes, corroborando com a hipótese de que os usuários do SUS são pessoas

com menor renda que, por razões de sobrevivência, acabaram se expondo mais ao vírus. Em contrapartida, as internações nos leitos da de UTI(s) privadas seguiram o padrão de picos de óbitos após datas comemorativas (Natal, ano novo e carnaval), o que nos possibilitou inferir que a parcela da população de maior renda teve a opção de manter-se em isolamento, especialmente por meio de *home office*.

Considerando o período de março de 2020 a agosto de 2022, o total de óbitos em Niterói foi de 2413 pessoas, sendo 1219 homens e 1194 mulheres. Os idosos foram o grupo etário mais atingido, representando um pouco mais que 81% dos falecimentos, sendo a maior parte deles de mulheres, conforme ilustra a figura 2 a seguir, representando 1968 óbitos.

Figura 2: Óbitos da Covid-19 por gênero e idade em Niterói, RJ.



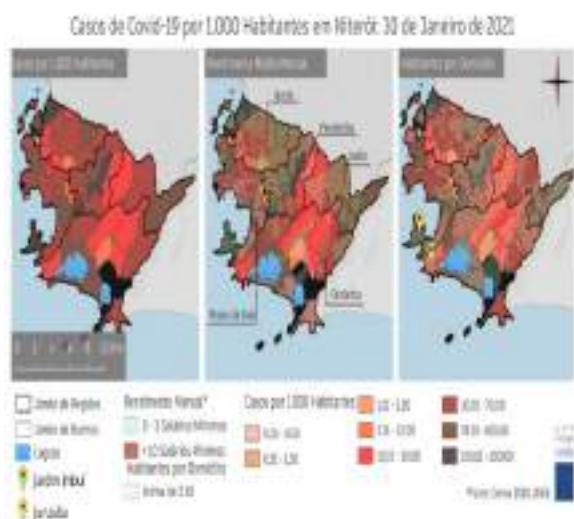
Fonte: Autores, 2022.

Através do cruzamento de dados de bairros com mais de 100 casos por mil habitantes sobrepostos à densidade habitacional domiciliar, nota-se que há um padrão, expresso por um índice de habitantes por domicílio maior que

3,01, independente do fator de renda. Contudo, é necessário ressaltar que, apesar de haver tal padrão, não necessariamente todos os bairros com alto índice de habitantes por domicílio apresentam um alto índice de casos de coronavírus. Isso pôde ser evidenciado pelo exemplo do Jardim Imbuí, explicitado no mapa 3 da figura 3, situado na Região Oceânica, com 4,34 habitantes por domicílio.

Comparativamente, utiliza-se o caso piloto do bairro de Jurujuba, um dos sete bairros que, em 2021, apresentou mais de 100 casos por mil habitantes. Para elucidar tal paralelo, o Jardim Imbuí apresenta uma população com renda média mensal de 3 a 10 salários-mínimos e, em janeiro de 2021, houve a ocorrência de 10,65 casos de Covid-19 a cada mil habitantes. Antagonicamente, a renda média dos habitantes de Jurujuba é inferior a 3 salários-mínimos e, no mesmo período, o bairro apresentou uma incidência de 135,4 casos a cada mil habitantes.

Figura 3: Casos de Covid-19 x Habitantes por Domicílios x Renda nos bairros de Niterói, RJ.



Fonte: Acervo NEPHU-PROEX-UFF, 2021.

## CONCLUSÕES:

No que se refere à indagação orientadora da pesquisa, a saber, “quem vive e quem morre?”, vale inicialmente dizer que até a presente data o grupo responsável pela pesquisa tem encontrado dificuldades na obtenção de dados oficiais, em especial, os provenientes do executivo municipal de Niterói, mesmo quando solicitados diretamente. Contudo, o caso-piloto apresentado, o bairro de Jurujuba, assim como o acesso análise das informações de outras fontes oficiais, nos possibilitou inferir que os setores subalternizados e, provavelmente neste grupo, as mulheres e os idosos foram os que mais sofreram no período pandêmico em Niterói.



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**Título do Projeto: ENGAJAMENTO COM O COMUM: VIA CAMPESINA, ALBA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DISPUTA POR HEGEMONIA EM CONTEXTO DE MEDIATIZAÇÃO E PLATAFORMIZAÇÃO**

**Autores: PABLO NABARRETE BASTOS e GABRYELLA ELOI CÂMARA**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. Departamento de Comunicação Social.**

### **INTRODUÇÃO:**

Este projeto de Iniciação Científica investiga, a partir de pesquisa teórica e empírica, o conceito de engajamento, argumentando sobre sua dimensão estratégica para o engendramento, consolidação e disputa por hegemonia em contexto de mediação e plataforma. Na pesquisa empírica, realizamos Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001) de duas redes de movimentos sociais internacionais, com foco principal na América Latina, e que de diferentes maneiras buscam articular as lutas contra o neoliberalismo em torno do comum: a Via Campesina e a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) dos Movimentos Sociais. O projeto está organizado metodologicamente em dois eixos. O primeiro consiste em pesquisa teórica dialética sobre o conceito de engajamento e sua implicação no engendramento da hegemonia. O segundo eixo envolve análise crítica do discurso das redes internacionais de organizações populares e movimentos sociais Via Campesina e ALBA dos Movimentos Sociais, procurando identificar formas de compreender e articular o comum.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Propõe-se que estes repetitivos esforços em tornar palatável a informação ao seu público, não só os empregados pela Via Campesina, como também os esforços empregados pela ALBA dos Movimentos Sociais, corresponda a um processo de engajamento estratégico através da educação e conscientização popular, utilizando-se das tendências de circulação das lutas e discursos em contexto de plataforma, sob a hegemonia do capital em sua forma neoliberal. A dialética, na sua etimologia, consiste na arte de discutir e usar argumentos lógicos. Quando interligada à filosofia marxista e, condizente com as leis de Engels (passagem da quantidade à qualidade, contradição e negação da negação), empregada neste projeto de pesquisa, consiste em reconhecer a materialidade dos processos de produção, circulação e consumo da comunicação e da luta de classes. Com relação ao conceito de engajamento foi reconhecido haver polissemia mesmo entre os estudos das ciências da comunicação (BASTOS, P. N.; GROHMANN, R.; OLIVEIRA, T., 2021). O uso

do termo 'engajamento' como cunhado pelas plataformas é representativo de métricas, que obedecem à lógica do capital e favorecem ou desfavorecem certos conteúdos cuja distribuição está condicionada às determinações de sistemas algorítmicos. São sistemas alimentados retroativamente por metadados comportamentais absorvidos pelas infraestruturas onipresentes das plataformas (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020) e que acabam por evitar a interação do usuário com conteúdo divergentes às crenças, gostos e preferências do *cluster* a que pertence. Argumenta-se, no entanto: “em favor de repensar criticamente o conceito de engajamento nos estudos de comunicação, incluindo também a abordagem político-econômica da comunicação, questionando as bases infraestruturais e ideológicas do engajamento” (BASTOS; GROHMANN; OLIVEIRA, 2021, p. 225).

### **CONCLUSÕES:**

Como tensionamento em favor de um projeto de hegemonia popular (BASTOS, 2020a), observamos e desenvolvemos uma perspectiva do engajamento que aborda verbo e processo: o engajar crítico que se dá quando, através da prosa, das práticas culturais, da propagação das competências críticas em mídia e informação (BASTOS, 2020b) e da educação transformadora freiriana, em contexto de midiatização, plataformização e dataficação (POELL, NIEBORG E VAN DIJCK, 2020), os sujeitos são orientados para que tenham conhecimento de seu pertencimento, de suas raízes históricas e da sua capacidade de agir ou

ser conivente em favor de determinada força hegemônica. Uma perspectiva onde redes intercontinentais de movimentos sociais podem ser constituídas como aparelho popular de hegemonia (BASTOS, 2020a), quando provocam a reflexão e tensionamentos em direção a mudanças no sistema de produção em vigência e organizam o proletariado, os povos originários e os camponeses e suas diferenças com e para o comum. E também quando empregam processos de formação política de base e utilizam das ferramentas da sociedade plataformizada de forma estratégica – uma vez que o sistema de poder atual desfavorece as demandas humanitárias do povo e promove práticas insustentáveis de extração e uso dos recursos naturais.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- BASTOS, P. N. Dialética da insularidade: Notas para compreensão da hegemonia popular. **Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 24 a 27 de novembro de 2020a.
- BASTOS, P. N. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. **MATRIZES**, v. 14, n. 1, p. 193-220, 7 maio 2020b.
- BASTOS, P. N.; GROHMANN, R; OLIVEIRA, T. M. What is engagement in communication research? Circulation of meanings and consequences for audience studies. **Participations Journal of Audience & Reception Studies**, 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. **Plataformização**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. 22(1):2-10 janeiro/abril 2020.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**TÍTULO DO PROJETO: INFRAESTRUTURA E CIDADE:**  
**RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO E MEIO AMBIENTE -**  
**PLATAFORMAS DIGITAIS, MOBILIDADE URBANA E**  
**ECONOMIA COMPARTILHADA, SUBSÍDIOS AO CASO DA**  
**CIDADE DE NITERÓI/RJ**

**Autores: Lorryne Ribeiro Bastos e Eloisa Carvalho de Araujo**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Urbanismo/Escola de Arquitetura e Urbanismo / Laboratório do Lugar e da Paisagem (Lupa)**

**INTRODUÇÃO:**

A pesquisa, em referência, é fruto do processo investigativo, iniciado no período 2019/2020, relacionado à pesquisa institucional, de mesmo tema, associando conflitos entre espaço urbano, plataformas digitais e mobilidade urbana na cidade de Niterói. Nos últimos anos a cidade de Niterói vem sendo submetida a uma dinâmica urbana, que sugere tensões provocadas por um processo de metropolização de seus espaços urbanos. A saturação do sistema de transporte na cidade de Niterói, com repercussão no campo da mobilidade urbana, funciona como motivador para compreender em quais bases os problemas se situam e sobre quais tendências transformadoras devem avançar. No curso das últimas décadas, nota-se, em diversas cidades dentro e fora do Brasil, um discurso reconhecendo a necessidade adoção de modos ativos de transporte com o aprimoramento dos espaços urbanizados. Em Niterói não é diferente. Esse debate está associado a um planejamento comprometido com a sustentabilidade urbana. A partir de pesquisa exploratória, de caráter descritivo analítico,

buscou-se analisar o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Niterói, por uma abordagem investigativa e perceptiva. Considerou-se para tal uma visão de cidade integrada à sua região, onde o conceito de sustentabilidade apresenta-se intimamente relacionado à compreensão do processo de integração territorial e, em especial das conexões intra e interurbanas. A análise buscou identificar impactos no uso do solo, no meio ambiente e no trânsito. Três eixos foram associados - espaço urbano - plataformas digitais - mobilidade urbana, com intuito de conferir a pesquisa o compromisso de contribuir para o planejamento e gestão da cidade, adotando-se o aspecto da ciclomobilidade, enquanto eixo norteador, e como ele se apresenta na cidade, por um viés de política pública.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O tema da mobilidade urbana aparece como um dos problemas urbanos ambientais da atualidade e, nesse sentido, é fundamental associar ao debate as dimensões

socioeconômica e ambiental da cidade. Estudos do IPEA sobre o tema, sinalizam a influência exercida pela desigualdade social na oferta dos serviços e na adequação deles como determinantes para eleger boas práticas de planejamento e gestão distribuição de serviços de transporte. Nesse sentido o acesso aos serviços urbanos de transporte deve observar, para além das relações de múltiplas escalas, também reduzir as desigualdades socioespaciais. O crescimento urbano exige a necessidade de conciliar aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais ao planejamento da mobilidade urbana. Sem desmerecer, por um lado, os efeitos na relação escalar instituída na cidade, entre bairros e com cidades próximas. E, por outro, a intensificação do volume de veículos associados aos serviços de aplicativos por delivery e de transporte. Investimentos na infraestrutura cicloviária, estão em curso na cidade, apoiados na filosofia que cerca a bicicleta - “um transporte mais humano e sustentável”. O que reforça a necessidade de equacionar densificação do solo, conectividade, benefícios para ciclistas, pedestres e motoristas com a economia da cidade.

### **CONCLUSÕES:**

As análises realizadas quanto a mobilidade urbana, com foco na estrutura cicloviária, e sua articulação com a estrutura urbana da cidade de Niterói sinalizam preocupação em função dos conflitos que já se evidenciam, nas diversas regiões da cidade. Somando-se, temos a intensificação dos congestionamentos e a tendência a verticalização e densificação em muitas regiões da cidade. A complexidade do

tema cujos efeitos sobre o espaço urbano da cidade revelam-se intensos e exigem uma observação atenta e inovadora, possibilita que a pesquisa prossiga visando contribuir para a reflexão sobre o planejamento da cidade e de sua infraestrutura.

### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS**

- ARAUJO, Eloisa C.; AGUIAR, Ana Carolina C.M. A Dimensão Espacial da Sustentabilidade: Mobilidade Urbana e Diálogos Possíveis. Anais do 6º. Simpósio Sistemas Sustentáveis, 2021.
- PEREIRA, Rafael H. M. et al. (2021) Tendências e desigualdades da mobilidade urbana no Brasil I: o uso do transporte coletivo e individual. Texto para Discussão 2673. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. Plano de Mobilidade Urbana Sustentável - PMUS, Relatório I, 2019

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecimentos especiais são devidos à UFF, por meio do apoio do Programa PIBIC, do Laboratório do Lugar e da Paisagem – Lupa (TUR/PPGAU/EAU), onde se pode aprofundar e estimular o aprofundamento da temática da infraestrutura urbana, à luz dos percursos metodológicos adotados.





**Área de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto: CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: AS INFLUÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E NO TRABALHO PROFISSIONAL**

**Autores: Camila Charret dos Santos e Adriana Ramos**

**Departamento: Serviço Social de Niterói (SSN)**

### **INTRODUÇÃO:**

Este trabalho é fruto da pesquisa construída pelo Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social<sup>1</sup> (NEFSS) da Escola de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense (UFF). O NEFSS é um espaço político pedagógico que se propõe a desenvolver estudos, debates e pesquisas acerca das relações de trabalho e das expressões da questão social na sociedade capitalista que interferem nas políticas sociais e na formação profissional do Assistente Social. Estas atividades envolvem as temáticas: trabalho profissional, conservadorismo e produção de conhecimento. Nesse sentido é importante que possamos estudar as modificações pelas quais a profissão vem passando, considerando que não há como pensa-la, desconsiderando a conjuntura econômica, cultural, social e política da atualidade.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Conseguimos compreender o conservadorismo como uma síntese de um conjunto de ideias que uma determinada classe utiliza para ter a direção da sociedade. Desta forma a pesquisa, em andamento, tem como produto inicial o levantamento sobre a produção do conhecimento em artigos, dissertações e teses na área de Serviço Social no período de 2000 a 2021. Mapeamos 32 produções, em formato de artigos, das revistas de maior circulação no Serviço Social: Revista Temporalis; Revista Katálysis; Revista Serviço Social e Sociedade; Revista Ser Social; Revista O Social em Questão e Revista Libertas. A partir deste levantamento, iniciamos a leitura dos resumos para identificação dos eixos, que são os seguintes: Conservadorismo, Projeto Ético-Político, Serviço Social, Capitalismo, Formação Profissional, ideologia Pós-Moderna e Neoconservadorismo. Após a identificação dos eixos, iniciamos as leituras (que ainda não estão finalizadas) para que pudéssemos analisar as tendências que os textos apresentam. Como um resultado parcial, podemos identificar que as principais tendências são: debate histórico do surgimento do conservadorismo na lógica capitalista, as suas incidências contemporâneas, ou seja, como ele

---

<sup>1</sup> Um espaço político, acadêmico e pedagógico, que congrega docentes e discentes propiciando o debate sobre temáticas pertinentes aos fundamentos do Serviço Social e sua articulação com seu projeto ético político.



aparece na atualidade e problematizações referentes ao Projeto Ético Político do Serviço Social que apresenta bases progressistas e democráticas. Cabe destacar um esclarecimento: a profissão possui uma herança conservadora, que somente teve uma ruptura com a construção de propostas críticas no interior da profissão, que se expressam no que denominamos hoje de Projeto Ético Político.

## **CONCLUSÕES:**

A partir do que foi estudado até o momento podemos identificar que alguns autores que colocam a palavra conservadorismo no título e nas palavras chaves como se fosse o assunto principal, porém pouco aparece no texto; outros se focam no contexto histórico da profissão e não desenvolvem o artigo como proposto no resumo; outros citam determinadas informações mas não explicam as fontes e nem o que de fato elas significam, o que demonstra uma tendência a ausência de aprofundamento no conhecimento. Na maioria deles há uma "comparação" do conservadorismo clássico com o chamado "neoconservadorismo". Importante citar que ainda estamos discutindo a utilização do último termo mencionado. Entretanto, até o momento percebemos que o conservadorismo ganhou, verdadeiramente, novas roupagens, principalmente em um Estado de extrema direita como o atual que flerta constantemente com o fascismo.

Ademais, precisamos levar em conta todo o contexto sócio-histórico da profissão e do nosso país, para conseguirmos entender como o conservadorismo tem influenciado o trabalho do

assistente social, que é atingido duplamente pelas consequências de um Estado ultraconservador e neoliberal- ou seja, é atingido como classe trabalhadora e como profissão que tem como instrumento de trabalho às políticas sociais que são constantemente atacadas. Todavia, é necessário dizer que temos uma posição privilegiada estando tão diretamente ligados a essas políticas, o que nos possibilita a organização de estratégias que possam ir de encontro com uma nova ordem societária, em que a classe trabalhadora tenha uma vida mais digna, rompendo, desta maneira, com a ordem societária vigente.

Pois possuímos uma classe trabalhadora que produz os bens materiais mas não tem acesso a eles, Marx chama isso de alienação.

Também foi percebido no material estudado, a prevalência do conservadorismo na Assistência Social, algo que vem desde de sua gênese mas que a profissão ainda não conseguiu romper, como o familismo e a ideia de que a assistência social está ligada a filantropia.

Os textos, de maneira geral, explicam de forma clara e didática a configuração do conservadorismo na sociedade em que vivemos e como ele influi na mesma, e desta forma, na profissão. Nesse sentido, identificamos uma forma de análise crítica, presente nos textos, sobre a conjuntura que estamos vivenciando. No entanto, enxergamos a necessidade de elaborar um artigo que possa contribuir para a profissão de forma a demonstrar o quanto ela ainda é influenciada de forma profunda pelo pensamento conservador.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço profundamente a Professora Doutora Adriana Ramos que tem forjado de forma direta a assistente social que estou próxima de me tornar. Agradeço pela sua gentileza, compreensão e paciência com as limitações de uma estudante que ainda não sabe metade do que precisa saber pra chegar aonde ela mesma chegou. A pesquisa se tornou uma das coisas mais importantes da minha vida, e com certeza a professora Adriana tem responsabilidade sobre isso. Obrigada.



## **REFERÊNCIAS:**

NETTO, Leila Scorsim. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. Cortez: São Paulo, 2011.

MAIOR, Nívea Maria Santos. A disputa da narrativa conservadora na reforma trabalhista. *Ser Social*: Brasília, Unb, 2019, p. 321-337.



**Ciências Sociais Aplicadas: Direito**

**O COMBATE À CORRUPÇÃO E A ESTRITA OBSERVÂNCIA  
AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

**Heron Abdon Souza e Edmond Cypriano Vogas**

**Instituto de Ciência da Sociedade de Macaé/ Dep. de Direito**

**INTRODUÇÃO:**

A política brasileira sempre enfrentou muitos percalços que se tornaram óbice à sua prosperidade. Entre eles, há um em especial que sempre orbitou o imaginário coletivo, estando presentes em todos os pleitos pós-88, em maior ou menor protagonismo, que é a corrupção. A insatisfação popular a este vício político foi ganhando corpo de acordo com os escândalos que foram surgindo durante o passar dos anos.

Deste contexto, exsurge o Poder Judiciário, de maneira atípica, se utilizando de um utilitarismo obtuso, deixa-se de exercer uma importante função desse poder na democracia liberal, a sua função contramajoritária, impactando os direitos fundamentais. A Operação Lava-jato o expoente mais perceptivo desses fatos, apresentando, somando-se 389 acordos de colaboração premiada, 135 operações e 357 condenações criminais na primeira e segunda instância.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Há quatro elementos que comporam o modus operandi da operação Lava-Jato: A) Busca de

apoio popular pela utilização da imprensa para deslegitimar a classe política. A busca do apoio popular torna-se de suma importância para as sustentações dessas operações de combate à corrupção de repercussão nacional, pois é através dela que qualquer tipo de Accountability, isto é, controle sobre os atos do MP e do Judiciário são enfraquecidos. Dá-se a estes aspectos políticos majoritários, e a vontade popular é o lastro para o cometimento desses atos e não o ordenamento jurídico. Esse apoio advém da participação da mídia que divulga o que convenientemente é liberado pela acusação, influenciando os processos penais da operação. De tal forma, o impacto da mídia sobre a Operação Lava-Jato pode ser observada sob duas perspectivas: 1 - Influência no imaginário coletivo: Para buscar ter uma maior audiência, elaboram-se enredos roteirizados compostos por sensacionalismos e que provoquem insatisfações na população e se desracionaliza o processo”. Desse modo, libera-se à imprensa o que é conveniente para afirmar a sua tese no processo, como uma forma de obter a opinião pública como legitimadora de seus atos antijurídicos. 2 - Alteração do comportamento dos julgadores e dos acusadores: A cobertura midiática sobre

processos penais podem modificar o comportamento típico e esperado dos órgãos judicantes. Seja pelo receio de sofrer qualquer represália por qualquer decisão impopular ou pelo caráter volitivo de agradar a maioria. B) Relação obtusa entre MP e Judiciário: Kerche dirá que para compreender o papel das agências monopolizadoras da ação nas democracias contemporâneas é necessário, primeiro, identificar dois fatores simbióticos ao seu funcionamento, Accountability e discricionariedade (2018, p. 260). O primeiro infere-se como a prestação de contas de seus atos a atores externos,. A discricionariedade é a liberdade de atuação do agente responsável pelo processo penal permitido por lei, ou seja, um intervalo com diversos graus de liberdade de atuação. A relação entre esses componentes é de proporcionalidade direta. No Brasil, formalmente, o Ministério Público possui baixa discricionariedade de atuação, devendo atuar na baliza legal e, por isso, baixa prestação de contas, todavia, com a Operação Lava-Jato, houve o alargamento dessa baixa liberdade, o que não foi acompanhado pelo accountability Um exemplo claro desse alargamento da discricionariedade foi a autonomia de atuação que o MP teve de negociar a colaboração premiada, apresentando vantagens para os colaboradores que não se encontrava no rol taxativo da lei 12.8050/2013.. Com a operação Lava-Jato houve preterição do Sistema acusatório, em favor de um sistema mais próximo do italiano em que o Ministério Público é parte do Judiciário confundindo-se a figura do julgador com a do acusador, dimensionando-o

inquisidor.. No caso em questão, houve a combinação de estratégias entre o juiz e o procurador para prejudicar o réu como se único órgão fosse, violando inúmeros princípios processuais constitucionais próprios do sistema acusatório, enfraquecendo paridade de armas entre defesa e acusação, já que os acusadores possuíam inúmeras vantagens e privilégios processuais e materiais que a defesa, presunção de inocência, tendo em vista que a aproximação escusa do julgador com o acusador parte da presunção de culpa, buscando no conteúdo probatório reafirmação das suas teses pré-concebidas. C) Utilização das prisões cautelares como forma de obter as colaborações premiadas: A estrutura de celebração do acordo dá ao Ministério Público um extenso poder de negociação, já que a celebração de uma colaboração é muito mais vantajosa. Entre os descompassos ilegais destacam-se: a - Os benefícios oferecidos praeter legem, destoando-se do rol taxativo previsto na lei conforme b - Utilização das colaborações como prova, o que é vedado, já que as colaborações são meios para se obter provas, não um elemento probatório em si. Inúmeras colaborações foram vazadas pela imprensa o que foi tomada como prova no imaginário coletivo, maculando a presunção de inocência dos delatados, c - Uso de prisões preventivas para forçar colaborações: Trata-se da prática mais grave e de suma violação dos

direitos fundamentais dos réus. As prisões preventivas são instrumentos cautelares, sendo a sua finalidade a proteção da investigação penal.

### **CONCLUSÕES:**

Diante dos reincidentes casos de violação aos direitos fundamentais perpetrados pelo próprio Estado, aquele que pela Constituição Federal possui competência e dever de promovê-los e protegê-los, o Judiciário tornou-se agressor. O período de vigência da LavaJato mostrou a fragilidade e a dificuldade de se materializar as garantias previstas na magna carta brasileira, bem como a fiscalização constante de seu cumprimento. Processos judiciais e administrativos que resultem em privação de direitos não podem conter “atalhos”, enfraquecimento ao contraditório e ampla defesa ou serem orientados por estratégias “extralegais” gera-se risco de retornarmos aos períodos ditatoriais tão comuns à nossa história

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecimentos especiais: ao professor Heron Abdon Souza pela oportunidade e pela confiança nesse um ano de pesquisa.





**Grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto “UM ESTUDO ACERCA DO REORDENAMENTO DAS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS COFINANCIADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.”**

**Departamento/Unidade/Laboratório Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR (UFF CAMPOS)**

**Autores Ketnen Rose Medeiros Barreto ( orientador)**

**Ana Caroline Gomes Pereira ( bolsista)**

**INTRODUÇÃO:**

O trabalho em questão remete-se ao projeto de pesquisa que busca o conhecimento acerca do processo de reordenamento das entidades socioassistenciais, enquanto Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e sua relação de “parceria” com Fundo Municipal de Assistência Social em Campos dos Goytacazes/RJ, a partir do processo de descentralização das políticas públicas. No âmbito da Política de Assistência Social, a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, n. 109/09, conhecida por Tipificação dos Serviços Socioassistenciais demandou para o conjunto de entidades privadas, uma série de requisitos para que as mesmas pudessem continuar ou iniciar a ofertar serviços, programas, projetos de caráter assistencial. A assistência social no desenvolvimento do Estado capitalista, enquanto garantia dos direitos sociais, ao longo das últimas décadas veio se consolidando como

política pública, sob o modelo de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005, trazendo uma nova dinâmica também para as entidades socioassistenciais. O projeto tem por objetivo geral analisar a relação público x privado junto a rede de serviços socioassistenciais do município de Campos dos Goytacazes, que oferta serviços, programas e projetos, cofinanciadas pelo Fundo Municipal de Assistência social e controladas pelo Conselho Municipal de Assistência social. Deste modo esta pesquisa buscou conhecer, investigar e analisar a relação público x privada no município de Campos dos Goytacazes via CMAS, a partir de algumas questões suscitadas empiricamente: qual o perfil da entidades socioassistenciais privadas que compõe a rede pública da assistência social em Campos? E como estas vêm se reordenando e se adequando a Tipificação dos serviços socioassistenciais?

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O total de entidades pesquisadas, envolveu 18 instituições socioassistenciais inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social em março de 2022, das quais 11 responderam à pesquisa, através de formulário enviado virtualmente, o que representa 61% do universo pesquisado. Enquanto resultados apontados até agosto de 2022, é possível destacarmos o perfil destas, que revelou 18,2 % foram criadas entre década de 1960 e 1990, funcionam em período integral, realizando em sua maioria o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos( atuando na proteção social especial de média complexidade. No que se refere a rede socioassistencial da Proteção Social Especial de alta complexidade, apenas 20% dos resultados obtidos, apontaram para oferta de serviços neste âmbito. Os caminhos metodológicos trilhados pela pesquisa, se dividem em dois momentos: a primeira etapa remete-se a pesquisa documental ( realizada entre os meses de agosto a dezembro de 2021), onde buscou-se dados, relatórios, editais de convênios e demais documentos, que se constituíram em fontes documentais de análises e respostas às questões investigativas, suscitadas nesta pesquisa, como: atas, resoluções do CMAS, quanto para registros históricos, planos de trabalho e relatórios de avaliação das entidades socioassistenciais. Observa-se que esta etapa, foi determinante para o aprofundamento teórico de temas e questões relacionados a pesquisa, assim como

a aproximação com elementos que fundamentam sua compreensão analítica.

Além disto é possível ressaltarmos que a concentração e manutenção dos convênios públicos nas mesmas entidades, onde somente 06 recebem recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, destas 72,4 % responderam que a maior forma de seu custeio se dá através de convênios públicos, o que revela uma forte dependência junto aos recursos do fundo público.

## **CONCLUSÕES:**

Quando abordamos a questão da rede socioassistencial é preciso destacarmos que em muitos dos municípios brasileiros, esta é estritamente pública, ou seja, a oferta de serviços se dá através do orçamento da Assistência Social, o que nem sempre é suficiente, pois os recursos públicos tem se tornado cada vez mais restritos, num contexto de desmontes das políticas públicas. É possível observamos ainda que a rede pública SUAS, enquanto “porta de entrada” para o atendimento das demandas sociais, necessita do suporte de outras organizações para o desenvolvimento do seu trabalho, sendo necessária a oferta de serviços e projetos privados para atender as demandas da população usuária, revelando claramente as fortes investidas neoliberais, atreladas à reestruturação produtiva do capital e contrarreforma do Estado, que vem cortando cada vez mais os recursos públicos. Neste processo a rede de proteção social vem se

tornando cada vez mais insuficiente, com sobreposições dos serviços ofertados.

**AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos aos sujeitos participantes desta pesquisa, em especial as entidades socioassistenciais que dispuseram a preencher o formulário, contribuindo assim para a coleta de dados da pesquisa.



Imagem 1: Imagem PIBIC





**Ciências Sociais Aplicadas**  
**ANÁLISE DE CITAÇÕES DAS TESES E DISSERTAÇÕES DO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA**  
**INFORMAÇÃO DA UFF**  
**Maria Cecília Brandão da Silva; Michely Jabala Mamede Vogel**  
**Departamento de Ciência da Informação – GCI/IACS/UFF**

## **INTRODUÇÃO:**

Estudar as bases intelectuais de um pesquisador ou de um grupo de pesquisadores permite identificar suas influências teóricas, epistemológicas e metodológicas, constituindo um dos interesses da Ciência da Informação. As teses e dissertações são consideradas como importantes fontes de informação primária, por trazerem contribuições inovadoras, ocupando um relevante papel na produção científica. A análise de citações é reconhecida como método efetivo de reconhecer as bases e influências intelectuais de um campo, uma vez que permite estabelecer o caminho para associar um estudo a um autor mostrando evidências de conexões de um campo e mesmo fora dele. A observação e análise das referências que constituem as dissertações e teses de um PPG podem desvelar as bases que constituem tal programa e suas linhas, indicar tendências e mapear as formações intelectuais de seus egressos. O objetivo desta pesquisa foi analisar as citações encontradas nas teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense defendidas entre 2011 e 2020, que representam os dez primeiros anos do programa, buscando identificar, autores e

idiomas mais citados e as fontes de informação mais usadas, a evidenciar a base intelectual do programa, por meio da técnica bibliométrica denominada análise de citações.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O projeto coletou 17.193 referências das 145 dissertações e teses, sendo 107,8 citações em média por dissertação e 219,1 citações por tese. foram recolhidos 25 tipos distintos de fonte de informação nas dissertações e teses. A fonte mais utilizada nas dissertações foram os artigos de periódico (total de 4648), e entre as teses se as monografias (total de 1047). Além dessas fontes, as categorias “Parte de monografia”, “Regulamentos e leis” e “Trabalho de evento” também apresentam significativa participação nas produções analisadas, totalizando conjuntamente mais de mil referências cada (1549, 1271 e 1238 respectivamente). Dos 12 idiomas encontrados, o português é o mais utilizado. Nas teses há um percentual de 57% das fontes em português e 78% nas dissertações, obtendo assim uma média de 74% de obras citadas oriundas da língua portuguesa. O segundo lugar é ocupado pela língua inglesa que apresenta média de 21% de obras neste idioma. Foram identificados 9.669 autores (já

excluídas as duplicadas), e 99 formam a Elite de Pesquisa segundo Price, sendo os cinco mais citados: Brasil (autoria institucional, com 677 referências), José Maria Jardim (172), Maria Nélide Gonzalez de Gomez (158), Maria Luiza de Almeida Campos (148) e Heloisa Liberalli Bellotto (138).

## **CONCLUSÕES:**

Conclui-se que o PPGCI utiliza bibliografia nacional, em português, especialmente documentos oficiais e publicação de seus professores, tanto em artigos como em monografias. Aponta-se também o desafio de trabalhar com referências uma vez que ainda que sejam regulamentadas pela ABNT NBR 6023, grande parte apresentou problemas, levando a necessidade de pesquisas para compreender o que estava sendo referenciado.

## **AGRADECIMENTOS:**

Ao CNPq e a UFF pela bolsa, ao PPGC/UFF por pelo acesso aos arquivos das teses e dissertações, e todos que colaboraram na coleta de dados: Rosiane Pedro do Nascimento, Sofia Fralich Caballero, Livia Cavalcanti de Araujo, Janaina Rodrigues, Isabella Henrique Lima, Vinicius Santos, Allyson Silverio, Carlos Eduardo Guarieiro de Moraes, Evely Paiva, Fernanda Eliezer Martins, Jamille de Castro Domiciano, Letícia Corrêa, Lia Hibari Horikaw



**GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS  
SOCIAIS APLICADAS**

**TÍTULO DO PROJETO: O MERCADO DE TRABALHO DO  
SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E NA ARGENTINA**

**AUTORES: CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES  
(ORIENTADOR); LAÍSA CUNHA DA SILVA.**

**DEPARTAMENTO/UNIDADE/LABORATÓRIO: DEPARTAMENTO  
DE SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOEMÁTICA OU CATEGORIAL” COM AUXÍLIO DO SOFTWARE DE  
PESQUISA IRAMUTEQ (INTERFACE DE R POUR LES ANALYSES MULTIDIMENSIONNELLES DE  
TEXTES ET DE QUESTIONNAIRES).**

## **INTRODUÇÃO:**

Esta pesquisa se desenvolve a partir de cooperação internacional entre pesquisadores da Universidad Nacional de Mar del Plata – Facultad de Ciencias de la Salud y Trabajo Social – Grupo de Investigación “Fundamentos, Formación y Trabajo” e da Universidade Federal Fluminense/ Departamento de Serviço Social de Campos, Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social e Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (Gripes). Tem por objetivo geral mapear, analisar e comparar as produções acadêmico-científicas brasileiras e argentinas a respeito do mercado de trabalho dos/as assistentes sociais.

Para tanto, recorre ao método dialético, como perspectiva teórico-metodológica e a procedimentos cujos tratamentos privilegiam aporte quali-quantitativo, a partir de pesquisa de tipo exploratória, pautada em estudo de caráter bibliográfico, através da modalidade “estado da arte” e da técnica de “análise de conteúdo

O estudo bibliográfico possui como

marco temporal os anos 2000 a 2019, sendo realizado em revistas científicas referenciadas em cada País, teses de doutorado, dissertações de mestrado e ANAIS dos principais eventos nacionais da área de Serviço Social . No caso brasileiro, optou-se pelo trabalho com 14 periódicos na área de Serviço Social e disponíveis online. Como critério de escolha dos periódicos, optou-se por aqueles com qualis Capes (2013-2016), avaliados entre a1 e b3. Para o trabalho com as teses e dissertações optamos pelo mesmo critério temporal, além dos seguintes filtros: ano, dissertações ou teses, grande área do conhecimento – ciências sociais aplicadas e área do conhecimento – serviço social. Já em relação aos ANAIS de eventos nacionais, recorreu-se ao Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), visto disponibilizá-los em sua página oficial (edições de 2016 e 2019), em formato virtual.

Nestas bases de dados, utilizou-se as seguintes chaves de busca: “Serviço Social e mercado de trabalho profissional”; “mercado de trabalho do assistente social”; “Serviço Social e

trabalho profissional”; “trabalho profissional do assistente social”; “exercício profissional do assistente social”. Logo, a etapa de pré-análise possibilitou a organização do material que compõe o corpus da pesquisa.

Tais critérios proporcionaram a seleção de 23 artigos periódicos, 07 artigos publicados nos ANAIS do CBAS, 21 dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado, atingindo o quantitativo de 64 produções.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Diante destas informações preliminares, para este resumo, optamos por socializar os resultados e análises preliminares, sendo tratado a partir de duas dimensões centrais e interligadas presentes na análise do mercado de trabalho do serviço social: i) sua determinação estrutural, vinculado à sociedade do capital, e configurado por transformações sócio-políticas e histórico-conjunturais; e ii) suas manifestações objetivas, por meio de das áreas de atuação, tipos de contrato, vínculo(s) de trabalho, salário, carga horária de trabalho, índices de desemprego, dentre outros.

No Brasil, a pesquisa, em fase de andamento desde 2020, concluiu o mapeamento e a construção de seu corpus e seus resultados, observados, em termos geográficos, na Figura 1

Mapa 1 - Mapeamento de Pesquisas sobre o mercado de trabalho do Serviço Social, no Brasil



Fonte: Elaboração própria (2022)

A análise preliminar do mapa aponta para a centralidade das pesquisas desenvolvidas nas regiões Sudeste (23 pesquisas, sendo 11 em São Paulo); Nordeste (19 pesquisas, sendo cinco na Paraíba); e Sul (10 pesquisas, sendo 4 em Santa Catarina e 4 no Rio Grande do Sul), totalizando 52 estudos, o que corresponde a 81,2% do total de pesquisas mapeadas sobre o tema. Os trabalhos são desenvolvidos por 23 instituições de ensino superior e verificou-se pesquisas desenvolvidas por profissionais atuantes na política de assistência social e saúde publicadas no CBAS. Ademais, identifica-se que 81,2% dessas produções foram publicadas entre 2010 e 2019.

Tais resultados preliminares parecem apontar para duas questões principais: i) As regiões de maior abrangência dos Programas de Pós-Graduação vinculados à área de Serviço Social, no Brasil e: ii) A rarefeita produção a respeito de seu mercado de trabalho profissional e a suas expressões preliminarmente identificadas.

## CONCLUSÕES:

I. A identificação histórica do Estado como maior empregador de assistentes sociais, possuindo os municípios como maiores entes empregadores em função do processo de descentralização/municipalização das políticas sociais pós Constituição Federal de 1988;

II. O aviltamento dos salários, tendo predominado, entre as pesquisas, até três salários mínimos

III. A ampliação do mercado de trabalho profissional no primeiro vicênio do século XXI, tendo as políticas de saúde e de assistência social como os principais campos de atuação profissional;

IV. A precarização do trabalho, a insegurança do vínculo e o agravamento das expressões da questão social têm sido variáveis indicadas como determinantes no processo de adoecimento de assistentes sociais nos últimos anos, os elementos apontados até aqui nos têm permitido a construção do seguinte *pressuposto*: o mercado de trabalho do Serviço Social, no Brasil, desde os anos de 1990 até o primeiro vicênio do século XXI, tem sofrido *processos de expansão restringida à precarização do trabalho*, de suas condições e relações. Tal comportamento tem sido determinado por elementos estruturais e por uma conjuntura sociopolítica e econômica latino-americana, que assume particularidades no Brasil, marcada pela crise estrutural do capital, pelo neoliberalismo, pela reestruturação produtiva, pela globalização/mundialização do capital e pelas contrarreformas estatais e de políticas sociais.

## REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, p. 229.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, p.64, 2011.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas  
> Direito > Direito Público > Direito do Trabalho;**

**A "LEI DA CASA": COMPREENDENDO O LUGAR DO  
DIREITO DO DIREITO NO TRABALHO DOMÉSTICO.**

**Autores: Sophia Lisbôa Macêdo - Integrante (bolsista  
PIBIC) / Gabriel Moreira Nascimento - Integrante / Mariana  
Melo Correia - Integrante (bolsista FAPERJ) / Bruna**

**Miranda de Carvalho de Holanda - Integrante / Roberto Fragale Filho – Coordenador.**

**Alunos envolvidos: Graduação (3) / Mestrado (1).**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Universidade Federal Fluminense (UFF) / Faculdade  
de Direito / Departamento de Direito Público.**

## **INTRODUÇÃO**

Atividades de cunho doméstico se inserem em categorias de extrema vulnerabilidade pelo tripé de desigualdade amparados pela assimetria das relações econômicas, de gênero e raça.

Adelle Blackett (2019), nosso marco teórico, conceitua como “Lei da Casa” a pluralidade jurídica inerente ao trabalho doméstico. Na relação de ambiguidade afetiva que atravessa o trabalho doméstico permeado pelo afeto e pela subordinação, a vontade dos padrões prevalece em grande medida às escassas proteções estatais oferecidas.

Algumas situações narradas pela autora para justificar a assimetria de direitos e obrigações entre as partes, decorrida da pluralidade jurídica, promovem uma remuneração injusta que as coisifica, tornando-lhes objetos à disposição de todas as vontades ora requeridas, sendo pela apropriação infinda de seus tempos como a própria desqualificação do trabalho doméstico como trabalho.

Por se tratar de pesquisa qualitativa, valendo-se tanto de uma vasta verificação bibliográfica

quanto de uma análise mediante a adoção de um relacionalismo metodológico sistemático para verificar parte dos filmes que mais se aproximam temporal e espacialmente do contexto brasileiro, quais sejam, Domésticas (2001), Doméstica (2012) e Que Horas Ela volta? (2015).

Os objetivos ocorrem em dois aspectos: de forma mais genérica, deseja-se (1) verificar as principais personagens domésticas dos filmes e traçar uma análise simbólica sobre espaços e ambiguidades; e, especificando os objetivos, (2) fazer um resgate histórico-normativo e contrapor às imposições internas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em 1941, foi promulgado o Decreto-Lei nº. 3.078. Ele definiu, de forma abstrata, o conceito de "trabalhadores domésticos", regulamentando, também, a locação dos seus serviços. Contudo, durante o Estado Novo em 1943, a reestruturação da CLT retirou a categoria profissional do rol de proteção

legislativa por, segundo argumentos políticos, os serviços prestados não serem de natureza econômica, consumerista ou empresarial.

Em 1972, reconheceu-se a real lacuna existente na legislação social-trabalhista e que era necessário regulamentar o trabalho doméstico para obrigá-lo a compor o Sistema Geral da Previdência Social. Este momento foi de fato um marco, pois a Lei 5.859/1972 foi a primeira a definir o conceito de “empregado doméstico” como “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”. A Lei incluiu em sua definição a referência ao labor contínuo para resguardar quem porventura executasse trabalhos eventuais e estabeleceu alguns direitos como férias anuais remuneradas. A Constituição de 1988 captou direitos fundamentais que estavam esparsos até então e os reconheceu como Direitos Humanos. Mas isso não significou que os direitos se transpusessem do âmbito teórico para o fático e tampouco abarcou os trabalhadores domésticos em sua redação.

Houve uma transformação legislativa decorrente de um movimento social que tornou todas essas alterações viáveis, havendo um estreito diálogo entre ambas. Em 2011, ocorreu a 100ª Conferência Internacional do Trabalho. No evento, ficou acordado que seria adotada a Convenção nº 189, trazendo novos regramentos para assegurar o trabalho digno aos trabalhadores domésticos, embora sua ratificação tenha ocorrido apenas em 2018.

Em 2013, foi promulgada a Emenda Constitucional de nº 72 (EC 72), mas isso não

ocorreu unicamente como resposta aos debates ocasionados na Conferência citada, posto que seu projeto é anterior ao ano de 2011. Seus direitos trabalhistas foram equiparados aos trabalhadores urbanos e rurais.

Por fim, em 2015, a Lei Complementar nº 150 se tornou responsável pela maior solidez dos direitos recém adquiridos pelos trabalhadores domésticos pela EC 72, regulamentando sua aplicação.

## **CONCLUSÕES**

Para compreender o papel dos domésticos, atividade realizada fundamentalmente por mulheres negras e pobres, é necessário entender que mudanças têm ocorrido no perfil dos indivíduos contratados, mas isso apenas evidencia uma pequena face do que de fato é o trabalho doméstico, sobretudo se diferenciamos o remunerado do não remunerado e todas suas implicações decorrentes.

Parte das condições apresentadas no argumento teórico de Blackett se tornaram incomuns no Brasil, assim como a permanência das trabalhadoras nas casas de seus patrões. De 1995 para 2015, o número de trabalhadores domésticos que residiam no local de trabalho diminuiu 10,6% (TANAKA, 2017, p. 48). Isso pode demonstrar tanto uma redução na exposição desses trabalhadores como também evidencia a substituição do regime empregatício pela eventualidade de diaristas, contudo, a Lei da Casa, permanece muito significativa para a compreensão do pertencimento de espaços e do sentimento ambíguo entre o ser "familiar" e "empregado". A teoria também deve ser repensada conjuntamente às mudanças que

têm ocorrido, trazendo a ideia de intermitência no lugar da permanência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACKETT, Adelle. **Everyday Transgressions.** Domestic Workers' Transnational Challenge to International Labor Law. Ithaca: United States: Cornell University Press, 2019.

CAMPOS, André Gambier. **Breve Histórico das Mudanças na Regulação do Trabalho no Brasil.** Brasília/DF: Ipea, 2015.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline. **Entre Relações de Cuidado e Vivências de Vulnerabilidade: Dilemas e Desafios para o Trabalho Doméstico e de Cuidados Remunerado no Brasil.** Brasília/DF: IPEA, 2021.

TANAKA, Sheila (2017). **Interseccionalidade e trabalho doméstico: O debate público sobre a Emenda Constitucional 72 no Brasil** (Cadernos CEDEC n. 123). São Paulo: CEDEC, disponível em

<http://www.cedec.org.br/admin/arquivos/get/id/1446>, acesso em 22 nov. 2022.







**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto: AVALIAÇÃO DAS MODALIDADE DE ENSINO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA EDUCACIONAIS ABERTOS**

**Autores:** Mirian Picinini Méxas e Karla Siqueira de

Oliveira

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Ciências Atuariais e Finanças/ Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

### **INTRODUÇÃO:**

A pandemia do Covid-20, desde 2020, fez com que a sociedade passasse a adotar medidas preventivas, visando à manutenção da vida humana. Percebeu-se, de imediato, a urgência de as Instituições públicas e privadas permanecerem operantes.

Com relação ao ensino superior, as modalidades do ensino se diversificaram em várias modalidades de ensino: cursos presenciais, semipresenciais ou híbridos, cursos *online* ou remotos e a distância.

Sendo assim, a proposta geral desta pesquisa se concentra em avaliar as modalidades de ensino presencial, remoto e híbrido em uma Instituição de Ensino Superior brasileira.

### **METODOLOGIA:**

Realizou-se um estudo bibliométrico nas bases *Scopus* e *Web of Science*, entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, sendo selecionados 63 artigos, cuja análise possibilitou identificar as vantagens e desvantagens por modalidade de ensino (remoto, presencial e híbrido).

A partir da análise realizada, criou-se um questionário utilizando a ferramenta *Google Forms*. Antes do questionário ser enviado, foi realizado um pré-teste com cinco alunos da Universidade Federal Fluminense (UFF), visando validá-lo.

A pesquisa de campo reuniu 61 respondentes.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Como **resultado da análise Bibliométrica**, observa-se no no Gráfico 1 que o maior número de publicações sobre o tema foi em 2021 (66,67%) seguido de 2020 (26,98%).

Gráfico 1 – Publicação por ano



Fonte: Dados de pesquisa (2022)

Com relação aos países das instituições de todos os 253 autores que escreveram os

artigos selecionados (63), observou-se que o Brasil é o país com o maior número de pessoas que escreveram sobre o tema, representando 39,13% %, seguido por Itália com 6,32%, por Reino Unido com 5,93% e por China com 4,35%.

A análise integral dos artigos permitiu identificar as vantagens e desvantagens por modalidade de ensino. De forma geral, o Ensino Remoto permite a flexibilização das aulas, uma economia de tempo e de transporte e aprimoramento das habilidades no uso de tecnologias de informação. Concomitantemente, pode ocasionar a limitação da interação entre professores e alunos, uma dificuldade de converter a sua casa em área de estudo, e uma dificuldade com foco e motivação. Já o Ensino Presencial tem como pontos positivos a interação social face-a-face/*networking*, experiências práticas com laboratórios e bibliotecas e como pontos negativos a inexistência de gravação e de flexibilidade de tempo e horário. Por fim, o Ensino Híbrido integra os benefícios da aprendizagem convencional com a aprendizagem *online*, sendo, portanto, um aperfeiçoamento do modelo tradicional com as demandas de uma sociedade cada vez mais tecnológica. Em relação aos aspectos negativos, percebe-se que se referem às desvantagens listadas no ensino remoto.

Como **resultado da pesquisa de campo**, referente ao perfil dos 61 respondentes (discentes da UFF) que responderam ao questionário, observa-se que aproximadamente 80% possuem idade entre 19 e 25 anos e que a maioria deles, cerca de 57%, são do gênero masculino,

assim como a maioria são do Curso de Ciências Atuariais (62,3%).

Com relação à segunda parte da pesquisa na qual foram analisadas as vantagens e desvantagens das três modalidades de ensino (remoto, híbrido e presencial), seguem os principais resultados:

Em relação ao **Ensino Remoto**, a maior parte dos respondentes concordam que ele permite uma flexibilização das aulas, economia de tempo, de transporte e de deslocamento até a universidade, um aprimoramento das habilidades no uso de tecnologias de informação e comunicação e uma possibilidade de retransmissão das aulas devido à gravação, de passar mais tempo com a família e de praticar atividades com mais facilidade. No entanto, dentre as desvantagens, mais da metade dos alunos que responderam ao questionário concordam que esse tipo de ensino gera a limitação da interação entre professores e alunos, um aumento de problemas psicológicos, uma dificuldade de converter a sua casa em área de estudo, uma sobrecarga de tarefas e uma dificuldade com foco e motivação.

Em detrimento ao **Ensino Presencial**, percebe-se que muitas desvantagens apresentadas correspondem exatamente aos aspectos positivos que o Ensino Remoto dispõe, exceto as assertivas sobre a “existência de conversas paralelas entre os alunos durante as aulas” e “inexistência de recursos diferenciados para motivação e para aulas atrativas” que demonstram um certo equilíbrio entre as respostas. A título de exemplo, no Presencial não há a flexibilidade de tempo e horário e a

gravação das aulas, enquanto no Remoto isso é possível.

Observa-se, ainda, que a maioria dos respondentes concordam que o **Ensino Híbrido** integra os benefícios da aprendizagem convencional com a aprendizagem *online*, sendo, portanto, um aperfeiçoamento do modelo tradicional com as demandas de uma sociedade cada vez mais tecnológica e, por esse motivo, seria um bom método a ser empregado nas instituições de ensino superior brasileira.

### **CONCLUSÕES:**

A análise realizada demonstrou a pertinência e a contemporaneidade da questão das modalidades de ensino nas Instituições de Ensino Superior (IES), já que se pode observar que, no último ano, essa temática passou a ser muito mais abordada, devido ao contexto pandêmico.

As reflexões apresentadas buscaram mostrar a opinião dos alunos sobre as vantagens e desvantagens das três modalidades de ensino abordadas na pesquisa.

O desafio é justamente investigar formas de solucionar as desvantagens que nenhum tipo de modalidade conseguiu resolver e os resultados da pesquisa apontam os aspectos que necessitam ser explorados para escolher qual modelo educacional que melhor se encaixa na realidade das universidades, favorecendo, assim, ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem.

### **AGRADECIMENTOS:**

Fica aqui o agradecimento ao CNPQ pela concessão de bolsa de Iniciação Científica

dentro do Programa Institucional (PIBIC), direcionadas ao graduando, conforme os termos do edital e da Resolução Normativa 017/2006 do CNPq, por meio do EDITAL PIBIC/CNPq/UFF 2021/2022 da PROPII.





## CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

### PROCESSO DE RECULTURA DA BICICLETA: CICLABILIDADE EM PERNAMBUCO E EFEITOS MULTIPLICADORES PARA O CICLOTURISMO

BRUNA BEATRIZ BORTOLETTO MACCIANTELLI

(DEPARTAMENTO DE TURISMO/FACULDADE DE  
TURISMO E HOTELARIA/GRUPO DE PESQUISA EXPERIÊNCIAS EM TURISMO E  
TRANSPORTE ATIVOS – ETTA)

#### INTRODUÇÃO:

O presente projeto de pesquisa teve o objetivo, através de parceria com a PEBA (Escola Bike Anjo de Pernambuco, instituição que promove oficinas gratuitas para ensinar a população a andar de bicicleta), de verificar o grau de influência de suas ações (no período de 2013-2020) para o aumento da ciclabilidade no estado de Pernambuco e efeitos multiplicadores para o turismo de bicicleta. Tal pesquisa já havia sido iniciada pelo bolsista anterior como um desdobramento do PIBIC 2020-2021 na cidade de Niterói. Como resultado, desenvolveu-se a Coletânea Escola Bike Anjo e um artigo científico. Ademais, como parte do ETTA, desenvolveu-se um ensaio, finalizaram-se três anuários e contribuiu-se para o projeto de Turismo Ativo que está em andamento.

#### RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados do projeto foram diversos, sendo o primeiro deles a finalização da Coletânea Escola Bike Anjo, publicada no observatório da bicicleta<sup>1</sup>. Tal documento cumpriu com o objetivo inicial do projeto.

Para finalização do documento, além de sua diagramação, foram produzidos elementos gráficos como a capa, mapas e imagens de forma a facilitar a leitura, tornando-o lúdico e dinâmico para os leitores.



Imagem 1: Capa Coletânea Escola Bike Anjo

O segundo resultado foi um artigo, intitulado “A influência do ambiente de bairro para o uso da bicicleta como meio de transporte: estudo de caso das cidades de Niterói e Recife”. O artigo foi submetido e aceito pela revista PIXO (com classificação prévia CAPES QUALIS-periódicos A4)<sup>2</sup>, e será publicado na próxima edição. O artigo aborda o perfil do ciclista, motivações,

<sup>1</sup>

<https://observatoriodabicicleta.org.br/acervo/dez-anos-de-bike-anjo-em-pernambuco-coletanea-escola-bike-anjo/>

<sup>2</sup> <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>

destinos, frequência e impeditivos ao uso da bicicleta, assim como os ambientes de bairro em que esses ciclistas estão e sua infraestrutura. Objetivou-se entender como o ambiente de bairro influencia o uso da bicicleta como meio de transporte. As cidades de Niterói e Recife foram o estudo de caso. A metodologia teve por base duas pesquisas quantitativas, sendo a primeira delas a Pesquisa Nacional sobre o Perfil do Ciclista Brasileiro (PCB) e a segunda uma pesquisa conduzida pelo grupo de pesquisa ETTA da UFF em parceria com as Escolas Bike Anjo (EBA) de Niterói e Recife. Os resultados indicaram que o perfil do ciclista de ambas as cidades é bem similar, além de mostrarem que a carência de infraestrutura cicloviária e o trânsito são os principais impeditivos para uso da bicicleta como meio de transporte. Ademais, melhores níveis de segurança/educação fariam as pessoas pedalarem mais em ambas as cidades, havendo ainda bastante espaço para melhorar e desenvolver bairros e cidades, os quais poderão propiciar a adoção da bicicleta como meio de transporte.

O terceiro resultado foram os “Anuarios de la Escuela Bike Angél Niterói” dos anos de 2017, 2018 e 2019. A tradução já estava pronta. Assim, a diagramação e a tradução dos elementos gráficos foram realizadas, finalizando, então, os documentos que foram publicados no Blog do grupo de pesquisa ETTA.<sup>1</sup>

Como quarto resultado, tem-se o Ensaio intitulado “A complexa prática do caminhar e suas diferentes relações com o ser humano através da história”. Tal texto foi

redigido como resultado de uma das discussões do grupo de pesquisa ETTA as quais abordam temas voltados a mobilidade, turismo e outros que contribuam para as pesquisas dos integrantes do grupo. O ensaio está disponível no Blog do grupo de pesquisa<sup>2</sup>.

Por fim, o último resultado está conectado ao projeto de Turismo Ativo do grupo ETTA, que tem entre seus objetivos catalogar os roteiros realizados por cicloturistas na cidade de Niterói. Como contribuição, foi elaborada planilha com o resultado do levantamento de diferentes percursos e, em seguida, com bases bibliográficas, planilha de indicadores urbanísticos, dividida entre ciclistas e pedestres, ambos modos de transporte ativos, mas cada qual com sua necessidade ao que se refere a infraestrutura urbana. Além disso, o plano piloto contou com a filmagem de um percurso realizado de bicicleta para posterior análise, catalogação e postagem no canal do Youtube do grupo de pesquisa.

## **CONCLUSÕES:**

Os resultados apresentados contribuíram de diferentes formas para a geração de conhecimento e sua divulgação. A Coletânea foi de grande importância para a PEBA, visto que compilou os dados desses dez anos de existência dessa organização além de cumprir com os objetivos iniciais propostos para a pesquisa. Os dados foram

<sup>1</sup> [https://ettauff.blogspot.com/p/publicacoes\\_3.html](https://ettauff.blogspot.com/p/publicacoes_3.html)

<sup>2</sup> <https://ettauff.blogspot.com/p/relatos.html>

divulgados e compilados de forma compreensível e lúdica a população geral para leitura e acesso. Além disso, foi possível levantar dados que puderam, juntamente com os dados colhidos pelos PIBICs anteriores, serem usados para o desenvolvimento do artigo. Esse, através da comparação das cidades de Niterói e Recife, possibilitou a compreensão da influência do ambiente de bairro para uso da bicicleta como meio de transporte e por consequência, a qualidade e abrangência da infraestrutura cicloviária, elucidando, assim, os principais problemas e as potencialidades de ambas as cidades para adoção desse meio de transporte.

Os anuários contribuíram para a divulgação das produções realizadas pelo ETTA para um público ainda maior – os falantes da língua espanhola. Assim como os anuários, o ensaio também teve o papel de divulgar o conhecimento. Unindo diferentes fontes, foi possível discorrer sobre o tema do caminhar de forma mais acessível a diferentes públicos.

Por fim, o projeto de Turismo Ativo contribuiu para avaliar a cidade de Niterói no contexto de ruas completas turísticas, abrindo espaço, através da catalogação, para análise de problemas e levantamento de potencialidades.

Assim, o projeto de pesquisa foi bem-sucedido ao que se refere a produção de conhecimento e contribuição para a sociedade - que é o objetivo principal do conhecimento e da produção científica.

### **AGRADECIMENTOS:**

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) concedida à autora.

À professora Fátima Priscila Morela Edra por sua dedicação, incentivo e organizada orientação, os quais fizeram toda a diferença no desenvolvimento desse PIBIC.



**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
TECNOFEM – LUGAR DE FALA, UM ESTUDO  
SOBRE O INTERCÂMBIO UNIVERSITÁRIO  
FEMININO E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS  
DAS UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR  
ELAINE RIBEIRO SIGETTE (ORIENTADORA  
IC); LOURHANSE LEHDERMANN (BOLSISTA**

**UFF/PIBIC/CNPQ 2021-2022);**

**DEPARTAMENTO/UNIDADE/LABORATÓRIO: DEPARTAMENTO DE ADM. E  
ADM. PÚBLICA – ICHS, UFF DE VOLTA REDONDA/ DATA – PESQUISA E  
EXTENSÃO EM INFO. APLICADA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.**

## **INTRODUÇÃO**

Levando em consideração a internacionalização do ensino superior e os mais variados sistemas culturais existentes no mundo e suas representações acerca das mulheres e do feminino, a pesquisa tem como objetivo fazer uma análise das especificidades de gênero nas experiências de mobilidade acadêmica internacional das alunas de graduação da UFF e propor políticas institucionais, contribuindo para a igualdade de gênero.

Com base nisso, uma vez que exista a necessidade da construção de soluções coletivas mais eficientes aliadas a indicadores que deem visibilidade às questões de gênero (KRONENBERGER, 2019), em um primeiro momento, a presente pesquisa utilizará os pressupostos da pesquisa *survey* (FREITAS, 2000) da importância da utilização sistematizada e embasada dos métodos científicos utilizados para as ciências sociais e as multidisciplinares (DEMO,1995) com métodos de coleta de informações e análise

de resultados quali-quantitativos (PRODANOV, 2013).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foi construído um questionário eletrônico com 59 perguntas (abertas e fechadas) vinculado em meio digital. A partir da investigação, construiu-se um mapeamento das repercussões vivenciadas pelas alunas, identificando as características, as especificidades e os impactos intrínsecos do processo de mobilidade internacional, levando em consideração a adaptação acadêmica, sócio-cultural e psicológica. As questões levantadas tanto pela pesquisa quanto pelas estudantes, puderam ser manifestadas, respondidas e trabalhadas, dando “lugar de fala” (HARDING,2004) para as alunas intercambistas em suas experiências de mobilidade a partir do seu lugar: mulheres socializadas numa determinada cultura em contato com diferentes representações simbólicas acerca das mulheres e do feminino.

Foram 60 estudantes de graduação mulheres respondentes ao total, com faixa etária entre

22 e 30 anos, realizando o intercâmbio no período compreendido entre 2017 e 2022. Das 60 alunas, 52 (86,7%) se autodeclararam brancas, 5 (8,3%) se autodeclararam pretas e 3 (5%) se autodeclararam pardas. Em relação ao gênero, todas se indentificaram como mulher cis e, no que concerne a orientação sexual, 48 estudantes (80%) responderam que são heterossexuais, 8 estudantes (13,3%) responderam que são homossexuais, 3 estudantes (5%) responderam que são bissexuais e 1 estudante (1,7%) preferiu não responder. No que se refere ao país de destino, confirmando dados do Painel Estatístico da Mobilidade da UFF, a maioria concentra-se, expressivamente, na Europa, sendo 50 alunas (83,3) alocadas em Portugal, 6 alunas (10%) alocadas na Espanha, 1(1,7%) aluna alocada na Finlândia, 1(1,7%) aluna alocada na Polônia. Saindo do continente europeu temos 1(1,7%) aluna alocada na Colômbia (América do Sul) e 1(1,7%) aluna alocada em Moçambique (África).

As dinâmicas interculturais a partir do lugar de fala das alunas evidenciaram a questão da colonização, sob o aspecto histórico da sexualização do corpo da mulher latina, intrinsecamente ligado à colonização de acordo com a socióloga argentina María Lugones (LUGONES, 2019, p. 361). Partindo do lugar de fala das estudantes enquanto mulheres brasileiras, tendo a experiência da mobilidade em um país europeu, principalmente Portugal, que foi o colonizador do Brasil, mapeou-se que o principal fator que atravessou suas vivências foi o fato de serem mulheres latinas e a ideia de uma sexualidade exarcebada.

As experiências sociais reverberaram também na formação acadêmica. Todas as

entrevistadas relataram que não tiveram uma política de acolhimento quando retornaram, no sentido de compartilhar seus desconfortos e vivências, e que seria essencial ter esse acolhimento. Nesse âmbito, pensando que as alunas realizam o intercâmbio por meio de uma mobilidade acadêmica considerando que elas são representantes da instituição de origem na universidade de destino, este estudo sinaliza a necessidade da criação de políticas de acompanhamento institucional específicas de gênero visto que as experiências vividas também reverberam na formação acadêmica.

### **CONCLUSÃO:**

A mobilidade acadêmica internacional é uma vivência de grande impacto para a formação acadêmica, pessoal e profissional do estudante. Nos programas de mobilidade da Universidade Federal Fluminense, a cooperação acadêmica e a internacionalização do ensino superior e os dados coletados nesta pesquisa confirmam essa amplitude de experiências, que passam pela cultura, geografia, questões raciais, de gênero, pela gastronomia, de ordem afetiva, etc. O contato com outra cultura, além de ser muito rico, proporciona conhecer outras realidades e contextos de vida de modo a ampliar a visão de mundo e perceber, na prática, materializando a diversidade em contra ponto a ideia de um mundo homogêneo com valores universais - ainda mais considerando que as dinâmicas vivenciadas nesse processo são distintas entre homens e mulheres.

Nesse sentido, considerando a expressividade que os programas de mobilidade internacional tem para a instituição e a importância que o



intercâmbio demarca na vida tanto acadêmica quanto pessoal dos estudantes de uma forma geral, é extremamente relevante voltar o olhar para a internacionalização do ensino superior considerando as especificidades de gênero, com a criação de uma rede de apoio e políticas universitárias que visem acompanhar mais de perto este processo.

Afinal, a experiência se torna mais rica quando passa a reverberar não só na formação acadêmica e pessoal mas também quando inspira através dela melhorias no combate a desigualdade de gênero.

#### **REFERÊNCIAS:**

[Harding, Sandra; Hintikka, Merrill B. \(2004\), "Introduction", in Harding, Sandra; Hintikka, Merrill B. \(eds.\), \*The feminist standpoint theory reader: intellectual and political controversies\*, New York: Routledge, pp. 1–16, ISBN 9780415945011.](#)

LUGONES, M. Rumor a um feminismo decolonial in Heloisa Buarque de Hollanda (org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 357-377.

PRODANOV, C. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.



## **CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

### **TÍTULO DO PROJETO: POLÍTICAS SOCIAIS DIRIGIDAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI**

**AUTORES: TAMIRES MARINHO CALDAS (BOLSISTA PIBIC UFF/ CNPQ); MÔNICA DE CASTRO MAIA SENNA (ORIENTADORA)**

**DEPARTAMENTO/UNIDADE/LABORATÓRIO: DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL NITERÓI/ PPS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL/ NAP – NÚCLEO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS**

### **INTRODUÇÃO:**

O projeto tem como objetivo central analisar as intervenções públicas dirigidas à população em situação de rua no município de Niterói, com foco nas políticas de assistência social e de saúde. A existência da população em situação de rua simboliza as múltiplas e complexas dimensões decorrentes da extrema desigualdade social na sociedade capitalista, particularmente em um país marcado pela inserção subordinada, periférica e dependente no capitalismo global. Embora o fenômeno não seja exatamente uma novidade, sua expansão vincula-se a elementos estruturais do capitalismo e suas formas de produção e reprodução social. Estudo feito pelo IPEA (2020) estima a existência de 221.869 pessoas em situação de rua no Brasil. No município de Niterói, lócus do estudo, dados do CadÚnico indicavam 584 pessoas em situação de rua cadastradas no ano de 2021. As intervenções públicas dirigidas à PSR no Brasil são marcadas historicamente por ações repressivas e higienistas. A partir da Constituição Federal de

1988 é que se iniciou um novo capítulo na direção de reconhecer esse segmento como sujeito de direitos. Um grande marco é o Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR). A construção de serviços e programas no âmbito das políticas de saúde e de assistência social também merecem destaque. A metodologia da pesquisa pautou-se em uma abordagem qualitativa, contemplando diferentes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas com instituições e grupos sociais que atuam junto à população em situação de rua no município de Niterói.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A existência de pessoas habitando as ruas não constitui um fenômeno novo, porém adquire novas nuances no processo histórico, sobretudo com as determinações de cunho

econômico-social impostas pelo modo de produção capitalista, onde fincam suas raízes estruturais. A relação entre Estado brasileiro e população em situação de rua é marcada por ações de cunho repressivo e de controle social, combinadas a práticas caritativas e assistencialistas. Mudanças nesse padrão se iniciaram apenas a partir da década de 1980, com a Constituição Federal de 1988, e posteriormente, com a LOAS (1993), a PNAS (2004) e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009). O termo “população em situação de rua” é incorporado às políticas sociais, em contraposição à visão tradicional de mendicância. Serviços foram criados ou reestruturados no campo da assistência social, dentre eles os CREAS, os CENTROPOP, o Serviço Especializado para pessoas em situação de rua e os Serviços de Abordagem social, além das instituições de Acolhimento Institucional. Na saúde, avanços significativos ocorreram com a criação das Equipes de Consultório na Rua (CnaR), em 2011. Mas o grande marco para o reconhecimento da população em situação de rua como cidadãos se deu com a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua em 2009. Especificamente em relação às políticas sociais dirigidas à população em situação de rua no município de Niterói, foram mapeados 13 Equipamentos/Instituições da política de assistência social que prestam serviços a essa população, tanto adultos, como crianças e adolescentes: CREAS Centro, CREAS Largo da Batalha, um CENTRO POP, Abordagem Social, 05 unidades de acolhimento institucional (Florestan Fernandes, Lélia Gonzalez, Paulo

Freire, Arthur Bispo do Rosário, Lisaura Ruas), um Hotel Emergencial, ERAD, ERIJAD e um centro social da Fundação Leão XIII. Na política de saúde, foram mapeadas 17 instituições que informaram ter a população em situação de rua como público alcançado, das quais apenas uma equipe de Consultório na Rua (Cnar) presta atendimento específico à população em situação de rua no município.

## **CONCLUSÕES:**

O fenômeno da população em situação de rua se constitui como uma das mais nefastas expressões das desigualdades sociais engendradas no modo de produção capitalista. As origens e crescimento desse segmento se dão a partir de múltiplos condicionantes e determinantes, sejam aqueles mais gerais, sejam os relacionados aos contextos nacionais locais, como no caso brasileiro, que impactou diretamente na relação entre PSR e Políticas Sociais. Por fim, o estudo realizado no município de Niterói apontou avanços na oferta de serviços das políticas de assistência social e de saúde para a população em situação de rua, e cujos conteúdos serão investigados com a continuidade da pesquisa.

## **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.** Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)> Acesso em: em 21 de agosto de 2022.

NATALINO, M.A.C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília: IPEA, 2020.

### **AGRADECIMENTOS:**

Ao CNPq e à UFF pelo apoio financeiro em forma de bolsa de iniciação científica.





**GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS  
SOCIAIS APLICADAS**

**TÍTULO DO PROJETO: NARRATIVAS DO SUICÍDIO NO  
COTIDIANO MIDIATIZADO**

**AUTORES: GIOVANA RODRIGUES (BOLSISTA) E  
RENATA REZENDE (ORIENTADORA)**

**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
SOCIAL/JORNALISMO  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL (IACS)**

## **INTRODUÇÃO:**

Para o público jovem, que cresceu na era digital, as redes sociais exercem influência em suas construções identitárias, visto que é um período de transformação não só física, mas também psicossocial. Nesta fase, a busca por se identificar com outras pessoas é comum. “O encontro dos iguais no mundo dos diferentes” (LEPRE. p. 4. 2003). Como o ambiente virtual é onde se sentem seguros, os jovens usam as redes sociais para compartilhar angústias, construindo narrativas catárticas (REZENDE, 2020).

A cada 40 segundos, uma pessoa se suicida no mundo, e, a cada 3 segundos, alguém tenta tirar a própria vida, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). O suicídio é também a segunda principal causa de morte entre os jovens de 15 a 29 anos. Assim, a influência midiática merece atenção, já que o IPEA considera a mídia como a terceira causa de suicídio, sendo superada apenas pelo desemprego e pela violência.

Dessa forma, a pesquisa **Narrativas do Suicídio no Cotidiano Mdiatizado** busca

entender como o suicídio é abordado nas mídias sociais, com recorte no Instagram e YouTube, e quais são seus possíveis impactos para a juventude.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A partir do estudo bibliográfico, mapeamos os resultados no Instagram usando o termo de pesquisa “suicídio”. Quatro integrantes do grupo mapearam, ao menos, 5 perfis e, durante as reuniões do grupo, analisamos os resultados e percebemos semelhanças. A partir desse conteúdo sistematizado, elaboramos uma nova tabela listando todos os usuários encontrados pelos quatro mapeamentos, indicando a recorrência com que cada um deles apareceu.

Nome do Perfil/Perfil	Descrição/Info	Número de seguidores	Número total de Postagens	Biografia (imagem usada no perfil)
Acordo do século (acordodoseculo)	<p>👉 Não tem nada de novo, mas vai ficar diferente a medida que vamos evoluindo.</p> <p>👉 Não tem nada de novo "suicídio em família"...</p> <p>👉 Não tem nada de novo...</p>	0.192	218	Fundo amarelo com o nome do perfil escrito em digitalizado e o símbolo de denúncia
Mãe não do suicídio (suicidio_nao_mae)	<p>Mãe é mulher! Quem disse que não é? Não é só mulher que sofre de depressão, mas também os homens!</p>	804.200	481	Um café com uma xícara de leite e um pedaço de bolo
Suicídio e depressão (suicidio_e_depressao)	<p>Suicídio é doença mental.</p> <p>👉 Não é doença mental.</p> <p>👉 Não é doença mental.</p> <p>👉 Não é doença mental.</p>	7.199	248	Um copo de água com um pedaço de limão e um pedaço de bolo
DEPRESSÃO, PRIMA TIPO (depressao_prime_tipo)	<p>Essa é a coisa que eu mais quero falar. Não é doença mental, é uma doença física. Não é doença mental, é uma doença física. Não é doença mental, é uma doença física.</p>	888	80	Um copo de água com um pedaço de limão e um pedaço de bolo
Suicídio de uma mulher (suicidio_uma_mulher)	<p>Se você não sabe o que é suicídio, não se preocupe. Não se preocupe. Não se preocupe.</p>	22 mil	40	Um pedaço de bolo com um pedaço de bolo

**Figura 1 – Print de exemplo do mapeamento da tabela dos perfis do Instagram.**  
**Fonte: As autoras**

Em seguida, começamos a mapear vídeos do Youtube a partir da busca da palavra 'suicídio'. Foram encontrados vídeos tanto profissionais, como de relatos de tentativas de suicídio. Com isso, decidimos focar na análise dos vídeos que se enquadram na tipologia relatos/ testemunhos. A decisão se deu pelo desejo de se entender o impacto de vídeos de influenciadores digitais quando o assunto é suicídio juvenil. Na sequência, começamos a mapear vídeos do Youtube a partir da busca pela palavra 'suicídio'. Foram encontrados vídeos tanto profissionais, como de relatos de tentativas de suicídio. Com isso, decidimos focar na análise dos vídeos que se enquadram na tipologia relatos/ testemunhos. A decisão se deu pelo desejo de se entender o impacto de vídeos de influenciadores digitais quando o assunto é suicídio juvenil, conforme exemplo abaixo:

Nome do vídeo	Canal	Assunto	Descrição	Comentários	Reações
...	...	...	...	...	...

**Figura 2- Print exemplo de tabela de mapeamento dos vídeos de Relatos/Depoimentos do Youtube**  
**Fonte: As autoras**

A partir deste mapeamento, observou-se características recorrentes. Nos perfis do Instagram, eram comuns fotos em preto e branco, remetendo a aspectos iconográficos relacionados à melancolia/tristeza. Na biografia, são comuns desabaços, oferta de escuta pelo direct e indicação de contatos como o CVV. Nos vídeos do Youtube, percebemos semelhanças na construção dos títulos, que destacavam a tentativa, como “Já tentei suicídio”, “Por que tentei suicídio?”. Entre as recorrências audiovisuais, destacaram-se planos mais fechados, como primeiro plano, e um cenário mais caseiro, geralmente no quarto do locutor. Nos comentários foram observados desde mensagens de apoio, até relatos de tentativas e desejos suicidas. É preciso ressaltar que todo o material usado (e printado durante a pesquisa) está público na internet.

**CONCLUSÕES:**

Assim concluímos que: **1)** As mídias sociais, principalmente o Instagram e o Youtube, influenciam o comportamento dos jovens, sendo uma das formas deles se identificarem. **2)** As

diretrizes das plataformas não agem de forma eficaz para evitar que conteúdos que possam gerar gatilhos não sejam disseminados. **3)** Nos vídeos, são comuns estereótipos ligados à doença, inclusive crenças religiosas. **4)** Na análise, notamos que a maioria dos perfis e vídeos encontrados eram feitos por jovens e a minoria eram conteúdos profissionais/institucionais. **5)** Enquanto alguns vídeos serviram como motivação positiva, outros, como os que citam métodos de suicídio, serviram como um incentivo (negativo) para que o usuário predisposto deseje praticar o ato.

(**Juventude e suicídio: percursos midiáticos e suas interfaces com a Educação**) cujo eixo temático da pesquisa (Narrativas do Suicídio no Cotidiano Midiatizado) pertence.



## REFERÊNCIAS:

LEPRE, R. M. **Adolescência e construção da identidade**. 2003. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Rita-Lepre/publication/237343201\\_ADOLESCENCIA\\_E\\_CONSTRUCAO\\_DA\\_IDENTIDADE/links/573c9f6c08aea45ee84197bc/ADOLESCENCIA-E-CONSTRUCAO-DA-IDENTIDADE.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Rita-Lepre/publication/237343201_ADOLESCENCIA_E_CONSTRUCAO_DA_IDENTIDADE/links/573c9f6c08aea45ee84197bc/ADOLESCENCIA-E-CONSTRUCAO-DA-IDENTIDADE.pdf)> Acesso em 05 de fevereiro de 2022.

REZENDE. R. Redes de afeto (e de afetações): narrativas catárticas no cotidiano midiático. In: SIQUEIRA. D. C. O. *Corpos, imaginários e afetos nas narrativas do eu*. **E-papers**, Rio de Janeiro, 1.ed. p. 267 -280, 2020.

## AGRADECIMENTOS:

À Universidade Federal Fluminense pela possibilidade de realização desta pesquisa. Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa destinada à aluna Giovana Rodrigues e à Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), que financia o projeto ampliado



**Grande área do conhecimento: Comunicação e Informação**

**O BOLSONARISMO NO WHATSAPP: DEBATE POLÍTICO REACIONÁRIO E CAMPANHA PERMANENTE NAS REDES MÓVEIS**

**Autores: Beatrice de Melo Silva e Viktor Chagas (Orientador)**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Estudos Culturais e Mídia/IACS**

## **INTRODUÇÃO:**

Segundo o Digital News Report de 2021, 43% dos brasileiros utilizam o WhatsApp como meio de se informar, perdendo apenas para 47%, que utilizam o Facebook, seguido por 39% que usam o YouTube para esse fim, 30% que utilizam o Instagram e 12% que buscam notícias pelo Twitter (Newman, Fletcher, Schulz, Andi, Robertson & Nielsen, 2021).

O presente artigo tem como objetivo analisar como deu-se a apresentação e a repercussão da campanha política durante as eleições de 2020 para a prefeitura do Rio de Janeiro do então candidato, Marcelo Crivella (Republicanos) e sua discussão, que, por ter tido apoio de Jair Bolsonaro durante esse processo, houve repercussão em grupos de WhatsApp de apoio ao Presidente.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Apesar de 78,6% das mensagens totais coletadas e catalogadas serem favoráveis ao

ex-prefeito Marcelo Crivella, a maior parte dessas mensagens não veio sem relutância (19,8%) ou certa ressalva. Além disso, apenas pequena parcela das mensagens apresentavam propostas político-sociais do candidato (3,6%, N=7). E as campanhas positivas relacionadas ao que ele fez de bom em seu mandato estavam todas relacionadas de certa forma ao que Eduardo Paes fez de errado em seu antigo mandato (segundo as mensagens, Crivella procurou quitar dívidas feitas para realizar obras superfaturadas, especialmente das Olimpíadas, tirou o pedágio com preço abusivo da Linha Amarela que Paes tinha colocado, diminuiu a passagem de ônibus do Rio de Janeiro, que antes era a passagem considerada mais cara do Brasil; retirou o financiamento municipal que Eduardo Paes tinha investido nos desfiles e festas de Carnaval e o incentivo à Rede Globo). Candidatos que estão concorrendo à reeleição usualmente optam por campanhas com menos ataques a outros candidatos, focando mais no que a pessoa fez de bom em seu mandato (BENOIT, 1999). O que não é o caso da campanha de Crivella que, pelo menos nas



mensagens de grupo de WhatsApp, foca grande parte de seus esforços em maldizer os concorrentes. Contudo, também é notório que os candidatos com menos intenções de voto, principalmente os que estão em segundo e terceiro lugar, tendem a atacar mais (Borba, 2015), além disso, com o cenário político brasileiro tão polarizado, era de se esperar mais ataques a adversários (Ansolabehere et al. 1994).

Apesar disso, a campanha negativa é vista com maus olhos até mesmo por alguns eleitores, pois pode ser percebida como um esforço desnecessário que o candidato poderia utilizar para desenvolver suas próprias propostas, ainda mais em países da América Latina, que não têm tradição de utilizar esse tipo de persuasão (BORBA; DESPOSATO, 2013), pois a campanha negativa tem duas vertentes principais: a de ataque em relação a questões pessoais e a de quando ataca-se assuntos relacionados a própria política (BENOIT, 1999). A última é normalmente tida como algo positivo, pois consiste em questionar o outro candidato sobre seus projetos e políticas públicas ou questionar suas escolhas profissionais que deram errado no passado, porém, a primeira é quando questiona-se o caráter e a índole de um candidato e não é bem vista por ser considerada apelativa e escandalosa (BORBA, 2015).

A maioria das campanhas negativas estudadas são realizadas pelos próprios candidatos, mas existem as campanhas negativas apócrifas, realizadas por pessoas sem vínculos partidários, o que se encaixa em mensagens de WhatsApp.

## **CONCLUSÕES:**

As mensagens relacionadas a Crivella no WhatsApp envolveram principalmente o uso de campanha negativa e o apelo à credibilidade do Presidente Jair Bolsonaro para persuadir eleitores a votarem nele. E, apesar de a maior parte das mensagens mostrar-se favorável, é possível perceber que os eleitores não estavam seguros em relação a votar nele: no primeiro turno, o número de abstenções ultrapassou o de votos em Crivella e no segundo turno, as abstenções ficaram atrás dele por pouco.

Além disso, em relação à base de dados total, o número total do corpus de mensagens relacionadas ao ex-prefeito do Rio de Janeiro foram muito pequenas, pouco mais de 350 de mais de 1,6 milhão.

A campanha de Crivella de maneira geral envolveu justificar sua má gestão alegando que Eduardo Paes o entregou um Rio de Janeiro quebrado e devedor e que Crivella não pôde cumprir suas promessas porque estava ocupado quitando as dívidas do município. E voltou seus esforços para pintar um futuro ruim caso candidatos de esquerda, como Benedita e Marta Rocha, fossem eleitos e a estratégia de que para que esses candidatos não conseguissem sequer chegar ao segundo turno seria votar em Marcelo Crivella.

Os eleitores também compartilharam diversas mensagens apenas demonstrando seu apoio ao candidato com palavras simples como “Crivella sim” ou as mensagens que são apenas instruções para votar em Crivella e não apresentam mais nenhum argumento sequer

são possivelmente fruto da época política extremamente polarizada (Chagas, 2021).

## **BIBLIOGRAFIA:**

ANSOLABEHERE, Stephen; IYENGAR, Shanto; SIMON, Adam; VALENTINO, Nicholas. Does attack advertising demobilize the electorate?. *American Political Science Review*, v. 88, n.4, p. 829-838, 1994.

BENOIT, W. *Seeing spot: a function analysis of presidential television advertisement, 1952-1996*. Westport: Praeger Publisher, 1999.

BORBA, Felipe de Moraes; DESPOSATO, Scott. A propaganda negativa como instrumento democrático. *Revista Compólitica*, n. 3, vol. 2, 2013.

BORBA, F. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 21, n.2, 2015.

CHAGAS, Viktor; MITOZO, Isabele; BARROS, Samuel; SANTOS, João Guilherme & AZEVEDO, Dilvan. The 'new age' of political participation? WhatsApp and call to action on the Brazilian senate's consultations on the e-cidadania portal, *Journal of Information Technology & Politics*, 2021.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; SCHULZ, Anne; ANDI, Simge; ROBERTSON, Craig & Nielsen, Rasmus Kleis. *Reuters Institute Digital News Report, 2021*. Oxford, United Kingdom: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2021.





**Ciências Sociais Aplicadas**

**ATUALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PRODUTOS A PARTIR DO  
BANCO DE PUBLICAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES  
UNIVERSIDADE-EMPRESA-GOVERNO**

**Carlos Alberto Fernandes Ferreira da Silva e Marcelo Gonçalves  
do Amaral**

**Ciências Contábeis/ Volta Redonda – Atterrado/ Laboratório de  
MultiAplicações em Gestão (LAMAG)**

**INTRODUÇÃO:**

O presente projeto é a retomada do projeto: “ATUALIZAÇÃO E ANÁLISES A PARTIR DO BANCO DE PUBLICAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES UNIVERSIDADE-EMPRESA-GOVERNO” desenvolvido no período 2019-2020, que tem o objetivo de realizar a manutenção, atualização e análise de um banco de dados contendo publicações sobre as relações Universidade-Empresa-Governo (conhecida como abordagem da *Triple Helix* - TH).

O banco de publicações sobre a TH começou a ser desenvolvido em 2009 como parte das iniciativas relacionadas à organização da VIII Conferência Internacional da TH, realizada em outubro de 2010 em Madri, Espanha. A equipe organizadora sentiu a necessidade de conhecer a produção acadêmica das conferências anteriores visando definir os temas relevantes para a chamada de artigos. A partir de 2011 o banco se tornou um projeto/produto do *Triple Helix Research Group* (THERG-Brazil), grupo de pesquisas criado em 2008 no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF). Novas

versões têm sido disponibilizadas para estudiosos do tema.

O banco contava no início do projeto com quase 3.000 comunicações científicas cadastradas, sendo estas divididas em artigos publicados em periódicos, artigos publicados em conferências, *working papers*, livros, capítulos de livros, entre outros. A versão 2022 da base, após o trabalho do bolsista PIBIC, conta com 3.700 publicações cadastradas, encontrando-se em formato MS Excel. Da forma como o banco se encontra organizado hoje, o banco informa: o ano da publicação, o tipo (se o mesmo é um artigo, uma publicação de conferência, etc.) sua sessão ou tema (caso seja de conferência), o autor da publicação, a instituição ao qual o autor está vinculado, o país, as palavra-chave, fonte e por último o DOI.

Entre as atividades desenvolvidas no decorrer da iniciação, encontra-se a manutenção do banco de dados e sua análise, a continuação do processo de coleta e de conteúdo e a sua disponibilização no blog do grupo de pesquisa THERG-Brazil

(<http://triplehelixbrasil.blogspot.com>). Há ainda a constante de verificação de inconsistências.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A abordagem da *Triple Helix* é amplamente disseminada como uma metáfora para a compreensão e análise das relações entre os atores que integram os ecossistemas de inovação. Apresentada em 1995 por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff, a TH se difundiu ao longo destes 27 anos como uma interpretação mais eficiente da interação entre atores das esferas que geram conhecimento (universidade), que utilizam conhecimento (setor produtor de bens e serviços) e o setor que regula e fomenta a atividade econômica (governo) com fins de promover a inovação e o desenvolvimento econômico e social. Ela pode ser utilizada como uma ferramenta analítica *ex-post* e como uma inspiração para o desenho de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação. Seu estudo permite compreender e apoiar o desenvolvimento tecnológico, econômico e social no século XXI.

O banco de artigos conta na versão 2022 com exatas 3.768 entradas, sendo 2.168 trabalhos publicados em congressos (57,6%), 1.027 artigos publicados em periódicos (27,3%), 90 livros e capítulos de livros (2,3%), 69 monografias, dissertações e teses (1,8%) e 414 outros tipos de comunicações (entre *working papers*, palestras, etc). Estas 3.768 publicações foram realizadas por 7.873 autores, uma média de 2,09 autores por comunicação, sendo 4.740 autores únicos. Analisando desde o início dos anos oitenta, previamente a proposição da TH, é possível ver que o tema vem ganhando

repercussão ao longo dos anos. Analisando ano a ano, o quantitativo de publicações mostrou inicialmente um crescimento nos anos de conferência (1998, 2000, 2002, 2005, 2007, 2009 e 2014) e um crescimento significativo a partir de 2009 quando a conferência passou a ser anual. Entre 2009 e 2014 foram realizadas 1.486 das 3.768 comunicações (39,82%). Nos últimos anos, o volume de comunicações caiu, possivelmente por comunicações recentes como artigos de periódicos ainda não terem sido inseridas na base e a realização das conferências em países fora do eixo Estados Unidos-Europa (África do Sul em 2019 e Brasil em 2021) e a pandemia da COVID-19 que fez com que os eventos de 2020 e 2021 fossem online.

Os principais autores sobre o tema são os próprios criadores da abordagem, os professores Etzkowitz e Leydesdorff, com 439 publicações ao todo, seja elas em conjunto, ou com inúmeros e diferentes parceiros, totalizando 11,7% do volume de trabalhos. Seguidos por Marcelo Amaral (Brasil), José Mello (Brasil), Branca Terra (Brasil), Han Woo Park (Coreia do Sul), Chunyan Zhou (China), Martin Meyer (Reino Unido) e outros, que totalizam 861 comunicações, ou 22,9% do total do banco.

Em relação aos países de origem das comunicações é possível verificar a forte presença do Brasil, Reino Unido, EUA e Holanda, com mais de 250 comunicações cada um. Nestes casos, todos já sediaram pelo menos uma conferência e contam com autores (e instituições) bastante ativos. Em um patamar abaixo, surgem países como Rússia, Itália,

Suécia e Espanha com mais de 100 comunicações cada um.

### **CONCLUSÕES:**

O objeto deste estudo foi analisar a evolução do movimento relacionado ao modelo da Triple Helix a partir da análise de um banco de comunicações científicas por meio de técnicas bibliométricas. Assim como em análises anteriores, os propositores da TH seguem sendo os autores mais ativos e que disseminaram mundialmente a abordagem a partir do engajamento de muitos pesquisadores e instituições acadêmicas de diferentes países. A TH mantém-se como um tema relevante, o que é referendado pelo volume de comunicações científicas realizadas.

Uma discussão secundária, sobre o impacto de sediar uma conferência, também foi realizada e mostrou que a maior parte dos organizadores e países envolvidos com a realização de uma conferência seguiram no movimento.

Este trabalho é uma contribuição real para a *Triple Helix Association* e para os gestores de futuros eventos. É também uma fonte de informação para pesquisadores que podem encontrar referências sobre o tema visando identificar literatura e lacunas/problemáticas para pesquisa/discussão.



## **CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**TÍTULO DO PROJETO: DESENHANDO A VILA REAL DA PRAIA GRANDE: O GEORREFERENCIAMENTO DA CARTOGRAFIA OITOCENTISTA.**

**AUTORES: ARTHUR CARNEIRO FERREIRA FREITAS (MAT.: 218026083) E JOSÉ SIMÕES DE BELMONT PESSÔA, ORIENTADOR (MAT SIAPE: 7223108).**

**DEPARTAMENTO/UNIDADE/LABORATÓRIO: DEP. DE ARQUITETURA, TAR**

### **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa em desenvolvimento trata-se da última etapa do projeto iniciado em 2017. A partir da análise cartográfica e bibliográfica pretende-se compreender o desenvolvimento da cidade de Niterói, RJ, principalmente no período compreendido entre seu primeiro plano de urbanização e o final do Império, i.e., o século XIX. A pesquisa pretende caracterizar os processos de transformação urbana da cidade de Niterói, a partir do projeto da Vila Real, contextualizando-os dentro das invariantes que caracterizam o urbanismo praticado no Brasil nos séculos XVIII e XIX.

A cidade de Niterói, origina-se da ocupação das terras na baía de Guanabara que ficavam defronte do Rio de Janeiro, denominadas pelos portugueses como Bandas d'Além. Parte destas terras foram dadas em sesmaria ao chefe indígena temiminó Araribóia, no ano de 1573. Além da aldeia, o território era ocupado por engenhos e povoações de pescadores. No século XIX a presença de Dom João VI, leva a criação da Vila Real da Praia Grande. O desenho da nova vila, é um registro único da lógica do urbanismo português no

Brasil, pois apresenta o projeto sobreposto ao registro da ocupação espontânea existente, permitindo-nos entender o que o projeto incorpora da estrutura antrópica precedente.

O presente estudo, partindo da análise morfológica, pretende ampliar o conhecimento sobre o processo de urbanização das cidades brasileiras no século XIX, período este que é um hiato na historiografia desse assunto e pouco explorado em pesquisas e trabalhos acadêmicos. Estes estudos pretendem ser também instrumentos de identificação de valor patrimonial de áreas urbanas, lidas como documentos dos processos de ocupação do território brasileiro, com ênfase nas transformações da cidade no século XIX e a permanência destas no traçado atual.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Em momentos anteriores da pesquisa, foi realizada a comparação dos traçados urbanos atual e histórico pela utilização de sobreposições dos mapas históricos na cadastral atual, possibilitando aferir que o desenvolvimento urbano de Niterói, desde 1819,

até a atualidade, preservou o traçado urbano proposto inicialmente.

No atual momento da pesquisa, com a utilização do programa ArcGIS, esse trabalho se tornou mais dinâmico. Contudo, primeiramente teve-se que aprender a metodologia de georreferenciamento do sistema para desenvolver as análises sobre as cartografias.

Foi utilizado o método de alinhamento por pontos de controle, levantando o questionamento relativo à quais pontos no mapa deveriam ser considerados como permanentes, ou seja, comuns a todos os mapas.



Fig. 1 – Recorte do Mapa de 1833 com os pontos de controle utilizados no programa ArcGIS.

Devido às inúmeras e significativas mudanças nas edificações da cidade durante o século XX, não houve remanescentes comuns que pudessem ser utilizados com fidelidade para posicionar os pontos de controle. Portanto, optou-se por utilizar como pontos o encontro das vias traçadas nos mapas. Essa decisão se baseou na perenidade e baixa probabilidade dessas sofrerem grandes transformações imperceptíveis em comparações com demais mapas da mesma região.

com uma visualização mais detalhada, em virtude da alocação dos pontos de controle, revelaram-se pequenas áreas, que apresentavam suas particularidades em relação aos demais mapas, e por sua vez foram alvos de pesquisas, que em alguns casos foram fortuitas e apresentaram novos caminhos para os trabalhos.

Cabe ressaltar aqui algumas áreas de destaque. A primeira tem uma maior facilidade em remanescer, uma vez que é um local de circulação bem marcado desde antes dos planos de arruamento. Já a outra, diferentemente de uma via urbana, não goza da mesma facilidade de se manter imutável, visto que, sendo uma construção, está sujeita às vontades de seu proprietário e a sua condição de uso.

A via urbana destacada nesses estudos é a região do Lomelino, atual encontro das Avenidas Marquês do Paraná e Roberto Silveira com as ruas Miguel de Frias e Dr. Paulo César, que surge como um caminho antrópico, que conectava a região de Icarai com a, então, Vila Real, pelo plano e a pela montanha, e que mesmo com os planos de arruamento dessa área, se manteve no traçado urbano.





Fig. 2 – Recorte do Mapa de 1833 com foco na área do Lomelino.



Fig. 3 – Recorte da Ortofoto de 2019 com foco na área do Lomelino.

Por sua vez, a construção destacada nos estudos é a Igreja do Santuário das Almas, ou de Nossa Senhora do Sagrado Coração, que ocupa um terreno elevado no bairro de Icaraí na atualidade, em um edifício de estilo moderno. Em pesquisas bibliográficas, encontrou-se que a paróquia em questão teve sua origem num morro próximo ao campo da fazenda do mosteiro de São Bento, pouco distante da Praia de Carai ou Icaraí (CASA DEI, 1997, P.21)

Isso corrobora para a teoria de que o espaço da atual Igreja do Santuário das Almas tenha sido ocupado com esta função desde 1833 até a atualidade.



Fig. 4 – Recorte do Mapa de 1833 com foco na área da Igreja.



Fig. 5 – Recorte da Ortofoto de 2019 com foco na área da Igreja.

Além das questões relativas aos pontos mais locais, pôde-se perceber algumas incoerências e pequenos desvios no traçado. Isso evidenciou que deveriam ser consideradas a precisão e as técnicas que o conhecimento à época permitia aos executores dos mapas representar, e as modificações sutis no traçado urbano que de modo impreciso não se poderia notar, mas que caracterizam casos locais importantes a serem examinados.



Fig. 6 – Comparação da cadastral atual (Grená) e do mapa de 1844, evidenciando as diferenças.



## **CONCLUSÕES:**

Acreditamos ter atingido todos os objetivos firmados inicialmente, trazendo novos saberes sobre a formação da cidade, levantando e desvendando questões para a composição de uma bibliografia específica sobre Niterói, mas também sobre as cidades brasileiras fundadas e consolidadas no mesmo período. Aliado a isso, desejamos também contribuir para, em meio a tanto descrédito e descrença que se vê no fazer científico e acadêmico brasileiro hoje, termos uma fagulha de esperança de que nosso trabalho ainda é possível e importante.

## **AGRADECIMENTOS:**

A Deus, minha família e meu orientador por tudo.



**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**ESTUDOS PARA O ESTABELECIMENTO DE EDIFÍCIOS COM**  
**BALANÇO ZERO DE ENERGIA NO BRASIL (NZE BRASIL)**  
**– PARTE 5 (CLIMA URBANO)**  
**LUÍSA DE FARIA NEVES**  
**LABORATÓRIO TAR/EAU/LABCECA**

### **INTRODUÇÃO:**

Desde a assinatura do Acordo de Paris em 2015, o discurso sobre a transição energética tem mudado gradualmente, mas os caminhos propostos visam a manutenção do aumento da temperatura média global para abaixo de 2 °C (IPCC). A contribuição dos edifícios e das cidades é enorme, uma vez que grande parte do consumo de energia no Brasil e no mundo se dá, também, nos edifícios e nos serviços urbanos que provocam geração de gases do efeito estufa (GEEs). O arquiteto e urbanista, por sua vez, é responsável, por uma parte importante do crescimento da demanda de energia elétrica, devendo atuar no sentido de minimizá-la.

Um fator importante responsável por elevar as temperaturas nas áreas urbanas é o fenômeno climático da ilha de calor. Com a maior concentração de superfícies e materiais impermeáveis e de grande capacidade térmica nos centros urbanos, observa-se o aumento das temperaturas do ar nas áreas centrais em relação às demais, ocasionando também a um aumento no consumo de energia elétrica devido

ao maior uso dos sistemas de condicionamento de ar visando amenizar o desconforto térmico.

O estudo do clima urbano, os efeitos das alterações da arborização urbana, das cores e dos materiais das vias urbanas sobre o clima da cidade servirá de base para analisar seus respectivos impactos do projeto urbano na formação do clima urbano em diferentes cenários, para os quais serão feitas propostas visando diferentes alternativas para tais parâmetros. Os resultados serão úteis para projetar prédios de consumo nulo anual de energia - os NZEBs, como forma de aproveitar os nossos recursos ambientais disponíveis e minimizar os investimentos em geração de energia, assim como os impactos ambientais.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Após o estudo bibliográfico referente ao tema da pesquisa, como a leitura e estudo do livro Ilhas de Calor, (Gartland, L.) e, também, na capacitação para utilização do software de simulação ENVI-met, passamos para a segunda etapa, na qual foram levantados dados climáticos de alguns pontos da cidade de Niterói e o mapa das temperaturas superficiais

(Lucena, A.). A partir desses dados, foi escolhida para estudo a área do Fonseca. A justificativa para a escolha desses bairros é que neles se encontram ilhas de calor urbana e elevado interesse social. Foram levantadas informações sobre a altura média das edificações, intensidade de fluxo de pessoas e veículos, largura da via principal e das vias secundárias, existência de vegetação e outros fatores que influenciam na formação do microclima do Fonseca.

Implementamos, inicialmente, o caso base no software de simulação ENVI-met para poder produzir e analisar os cenários alternativos, cada qual com uma alteração específica dos parâmetros selecionados, quais sejam: material, pavimentação e volumetria, com o objetivo de investigar meios de amenizar os efeitos da ilha de calor urbana.

Os gráficos e mapas foram gerados para abranger treze horas diárias do dia 27/01/2022, período em que encontramos as temperaturas mais altas do verão em Niterói.

O primeiro modelo simulado, considerado o cenário base, está relacionado com a situação real da área escolhida. Consideramos os materiais da pavimentação, das fachadas e das coberturas, as volumetrias e gabaritos reais, para a realização da simulação. Todos os materiais usados estão disponíveis no banco de dados do programa ENVI-met. A simulação demonstrou temperatura mínima de 19.59°C no horário das 06 horas e máxima de 26.24°C no horário de 13 horas para o dia 27/01/2022.

Os dados relativos ao índice de conforto higrotérmico também foram calculados para análise na simulação. O Voto Médio Estimado

(PMV), é um índice que prevê um valor médio de sensação térmica de um grande grupo de pessoas. Tem-se como resultado o horário das 13 horas apresentando maior valor de PMV, +2.39, localizado entre calor e muito calor na escala da ASHRAE.

Para a simulação hipotética do Cenário 1, alteramos o material da pavimentação das ruas, com uma cor de acabamento mais clara e o material das coberturas foi alterado para uma cobertura vegetada. A simulação demonstrou temperatura mínima de 19.70°C no horário das 06 horas e máxima de 26.45°C no horário de 13 horas para o dia 27/01/2022.

## **CONCLUSÕES:**

De forma preliminar, as simulações produzidas pelo ENVI-met ajudaram a obter um panorama de como as alterações dos materiais, a altura das edificações, a inserção de vegetação e o tipo de pavimentação influenciam no clima urbano. A análise comparativa dos dados de Potencial de Temperatura do Ar, referente aos resultados da simulação do Caso Base e da simulação hipotética do Cenário 1, não nos mostra uma diferença substancial nos valores das temperaturas máximas e mínimas de cada hora estudada, com uma variação menor que 1°C. Porém, conseguimos observar que o horário de 13 horas apresenta as maiores temperaturas em comparação aos outros horários, com temperatura alcançando 26.24°C de máxima e, também, conseguimos mapear os espaços que apresentam as temperaturas mais quentes dentro da nossa delimitação do bairro Fonseca. Na modelagem realizada, as maiores

temperaturas se localizam no entorno de edificações com os maiores gabaritos da área, em média de 15 a 20 metros de altura, enquanto que nas áreas onde a predominância são de residências de até 2 pavimentos, as temperaturas são menores.

Os resultados dos índices de PMV nos mostram, tanto na simulação do Caso Base quanto da simulação hipotética do Cenário 1, que o horário das 07 horas apresenta intervalo de conforto térmico, entre -1 e +1. Já o horário de 13 horas apresenta o maior valor de desconforto por temperatura elevada, com máxima de +2.45. Deve-se destacar que as vegetações e a arborização urbana existente na área do bairro Fonseca não foram consideradas nesse primeiro momento, visto que sua inserção no programa computacional ENVI-met demanda muito mais memória e velocidade dos computadores usados para a realização das simulações. Além disso, necessita-se de uma análise mais aprofundada das espécies arbóreas para desenvolvermos o modelo no programa.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos o apoio do CNPq, da FAPERJ, do PDPA Niterói, do Prof. Caio Frederico Silva da UnB e do grupo de pesquisa do LabCECA, com destaque para a Gabriela Sardinha e Caio Barbosa.





**Ciências Sociais Aplicadas**  
**NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS: ENTRE A AUTONOMIA**  
**DA VONTADE DAS PARTES E O CONTROLE JUDICIAL DO**  
**CONSENSO**

**Rafael Merhige Mattos Saad**

**Núcleo de Ciências do Poder Judiciário-NUPEJ**

**INTRODUÇÃO:**

Esta pesquisa pretendeu problematizar a tensão existente entre autonomia da vontade das partes e controle judicial dos negócios jurídicos processuais, idealizados e inseridos no sistema processual brasileiro pelo Código de Processo Civil de 2015, com a pretensão de introduzir uma lógica de consenso e de cooperação na cultura jurídica processual brasileira.

Os negócios jurídicos processuais estão previstos de forma difusa no CPC de 2015, e decorrem das diretrizes modernas do processo civil, que, enquanto discurso, têm por fundamentos a valorização da cooperação e do consenso entre os sujeitos do processo, centrando-se na ideia de autonomia das partes, com estímulo à autocomposição. Precisamente, é no art. 190 que está prevista a cláusula geral de negócios jurídicos processuais, que autoriza os litigantes a estabelecerem acordos não apenas em relação ao objeto do processo, mas também em relação aos procedimentos, dispondo, a letra da Lei, que: “é lícito às partes plenamente capazes estipularem mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.”.

Sendo assim, para tentar compreender um pouco melhor essa aparente aporia, que, de um lado, idealiza a autonomia da vontade e a ampliação da liberdade das partes, pretendendo implementar uma nova cultura de processo no Brasil; e, de outro lado, uma tradição já estabelecida, de contraditório e de poderes concentrados no Juiz, a pesquisa focou em casos concretos que revelassem se e como os negócios jurídicos atípicos estariam sendo recepcionados no sistema de justiça, a partir dessa tensão entre autonomia e controle judicial.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Os objetos pesquisados foram os casos concretos julgados pelo STJ e pelo TJERJ, nos últimos 5 anos, para compreender como vem se dando a aplicação do art. 190 do CPC.

No âmbito do STJ foram analisados 5 casos com o objetivo de tentar perceber como se deu o controle judicial dos negócios jurídicos formalizados e submetidos ao Judiciário e, mais especificamente, se e como o STJ se posicionou, em termos de limitar, ou não, as convenções firmadas entre as partes, nos casos concretos, acerca dos ônus, deveres e faculdades processuais.

Destes, destaca-se o REsp 1810444/SP, em que se firmou o entendimento de que “nos negócios jurídicos processuais não é possível às partes convencionarem sobre ato processual regido por norma de ordem pública, cuja aplicação é obrigatória”. Este caso é reverberado em diversas decisões do TJERJ e aponta, mediante a indeterminação do conceito de ordem pública, para uma ampla possibilidade de controle judicial da vontade das partes, na medida em que é o Juiz do caso concreto que vai aferir o que seria ou não ordem pública a limitar a autonomia da vontade.

No caso, o STJ reforçou que a liberdade negocial trazida pelo artigo 190 está sempre condicionada às “limitações impostas pelo Estado Democrático de Direito” – categoria de conteúdo indeterminado e bastante vago, que, certamente, autoriza o controle discricionário e a restrição de negócios processuais.

No TJERJ foram analisados 10 casos com o objetivo de verificar eventuais repercussões das decisões do STJ e investigar como, concretamente, os Tribunais estão lidando com os limites do controle judicial dos negócios firmados entre as partes. O objetivo foi mapear casos que explicitassem negócios jurídicos entabulados entre as partes e que mostrassem a reação do Poder Judiciário, validando-os ou anulando-os, para entender se e como vem sendo respeitada, ou não, a autonomia da vontade das partes. Destes, destacam-se os casos em que o referido REsp 1810444/STJ foi instrumentalizado como “argumento de autoridade” sem que se esclarecesse na fundamentação a relação entre os casos.

## **CONCLUSÕES:**

Foi possível concluir que ainda existe certa resistência do Poder Judiciário em fazer prevalecer a vontade das partes, sob os mais diversos fundamentos. Não se ignora o papel de controle do Magistrado, previsto no Parágrafo Único do art. 190, do CPC, entretanto percebe-se a sua ampliação e o protagonismo do papel do Judiciário em detrimento da autonomia da vontade das partes. A intenção do legislador do novo código, expressa no texto da Lei, e reproduzida nos enunciados e debates sobre o tema, foi, efetivamente, a de limitar este controle judicial e restringi-lo aos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em casos de manifesta situação de vulnerabilidade de uma das partes, com o ônus, para o julgador, de fundamentar uma dessas hipóteses excepcionais de intervenção.

Ou seja, denota-se da legislação, e mesmo da doutrina, um incentivo discursivo à autonomia da vontade e ao uso dos negócios jurídicos, validados de per si, sem necessidade de homologação; no entanto, não se vê a reverberação desse ideal nas decisões analisadas.

## **AGRADECIMENTOS:**

À UFF e ao Programa Institucional de Iniciação Científica do CNPq, pela concessão da bolsa, e à orientadora do projeto, pelo carinho, incentivo e disponibilidade de sempre.



**CIÊNCIAS HUMANAS APLICADA**

**TÍTULO DO PROJETO: AÇÃO COLETIVA E AUTOGESTÃO  
NA PERIFERIA URBANA: UMA ANÁLISE SOBRE AS  
COOPERATIVAS DE CATADORES DE RECICLÁVEIS DE  
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

**AUTORES: TATIANE LEITE SOARES E ÉRICA TEREZINHA  
VIEIRA DE ALMEIDA**

**DEPARTAMENTO/UNIDADE/LABORATÓRIO: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
(UFF CAMPOS) INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL – ESR. DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, LABORATÓRIO – NÚCLEO  
DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO POLÍTICA (NETRAD)**

### **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa busca entender o trabalho do catador de materiais recicláveis que tem, dentre outras, a função de reduzir os danos ambientais, uma vez que a coleta de materiais recicláveis contribui para a redução dos resíduos sólidos que seriam aterrados, jogados nos cursos d'água e/ou depositados em lixões. No entanto, a pesquisa em questão, busca dar maior ênfase, na perspectiva do significado social desta ocupação tradicionalmente composta por ex-trabalhadores rurais expropriados do campo e por aqueles com dificuldades de se integrar ao mercado de trabalho formal. Portanto, trata-se do direito ao trabalho (NASCIMENTO, CABRAL, 2019, ALMEIDA, 2015), e sobre o protagonismo político deste grupo subalterno contra a expropriação dos seus meios de vida. De acordo com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2014), as mulheres são a maioria entre os catadores e catadoras; elas representam 70% desta categoria, sinalizando também a

feminização deste trabalho (HIRATA, KERGOAT, 2007). Concebida como uma relação de poder entre os gêneros feminino e masculino, a divisão sexual do trabalho, historicamente, associada à divisão social e étnico racial do trabalho, vem hierarquizando o mundo do trabalho, definindo papéis e atividades de menor prestígio e mal remuneradas às mulheres, particularmente, às mulheres negras (VALLIN, DIAS, 2017 apud CHERFEM, 2014., KERGOAT.)

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O trabalho de catação de materiais recicláveis é caracterizado por ser uma atividade precarizada e mal remunerada, que consiste na catação de materiais que são considerados inutilizados e que foram destacados nas ruas, nas residências e lixões, e entre outros pontos de coletas, com isso são separados de acordo com sua classificação, entre plásticos, vidros, papéis e papelões, metais, resíduos orgânicos e madeira, assim o catador ressignifica o lixo. De acordo com Cherfem (2016), foi, sobretudo, na década de 90 e no início dos anos 2000 que as

mulheres passaram a compor a economia solidária, devido as altas taxas de desemprego somado ao estímulo as cooperativas de materiais recicláveis. De acordo com Cherfem (2016), foi, sobretudo, na década de 90 e no início dos anos 2000 que as mulheres passaram a compor a economia solidária, devido as altas taxas de desemprego somado ao estímulo as cooperativas de materiais recicláveis. De acordo com Kergoat (2012 apud CHERFEM, 2016) a origem desta desigualdade no trabalho reprodutivo que é executado historicamente por mulheres e tido como um não trabalho, está por ser uma atividade realizada por amor e que não é necessário qualificação, pois é um papel natural da mulher. Nesse contexto, Cherfen (2016) vem alertando para a feminização do trabalho nas cooperativas, que vem sendo ocupado cada vez mais por mulheres, principalmente, mulheres negras, devido à baixa qualificação que o trabalho na catação requer, com isso, vem atraindo um contingente de mulheres desempregadas e de baixa escolaridade. A divisão sexual do trabalho é responsável por atribuir tarefas de maior prestígio e valor aos homens e tarefas menos valorizadas e mal remuneradas as mulheres, a catação de materiais recicláveis é um precioso exemplo desta divisão, à medida que mulheres são a maioria nesta atividade, que não requer maiores qualificações. De acordo com o Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e questão social (NETRAD, 2022), na cidade de Campos dos Goytacazes elas representam 54,54% (NETRAD, 2022) da força de trabalho dentro das cooperativas. Com isso, as mulheres acabam tendo que se dividir entre o trabalho

laborativo dentro das cooperativas ou até mesmo na catação nas ruas como uma forma de complementar a renda, e no trabalho doméstico, pois são elas as responsáveis por educar, alimentar e cuidar de seus filhos e respectivamente de seus companheiros, o que ocasiona a sobrecarga, por terem mais de uma jornada de trabalho diariamente. O NETRAD enfatiza que 83,33% das cooperadas são negras, na presente discussão o debate interseccional é imprescindível, visto que o contingente majoritário de trabalhadores na catação é de mulheres negras. Historicamente as mulheres veem ocupando os postos mais precarizados no mercado de trabalho, sobretudo, as mulheres negras, que carregam as marcas e cicatrizes do longo período de escravização.

### **CONCLUSÕES:**

Os aspectos ligados ao gênero e à raça cumprem um importante papel na construção desta pesquisa, já que as mulheres negras são as principais vítimas da desigualdade no mercado de trabalho. Dessa forma, interessa aprofundar as interfaces entre a precarização e feminização do mundo do trabalho, a partir da reflexão da autogestão coletiva do trabalho nas cooperativas de catadores de Campos.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao PIBIC e a UFF pelo incentivo e financiamento.







**Ciências Sociais Aplicadas**

**A CRIAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL DO TURISMO NO BRASIL**

**David Francisco Nunes Ferreira**

**Departamento de Turismo**

## **INTRODUÇÃO:**

Este resumo explica e aborda as atividades realizadas enquanto bolsista de iniciação científica pelo grupo “Histur – Grupo de Pesquisa sobre as conexões entre História, Cultura e Turismo.” Ao ingressar no grupo de pesquisa, percebi que era um passo importante no processo de aprendizado por lidar diretamente com questões acadêmicas através da pesquisa. Por ser no momento inicial do curso de Turismo, muitas das experiências foram inéditas. Com a oportunidade da bolsa de iniciação científica CNPq, decidi mergulhar neste universo acadêmico me aprofundando na História do Turismo e suas nuances. Desde o início em 2021 até o momento atual, me tornei mais íntimo dos métodos de pesquisa, da escrita acadêmica e das apresentações, sendo o desenvolvimento pessoal o fator resultante desta experiência de um ano.

Partindo para os objetivos do grupo de pesquisa, o objetivo é a criação e manutenção do Museu Virtual do Turismo no Brasil. Para isso, o grupo está montando uma exposição virtual, denominada “Caminhos pelas Memórias e Histórias do Turismo no Brasil: Parceiros em Percurso”, no qual trabalhos e trabalhadores do turismo terão espaços para ajudar a entender como o fenômeno Turismo tem se desenvolvido

no nosso país, e quais são os impactos desse fenômeno na história.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Começando pela pesquisa realizada no início do projeto, conseguimos catalogar 119 teses e dissertações que abordam turismo e lazer relacionados com a história, estes 119 trabalhos estão divididos por décadas, desde 1980 até a atual.

Além das teses e dissertações, também foram reunidos 263 artigos apresentados em seminários da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo entre 2015 e 2020, 74 artigos apresentados em seminários da Associação Nacional de História entre 2011 e 2017 e, por fim, 15 artigos apresentados na Conferência Internacional de Turismo & História de 2016 e 2019 realizada na Universidade de Caxias do Sul. Desse modo, totalizando 471 trabalhos realizados por pesquisadores do turismo e que estão ligados com a história do fenômeno. Também foram captadas 79 imagens de cartões postais, panfletos, selos, trabalhadores e frotas da antiga companhia aérea Panair do Brasil.

Em relação a parte audiovisual, já foram realizadas 6 entrevistas, nas quais 3 já estão devidamente editadas e prontas para a

publicação. Estas entrevistas foram realizadas pela Prof. Dra. Dalila Hallal, buscando entender os motivos que fizeram os entrevistados, professores e pesquisadores, se interessarem pelo turismo ao relatar suas experiências.. Dessa forma, todos os relatos são bem íntimos e nos demonstraram várias formas de se pensar o fenômeno turismo de acordo com a história de vida destas pessoas.

Os principais desafios para atingir o resultado final é a falta de especialização e experiência em desenvolvimento de sites e plataformas digitais. Reconhecemos a necessidade de captar mais participantes ligados à área de computação e desenvolvimento de sistemas. Estamos realizando contato com estudantes nas áreas de Turismo, Ciências da Computação, Estudos de Mídia, entre outros, para que os alunos que tenham interesse no projeto possam integrar a equipe atual.

Áreas relacionadas à pesquisa, mídia e produção de conteúdo audiovisual obtiveram resultados significativos para o andamento do projeto. O catálogo e o conteúdo disponibilizado será a base central do nosso resultado final, é de suma importância que estes processos estejam em estado avançado, principalmente no que diz respeito às entrevistas com os pesquisadores e trabalhadores do turismo, que são muito importantes para a valorização dos mesmos e divulgação de conhecimento adquirido pelas experiências individuais.

## **CONCLUSÕES:**

Muitos passos foram dados, pois se trata de um projeto ambicioso e de experiências inéditas.

Processos como catalogação dos artigos, teses e dissertações, apresentações do nosso projeto em seminário, realização das entrevistas e criação do site, são frentes separadas, mas que formarão um todo que a cada dia se faz mais necessário. Percebe-se que, a reunião de tantos materiais a respeito do tema História do Turismo, é de extrema importância para a academia brasileira, capaz de aumentar a sua produtividade, visto que há potencial para que o projeto seja um centro de conhecimento do tema. Também pretendemos permitir que pesquisadores adicionem suas novas pesquisas a fim de acompanhar a evolução do conhecimento acadêmico, assim como acompanhamos a história. Das etapas que ainda faltam ser realizadas para que o projeto chegue no ponto desejado, precisamos realizar a criação do site e que algumas entrevistas sejam terminadas. Além disso, é importante sempre estar indo atrás de novos materiais que possam compor o nosso acervo digital. Entretanto, este é um projeto contínuo e que pode ser realizado através de parcerias com instituições históricas, de forma que os materiais a serem agregados possam compor o acervo já com o site em funcionamento. O trabalho tem ganhado cada vez mais a forma que desejamos no seu estágio final, e em breve o Museu Virtual do Turismo no Brasil estará disponível.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço à professora doutora Valéria Guimarães. Esta que confiou nas minhas capacidades e me apoiou em todo o período de

participação neste projeto. Também agradeço à professora Dalila Hallal e aos integrantes do grupo de pesquisa Histur – Grupo de Pesquisa sobre as conexões entre História, Cultura e Turismo.



**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**EXPOSIÇÕES VIRTUAIS: NOVAS FORMAS DE**  
**COMUNICAÇÃO DOS MUSEUS NO SÉCULO 21**  
**AUTORES: PIETRA MACHADO FURTADO**  
**(BOLSISTA) e PROFA. ADRIANA RUSSI T. DE**  
**MELLO (ORIENTADORA)**  
**DEPARTAMENTO DE ARTES E ESTUDOS**  
**CULTURAIS**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADE E SAÚDE**

**INTRODUÇÃO:**

Esta iniciação científica dedicou-se a uma análise preliminar das exposições virtuais e suas formas comunicacionais. Iniciada em 2021, a pesquisa teve como objetivo visitar e identificar possíveis características comuns entre exposições produzidas ou realocadas para o ciberespaço. Embora a temática das exposições virtuais não seja novidade, esse processo foi intensificado com o advento da Covid-19. A pergunta central que motivou esta investigação visava compreender se as exposições virtuais se configuram como uma nova linguagem expositiva, um agrupamento de procedimentos técnicos ou uma articulação entre os dois. Inicialmente o projeto tinha como objetivo a análise de exposições vinculadas a contextos museais, mas ao longo da pesquisa foi identificado que muitas exposições virtuais não estão vinculadas a museus, sendo necessário ampliar o foco das análises. A base teórica de alguns conceitos como virtualidade (Lévy, 1999), exposição virtual (Henriques, 2018) e sociedade em rede (Castells, 2000) foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. O formulário

para a coleta de dados partiu de um roteiro de análise de exposições presenciais e sua forma de comunicação formulado por Marília Cury (2005). Esse instrumento foi adaptado e ampliado para as características das exposições virtuais. Entre os tópicos do formulário havia itens como: tipo de site, formato da exposição, fluxo de navegação e acessibilidade.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Inicialmente tive dificuldade para localizar exposições virtuais no ciberespaço pois muito do que se encontra na internet são “tours virtuais”. As exposições virtuais estavam localizadas em plataformas categorizadas por Henriques (2018) em três tipos de site: folheto eletrônico, museu virtual e museu no mundo virtual. No total foram analisadas por mim oito exposições virtuais, sendo: “Cultura Popular nas Coleções Visitáveis da UNIRIO” (brasileira), “Segundo Olhar – Outros Carnavais” (brasileira), “Léa Garcia- atriz e ativista social negra” (brasileira), “Mamacita Linda: cartas entre Frida Kahlo e a mãe” (estadunidense); “The Museum of the World” (britânica); “Shine a Light on XLH” (japonesa); “Huaque- Símbolos de poder

em el antiguo Perú” (peruana); “A walk into a street” (francesa).

Além de nacionalidades diferentes, as exposições também possuem formas de apresentação, design, tema e conteúdo próprios. Sobre os formatos expositivos a pesquisa pode categorizá-las em: metaversos (modelagem 3D), formato blog, google street view e slide shows. Também foi registrado o tempo médio de visitação inicial que durou em torno de 30 minutos. Todas as seis exposições que se apresentavam através de metaversos tinham um fluxo de navegação não-linear. Já as duas exposições virtuais formatadas em slide show apresentavam um fluxo de navegação linear, com um trajeto pré-estabelecido. Sendo a interatividade, a capacidade do usuário estabelecer conexões, criações e alterações com o conteúdo e, a imersão relacionada aos sentidos sensoriais do usuário perante a experiência expositiva do ciberespaço, todas as exposições analisadas apresentaram certo grau de imersão e interatividade. É válido ressaltar também acerca da acessibilidade presente nas exposições, o que foi verificado em quatro das oito exposições virtuais pois apresentavam todos os recursos necessários para serem consideradas acessíveis em totalidade.

### **CONCLUSÕES:**

Ao fim da pesquisa é possível afirmar que muitas exposições localizadas no ciberespaço não estão relacionadas a instituições museais. Embora tenha sido verificada uma pluralidade nos formatos e apresentações, com destaque aos

metaversos (modelagem 3D), parece que este ainda é um campo pouco explorado diante das potencialidades do virtual (Levy, 1999). Deve ser evidenciado também a utilização das redes sociais como potenciais divulgadoras, retomando o conceito trazido por Castells (2000) de uma sociedade interligada por redes. Outro ponto que merece atenção é a falta de recursos acessíveis a todos os usuários, muito embora a obrigatoriedade da acessibilidade seja assegurada pelo Artigo 63 da Lei 13146/2015. Finalizo com a reflexão de que os caminhos que envolvem o ciberespaço e suas formas de comunicação ainda são novos, porém pode-se afirmar que estamos diante de uma nova linguagem expositiva, com novos formatos de apresentação, fluxos de navegação, formação de público e interação

### **AGRADECIMENTOS:**

Ao CNPq e ao PIBIC-UFF, por tornar possível a realização desta pesquisa e a minha Profa. Adriana Russi Tavares de Mello por todo o suporte e orientação.

### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: <http://www.minom-portugal.org/docs-que-bec1974.pdf> Acesso em: 01/02/2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação.** São Paulo: Annablume, 2005.

CURY, Marília Xavier. **Roteiro de observação para visita e análise de**

**museus e exposições.** São Paulo: MAE-USP, 2021.

HENRIQUES, Rosali. **Os museus virtuais: conceito e configurações.** Cadernos de Sociomuseologia (v.55) n.12, 53-70, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo. Ed. 34, 199.



**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO POPULAR E SERVIÇO**  
**SOCIAL: UMA ANÁLISE DA ENFASE NA DEMOCRACIA**  
**NOS FUNDAMENTOS DA CULTURA PROFISSIONAL**  
**RENOVADA**  
**AUTORES: ADRIANYCE A. SILVA DE SOUSA E**  
**GABRIEL MOREIRA THOMAZ**

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL/ DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI**

**INTRODUÇÃO:**

A presente pesquisa está vinculada ao Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. Iniciou em 2020-2021. Nessa atual etapa da pesquisa 2021-2022 buscamos somar novos levantamentos feitos com ênfase maior na questão da “democracia” analisando como essa categoria tem sido compreendida. Os levantamentos e estudos que realizamos comprovam nossa hipótese de que é parcamente explorado a relação do processo de renovação profissional com a estratégia democrático-popular, o que ocasiona a não problematização acerca da democracia na produção.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A natureza da pesquisa realizada balizou-se na abordagem histórico-interpretativa da bibliografia profissional veiculada nas revistas de referência na área. O levantamento foi feito nos seguintes periódicos: Revista Katalysis; Revista Argumentum; Revista Em Pauta; Revista de Políticas Públicas; Revista Emancipação; Revista Temporalis e Revista Ser Social. O período foi de 2016 a 2020. Com o objetivo de responder as seguintes questões: A

questão da democracia está sendo abordada nas produções voltadas para a profissão? Dentro de quais eixos essa categoria está sendo mais e menos abordada? E através de qual referencial?

Para isso, buscamos as seguintes palavras descritoras entre os títulos, resumos e palavras-chaves dos artigos: democracia; democracia e serviço social; princípio da democracia; democrático; classe trabalhadora e democracia. Identificamos ao todo nas revistas, no período destacado (2016-2020), um total de 1.270 artigos publicados nas revistas sendo que deste total apenas 95 referiam-se aos descritores. Com isso, podemos afirmar que são poucos os artigos que versam sobre a temática de democracia em sua relação com as dimensões profissionais.

A concentração temporal da produção selecionada a partir dos descritores. Demonstra aumento expressivo da produção entre 2018-2020, expressando as preocupações profissionais em torno das eleições de 2018 e na escalada reacionária no país. Contudo, não necessariamente essa concentração temporal significou aumento da análise crítica quanto a essas questões.



A partir dos eixos temáticos consagrados no XVII ENPESS identificamos as maiores incidências gerais e específicas da publicação que trata de democracia nos eixos e que nos deu um universo de 30 trabalhos nos quais identificamos alguns elementos importantes a saber:

- Há uma predominância do debate da democracia associada ao Estado democrático de direito;
- Forte associação do debate da democracia a participação sem reflexão crítica no que se refere a particularidade da sociedade burguesa.
- A ênfase da democracia acontece sempre referenciando a realidade brasileira como “pano de fundo” poucos são os textos que tratam das determinações da formação social brasileira, a particularidade do capitalismo no Brasil e o que isso impacta na realização ou não da democracia;
- Há uma baixa presença de debates mais teórico-conceituais que analisem a conjuntura a partir do confronto entre o debate da democracia, com a emancipação humana; hegemonia.

Para, além disso, destacamos como bibliografia mais recorrente a indicação de 05 (cinco) autoras/es mais utilizadas/os como referências, são elas/es: Boaventura de S. Santos (1º) com 14 referências; Leonard Avritzer (2º) com 12 referências; Carlos N. Coutinho (3º) com 08 referências; Evelina Dagnino (4º) com 05 referências e Maria Duriguetto (4º) com 05 referências. Identificamos referências ecléticas. Com destaque para a maior incidência do autor pós-moderno. A presença como terceira

referência o professor Carlos Nelson Coutinho no seu material a “democracia como valor universal.” Esta recorrência enfatiza um dos eixos teóricos que sustenta a estratégia democrático popular e cuja influência é inegável nesse debate, contudo há apenas a incorporação da conceituação da democracia como universal sem as devidas problematizações ou referência as polêmicas em torno dessa discussão.

Dessa forma, identificamos que não se trata a estratégia democrático popular como determinação para entender “a questão democrática”, nem muito menos sua relação com o Serviço Social. Logo, este debate não comparece como uma questão de fundamentação para pensar a profissão. Destaca-se ainda que apesar da democracia, como decorrência da relação genética da estratégia democrático-popular nos fundamentos do projeto ético político (SOUSA, 2021), não há na produção em revista nenhum texto sequer sobre este debate na formação profissional, nem na sua referência como princípio ético-político.

## **CONCLUSÕES:**

Consideramos que refletir sobre estes elementos é fundamental diante da conjuntura eleitoral que se abre em 2022 no Brasil. Na falta de leitura crítica do real significado dos governos dos Partidos dos Trabalhadores no Brasil pode ser um forte golpe aos segmentos de esquerda e ao segmento crítico do Serviço Social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

SOUSA, A. S. de. Estratégia democrático-popular e Serviço Social: aproximações ao socialismo reformista na profissão. In: Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão: Programa de Políticas Públicas, 2021.

**AGRADECIMENTOS:**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPQ

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ





**Grande área do conhecimento: Ciência Sociais Aplicada/**

**Área: Serviço Social**

**A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA PANDEMIA POR COVID-19: UM OLHAR SOBRE O NORTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RJ**

**Autores: Juliana Desidério Lobo Prudencio (orientadora);  
Késsia Ramos Ferreira**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Campos**

## **INTRODUÇÃO:**

Esta pesquisa surgiu através dos estudos e discussões sobre a Política de Saúde Mental, Álcool e outras drogas, com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (NEPSAD) da Universidade Federal Fluminense (UFF Campos). Diante disso, proporcionou pensar a rede de saúde mental em tempo pandêmico, onde observou-se a necessidade de compreender como os profissionais da área da saúde mental fizeram para ofertar o cuidado, já que uma das medidas de prevenção do Covid-19 foi o isolamento social. Assim sendo, pesquisamos os componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sendo o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) e a Unidade de Acolhimento Infanto-Juvenil (UAI), ambos em Campos dos Goytacazes no Norte Fluminense do Estado do RJ, no período de março/2020 até setembro/2021.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Nas entrevistas realizadas ao CAPS AD e UAI, no Norte Fluminense do Estado do RJ, em ambos serviços os gestores destacaram a

necessidade do diálogo ativo e horizontal com os assistidos e acolhidos; o fortalecimento de vínculo entre profissionais e pessoas usuárias desses serviços; a busca ativa ao território no período de pandemia e o fica em casa; ao funcionamento necessário da rede de saúde mental e respeito as demandas de cada serviço por parte do poder público; a urgência de estratégia de defesa do serviço no cuidado ofertado em socializar em como funciona tais componentes – como acessa o serviço – para a comunidade, pois ainda há quem não acredita no serviço como oferta de cuidado de inclusão e reinserção social.

Em relação a UAI, obtive o relato da importância de entender os acolhidos para além do uso da droga, de levar em conta no ato profissional o que gerou o uso recreativo de uma droga, da sensação de que para o adolescente este detém algum poder ao consumir, e explicar como funciona o serviço, para qual fim estão acolhidos, de colocá-los como protagonistas das atividades realizadas pelo componente da RAPS. A respeito do isolamento, adquiriu a estratégia do sopão, na tentativa de estreitar os laços a partir da ida ao território dos profissionais que se sentisse à

vontade, pois medo foi algo existente e marcante nos primeiros momentos de pandemia em que cada um reagiu de uma maneira, dessa forma, quem se colocou disponível em ir ao território, ir até pessoas que fazem uso excessivo de drogas, assim foi feito.

Já no que diz respeito ao CAPS AD, o profissional entrevistado permitiu através do seu relato, o entendimento de como foi difícil também para os profissionais da saúde mental no período atípico de pandemia do Covid-19. Fez-se necessário uma maior dedicação a quem tem sua vida esquecida pelas autoridades, sociedade e são forçados a viver longe da comunidade antes mesmo de um vírus, e da necessidade de recriar formas de trabalho para não permitir que caíam no espaço de ocupar a beira do esquecimento em não significância da própria vida. As equipes profissionais receberam Equipamentos de Proteção Individual, e narra que mesmo com o esforço somado ao medo no trabalho, durante a pandemia, chegou a uma fase mais avançada do Covid-19 que foi preciso suspender os grupos devido aos decretos, na qual desfavorece o fortalecimento de vínculo, pois houve perda de contato com os assistidos e não havia endereço registrado no prontuário. Foi possível, relato da entrevista, assegurar alguns vínculos devido ao cadastro para ter auxílio-emergencial e devido ao aumento do uso de drogas. As entrevistas aos trabalhadores da RAPS, verificaram-se a necessidade de reafirmar e defender o cuidado na direção da reforma psiquiátrica, indo na contramão da política neoliberal e lutando contra os retrocessos na Política Nacional de Saúde

Mental. O agravamento das expressões da questão social fez flamejar a pandemia do Covid-19, e os serviços em rede sentiram isso no atendimento, na procura pelo serviço em matar a fome, em ter alguma convivência com pessoas, na busca de orientação em relação ao Covid-19 e em conseguir dormir/acordar debaixo de um teto.

Assim, o trabalho dos profissionais da saúde mental e a importância desses serviços funcionando, pois em xeque a mudança que deve ser voltada para aproximação da comunidade, família e pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, na reinserção dessas ao convívio social, e não, no aprisionar com isolamento total, ou depositadas às margens das sociedades e esquecidas até a morte. A pandemia escancarou a necessidade de reafirmar o que é um CAPS AD, uma UAI, da importância do financiamento destinado a esses serviços para que possam funcionar na direção dos Direitos Humanos e compreendidos no viés de política de saúde mental, álcool e outras drogas por práticas norteadas pela redução de dano. (BARBOSA, 2020).

## **CONCLUSÕES:**

Os resultados apontam a importância de uma maior e melhor compreensão sobre a atenção psicossocial no campo das drogas, sobretudo compreendendo o momento da pandemia neste cenário como mirante para se analisar os processos de cuidado ocasionados pelo Covid-19, mostrando a importância desses serviços funcionando e do contexto no qual estamos que requer pensar estratégias de

resistência. A pesquisa revela a ausência de estudos sobre a política de saúde mental, álcool e outras no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, assim como o enfraquecimento dos espaços de mobilização social como resultado da pandemia.

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

BARBOSA, A. da. Et al. Processo de trabalho e cuidado em saúde mental no Centro de Atenção Psicossocial da UERJ na pandemia de COVID-19. Revista HUPE, Rio de Janeiro: UERJ, 2020.



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**Título do Projeto: MOBILIZAÇÃO SOCIAL E**  
**ENFRENTAMENTO DE DESASTRES AMBIENTAIS EM**  
**CAMPOS DOS GOYTACAZES, NO NORTE FLUMINENSE/RJ**  
**Autoras: Franciele Ribeiro de Alvarenga, Antenora Maria da**  
**Mata Siqueira.**

**Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional,**  
**Ambiente e Políticas Públicas / Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento**  
**Regional - ESR / Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais - NESÁ**

### **INTRODUÇÃO:**

Este resumo apresenta parte da experiência de Iniciação Científica no NESÁ - Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais.

O objetivo do projeto maior, ao qual o projeto de IC está vinculado, é identificar e analisar a emergência de processos de mobilização e organização dos atingidos em contextos de desastres ambientais para o enfrentamento e recuperação dos seus ambientes e da sua vida cotidiana no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Como destacou a coordenadora do projeto, "É de grande e contínua importância que haja sempre a identificação, análise e explicação das mobilizações e dos conflitos" (SIQUEIRA 2015, p. 57), uma vez que contribuem para a identificação das questões vivenciadas.

Mobilização social pode ser entendida como a reunião de pessoas em prol de melhorias comuns.

Dentre os vários objetivos específicos do projeto de IC estão: apoiar o levantamento de informações acerca das famílias afetadas por desastres relacionados à água e do seu

contexto de vida, identificar e analisar as mobilizações sociais e conflitos em contextos de desastres e catástrofes e sujeitos neles imbricados.

Para o alcance dos dois primeiros objetivos, foram retomados os dados da pesquisa realizada no Sistema Nacional de Informações sobre Desastres - S2ID, para que fosse possível identificar as localidades mais afetadas por desastres relacionados à água e à falta dela, onde foram escolhidas para estudos mais aprofundados as localidades de Ururá e o distrito de Santo Eduardo, em Campos dos Goytacazes/RJ. Uma vez definidas, realizou-se pesquisa hemerográfica e um *survey* que forneceu dados acerca das inundações, do contexto familiar, ocupacional, infraestrutura do bairro e mobilização entre as famílias afetadas, dentre outros. Os dados estão em fase de tratamento.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Para Gohn, "mobilização social é um processo político e cultural presente em todas as formas

de organização das ações coletivas” (2008, p.448). A categoria possui vários sentidos, dependendo de onde se forma a sua organização que, segundo a mesma autora, pode ser “em movimentos sociais, em ONGs isoladas ou atuando em redes e por meio de políticas públicas estatais” (idem).

A partir da pesquisa no Jornal Folha da Manhã, sediado em Campos dos Goytacazes, no período que ficou sob a responsabilidade da bolsista, foi observado que apesar de as mobilizações sociais serem essenciais no contexto de desastres, os dados da pesquisa hemerográfica mostraram que não lhes são dados os devidos créditos e reconhecimentos e raramente são noticiados na mídia.

Por sua vez, as entrevistas do *survey* realizadas pela bolsista no distrito de Santo Eduardo, localizado a aproximadamente 77 km do centro da cidade, evidenciaram que as mobilizações da população afetada pelas inundações se dão em diversos contextos e têm várias formas de expressão. Elas ocorrem: a) com moradores de bairros que ficam à montante (acima) das localidades que em geral são atingidas, quando avisam por telefone ou indo pessoalmente de bicicleta, moto ou carro avisar que as águas do ribeirão subiram; b) vizinhos que se ajudam para subir móveis (quando é possível), retirar pessoas com dificuldade de locomoção, crianças e idosos; c) vizinhos e familiares que abrigam pessoas que tiveram suas residências tomadas pelas águas; d) os mesmos sujeitos que ajudam com a limpeza para as famílias retornarem às suas casas.

Na localidade de Ururáí, distante aproximadamente 10Km do Centro da cidade,

foi identificado: a) vizinhos que se ajudam para subir móveis (quando é possível), retirar pessoas com dificuldade de locomoção, crianças e idosos; b) vizinhos de áreas não inundadas e familiares que abrigaram pessoas que tiveram suas residências tomadas pelas águas; c) religiosos que abriram os templos para abrigar e/ou distribuir donativos e d) associação de moradores que apoiou em diferentes situações e momentos, inclusive fazendo contatos com a defesa civil.

Mesmo que sejam resultados preliminares, as mobilizações identificadas não têm sua expressão em um movimento social ou de outra natureza conforme assinalado por Gohn. Em sua maioria se dão em resposta a situações limite em suas vidas, como as inundações e suas consequências.

## **CONCLUSÕES:**

Uma maior compreensão dos desastres e o que causam a curto, médio e longo prazo nas comunidades onde ocorrem e nos meios familiares onde seus efeitos se perpetuam foi de fundamental importância nas realidades trabalhadas.

No que diz respeito às mobilizações sociais, elas não ocorrem vinculadas à movimentos sociais ou organizações. No decorrer do impacto em um desastre, as primeiras mobilizações foram de vizinhos, familiares, instituições como igrejas e escolas. Assim têm menos chances de sofrerem danos maiores, além de trazer resultados imediatos na redução de perdas e danos, além da mais rápida recuperação do contexto anterior de vida dos afetados.

As pesquisas sobre o campo dos desastres são necessárias para que existam cada vez mais respostas para os conflitos existentes nos locais que são afetados, como em publicações, artigos e pesquisas científicas, para que haja renovação constante dos saberes e novas descobertas no campo, e assim, novos conhecimentos sejam sempre adquiridos.

### **AGRADECIMENTOS:**

É de eterno agradecimento o tempo de permanência no NESA, às instituições responsáveis por tal inserção no meio, aos envolvidos no projeto e principalmente à Professora Antenora, orientadora da bolsista e responsável pelos incontáveis ensinamentos.







## **Ciências Sociais Aplicadas**

### **TÍTULO DO PROJETO: “PRÁTICAS CULTURAIS DA LINGUAGEM: ARTIMANHAS DISCURSIVAS NA CONSTRUÇÃO DA DISTINÇÃO IDENTITÁRIA NO FALAR POPULAR”**

**Autores – Ana Lucia Enne e Giulia de Jesus Brito**

**Departamento/Unidade/Laboratório: GEC/IACS/LAMI**

#### **INTRODUÇÃO:**

Tomando como ponto de partida a premissa de que a realidade social é construída discursivamente, pretendemos, em nossa pesquisa, mapear estratégias discursivas de construção de distinção social dentro do universo do falar popular. Para isso, buscamos investigar gírias, neologismos, expressões, jargões, apelidos, apropriações, corruptelas, blasfêmias, hibridismos, desvios de sentidos, ambiguidades discursivas e outras práticas culturais empregadas pelos falantes na linguagem cotidiana. Metodologicamente, trabalhamos com letras de música, textos literários, produtos audiovisuais, dentre outros, para construir um corpus analítico. Nosso objetivo é demonstrar o caráter dinâmico da linguagem, suas múltiplas possibilidades em termos de apropriação e deslocamento, bem como investigar o campo da cultura popular como uma “arena de disputas pelo direito de significar” (BAKHTIN, 1981), na qual as distinções identitárias são construídas e negociadas.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

No primeiro ano de pesquisa (2020-2021), produzimos em co-autoria e apresentamos o artigo “o caso “FIOFÓGATE” E AS

artimanhas discursivas: as redes sociais digitais como arenas contemporâneas de disputa pelo direito de significar” no XVII ENECULT, realizado em julho de 2021. Neste artigo, enfocamos um caso de escândalo político ocorrido em 2020, quando o vice-líder do Governo Federal, o senador Francisco Rodrigues (DEM), foi surpreendido, em uma busca realizada pela Polícia Federal em sua residência, com uma quantia de dinheiro escondido em suas partes íntimas. Nos dias que se seguiram ao acontecido, as redes sociais da Internet, em especial o Twitter, sediaram uma série de postagens com comentários debochados sobre o caso, a começar pela denominação “Fiofógate” e pela hashtag #PropinaNaBunda, em que piadas de duplo sentido, trocadilhos, uso de palavrões, inversões e outras artimanhas discursivas foram utilizadas para ridicularizar os personagens envolvidos direta ou indiretamente no evento. Buscamos refletir sobre o papel das malandragens discursivas na construção de resistências e contra-hegemonias e sobre a materialização das redes sociais digitais como arenas contemporâneas privilegiadas para as disputas políticas e culturais.

Assistimos e discutimos a série “Vida”, veiculada no Brasil via Amazon Prime, e produzimos também em co-autoria um artigo com o título **“Língua quebradas” e subjetividades ambivalentes: as mediações, os conflitos culturais e o pensamento de fronteira na série chicana “Vida”**, submetido e apresentado no Comunicon 2021. Neste artigo, buscamos analisar a série televisiva “Vida”, produzida em 2018 nos EUA, para entender como se dá, nesta produção, a construção de representações midiáticas acerca das identidades e subjetividades em uma comunidade latina em Los Angeles, Estados Unidos, em situações e conflitos de interculturalidade. A partir do apoio teórico de pensadoras e pensadores de fronteira, como Glória Anzaldúa, Silvia Cusicanqui, Homi Bhabha e Stuart Hall, dentre outras e outros, nossa proposta foi refletir sobre os deslizamentos linguísticos, as mediações, hibridismos, encruzilhadas e contradições para aqueles que vivem, a partir da instauração do encontro colonial, em permanentes relações ambivalentes, constituindo o que se nominou como pensamento de fronteira.

No segundo ano de nossa pesquisa (2021-2022), produzimos e apresentamos o artigo **Maledicências, blasfêmias, pragas: artimanhas discursivas da cultura popular, representações midiáticas e disputas comunicacionais** no XVIII ENECULT, realizado em agosto de 2022, em co-autoria também com Marina Caminha. Neste artigo, buscamos refletir sobre como a linguagem pode ser pensada como uma arena de disputas pelo direito de

significar, no sentido proposto por Bakhtin (1981). Enfocamos, para isso, diversas manifestações do falar da cultura popular que provocam controvérsias quanto às suas manifestações, como as maledicências, as blasfêmias e o praguejar. Partindo dos pressupostos de que estas práticas linguísticas são artimanhas discursivas da cultura popular, hibridizando reinos do sagrado e do profano e articulando o mundo mágico à hegemonia da razão ocidental, e de que as representações são fundamentais para a construção social da realidade, objetivamos observar como essas formas do dizer, as maledicências, blasfêmias e pragas, são representadas na cultura midiática e performatizadas em termos de disputas comunicacionais. Para isso, elencamos uma série de exemplos retirados da literatura, do audiovisual, da internet, dentre outros, para discutirmos como o entrelaçamento entre práticas do falar popular e os campos da comunicação não se dá de forma linear ou simplificado, mas de forma ambivalente e deslizante, o que requer um olhar correspondente para a compreensão desse processo complexo.

## **CONCLUSÕES:**

Nossa pesquisa tem nos permitido observar que são muitas as táticas utilizadas nas disputas da linguagem: a gíria, a paródia, a inversão, o duplo sentido, a ambivalência, a blasfêmia, as grosserias, os insultos, os neologismos, dentre muitas outras, atuando como ferramentas poderosas de utilização da linguagem como desconstrução de um mundo dado e oficial e sugestão de novas

possibilidades discursivas. Assim, entendemos que a cultura e as mídias atuam como arenas de disputas pelo direito de significar e nossa pesquisa está nos permitindo mapear as lutas discursivas em suas diversas modalidades, em especial nas situações fronteiriças da cultura.



**Grande área do conhecimento: Ciência da Informação**

**Título do Projeto: GESTÃO DE DOCUMENTOS E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI**

**Autores: Mylena Moraes; Alexandre Faben; Ana Célia Rodrigues**

**Departamento: Ciência da Informação/Curso de Arquivologia**

### **INTRODUÇÃO:**

Esse projeto de pesquisa se insere no campo teórico da Arquivologia e pretende investigar a gestão de documentos da área de Fazenda, como contribuição para definição de procedimentos para identificar e avaliar documentos públicos na Secretaria Municipal de Fazenda (SMF) da Prefeitura Municipal de Niterói, recorte temático desenvolvido no âmbito do Projeto 2. Diretrizes normativas e metodológicas para implantação do Programa de Gestão de Documentos da Prefeitura Municipal de Niterói (PGD-Niterói) – Secretaria Municipal de Fazenda (SMF) do Projeto de Pesquisa PDPA 4408, “Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense”, coordenado pela Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues (Departamento de Ciência da Informação) e Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (Departamento de História).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o acesso à informação como um direito fundamental e determinou que a gestão

de documentos é o meio necessário para que o direito de acesso à informação seja concretizado, impondo à administração pública o dever de promover a gestão de documentos para franquear a consulta aos documentos públicos e às informações a quantos deles necessitem, enfatiza Domicia Gomes (2020). A gestão de documentos é um processo arquivístico, que se caracteriza como um conjunto de procedimentos aplicados no controle dos documentos durante todo o seu ciclo de vida, incidindo sobre o momento da produção (protocolo) até a sua destinação final: eliminação ou preservação no âmbito Arquivo Público Municipal. Tem como resultado a elaboração dos seguintes instrumentos, respectivamente: Sistemas ou Manuais de Tipologia Documental, Plano de Classificação Funcional, Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), com classificação de acesso às informações, Sistemas de Protocolo padronizados. Neste contexto cabe perguntar: os municípios brasileiros possuem instrumentos de gestão de documentos que permitam reconhecer e avaliar documentos públicos? Esta pesquisa alia uma dimensão teórica a uma

aplicada e tem por objetivo investigar e comparar os padrões dos instrumentos de gestão de documentos elaborados pelos municípios no Brasil.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O arquivo público municipal é um órgão que, se devidamente estruturado e com os recursos necessários ao cumprimento de suas funções, serve como serviço de informação de grande valor e apoio estratégico para que a administração pública possa exercer suas atribuições e competências de forma eficiente, democrática e transparente. Nesse sentido, torna-se indispensável o fomento às políticas públicas de arquivos e de gestão de documentos em âmbito municipal, visando o apoio a execução de outras políticas públicas fundamentais ao bem-estar coletivo, concretização outros direitos basilares na estrutura municipal como a educação, saúde, segurança, habitação, entre outros, através do acesso à informação. A pesquisa foi elaborada a partir da coleta de dados no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), sobre os arquivos municipais brasileiros, e foram observados os seguintes requisitos: quantos arquivos municipais existem pelas regiões do Brasil; quais informações estão disponíveis nos sites institucionais dos arquivos; quais arquivos municipais adotam práticas de gestão de documentos; quais os arquivos que possuem instrumentos de gestão documental publicados e disponíveis *online*. Na segunda fase da pesquisa, realizou-se o estudo do referencial

teórico, unindo o resultado de todo mapeamento de dados com a teoria arquivística.

No Brasil, entre os 5.570 municípios existentes no país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), foi constatado que apenas 104 municípios contam com a presença de um arquivo público a partir dos cadastros institucionais no CODEARQ, e apenas 4 municípios (Rio de Janeiro-RJ, Santos-SP, Londrina-PR e São Francisco de Assis-RS) possuem instrumentos de gestão de documentos publicados e disponíveis *online*. Neste contexto, observa-se que existe uma disparidade considerável em relação a existência de arquivos municipais nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, em comparação às regiões sul e sudeste, o que é um grande problema, principalmente se for considerada a faixa territorial de cada região, e a consequente quantidade de municípios. Nota-se também a ausência de políticas de gestão de documentos, pois são apenas 4 municípios identificados, pertencentes regiões sul e sudeste.

## **CONCLUSÕES:**

Ana Célia Rodrigues (2013) afirma que a gestão de documentos, no cenário atual, torna-se primordial para os cidadãos e os governos, pois contribui para assegurar “racionalidade, eficiência e transparência administrativa.” Desse modo, é imprescindível que exista um Arquivo Público Municipal na estrutura organizacional da administração pública do município, que seja responsável pela gestão dos documentos, sendo considerado um órgão fundamental para a prestação de serviços de informações à administração e à sociedade.

### **AGRADECIMENTOS:**

Quero agradecer à Profa. Ana Célia Rodrigues pela oportunidade de participar do projeto PDPA com bolsa de pesquisa PIBIC, bem como ao Prof. Alexandre Faben, doutorando do PPGCI/UFF, por todo apoio e competente coorientação, fundamentais para a realização desta pesquisa.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto: PROCESSOS SUBJETIVOS EM CINEMA COM PROFESSORES: DE PARTICIPANTES A COORDENADORES EM GRUPOS DE CRIAÇÃO**

**Autores: Nivea Strelow Pereira (bolsista), Cezar Migliorin (orientador)**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Cinema e Vídeo, Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS), Laboratório Kumã.**

## **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa teve como objeto os grupos de criação com cinema do Laboratório Kumã de Pesquisa e Experimentação com Imagem e Som - chamados de *Cinema de Grupo* (Migliorin, 2020) - e os professores participantes da educação básica. Os grupos são orientados pela *Pedagogia do Dispositivo* (Fórum Nicarágua, 2021), “jogos, desafios com cinema, um conjunto de regras para que o estudante possa lidar com os aspectos básicos do cinema e, ao mesmo tempo, se colocar, inventar com ele, descobrir sua escola, seu quarteirão, contar suas histórias” (Migliorin, et al., 2018). Desde o início da pandemia, os grupos tomaram os ambientes de videochamadas como forma de acontecerem. Os objetivos da pesquisa giraram em torno de perguntas sobre o porquê dos professores permanecerem nos grupos e o que isso mudava depois de se tornarem coordenadores dos grupos, tanto em sua forma de estarem nos grupos, como também na relação com as suas práticas nas escolas.

Os encontros do grupo são realizados semanalmente e neles os participantes assistem aos materiais produzidos durante a semana. Os dispositivos são exibidos sem identificação sobre quem os fez. Esses encontros são coordenados por uma dupla ou trio. Os coordenadores já tiveram outras experiências em grupos, mas como participantes. Os grupos não são cursos com carga horária definida, assim como eles começam, eles podem acabar.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Percebi o grupo, depois das primeiras falas dos professores logo no momento em que escrevia o projeto de pesquisa, como uma fenda na rotina. Fenda essa que poderia driblar a “professor”, a obrigação de ter que estar sempre em formação (se aperfeiçoar para estar dentro das novas tecnologias). Entendo o grupo como uma possibilidade de desviar, de fazer a vida e a escola em um modelo associado ao produtivismo e ao utilitarismo (Simas, Ruffino 2020). Modelo esse em que facilmente as oficinas e cursos formativos direcionados a

professores têm. Estar em grupo produzindo e brincando com cinema é, também, estar em desconforto. Não é para todos que um ambiente que logo de cara se propõe a um grande falatório (como frequentemente fazemos nos primeiros encontros com um dispositivo de cacofonia, em que todos abrem os microfones ao mesmo tempo e falam), criar com imagens a partir de disparadores que não mostram um caminho exato como uma receita de bolo, encontros que dependem do desejo dos participantes para acontecer, etc.

## CONCLUSÕES:

Nas conversas com os professores fazia algumas mesmas perguntas: o que você acha que mudou desde que esteve na coordenação? Como tem sido ter mais responsabilidades por estar nessa posição? Você gosta do grupo? Era respondida de uma forma que tinha os afetos muito presentes nas falas.

Há uma criação de intimidade, conforto e criação de afetos pelo território criado pelos grupos. Tudo isso gira em torno também das relações construídas entre as pessoas que fazem parte das coordenações e dos grupos. Devido ao uso de plataformas remotas para o prosseguimento dos grupos, algumas formas de se relacionar e de criar vínculos apesar dos momentos do grupo foi prejudicada. As videochamadas nem sempre nos faziam perceber algumas pequenas reações e formas de respostas que não cabiam no quadrado da câmera (quando havia) e no microfone.

Nas escritas dos relatos semanais sobre os encontros, entendo ali um momento de pensar sobre o momento, os atravessamentos que as imagens e as criações têm com a prática de criação coletiva do grupo. Em um dos relatos que escrevemos (eu e Wenceslao, professor quem me acompanhou nesses últimos seis meses na coordenação do grupo), falávamos sobre o desdobramentos e discussões do dispositivo câmera vegetal, em que o comando era filmar como um vegetal:

a vida não se relaciona necessariamente com sentir algo. sabemos se plantas sentem? sim, as plantas sentem. as plantas pensam? sim, coletivamente se ajudam. que sensação teria um vegetal? quando tem mais água as plantas crescem muito. sinto, logo vivo. ser algo todo vivo. todos os poros respiram. sem tanto pensamento. sem ver ou ouvir. viver em relação. o que um corpo expressa em contato com outro? (Relato do encontro 9 do grupo de segunda feira, 2022)

De maneira explícita não falávamos sobre os motivos dos professores ficarem, ou de que maneira o grupo atingia suas vidas pessoais para além dos encontros. Começamos falando sobre plantas, a forma como os dispositivos<sup>1</sup> foram feitos, os movimentos e enquadramentos das imagens. Fomos levados pela relação com o outro. O vegetal não está isolado do mundo. Pensamos nas relações, como estas acontecem e o que leva a elas. De alguma forma isso se

---

<sup>1</sup> A playlist com os dispositivos pode ser acessada através do link [https://www.youtube.com/playlist?list=PLX4BWnrsHulf2c7vwG\\_hSf2QKz7qidT3X](https://www.youtube.com/playlist?list=PLX4BWnrsHulf2c7vwG_hSf2QKz7qidT3X). Acesso em 22 ago. 2022.



relaciona com a minha questão inicial de pensar porque os professores ficam: o grupo é uma relação, logo, o que leva a ele? Como o grupo acontece? Pessoas, desejo, expressar, sentir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FÓRUM NICARÁGUA. Pedagogia do Dispositivo. **devires**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 18-33, jan./jun. 2021.

MIGLIORIN, C; et al. **Cadernos do Inventar: cinema, educação e direitos humanos**. Niterói (RJ): EDG, 2016.

\_\_\_\_\_; et al. Cinema de grupo, notas de uma prática entre educação e cuidado. **Revista GEMInIS**, v. 11, n. 2, p. 149-164, mai./ago. 2020.

SIMAS, L; RUFFINO, L. **Encantamento: sobre política de vida**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.



Imagem 1: Imagem PIBIC



## **CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

### **YOUTUBE E OS NOVOS CIRCUITOS DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL INFANTO-JUVENIL**

**ARIANE HOLZBACH(ORIENTADORA IC) E JÚLIA SANTANA  
(BOLSISTA PIBIC/UFF),**

#### **DEPARTAMENTO DE ESTUDOS CULTURAIS E MÍDIA – IACS/UFF**

#### **INTRODUÇÃO:**

Esta pesquisa teve como estímulo principal uma temática que preocupa tanto pais quanto educadores: o que crianças e adolescentes consomem de conteúdo audiovisual num ambiente tão vasto quanto o YouTube? A popularização da cultura digital ajudou a complexificar o cenário midiático que orbita as crianças na medida em que diferentes plataformas possibilitam a elas, hoje, serem agentes protagonistas dos processos de produção midiática em um nível nunca antes vivido na história.

A chamada “Geração Z”, que abarca os nascidos entre 2000-2015, assiste e participa dos fenômenos vinculados à cultura digital desde que nasceu, o que exige que a percebamos a partir de uma perspectiva nova, que tenha em vista a profunda capacidade que esses indivíduos apresentam de manipular as plataformas e linguagens midiáticas. O que nos interessou neste projeto, em especial, foi a

maneira como a cultura audiovisual tem se reconfigurado em consequência e em virtude desse público nativo digital (Prensky, 2001) considerando, num primeiro momento, o contexto brasileiro.

O principal objetivo desta pesquisa foi entender o circuito contemporâneo dos conteúdos audiovisuais focados no público infanto-juvenil tendo como referência o YouTube e categorizar esses conteúdos considerando duas perspectivas: 1) verificar quem são os atores que produzem e publicam esses conteúdos e que tipo de relação eles evocam com o público potencial desse material; 2) entender as principais características desses conteúdos e se há algum padrão envolvido.

Como hipótese central, temos que o conteúdo disponibilizado para o público infanto-juvenil pelo YouTube se institui a partir de um circuito comunicativo que reconfigura em parte o que fora instituído por meio das mídias audiovisuais anteriores, sobretudo da televisão, e que a pandemia, em particular, tem agido como grande motivador nesse processo de

reconfiguração. Esse processo leva em conta 1) a reconfiguração de conteúdos audiovisuais, formados por gêneros pré-existentes e por novos gêneros ainda pouco reconhecíveis pela gramática audiovisual consolidada, e 2) uma até então inédita autonomia infanto-juvenil que dialoga e rompe filtros tradicionais de conteúdo, formado por agentes como os pais e os educadores, e que tem sido responsável por um profundo reposicionamento do lugar desse público na escolha do que ele almeja consumir e na própria produção dos conteúdos que ele consome.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Foi possível notar uma gama de assuntos, formatos e gêneros consumidos, cada vez assumindo peculiaridades do apresentador do canal analisado. Foi interessante pensar em como há inovação presente nesse ambiente digital. Para Mittel (2004), há dois fatores que auxiliam a forjar a noção de gênero televisivo: a grade e a identidade do canal. Ficou claro que, para o formato digital, não há mais como pensar no conceito convencional de “grade” nem em algum tipo de limite temporal que ajude a delimitar o gênero, mas a noção de “canal”, reapropriada da televisão, é uma lógica que ainda faz sentido para pensar no YouTube.

Foi possível agrupar os canais analisados em três grupos diferentes: os canais de conteúdos externos ao YouTube (Lives do Alanzoca e Cortes do Casimito [OFICIAL]), os canais de conteúdos feito para multiplataforma (Cortes PODDELAS [OFICIAL] e Cortes Podpah [OFICIAL]) e os canais de conteúdos feitos para

o YouTube (LubaTV e DiogoDefante). Essa divisão ajudou a entender três faces diferentes do YouTube considerando como um ambiente de hospedagem de vídeos, uma possibilidade de produção entre outras e como uma ferramenta que incentiva a criação de novos conteúdos.

## **CONCLUSÕES:**

O Youtube se mostrou uma plataforma ainda relevante para análise de conteúdo, mesmo com outras plataformas crescendo recentemente. Mesmo que como forma de hospedar os vídeos antigos, o site se mostra um grande expoente para conteúdo digital. Isto abre espaço para entender mais afundo os novos gêneros e possibilidades trazidos pela internet.

## **AGRADECIMENTOS:**

Gostaria de agradecer inicialmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(CNPq) por ter incentivado a pesquisa e à UFF por propor diversas oportunidades de desenvolvimento científico para seus estudantes, o que beneficia toda a sociedade. Também agradeço às pessoas integrantes dos grupos de pesquisa TeleVisões e Animamídia por serem parte importante para a discussão e amadurecimento dessa pesquisa.



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas**  
**Título do Projeto: REVISITANDO OS GOVERNOS DILMA**  
**ROUSSEFF (2011-2016): OS CONDICIONANTES**  
**EXTERNOS DA DESACELERAÇÃO ECONÔMICA E DA CRISE**  
**Autora: Jéssica Hudson de Souza Costa (bolsista)**  
**Departamento/Unidade/Laboratório: Faculdade de Economia**

## **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa em andamento pretende investigar a desaceleração econômica e a crise durante o governo da então presidenta Dilma Rousseff (2011 - 2016) tendo como defesa uma compreensão multifocal dos condicionantes que explicam esse período. As análises sobre esse período frequentemente realizam críticas direcionadas sobre as decisões políticas e econômicas internas, fazendo crer, muitas vezes, que estas decisões foram as grandes - e quando não únicas - responsáveis pela crise desse período.

O oposto ocorre com relação a perspectiva sobre a política econômica do período da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011), no qual uma grande parcela dos economistas atribui o sucesso do crescimento do período ao setor externo, notadamente ao boom de preços de *commodities*, minimizando as decisões das políticas econômicas internas.

Há uma contradição clara entre a prevalência das duas hipóteses. Por óbvio, se o setor externo foi determinante durante o período da

expansão cíclica, por que não o seria também durante a fase de desaceleração?

A pesquisa, visa, portanto, trazer luz sobre os condicionantes externos para a crise do período da presidenta Dilma, ou seja, trazer uma nova perspectiva além da já introduzida crítica às políticas internas de seu governo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A etapa da pesquisa em minha responsabilidade é referente ao levantamento de dados dos indicadores de comércio internacional, como porcentagem do PIB, comércio internacional em dólares e taxas do crescimento do PIB.

Foram obtidos os dados dos principais países e regiões para a verificação da correlação entre os ciclos econômicos internacionais. Verificamos dados de regiões como União Europeia, Ásia Oriental, e países como Brasil, Estados Unidos e China.

Os dados de cada indicador estão agrupados por temporalidade, numa grade de tempo que compreende o ano de 2003 até o ano de 2020. Dessa forma é possível verificar que mudanças

ocorram na economia dos players mais relevantes e em que período.

A coleta de dados foi realizada pelo site do World Bank Open Data (<https://data.worldbank.org/>). Foi realizada a busca pelos indicadores e então os dados brutos foram coletados. Na etapa seguinte foi realizado o tratamento dos dados, fazendo destaque apenas para regiões destacadas e realizando o corte temporal necessário para a verificação do ciclo econômico em estudo.

Com a análise dos dados encontrados é possível notar como a partir de 2015 o comércio exterior parece arrefecer em nível mundial, especialmente para os Estados Unidos e para a China, principais parceiros comerciais do Brasil. Este movimento parece afetar uma quantidade relevante dos blocos, e inverte tendência observada até o ano de 2014. Na impossibilidade do Brasil se isolar dos efeitos da retração do comércio internacional, em razão do grau de abertura em curso desde os anos 1990, parece inevitável que sofresse também os efeitos dessa trajetória. Com a análise das taxas de crescimento do PIB por blocos de países, também é possível constatar uma desaceleração econômica em curso – e antes da pandemia da covid-19, deflagrada somente em 2020.

## **CONCLUSÕES:**

A pesquisa que se encontra em andamento visa demonstrar como o setor externo foi impactante para a configuração da crise durante o governo da presidenta Dilma. Os indicadores, da forma que estão se apresentando, se tornam

necessários para corroborar com a tese em desenvolvimento.

A conclusão, porém, ainda não foi finalizada. A pesquisa segue em andamento para verificar se os indicadores estão em conformidade com a observação examinada.

## **AGRADECIMENTOS:**

Primeiramente agradeço ao professor Victor Leonardo por confiar em mim como sua bolsista. E agradeço, principalmente, por todo ensinamento e paciência para esclarecer minhas dúvidas que surgiram durante o projeto. Agradeço a oportunidade de aprendizado e de crescimento pessoal. Entendo que projetos como o do Programa de Iniciação Científica são cruciais para a evolução da ciência no Brasil, e principalmente, são importantes para a manutenção dos estudantes na faculdade.

O projeto me proporcionou oportunidade de aprendizado de ferramentas e conhecimentos específicos que não seriam possíveis em outro ambiente, e, portanto, acabam por se tornar cruciais para uma formação completa.

E segundo, agradeço a UFF, que para mim e para muitos colegas foi uma mãe que nos deu estrutura para crescer apesar de todas as possibilidades.





**Ciências Sociais Aplicadas**  
**Arte e espaço nos jardins cariocas: o caso do Parque do Flamengo**

**Prof. Dra. Cristina Lontra Nacif; graduanda e bolsista Camila Lopes Santos; pesquisador colaborador Thiago Oliveira Gonzalez Lopez.**

**Departamento de Urbanismo/EAU-UFF/Laboratório de Estudos da Legislação Urbanística**

**INTRODUÇÃO:**

Muito já se abordou a respeito do Parque do Flamengo (1965), sobretudo pela relevância do parque na produção de Roberto Burle Marx, nome de grande expressão dentro do campo paisagístico a nível internacional. A perspectiva adotada aqui, no entanto, parte com o filósofo húngaro Georg Lukács (1885-1971), por meio principalmente de sua *Estética* (1963), quando o laboratório identificou uma demanda aberta em postular novas análises do espaço urbano desde uma prerrogativa estética. Assim, uma investigação a partir da ideia de *jardim* se fez necessária, de um lado, pela ausência de um capítulo destinado a cidade (onde há para o cinema, a pintura, a escultura e a arquitetura); por outro, a especificidade do jardim estar em um ambiente externo e, por consequência, em contato com a cidade, o faz exímio mediador para aproximação à escala urbana.

Definida essa premissa, no lugar de *descrições*, a contribuição lukácsiana apresenta a ideia de *narração*; enquanto pesquisadores, essa mudança de perspectiva convoca questionamentos cujo efeito é reverberado por

uma análise combinada, sintetizada no filósofo como um *complexo de complexos*. Deste modo, o aterro, fruto de desmontes, traz consigo não somente matéria prima, mas um conjunto de determinações sócio-urbanas que compõe o tecido de relações base para compreensão do parque diante da cidade; essa, por sua vez, imersa em um período de transformações rodoviaristas se tornam uma possibilidade, como também empecilho para a materialização de um objeto artístico. Por este motivo, os preceitos estéticos de Lukács, dentre os quais o caráter afirmativo do jardim – isto é, sua necessidade de reafirmar o contexto sócio-histórico no qual está inserido –, passam a ser contextualizados com documentos contemporâneos à produção do parque, a favor de uma aproximação à particularidade do objeto. Assim, convoca-se, também do âmbito filosófico, o paisagista Rosário Assunto (1915-1994), pelo tensionamento da criação do jardim utilitário; na história, o arquiteto Hugo Segawa, principalmente pelo elo comparativo com o Passeio Público – à beira-mar até o Aterro; o urbanista Maurício Abreu (1948-2011), pela abordagem urbana da cidade do Rio de

Janeiro em vias de expansão rodoviária; e, por fim, Ethel Bauzer, responsável pelo programa educativo do Parque do Flamengo. Eis de onde parte o fôlego da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Com Lukács, pôde-se consolidar parâmetros essenciais para permitir os demais encontros narrativos no âmbito do parque. Desta forma, com Assunto, destaca-se a demanda utilitária que paira sobre o jardim contemplativo; neste momento, a ideia de *jardim* precisaria ser tensionada, com a incorporação do cunho utilitário-cotidiano. Esta descoberta para a pesquisa, fortalece, no entanto, bases teóricas, por identificar que há ali um caráter significativamente novo frente ao meio contemplativo do Passeio Público; em segundo, identifica o que o Parque tem a ver com a instrumentalização da cidade ocorrida no Rio de Janeiro nos anos 1950 e, em seguida, pode-se confirmar o caráter afirmativo do jardim com as premissas narrativas de Bauzer para o projeto educacional do Parque do Flamengo – com atenção ao tempo livre do homem “industrial”. A esta altura, as visitas em campo, estrategicamente posicionadas aos domingos – dia em que as pistas se fecham para usufruto dos usuários –, revelam o intrínseco elo entre parque, paisagem e, o que é fundamental, a atividade; dito isto, os equipamentos e as possibilidades de apropriação espontânea do parque são parte, agora, indiscutíveis de sua possibilidade estética. Em troca, no lugar de uma ocupação rarefeita, o modo no qual se dispõem os grupos no Parque identifica a

presença do projeto estético do parque na experimentação cotidiana. Com isso, os diversos usos do parque recuperam os princípios da cultura paisagística, a saber, a simetria, proporção, o ritmo e a ornamentação.

## **CONCLUSÕES:**

Uma vez que as determinações analíticas devam partir do objeto, a busca por diferentes perspectivas atreladas ao Parque compreende o *complexo de complexos*. Assim, é possível construir um caminho analítico-narrativo pelas diversas facetas do Aterro do Flamengo, pois encontra-se na *Estética* de Lukács as determinações que permitem a leitura da *peculiaridade* do jardim. Esta chave de leitura importa, antes, porque é determinada historicamente, de modo ser pertinente mesmo que em contextos históricos distintos, conforme observado no processo investigativo; depois, porque se torna o fio condutor para a não descrição, já que os fenômenos são vistos atrelados a uma única realidade. Por fim, com os encontros proporcionados entre a filosofia, a histórica, o espaço urbano e os documentos relativos ao parque, postula-se uma leitura crítica com ancoragens que consideram a especificidade do objeto, bem como o percurso histórico que o constitui.

## **AGRADECIMENTOS:**

Em nome do Laboratório de Estudos da Legislação Urbanística, reitera-se o agradecimento ao CNPq pelo fomento à pesquisa e o auxílio para a realização da

investigação que aqui se apresenta, assim como à Universidade Federal Fluminense pelo suporte e oportunidade de manutenção das atividades de pesquisa.





**Ciências Sociais Aplicadas (Comunicação e Informação)**  
**CONSTRUÇÕES NARRATIVAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS**  
**NAS REALIZAÇÕES AUDIOVISUAIS CONTEMPORÂNEAS**  
**SOBRE JUVENTUDE-SUICÍDIO (1999-2019) - ETAPA 2**  
**Júlia Silva Cruz e Denise Tavares**  
**Depto de Comunicação Social / IACS / MULTIS (Núcleo de**  
**Pesquisa e Experimentações do Audiovisual e Multimídia)**

### **INTRODUÇÃO:**

A proposta deste projeto é dar continuidade à pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2020 e que integra a pesquisa “Juventude e suicídio: percursos midiáticos e suas interfaces com a Educação” - contemplada com o EDITAL PARA GRUPOS EMERGENTES/2019, da FAPERJ, com conclusão prevista para 2023 e que visa investigar a relação “juventude-suicídio” em seu “trânsito” midiático, isto é, considerando o papel da mídia como produtora de sentidos e elaboradora de representações dessa temática. No recorte desta etapa foram discutidos mais estreitamente as questões que envolvem o suicídio de jovens indígenas, população juvenil atual que mais se mata no Brasil (em termos percentuais), em cotejo às obras audiovisuais que abordam essa situação. Também foram realizadas entrevistas com especialistas, visando levantar o que apontam ser o papel das produções audiovisuais em relação à prevenção do suicídio, considerando a responsabilidade da mídia neste processo, em sintonia ao que coloca a OMS. Nesse cenário, vale recuperar que a Organização das Nações Unidas (ONU)

classifica como jovens, pessoas entre a faixa etária de 15 a 24 anos<sup>1</sup>. Esse grupo compõe a atual geração Z, indivíduos que nasceram na era da internet e só conhecem a vida com a superexposição de imagens e informações. Para essa faixa etária, o suicídio é a quarta maior causa de mortes. No caso brasileiro, dados de 2019 do Ministério da Saúde, divulgados em setembro de 2021, mostram que na população entre 15 e 29 anos, a taxa de suicídio entre os homens é de 10,7 para cada 100 mil habitantes, enquanto para mulheres esse número é de 2,9 por 100 mil. No entanto, quando se levanta os perfis étnicos desses jovens que se matam, constata-se que na população indígena a faixa etária de 10 a 19 anos concentra 44,8% dos óbitos, de acordo com números da OMS de 2016. Trata-se, portanto, de um dado aterrador, em especial por sabermos que o genocídio sistemático dos povos originários no Brasil e as condições em

---

<sup>1</sup> SOUZA, Thais Godoi de. **O Jovem no Brasil: Orientações da UNESCO sobre as políticas de juventudes no Brasil**. In: Reunião Científica da XVI Anped Sul, 2016. Curitiba. Reunião Científica da XVI Anped Sul, 2016. p. 1-14.

que vivem continuam sendo praticamente ignorados pela mídia brasileira.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O percurso dessa investigação indicou que a despeito dos dados de pesquisas institucionais apontarem que o índice de suicídios de jovens indígenas é o mais alto no país em relação às outras populações, as produções audiovisuais produzidas sobre o tema estão concentradas em jovens brancos, ignorando, deste modo, a situação de vida dos povos originários. O mesmo ocorre se considerarmos a faixa social: é extremamente reduzida a produção audiovisual, em qualquer formato, sobre o suicídio entre jovens pobres, a despeito das estatísticas também indicarem um crescimento tristemente vigoroso entre essa população.

Outro aspecto relevante que nos levou a entrevistar especialistas das áreas médicas e também antropólogos é a ausência de responsabilidade da sociedade como um todo, em função de uma prevalência de diagnóstico de problemas de saúde mental como causa central do suicídio desses jovens, e/ou abuso de substâncias como álcool e drogas que impactam o convívio familiar. Contudo, pelas entrevistas com os especialistas, é possível admitir que o suicídio é uma questão de todos, uma vez que vivemos em uma sociedade que não prioriza a saúde mental. E por ser um problema de saúde pública, o Estado deve agir com políticas públicas para o enfrentamento do tema. Além disso, os especialistas afirmam que além de envolver a saúde psíquica, a realidade do suicídio no Brasil também abrange a falta de perspectiva de um futuro melhor. Obstáculos no

acesso à educação e segurança são somados à lista de fatores que envolve uma ideação suicida. Por exemplo, em entrevista concedida para a realização desta pesquisa, a doutora em antropologia social, Raial Orutu Puri, aponta que, para os indígenas brasileiros, grupo étnico-racial sub representado na temática juventude-suicídio, a “realidade diária é a de convivência com agressões, atropelamentos, ameaças e chuva de veneno em cima do acampamento”. Nesse contexto, ela analisa que, em alguns casos, “a escolha de tirar a vida acaba sendo um destino melhor do que eles têm no dia a dia”.

## **CONCLUSÕES:**

É preciso destacar que como focamos na produção audiovisual, a análise crítica da amostragem permitiu observar que o universo ficcional é o que mais tem tratado o tema juventude-suicídio, mas em abordagens que nem sempre são alçadas ao protagonismo narrativo. Já o número reduzido de documentários mostra que o tema continua um tabu na sociedade. Quando restringimos a busca por produções latino-americanas e indígenas sobre suicídio juvenil, não houve praticamente nenhuma produção sobre o tema. No entanto, conforme entrevista realizada com Vincente Carelli, antropólogo responsável pelo projeto “Vídeo nas Aldeias” e que tem mais de 30 anos de convívio com os povos indígenas, esses não querem que o problema do suicídio seja mostrado em tela, visto que acreditam no efeito contágio produzido por filmes, séries e documentários. Por isso, é necessário conhecer a cultura para qual a obra será veiculada, já

que, mesmo seguindo as recomendações gerais da OMS, é possível causar efeito contrário à prevenção. Enfim, de forma muito sintética, o que percebemos foi a importância que esses especialistas deram ao fato da área da Comunicação estar se envolvendo com o tema, situação que foi apontada como fundamental para enfrentar essa que é uma verdadeira epidemia dos dias atuais.

## **AGRADECIMENTOS**

À PROPPI e ao CNPq pela oportunidade de ter continuado a desenvolver a pesquisa e aos especialistas que tão prontamente se dispuseram às entrevistas solicitadas: Raial Orutu Puri, doutora em antropologia e indígena do povo Puri; Vincente Carelli, antropólogo e idealizador do projeto “Vídeo nas Aldeias”; Kelly Giaccheri, pós-doutora em enfermagem e Líder do Labor. de Estudos e Pesquisa em Prevenção e Posvenção do Suicídio (LEPS/USP); Dayse Miranda, Diretora Executiva/Presidente do Inst. de Pesquisa, Prevenção e Estudos do Suicídio (IPPES), pesquisadora e professora nas áreas de saúde mental, violência e políticas públicas; e Sofia Scartezini, doutoranda em antropologia, pesquisadora na população indígena Karajá, na Ilha do Bananal



**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - 6.00.00.00-7**  
**SERVIÇO SOCIAL – 6.10.00.00-0**  
**SERVIÇO SOCIAL APLICADO – 6.10.02.00-3**

**OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS E  
SOCIOAMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS DAS BAIXADAS  
LITORÂNEAS**

**Autores: COORDENADORA: SUENYA SANTOS DA CRUZ**

**COLABORADORA: MARIA RAIMUNDA PENHA SOARES. ALUNA: ADRIANA DE OLIVEIRA  
ABREU (mat.217064075)**

**CURO/RHS/RIR/NEA CHAIA**

## **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa Observatório dos conflitos fundiários e socioambientais nos territórios das baixadas litorâneas se vincula ao Núcleo de Estudos em Agroecologia Coletivo Autogestionário Humanista Interdisciplinar de Agroecologia (NEA CHAIA).

O país está inserido numa economia globalizada, investindo no agronegócio e neoextrativismo. A partir desse contexto mais amplo, nosso objetivo é compreender os impactos socioambientais na região das baixadas litorâneas como expressão de um desenvolvimento econômico ancorado, sobretudo, na exploração do petróleo e gás, e do turismo, buscando dar visibilidade às lutas dos sujeitos coletivos envolvidos nos conflitos oriundos do modelo de desenvolvimento em curso.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A perspectiva teórico-metodológica se orienta pelo diálogo entre o marxismo, o pensamento decolonial e a ecologia política. A metodologia utilizada se inspira na pesquisa-ação e numa abordagem alinhada à educação popular, tendo em vista os cuidados éticos na aproximação aos territórios.

Nesse sentido, a processualidade da pesquisa se deu em dois momentos. O primeiro consistiu em levantamento dos mapas de conflitos fundiários e socioambientais disponíveis *online*; em pesquisa de referências bibliográficas e de legislação fundiária e ambiental; em levantamento exploratório de possíveis pesquisadores/as colaboradores; em construção de instrumento de coleta de dados junto a pesquisadores/as e movimentos sociais e organizações populares envolvidas nos conflitos; em organização de grupo de estudos. Num segundo momento ampliamos as frentes de pesquisa de campo a partir: do conhecimento prévio de alguns conflitos em função das ações extensionistas do Programa

Semeando Agroecologia no campo e na cidade e NEAB; de resgate de informações dos mapas de conflitos já existentes buscando atualizar as informações a partir dos sites das organizações envolvidas nos conflitos.

Como resultado, organizamos planilhas identificando pesquisadores colaboradores/as e escolhemos 4 conflitos para uma aproximação para coleta de dados e análise inicial das situações. A partir dos levantamentos realizados identificamos a necessidade de incluir o município de Macaé, pertencente à região norte fluminense. Dessa forma, são os seguintes conflitos: Quilombolas da Rasa em Búzios; Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira/MST em Macaé; produção energética e impactos no Rio Macaé; Pescadores de guaiamuns em comunidade em Cabo Frio.

De forma panorâmica, consideramos que os conflitos analisados se relacionam diretamente com atividades de exploração do petróleo, e exploração turística, que incidem sobre a especulação imobiliária e territorial e sobre a demanda por produção energética. Destacamos como principais materiais e referenciais teórico-metodológicos, nesse momento inicial da pesquisa, os cadernos Conflitos no Campo (CPT), Carlos Walter Porto-Gonçalves, Maristella Svampa, Josiane Santos, Henri Acselrad, David Harvey, dentre outros/as.

## **CONCLUSÕES:**

Consideramos que só é possível apreender a realidade regional, a partir de sua inserção da

dinâmica nacional e internacional do capital, nos marcos das mudanças climáticas. A realidade brasileira tem sido afetada pelas alterações na legislação fundiária e ambiental, sobretudo na atual gestão do governo federal, favorecendo a lógica dominante de desenvolvimento que se estrutura pela superexploração da força de trabalho, pela espoliação de territórios e pela degradação ambiental. Dessa forma, comunidades tradicionais, que buscam uma relação de co-evolução com o meio ambiente, sofrem ameaças constantes em suas formas de produzir e de viver. Por consequência, parte da sociedade civil organizada adensa os conflitos reivindicando a permanência ou retorno aos territórios.

Esse processo de apagamento remonta ao período da ocupação portuguesa e vem renovando a acumulação primitiva, por meio da acumulação por espoliação (Harvey, 2014).

Os conflitos que identificamos, a partir de um estudo exploratório inicial, representam uma pequena parte de uma totalidade que expressa o desenvolvimento econômico brasileiro, intensificando a pressão sobre os bens naturais, com grandes conglomerados disputando recursos naturais e com governos facilitando os processos de suas instalações, apostando no modelo vigente de desenvolvimento. Destacamos que no processo de formação de assistentes sociais faz-se importante a preocupação com o controle social das políticas públicas e com o desenvolvimento de práticas educativas junto aos segmentos populacionais que sofrem com a incidência dos empreendimentos do capital, o que reforça a

importância desse tipo de pesquisa no cumprimento social da educação.

Por fim, destacamos que houve um acúmulo importante nesse primeiro momento da pesquisa. Mas identificamos a necessidade de seu avanço e aprofundamento a partir de uma articulação em rede de pesquisadores/as das regiões da Baixada litorânea e norte fluminense e organizações populares e movimentos sociais que enfrentam os conflitos fundiários e socioambientais nas regiões das baixadas litorâneas e norte fluminense.

### **AGRADECIMENTOS:**

Ao CNPq/PIBIC (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação

Científica), pela bolsa de estudos que possibilitou a dedicação da bolsista à pesquisa e, conseqüentemente, ao aprendizado almejado.

Aos/às pesquisadores/as colaboradores/as.

Aos sujeitos coletivos e suas organizações.





**Ciências Sociais Aplicadas**

**A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E OS SERVIÇOS  
GOVERNAMENTAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

**Anayara Fernandes Rangel; Juliana Thimóteo Nazareno  
Mendes**

**Departamento de Serviço Social/ Instituto de Ciências da  
Sociedade e Desenvolvimento Regional/ Núcleo de  
Pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas**

**INTRODUÇÃO:**

O sistema capitalista é o principal meio de (re)produção da desigualdade social, devido a exploração do trabalho ao qual a população está submetida. Crianças e adolescentes, enquanto filhos da classe trabalhadora, vivenciam diversas formas de violações de seus direitos em função da intersecção de classe, raça/etnia, gênero, faixa etária, sexualidade, dentre outros. Para o enfrentamento desse cenário, tem-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que opera na defesa dos direitos da população infanto-juvenil juntamente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Através dos serviços socioassistenciais nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), o poder público busca responder às demandas sociais por melhores condições de acesso aos bens necessários para se viver com dignidade.

O objetivo deste trabalho é analisar os serviços da Proteção Social Básica, voltados para crianças e adolescentes em Campos do Goytacazes/RJ, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental em que foram

consultados os relatórios de gestão da Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ), referente aos anos de 2018 a 2021 e o Relatório Técnico: atendimento a crianças e adolescentes nos serviços da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social da Prefeitura de Campos dos Goytacazes (PMCG, 2022).

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A Constituição Federal de 1988 e a PNAS promoveram grandes avanços no campo dos direitos sociais. A assistência social passou a ser uma política de responsabilidade do Estado e direito da população. Organizada em níveis de proteção, a Assistência Social prevê ações, programas, projetos e serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica está situada na prevenção de risco e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou,

fragilização de vínculos afetivos (BRASIL, 2004). Os CRAS são os equipamentos dos serviços básicos, executados com ênfase no respeito às particularidades culturais e a diversidade de cada indivíduo e grupo familiar. Ofertam o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (MDS, 2013). O município de Campos dos Goytacazes, devido a sua extensão territorial e população estimada em 514.643 habitantes (CENSO, 2010), possui 13 CRAS. De acordo com o Relatório Técnico, em 2021 havia 72.383 famílias referenciadas no Cadastro Único da Assistência Social (CadÚnico), 54,6% destas com crianças e adolescentes.

Dos serviços ofertados às crianças e adolescentes, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), pode ser desenvolvido pelos CRAS ou em parceria com outras instituições, já os programas ofertados pela FMIJ, são: o Programa Desafio e Semeando Arte, que formam o SCFV, o Qualifica Jovem Sede, a Guarda Mirim e o Esporte Cidadão.

Na FMIJ, o Programa Desafio atende crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 13 anos de idade e o Semeando Arte, adolescentes com idade entre 13 e 17 anos. Funcionam em complementação ao SCFV dos CRAS e pactua 21,1% dos atendimentos por ano. O Qualifica Jovem Sede atende adolescentes entre 14 e 17 anos, ofertando oficinas, denominadas de cursos livres. Já o Programa Guarda Mirim, atende adolescentes entre 15 e 18 anos,

cursando no mínimo o 8º ano do ensino fundamental. Por fim, o Programa Esporte Cidadão tem modalidades esportivas de diferentes segmentos, disponibilizadas para inscritos na FMIJ. Em 2020, devido à pandemia de Covid-19, a Fundação atendeu 376 crianças e adolescentes no total, cerca de 78% menos que o ano anterior.

Apesar do número de atendidos no SCFV não ter superado a capacidade de 2.490 vagas durante os anos analisados, houve uma queda de 11% nos atendimentos de 2021, se comparado ao ano anterior.

Pode-se afirmar que a pandemia da Covid-19 impactou fortemente os serviços ofertados no âmbito da proteção social básica, seja no quantitativo de atendimentos, seja no processo metodológico das atividades, que foram adaptadas ao modelo remoto. No entanto, é preciso observar se há empenho no retorno das ações nos anos seguintes, visto que, o retorno das atividades presenciais possibilita a retomada dos serviços e programas, mesmo que de forma híbrida. Insta destacar que a Fundação ainda não retomou as atividades presenciais na sede.

## **CONCLUSÕES:**

Os dados apresentados demonstram empenho do município na oferta de serviços socioassistenciais, tendo a FMIJ como principal instituição de atendimento às crianças, adolescentes e jovens, junto aos CRAS e CREAS. Apesar dos avanços no campo das políticas públicas, tais ações são insuficientes para transformar as condições de vida das



crianças e adolescentes, sobretudo, as mais pobres. Visto que, em momentos mais difíceis como a pandemia de Covid-19, os serviços ficaram mais precarizados.

Destacamos também a ausência de ações voltadas para a primeira infância, com enfoque maior no público adolescente. Faz-se necessário pensar a proteção integral com base no que se propõe a proteção social básica em busca da defesa e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS).



Imagem 1: Imagem PIBIC



## **ENSINO SUPERIOR E CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: MONITORAMENTO E ANÁLISE DO PROCESSO DE EXPANSÃO, PERFIL PROFISSIONAL E PROPOSTAS CURRICULARES.**

**Ingrid Rangel de Medeiros**

**Escola de Serviço Social/Gragoatá/Núcleo de Pesquisa e Extensão em Trabalho, Educação e Serviço Social – TEIA**

**Orientadora: Profa. Dra. Larissa Dahmer Pereira**

### **INTRODUÇÃO:**

O projeto de pesquisa – no qual me insiro como discente de Iniciação Científica - objetiva fazer o mapeamento e análise da expansão dos cursos de Serviço Social, o perfil profissional e propostas curriculares de tais cursos, sendo de suma importância para que possamos refletir sobre quais os possíveis rebatimentos de de tal fenômeno no trabalho profissional dos assistentes sociais.

No primeiro momento minha atividade no referido projeto de pesquisa foi realizar a atualização das planilhas das Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade presencial. Finalizada a atividade acima citada passei a realizar a atividade - que inclusive venho realizando atualmente - de catalogação das grades curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social das IES privadas com fins lucrativos e o perfil de bacharel proposto pelas mesmas. Atividade esta que me guiou até o objeto de estudo do meu TCC, que é a análise do perfil de bacharel em Serviço Social proposto pelas IES privadas com fins lucrativos.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Como resultado do acúmulo teórico adquirido no processo de Iniciação Científica, é possível observar que na sociedade capitalista a educação formal tem três funções principais que são: formar mão-de-obra qualificada em diferentes níveis para atender à demanda do mercado; servir de instrumento para difundir e internalizar a ideologia e valores do capitalismo e; servir de fonte lucrativa para exploração do capital (SAVIANI, 2007).

Os rumos da educação superior no país estão diretamente ligados à inserção dependente do Brasil no capitalismo mundial. Desta forma, a educação superior brasileira se origina com as marcas do colonialismo, ou seja, até ações dentro da ordem capitalista são vistas como ameaça para a burguesia nacional (FERNANDES, 1975).

A educação superior se origina como um privilégio de classe no Brasil. Deste modo a dualidade educacional é aprofundada e se torna um elemento estruturante que vai influenciar na direção das políticas de educação no país (VALE; KATO; PEREIRA, 2019).

É fato notório que nas últimas décadas tem ocorrido sistematicamente um intensificado

movimento de expansão da educação superior para diferentes frações da classe trabalhadora. No entanto, é importante ressaltar que este movimento de expansão de acesso à educação superior ocorreu concomitante a um contexto de expansão de políticas públicas e sociais pautadas, ainda, em pressupostos da contrarreforma neoliberal.

Tendo a perspectiva da educação como uma mera mercadoria e objetivando garantir a sistemática taxa de acumulação, o setor privado lança mão de diversas estratégias para baratear os custos com a oferta de seus serviços educacionais. Dentre as estratégias utilizadas pelo setor privado está a centralização de seus serviços educacionais na transmissão de conhecimento previamente produzido - dissociado assim do tripé universitário ensino-pesquisa-extensão - em detrimento de investimento em pesquisa e produção de conhecimento.

### **CONCLUSÕES:**

Com relação aos resultados encontrados é importante ressaltar que a pesquisa ainda se encontra em andamento. Logo, não é possível, por ora, apresentar resultados definitivos.

Em síntese a partir do levantamento e análise realizados foram encontradas 225 IES privadas com fins lucrativos que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade presencial/híbrida. Deste total foi possível confirmar a oferta efetiva do curso de graduação - na modalidade presencial/híbrida - em 138 instituições.

A partir dos dados analisados no levantamento - referente aos cursos de Serviço Social inseridos

em IES privadas com fins lucrativos - é possível observar um traço em comum na maioria das grades curriculares que é a oferta de disciplinas - em sua maioria obrigatória - relacionadas ao "Terceiro Setor", à consultoria em empresas privadas e ao empreendedorismo.

Vale destacar que essas são análises iniciais que carecem de maior aprofundamento, o que será realizado no 2º ano de minha inserção enquanto bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e, como resultado, apresentarei meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em dezembro de 2022, com o tema "O perfil do bacharel em Serviço Social proposto pelas Instituições de Ensino Superior privadas com fins lucrativos".

### **Referências bibliográficas**

FERNANDES, F. Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 1975.

VALE, Andréa, KATO, Fabíola e PEREIRA, Larissa. Capitalismo dependente, formação social brasileira e padrão educacional rebaixado: subsídios para uma reflexão sobre a formação dos assistentes sociais brasileiros. *In*: RAMOS, Adriana *et al.* Desenvolvimento, Formação Social Brasileira e Políticas Públicas: Subsídios Analíticos para o Serviço Social. 1ª. ed. Uberlândia/ Minas Gerais: Navegando, 2019. cap.V, p.101-117

Disponível:

<https://www.editoranavegando.com/livro-desenvolvimento-formacao-soci>

Acesso em: 06/09/2022

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, [s. l.], v. 12, n. 34, p. 152 - 165, 2007. Disponível

em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>

Acesso em: 09/08/2022





**Ciências Sociais Aplicadas I**

**MEMORICÍDIO: IDENTIDADE, MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO SOB AMEAÇA**

**Livia Ferreira e Carlos Henrique Juvêncio**

**Departamento de Ciência da Informação / Instituto de Arte e Comunicação Social**

## **INTRODUÇÃO:**

No curso da história, vários são os momentos em que documentos e demais representantes da memória de um povo são alvos de destruição, causando perdas irreparáveis à história e memória de diferentes grupos sociais, atos como estes podem ser compreendidos como Memoricídio.

Nos campos da Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação, Arquivologia e Museologia há na literatura uma grande preocupação com as origens dos documentos e seus fluxos, em contrapartida, estudos sobre a perda de patrimônio documental por uma perspectiva memorialística são limitados.

Tendo em vista a carência bibliográfica de um aprofundamento sobre este tópico, neste trabalho dissertaremos sobre o termo Memoricídio e suas bases teóricas, a fim de melhor delineá-lo para futuros usos e entender sua relevância nos estudos de memória.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Existe um processo natural de esquecimento na memória, tanto individual,

quanto social, a memória funciona como um palimpsesto, é escrita e reescrita a todo momento, mediante as necessidades e por efeito das condições em que está inserida, entretanto, o esquecimento pode se tornar um ator negativo quando ele é forçado a um grupo, à esta circunstância podemos denominar Memoricídio.

A palavra Memoricídio é um neologismo que nos parece aproximar as ideias de memória e homicídio, em uma definição mais superficial, teria o sentido de “assassinato” ou “extermínio” da memória.

Todavia, não podemos pensar em Memoricídio apenas como atos isolados de destruição, é preciso evidenciar que o apagamento da memória é uma ação deliberada de eliminação dos símbolos representantes de um grupo (BÁEZ, 2010).

Tais símbolos manifestam os valores, as normas e as diretrizes de um corpo social, são a representação do que estabelece aquele grupo em uma coletividade, são ícones diretamente ligados com a sua identidade coletiva.

Portanto, quando ocorre o dismantelamento deles não é só o material que se perde, mas tudo aquilo que ele exprime, os meios de comunicação entre o visível e o

invisível, ocasionando rupturas ou transformações na construção identitária dos grupos afetados, de forma a refletir nas dinâmicas daquele meio.

Tendo em vista que a memória é um fenômeno vulnerável às oscilações e transformações sociais, passíveis de manipulação em prol da manutenção de determinada ordem, logo, o Memoricídio também irá se encontrar nesse contexto.

O Memoricídio corporifica a não parcialidade da memória e do esquecimento, consistindo, assim, em um abuso de memória, visto que é um dispositivo aplicado a fim de atingir os eixos centrais dos grupos sociais.

Levando em conta a memória como esse espaço de disputas de narrativas e de dinâmicas de poder (LE GOFF, 1984), o Memoricídio se torna uma verdadeira arma em benefício do estabelecimento de um espaço hegemônico.

As concepções até aqui discutidas trazem consigo uma coisa em comum para além das questões de relações de poder, todas essas ideias levantadas abordam imagens de destruição, apagamento e manipulação cultural em algum nível, o que é justamente o ponto central do Memoricídio.

O memoricídio tende a formar imagens generalistas, o poder público nega frações da história para construir uma memória ideal e neste percurso as singularidades dos grupos existentes dentro de uma país são desconsideradas.

O esquecimento causado pelo Memoricídio ocasiona apagamento desse povo por si só tendo em vista que afastar os

indivíduos de suas histórias enfraquece suas identidades.

## **CONCLUSÕES:**

As ações de Memoricídio tem como base contextos coloniais e imperialistas, desta forma fomos capazes de deduzir que as origens do termo estejam fixadas nessas ideias.

Diante disto, podemos exprimir que o Memoricídio e o Estado andam lado a lado, o silenciamento da memória é uma ação recorrente e bem estruturada desde a colonização, que apenas as técnicas utilizadas para tal foram atualizadas e mascaradas.

É notável o espaço que as discussões sobre memória e narrativas têm ocupado nas pautas atuais no Brasil, tendo em conta o histórico negativo e degradante do país com as memórias dos povos que o compõem, desta forma, estudos e pesquisas nesse âmbito se tornam imprescindíveis para assimilar tais processos e como eles se manifestam, assim como os fenômenos que os cercam.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ao CNPq por me concederem a oportunidade de fazer parte deste programa que veio a contribuir tanto para minha formação.

Por fim gostaria de agradecer ao meu estimado orientador Carlos Henrique Juvêncio pelas diretrizes, referências, ensinamentos e por compartilhar seus conhecimentos comigo.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS:

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: **Enciclopédia Einaud**. Porto: Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1984.



Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais  
Aplicadas**

**Título do Projeto: O POSICIONAMENTO  
SOCIOAMBIENTAL DOS EQUIPAMENTOS DE  
HOSPEDAGEM EM TRINDADE, PARATY, RJ**

**Autores: Lucas Martins Manes; Wilson Martins Lopes  
Jr.**

**E-mail: lucasmanes@id.uff.br**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de  
Geografia e Políticas Públicas DGP, UFF Angra dos Reis, RJ.**

## **INTRODUÇÃO:**

O município de Paraty está localizado no sul do estado do Rio de Janeiro. Sua economia, ainda que de maneira geral seja centrada no turismo e na prestação de serviços, possui em menor escala contribuições da agropecuária, agricultura e do setor industrial (IBGE 2020).

Paraty se destaca pela biodiversidade e preservação ambiental do bioma Mata Atlântica, deste modo, oferecendo elementos naturais para a atividade turística. Contribui Paiva (1995, p.51) ao afirmar que: “Os ambientes naturais constituem cada vez mais motivações turísticas.” De acordo com Oliveira (2005, p.150), Paraty “[...] é considerado um dos mais importantes polos turísticos do Brasil [...]”. Nesta perspectiva, destaca-se o Centro Histórico de Paraty como o maior atrativo turístico do município, seguido pela Vila de Trindade com a suas praias e a comunidade caiçara.

No entanto, segundo Seara (2003) o turismo em sua prática é responsável por impactos socioambientais. Em consequência das

atividades turísticas, os equipamentos de hospedagem são potenciais poluidores, pois segundo Schenini, Lemos e Silva (2012, p.2), estes “[...] usam recursos naturais e, ao utilizá-los, provocam sua redução, representando significativo impacto ambiental. Impactos também decorrentes do lixo gerado, dos equipamentos, dos produtos de uso diário, [...]”

Nesse contexto da temática ambiental nos equipamentos de hospedagem, emerge esta pesquisa, cujo objetivo foi analisar os meios de hospedagem e os posicionamentos dos seus gestores diante das questões socioambientais na Vila de Trindade em Paraty, RJ. Para tanto, adotou-se o método qualitativo, além de pesquisa bibliográfica e aplicação de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas, foram realizadas com os gestores dos meios de hospedagem, com a intenção de entender como estão orientados em relação a questão ambiental. Ou seja, identificar possíveis ações sustentáveis adotadas, assim como as dificuldades em implementá-las.



A pesquisa de campo, assim como a coleta de dados, ocorreu no mês de março de 2022, sendo fundamental para conhecer a área de estudo, identificar e contabilizar as pousadas, e aplicar as entrevistas. Aceitaram participar da pesquisa, 15 meios de hospedagem através dos seus gestores.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A maior parte dos entrevistados, 80% concordam que o turismo degrada o meio ambiente, mas apontam os turistas como os responsáveis pela poluição das praias e da Vila. Por outro lado, apenas 30% dos entrevistados indicam que as pousadas causam problemas ao meio ambiente.

Identificou-se que a maior parte das pousadas, aproximadamente 70%, tentam implementar alguma ação para mitigar os danos ao meio ambiente, destacando ações de separação do lixo para reciclagem e de redução de consumo de energia elétrica. No entanto, os gestores apontam dificuldades para colocar diferentes ações ambientais em prática, isso devido a falta de apoio do Poder Público, ausência de saneamento básico e da coleta seletiva, além da dificuldade econômica, ou custos envolvidos para implementar diferentes ações na perspectiva sustentável.

Ao que se refere ao desenvolvimento sustentável, foi possível notar que a maioria dos gestores o entendem de forma restrita, enquanto preservação ambiental, sem mencionar o tripe econômico, ambiental e social.

## CONCLUSÕES:

Conclui-se que o turismo de maneira geral, assim como as pousadas em Trindade, não podem ser considerados sustentáveis. Apesar do esforço das pousadas em implementar ações ambientais, há dificuldades consideráveis. Além disso, é necessário que o Poder Público auxilie no desenvolvimento socioambiental da localidade, promovendo por exemplo, serviço de saneamento básico de qualidade e a realização da coleta seletiva/reciclagem do lixo, enfim, assistindo aos empresários e também a comunidade. Dessa forma, com a cooperação mútua, será possível minimizar os danos socioambientais causados pela atividade turística na Vila de Trindade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/pesquisa/38/46996?tipo=cartograma&indicador=47006&ano=2011>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- OLIVEIRA, C. A. Turismo em áreas “menos desenvolvidas” :caracterização, desenvolvimento e planejamento turístico da Vila de Trindade, município de Paraty, RJ, Brasil. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. 3 (1), 149-169. 2005.
- PAIVA, M.G.M. **Sociologia do turismo**. 8. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.
- SEARA, L. Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão. In: CUNHA; GUERRA (orgs.). **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**.

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.  
SCHENINI, P. C.; LEMOS, R. N.; SILVA, F. A.  
da. Sistema de Gestão Ambiental no Segmento  
Hoteleiro. **Revista Eletrônica Intr@ciência**.  
Faculdade de Guarujá. Disponível em:



[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170531143126.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531143126.pdf). Acesso em: 13 de junho de 2021. p. 1-18.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço à Universidade Federal Fluminense – UFF e ao CNPq pela oportunidade de participar de uma pesquisa científica. Também, destaco o papel do meu orientador. Muito obrigado.



**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**ARQUIVOS PESSOAIS DE INTERESSE PÚBLICO E**  
**SOCIAL: ANÁLISE DOS PARECERES DA COMISSÃO**  
**TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE**  
**ARQUIVOS (CONARQ)**  
**AUTORES: PROF. DR. RENATO DE MATTOS - LUCIANA**  
**MARIA GOMES DE ALCANTARA**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**INTRODUÇÃO:**

Os arquivos pessoais apontam, qual testemunhas silenciosas, para a sociedade e a época em que foram produzidos, e o seu contexto de produção lhes confere o *status* de importantes fontes de estudo para distintas áreas do conhecimento. A Lei nº 8.159/1991 oferece amparo legal à preservação aos arquivos, atestando sua natureza arquivística e prevendo o reconhecimento do interesse público e social caso identificada a relevância dos documentos para a história e o desenvolvimento científico brasileiros. Por meio do Decreto nº 4.073/2002, o interesse público e social dos arquivos privados foi regulamentado. De acordo com o dispositivo, a Comissão Técnica de Avaliação designada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) é encarregada da análise. Concluído o trabalho, a Comissão envia a documentação ao CONARQ para apreciação. Se aprovada, o CONARQ homologa e encaminha ao Ministério da Justiça para sanção via decreto federal.

A declaração de interesse público e social cumpre importante papel na preservação do patrimônio arquivístico. Embora não garanta subsídios para preservação dos fundos, nem a

transferência da documentação para guarda em instituição arquivística pública, ela impõe limitações à doação ou venda desses arquivos, uma vez que a União detém a preferência na aquisição desde que, no prazo máximo de sessenta dias, sinalize interesse.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A análise dos critérios que orientaram as avaliações da Comissão Técnica de Avaliação foi realizada a partir do exame dos pareceres emitidos entre 2004 e 2006. A falta de parâmetros definidos para a declaração fomenta diversas questões de ordem teórica e prática. Embora a Comissão pareça seguir um roteiro de pré-requisitos ao elaborar os pareceres, isto não é explicitado, o que seria recomendável já que, no âmbito dos arquivos pessoais, algumas questões persistem, como a usual imprecisão conceitual entre coleção e arquivo (CAMARGO, 2009).

A ínfima participação feminina é outra constatação: dos catorze pareceres avaliados, apenas um tinha como produtor uma mulher. As razões para a exígua participação feminina mereceriam uma análise aprofundada, em um país onde as mulheres representam mais de

50% da população. Outro aspecto que merece destaque é o argumento adotado pela Comissão ao indeferir o reconhecimento do interesse público e social do acervo de Mário Covas. Apesar da importante atuação do titular na história política brasileira, a Comissão considerou que o arquivo possuía apenas interesse regional. Ademais, os avaliadores sugerem a criação de instrumentos legais nos âmbitos estadual e municipal voltados à preservação dos arquivos privados. Todavia, após criteriosa pesquisa, observamos que, até o momento, instrumentos congêneres não foram devidamente implementados por governos e prefeituras.

Como instrumento para a valorização dos arquivos, a declaração de interesse público e social é agente catalisador de arrecadação de recursos junto aos órgãos financiadores, tanto públicos quanto privados. O fortalecimento desta política a nível federal, estendendo-se sua implementação legal também às esferas estadual e municipal, seria importante para resguardar e preservar o patrimônio arquivístico nacional. Esse fortalecimento, ressalte-se, não prescinde de instrumentos que roteirizem em bases arquivísticas o que vem a ser um arquivo pessoal e quais parâmetros pré-definidos devem presidir as avaliações dos arquivos. Tais informações deveriam estar disponíveis a fim de esclarecer os critérios que regem o trabalho da Comissão.

### **CONCLUSÕES:**

Não obstante a relevância da declaração de interesse público e social de arquivos privados enquanto principal dispositivo de

patrimonialização de conjuntos documentais no país, procuramos problematizar os critérios adotados pela Comissão designada pelo CONARQ. Com base nos resultados obtidos, é possível reconhecer a necessidade do aperfeiçoamento dos instrumentos e critérios a partir da ampliação do diálogo entre as instâncias competentes e a comunidade arquivística dedicada ao estudo das especificidades dos arquivos privados de pessoas físicas e jurídicas.

### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 3 de fevereiro de 2002.** Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei nº 8.15, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, p. 27-39, 2009.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação Inovação/PROPPI da Universidade Federal Fluminense pela oportunidade e financiamento para realização da pesquisa e ao professor orientador Dr. Renato de Mattos, pelos ensinamentos e suporte.





## **CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

### **FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

**ALEXSANDRA FREITAS DOS SANTOS**

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI**

#### **INTRODUÇÃO:**

O principal objetivo do projeto foi analisar a relação entre o processo de financeirização das políticas sociais e a política de Assistência Social, buscando identificar quais as formas de expressão concreta que essa lógica vem se espraiando para seus usuários por meio de serviços e programas, e observando a relação da política Assistência Social com o conjunto das políticas sociais. Parte-se da hipótese de que a financeirização das políticas sociais compõe traço particular do novo padrão de enfrentamento da “questão social” brasileira sob neoliberalismo, se destacando como tendência que marca a emergência de aspectos novos das políticas sociais, pondo-as a serviço do capital financeiro.

Realizou-se pesquisa qualitativa que usou como recursos a revisão bibliográfica e análise documental. Pretendeu-se neste movimento investigativo estabelecer os nexos estruturais entre o processo de financeirização e as políticas sociais, especialmente observando suas manifestações a partir da política de assistência social.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Após a crise de 2008, passaram a surgir novas formas de desmonte da proteção social, que

fizeram aprofundar as tendências de financeirização das políticas sociais, criando novos nichos de acumulação via monetarização e privatização (SILVA, 2020). Num contexto de crise, a assistência se torna uma estratégia de sustentação dos processos de expropriação da classe trabalhadora, a qual consiste num processo de subtração de condições necessárias para a reprodução da classe trabalhadora, pois ao garantir as condições mínimas para o trabalhador participar do processo de produção capitalista, não protege os trabalhadores da superexploração.

Nesse sentido, a assistência social é vista como estratégica, especialmente por meio dos programas de transferência de renda, para assegurar o mínimo para quem perdeu todos os direitos e utilizada também para manter a classe trabalhadora no limite da sobrevivência. Dainte disso, a assistência não pode ser considerada como uma barreira de proteção ou forma minoração à superexploração, pois busca assegurar com menor custo as condições de reprodução da classe trabalhadora e se associa à tendência geral de monetarização e financeirização das políticas sociais.

Considerando que as ações assistenciais são um aspecto particular da financeirização das políticas sociais, como processo que relaciona

políticas sociais e mecanismos de expropriação financeira (LAPAVTSAS, 2009), compreende-se principalmente com estímulo à bancarização e acesso ao crédito. Isso ocorre em meio a um processo de desmonte da política de Assistência Social tal como fora concebida e implementada a partir de 2004 como SUAS em todo território nacional, movimento que se aprofundou com o desfinanciamento, o reacionarismo e o conservadorismo na política após o golpe de 2016, avançando ainda mais com o governo Bolsonaro, reforçando a centralidade do monetarismo via transferência de renda.

### **CONCLUSÕES:**

1 - Conforme Harvey (2008), o neoliberalismo se configura como um projeto de retomada da dominação da classe burguesa, agora reconfigurada em classe rentista, processo que envolve todos os âmbitos da vida social, não só a contrarreforma do Estado e das políticas sociais, mas também está ligado à reestruturação produtiva e à financeirização, pois é a partir das finanças que ocorre essa retomada da hegemonia, pela via da intensificação dos fluxos financeiros e do uso do capital fictício. Isso se desdobra em novas formas de relações entre capital e trabalho, gerando novas formas de exploração e intensificação das antigas.

Essas novas formas de exploração aparecem aliadas às novas formas de expropriação, incluindo aí a expropriação financeira, a expropriação de direitos, como principais expressões desses processos para a compreensão da financeirização das políticas

sociais, pois ocorrem por meio do apoio do Estado que faz repasses contínuos do fundo público para o grande capital, principalmente por meio das contrarreformas e de ajustes fiscais. No Brasil, essa fase tem início nos anos 1990.

2 - O processo de financeirização das políticas sociais se inicia e ganha força no Brasil com as contrarreformas da previdência de 1998 e 2003 e o conseqüente crescimento dos fundos de pensão. Tal processo está organicamente ligado à questão do surgimento e fortalecimento do capital financeiro endógeno no Brasil após a redemocratização, o que segundo Brettas (2020) só ocorreu nas duas primeiras décadas dos anos 2000, sob os governos Petistas, especialmente entre 2008 e 2013, quando houve a política das “campeãs nacionais” e o BNDES assumiu um papel central para a projeção dessas grandes empresas no mercado internacional. Nesse sentido, as mudanças que as políticas sociais vêm sofrendo no seu modo de ser nas últimas décadas têm como objetivo fundamental ampliar a financeirização do capital e não garantir direitos.

3 - Em relação à financeirização da Assistência Social, está é um aspecto particular da financeirização das políticas sociais, compreendida como processo que relaciona as ações assistenciais são e mecanismos de expropriação financeira, principalmente com estímulo à bancarização e acesso ao crédito, por meio da centralidade do monetarismo via transferência de renda. Isso ocorre em meio a um processo de desmonte da política tal como fora concebida e implementada a partir de 2004 como SUAS em todo território nacional, movimento que aprofundou o desfinanciamento,

o reacionarismo e o conservadorismo na política após o golpe de 2016, avançando ainda mais com o governo Bolsonaro.

## **REFERÊNCIAS:**

BRETTAS, T. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

HARVEY, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

LAPAVITSAS, C. *El capitalismo financiarizado: expansión y crisis*. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

SILVA, M.M. A política de Assistência Social no contexto de ajuste fiscal: notas ao debate. GOUVEIA Rachel (org.). *Assistência social, trabalho e care social: implicações e desafios*. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.



**Grande área do conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

**Título do Projeto:** AS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO NO CONTEXTO DAS CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL.

**Autores:** Juliana Portes Ribeiro (Estudante-bolsista); Robson Roberto da Silva (Professor-orientador)

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Serviço Social de Niterói (SSN)/ Escola de Serviço Social (ESS)

## **INTRODUÇÃO:**

Este trabalho busca apresentar os principais resultados da pesquisa que procurou analisar as configurações do trabalho no serviço público no contexto das contrarreformas neoliberais nos últimos vinte anos no Brasil. Especificamente, que procurou compreender *a trajetória do serviço público a partir da formação social brasileira*, para em seguida verificar *as mudanças no perfil do funcionalismo público, como também a dinâmica do gasto público com esses trabalhadores, as formas de gestão e de organização do trabalho no serviço público*. Para alcançar esses objetivos, a pesquisa adotou o materialismo histórico-dialético, como perspectiva teórico-metodológica, que orientou uma abordagem de pesquisa que privilegiou os aspectos qualitativos e quantitativos. Além disso, a pesquisa bibliográfica e documental, como instrumentos para coleta de dados/informações. Em particular, a pesquisa bibliográfica se deu nas plataformas de bibliotecas digitais e nos sites de periódicos. A pesquisa documental, por sua vez, ocorreu nos sites de organizações da sociedade civil e de

órgãos públicos, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sobretudo por meio do Atlas do Estado Brasileiro deste Instituto.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Em relação à *trajetória do serviço público na formação social brasileira*, pôde-se notar que, desde o Império e mesmo durante a Primeira República, os latifundiários escravocratas e seus filhos, educados em profissões liberais, ocuparam os cargos de chefia ou de gestão no Estado. A estrutura administrativa governamental era constituída, portanto, por um número reduzido de “funcionários patrimonialistas”. No período do Estado Novo, o governo varguista promoveu uma reforma administrativa, que compatibilizou patrimonialismo com uma dimensão racional-legal. Apesar de ter aumentado o número de funcionários públicos, a expansão só ocorreu a partir dos anos 1950, com a industrialização pesada, a intensificação da urbanização e a ampliação das funções do Estado. No contexto da ditadura civil-militar, a reforma administrativa manteve a relação entre



a dimensão racional-legal e a patrimonialista. Notou-se que, por meio dessa reforma, introduziu-se a privatização e terceirização no Estado. De um modo geral, o crescimento do funcionalismo público, entre os anos 1950 e 1980, expressou a desigualdade regional e social, pois foi nas regiões mais industrializadas que ele mais se expandiu.

A respeito das *mudanças no perfil dos trabalhadores no serviço público* nos últimos vinte anos, identificou-se que elas estão relacionadas às transformações no mundo do trabalho e as contrarreformas do Estado (ultra)neoliberal. Durante os anos 1990, ao considerar as esferas de governo, notou-se uma queda nos empregos no governo federal e estadual. Além disso, que a ofensiva neoliberal no emprego público não foi maior, porque foi compensada pelo aumento do emprego nos municípios, ocasionado pela descentralização das políticas sociais e pela criação de novos municípios. Assim, identificou-se que a concentração de servidores está nos municípios, que também tem sido alvo das contrarreformas gerenciais. Pôde-se também identificar que, embora tenha ocorrido nos governos nacionais que adotaram a vertente social-liberal do neoliberalismo, um crescimento do funcionalismo público, por meio da criação de concursos, esse aumento não alcançou o patamar anterior a 1996. Não só no governo federal, mas em todos os níveis de governo, identificou-se que os funcionários do Poder Executivo são a maioria e os mais mal remunerados; e que a defesa pelo aumento de salário por parte dos ministros (ultra)neoliberais da economia têm sido para as poucas carreiras

do chamado núcleo estratégico, que já recebem uma alta remuneração.

No que tange à *dinâmica do gasto com o funcionalismo público, e aos padrões de gestão e de organização do trabalho no serviço público*, constatou-se que a contrarreforma gerencial implementada no país vem impactando no gasto do funcionalismo público, na medida em que contribui com o ajuste fiscal. Por essa razão, percebeu-se que não há servidores públicos demais no país e que a folha salarial deles não representa um risco de colapso das contas públicas. Pelo contrário, o país está entre aqueles que menos gasta com funcionalismo para cada habitante. Portanto, o debate promovido pelos (ultra)neoliberais quanto ao suposto inchaço da máquina pública, obscurece a realidade e impede a implementação de serviços públicos de qualidade e em quantidade. Para esses sujeitos, identificou-se que a gestão e a organização do trabalho no serviço público deve se espelhar na gestão das empresas privadas. Assim, pôde-se notar que a privatização e a terceirização têm assumido um lugar central no âmbito do Estado.

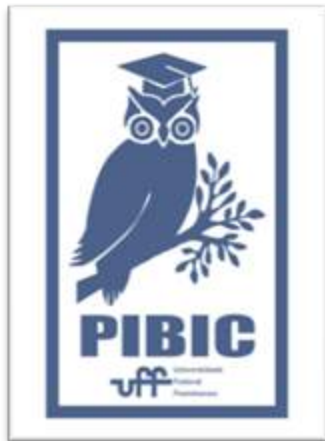
## **CONCLUSÕES:**

Em síntese, notou-se que as configurações do trabalho no serviço público, no contexto das contrarreformas neoliberais nos últimos vinte anos, aprofundam práticas reformistas iniciadas em contextos sócio históricos anteriores –, como a privatização e a terceirização introduzidas no Estado no período da ditadura civil-militar –; e que estão articuladas às recentes mudanças no mundo do trabalho

operadas pela reestruturação produtiva. Assim, pôde-se identificar que quando as esferas governamentais privatizam ou terceirizam suas atividades para empresas e indivíduos, essa prática funciona como um mecanismo de diminuição de gasto público, que auxilia na reprodução do capitalismo financeirizado e do Estado (ultra) neoliberal, que terceiriza e mal remunera a maioria do funcionalismo público, sobretudo da área de serviços sociais e científicos.

### **AGRADECIMENTOS:**

Ao PIBIC/CNPq, à UFF, à ESS, e ao Professor-orientador.





**Ciências Sociais Aplicadas**  
**ATUAÇÃO JURÍDICA PARA DEFESA DE DIREITOS E INCLUSÃO**  
**SOCIAL DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ VULNERÁVEL DE**  
**NITERÓI**

**Georgia Maia da Costa**

**Departamento de Direito Privado**

## **INTRODUÇÃO:**

Diante de uma política estatal que desconhece uma parcela de sua população, encontra-se um processo sistêmico de invisibilização dos corpos LGBTQIA+. Quanto ao acesso ao judiciário, não é diferente. Assim, torna-se indispensável a existência de uma clínica jurídica que procure atender as demandas das pessoas pertencentes à esta comunidade. No entanto, no Brasil, ilustra-se a ausência de clínicas que atendam esse público especificamente.

Através do grupo de pesquisa “Sexualidade, Direito e Democracia”<sup>1</sup> da Faculdade de Direito da UFF é desenvolvida a I Clínica Jurídica LGBTQIA+ de Niterói, que procura alinhar a atuação mais teórica, presente na revisão bibliográfica e no levantamento jurisprudencial sobre o tema Direito e Sexualidade, com o trabalho prático, voltado à solução dos conflitos e demandas que interligam os eixos de atuação pertencentes ao público LGBTQIA+ vulnerável niteroiense, assim como à capacitação da comunidade interna e externa da universidade para essas temáticas. Que, em decorrência da pandemia da COVID-19, teve que adaptar todas as suas atividades para o método virtual como forma de prevenção à doença.

Logo, pergunta-se quais as adaptações enfrentadas no período da pandemia pela Clínica Jurídica LGBTQIA+ no processo de assessoria e assistência jurídica gratuita à população vulnerável LGBTQIA+?

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Por meio do levantamento do estado da arte sobre clínicas jurídicas, realizei uma pesquisa exploratória à procura de clínicas jurídicas LGBTQIA+ pelo país que desenvolvessem atividades de assessoria e assistência jurídica. Além disso, procurei sobre a criação de clínicas jurídicas durante o período pandêmico causado pela COVID-19. Tudo isso em busca de material bibliográfico que servisse de base para essa pesquisa. No entanto, obtive como resultado muitos trabalhos acerca de clínicas jurídicas e de clínicas jurídicas que realizam assessoria e assistência jurídica, mas nada sobre essas mesmas clínicas voltadas para o público LGBTQIA+ e/ou construídas durante a pandemia.

Em consonância foi possível sedimentar uma apresentação do quadro de atividades realizadas pela Clínica no período pandêmico de forma comparativa ao projeto inicial. Em que pode ser observada as adaptações quanto à

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://sdd.uff.br/>.

prática de algumas atividades e a construção de outras que não foram idealizadas anteriormente; como o atendimento jurídico que, inicialmente, seria presencial ou por telefone, passou a ser prioritariamente por meio do formulário disponibilizado no site e a elaboração de Cartilhas Jurídicas que não tinham sido planejadas anteriormente.

Por fim, as entrevistas trouxeram a perspectiva de alguns membros da Clínica para construção de uma visão geral acerca dessa construção durante a pandemia. Na qual, foram selecionadas 4 pessoas, nos papéis de orientação, de voluntariado, de advocacia e de bolsista. Sendo apresentadas perguntas que abordassem a construção da clínica diante deste período, assim como do funcionamento remoto e da escolha do público atendido, para que fosse possível captar a satisfação ou insatisfação das vidas envolvidas nesse trabalho quanto a essas particularidades.

## **CONCLUSÕES:**

Através do levantamento do estado da arte concluí que a criação da Clínica Jurídica LGBTQIA+ foi extremamente relevante, e que, apesar de haver muitas outras clínicas jurídicas brasileiras que desempenham assessoria e assistência jurídica gratuita, não há uma específica para atendimento do público LGBTQIA+ e que tenha sido construída no país durante a pandemia. Logo, essa Clínica assim como essa pesquisa servem de base bibliográfica para outras clínicas que pretendem atender ao mesmo público e/ou se desenvolverem no mesmo modelo (remoto).

Percebi, depois de observar o quadro de atividades realizadas pela Clínica neste período, que o projeto foi muito bem adaptado e trouxe muitíssimos frutos. Isto porque tudo que estava previsto anteriormente, não foi abandonado, mesmo que implementado de outra maneira, e o que não foi previsto, acrescentou engrandecendo o projeto.

Por fim, quanto à perspectiva dos membros da Clínica, observa-se que, quanto aos pontos abordados, há uma satisfação coletiva. Isto porque, todos perceberam que as adaptações feitas por causa da pandemia no procedimento de atendimento e das atividades foram benéficas para o público. E que apesar do medo de que essas pessoas não conseguissem acessar à Clínica, observou-se que a divulgação por meio das redes sociais e dos órgãos aliados funcionou. De forma que, mesmo sem preparo para o modelo remoto, foi possível conquistar um bom resultado. E pode-se notar que, esse meio tornou a comunicação mais acessível financeiramente pela desnecessidade de deslocamento até a faculdade, assim como facilitou o contato pela disponibilidade das redes. Cabendo destacar que o lado extensionista do projeto pode ser exacerbado, pela chance de assessorar e assistir pessoas de fora do Município pela prática remota.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao financiamento da pesquisa realizado pela Universidade Federal Fluminense, ao Departamento de Direito Privado, à Clínica Jurídica LGBTQIA+ e toda a

sua equipe, e ao orientador do trabalho, prof.  
Eder Fernandes Monica.





**Ciências Sociais Aplicadas**

***NFT'S* E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE DIREITOS AUTORAIS  
UM ESTUDO ACERCA DAS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES  
DESSA TECNOLOGIA NO MERCADO AUTORAL E SUA  
POSSÍVEL RECEPÇÃO NO BRASIL.**

**José Estêvão Monteiro Diniz e Carla Appollinario de Castro**

Departamento de Direito Privado / Faculdade de Direito

**INTRODUÇÃO:**

A pesquisa realizada pretendeu compreender a aplicação dos direitos autorais no fenômeno dos “*non-fungible tokens*” (ou *Tokens* não fungíveis), conhecidos mundialmente como *NFT's*. Mais especificamente, buscou-se analisar o desenvolvimento de tal ferramenta no Brasil, para ao final entender como essa poderá ser adaptada perante os direitos autorais do ordenamento jurídico nacional.

Para isso, a pesquisa se baseou em três menores objetivos/etapas para chegar a conclusão final, sendo elas: i. pesquisar e compreender a tecnologia por detrás dos *NFT's*, de forma que se possa explicar seu funcionamento de forma clara para os integrantes do mundo jurídico e da sociedade no geral; ii. mapear e estudar as manifestações recentes desta tecnologia, de forma a compreender seu potencial; iii. pesquisar como está a recepção de tal tecnologia no Brasil e compreender como essa irá impactar nosso ordenamento jurídico, com ênfase na área de direito autoral.

Como metodologia, inicialmente buscou-se entender o atual estado da arte sobre a matéria, realizando-se um levantamento de dados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no portal Scielo Brasil e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC). Essas bases de dados, no entanto, não deram resultados satisfatórios, tendo em vista ser um tema recente, de forma que se expandiu a pesquisa para trabalhos do Google Acadêmico, matérias jornalísticas e artigos de opinião.

Durante a pesquisa, também se buscou a participação ativa em cursos e seminários sobre o assunto, podendo se dar destaque para o resumo de artigo publicado no “VII Seminário Internacional sobre Direitos Humanos Fundamentais”.

Em conjunto com a busca por referencial teórico, acompanhamos ativamente notícias e casos concretos sobre *NFT's*, de forma que fosse possível juntar uma gama de exemplos interessantes que pudessem demonstrar o potencial da ferramenta e seus impactos sobre

os direitos autorais. Ao longo desse período, os *NFT's* atingiram um verdadeiro ápice de interesse do público, o que fez emergir uma série de situações que não havíamos antecipado no início da pesquisa.

Munidos de referencial teórico e de casos para análise, encerramos a pesquisa correlacionando os principais casos e notícias para fazer uma análise dos possíveis impactos sobre a o mercado autoral e sobre o ordenamento jurídico que o regula.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A primeira discussão tratada no trabalho foi desenvolver o conceito do que seria um *NFT*. Diante disso, dedicou-se parte da pesquisa para explicar o contexto histórico por detrás da criação e desenvolvimento da *blockchain*, tecnologia base para os *NFT's* e que muitos do público leigo e do mundo jurídico ainda desconhecem.

Após a explanação por detrás da criação e funcionamento da tecnologia *blockchain*, passou-se a demonstrar os primeiros indícios de surgimento dos *NFT's*, traçando-se uma linha temporal até 2021, cenário em que a pesquisa teve início. Por meio dessa contextualização, pode-se localizar muitas das características essenciais dos intitulados *NFT's*, de forma a se chegar a um conceito mais preciso acerca da tecnologia.

Estabelecida essa contextualização, a pesquisa se voltou a entender o que de fato estaria sendo transferido nas vendas de tais bens. Nesse

ponto, utilizou-se de forma ampla os ensinamentos do professor Andrés Guadamuz<sup>1</sup>, que classifica os *NFT's* como três principais tipos: i. os que se tratam de verdadeiras obras registradas em *blockchain*; ii. os que são ou baseiam-se em *smart contracts*; iii. e os que são meros “recibos de originalidade”.

Por meio dessa classificação e conceituação do que seriam de fato os *NFT's*, a pesquisa pode passar para uma análise prática de notícias e casos concretos, de forma a se analisar possíveis impactos sobre os direitos autorais.

Essa parte do trabalho foi subdividida de forma a analisar individualmente as aplicabilidades dos *NFT's* no campo autoral, se traçando os impactos positivos, dificuldades de aplicação e os possíveis efeitos negativos que essas aplicações podem trazer.

Sobre essa subdivisão, se deu enfoque para as seguintes aplicações: i. *NFT's* como registro de obras; ii. *NFT's* como meio contratual para a licença/cessão de direitos autorais; iii. *NFT's* como ferramenta de controle/cobrança de direito de sequência. Ao fim, também se deu espaço para mencionar outras possíveis aplicações com potencial positivo na visão dos pesquisadores.

## CONCLUSÕES:

---

<sup>1</sup> GUADAMUZ, Andres. **What do you buy when you buy an NFT?**. TechnoLlama. 2021. Disponível em <<https://www.technollama.co.uk/what-do-you-buy-when-you-buy-an-NFT>>. Acesso em 14/03/2022.

Após um ano de estudo sobre os *NFT's*, analisando sua eficácia no mundo jurídico e vendo casos novos a cada dia, foi possível ver uma completa mudança de nossa percepção ao longo do trabalho. Por ser um tema novo, vários dos conceitos que tínhamos construído foram modificados diante de novas informações e acontecimentos. Foi possível se tecer uma série de críticas a más concepções que estavam sendo propagadas nos veículos midiáticos e anotar uma série de novas funcionalidades que não tínhamos previsto no início desse trabalho.

O que pudemos concluir após o final dessa pesquisa é que, de fato, os *NFT's* têm o potencial de causar uma grande mudança positiva no mundo artístico e no ordenamento jurídico que protege os direitos autorais. Contudo, essa mudança pode demorar e ter uma série de empecilhos devido aos aspectos indicados no trabalho desenvolvido. Ou seja, os *NFT's* terão que ser adaptados ao nosso ordenamento jurídico e ser estudados pelo nosso legislativo e judiciário, de forma que possamos criar previsões legais que preencham as lacunas que a ferramenta apresenta na atualidade.

## **BIBLIOGRAFIA:**

GUADAMUZ, Andres. **What do you buy when you buy an NFT?. TechnoLlama. 2021.** Disponível em <<https://www.technollama.co.uk/what-do-you-buy-when-you-buy-an-NFT>>. Acesso em 14/03/2022.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**TÍTULO DO PROJETO: Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social: Um balanço necessário**  
**Autoras: Giovanna Oliveira e Regina Bienenstein**  
**Departamento/Unidade/Laboratório:**  
**PPGAU/UFF-NEPHU/PROEX/UFF**

## **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa PIBIC/UFF “*Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social: Um balanço necessário*” busca contribuir para o aprofundar a reflexão sobre Assessoria/Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), por meio do exame de ações realizadas, conceitos e abordagens adotados. É parte e dialoga com a atuação do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) que, desde sua criação em 1986, tem desenvolvido ATHIS, enquanto atividade universitária extensionista, dentro de uma perspectiva coletiva do direito à cidade, tendo como preocupações fundantes a participação, diálogo e protagonismo da população. Busca verificar se tais ações tiveram impacto efetivo na realidade habitacional das classes populares e se atendem às demandas das classes populares pelo direito à moradia ou se estão voltadas prioritariamente para ampliar o mercado de trabalho para arquitetos e urbanistas.

A pesquisa identificou e analisou experiências desenvolvidas desde a data de aprovação da Lei nº 11.888 de 2008, tendo como recorte territorial os municípios de Niterói e Rio de Janeiro.

## **REFLEXÕES E RESULTADOS:**

A prática da assessoria técnica, conforme apontado por Bienenstein (2014, 2016, 2017, 2019), tem aparecido em diferentes formatos e abrangências. Pode ser ação individual, quando se restringe à reforma e/ou ampliação de apenas uma moradia, não considerando a situação geral do assentamento, ou ação coletiva, voltada para o tratamento do assentamento, considerando problemas existentes em espaços públicos e também nos privados. Mesmo quando dialoga com os planos da prefeitura, não há garantia de que sejam implantados, dependendo das prioridades do gestor público. Podem ser iniciativa do agente público ou resultado de reivindicações das comunidades; estar em acordo com os planos e projetos oficiais ou confrontá-los, especialmente frente a políticas de remoção. Podem ser ação exclusiva de arquitetos e engenheiros ou tratar a questão da moradia numa perspectiva interdisciplinar.

A análise das ações de ATHIS considerou as informações coletadas sobre a comunidade alvo, sua localização e características urbanísticas e de seus moradores, abrangência

do projeto (individual ou coletiva), data de início e fim, metodologia adotada, composição da equipe de assessoria, meios de financiamento e seus resultados.

Os resultados da pesquisa estão aqui organizados em dois tópicos: (1) ATHIS no Rio de Janeiro e (2) ATHIS em Niterói.

## 1. ATHIS NO RIO DE JANEIRO

No município do Rio de Janeiro, a Secretaria de Habitação foi criada ainda na década de 1990, destacando-se o programa Favela-Bairro e ações de regularização fundiária e, em 2015, o programa Morar Carioca. Já no ano de 2019, houve a aprovação a Lei de nº 6.614, proposta pela vereadora Marielle Franco, que regulamentou a aplicação da Lei Federal de ATHIS (Lei n. 11.888) no município.

Até o presente momento, a pesquisa identificou dez ações de assessoria técnica, prestadas por universidades (UFF, UFRJ e UERJ), por organizações como a Fundação Bento Rubião e a Arché Projetos Participativos e por movimentos sociais como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Parte desses projetos aparece como instrumento de luta contra remoção e apenas dois foram implantados (Ocupação Manoel Congo e Cooperativa Habitacional Mista Esperança).



Imagem 1: Comunidades Assessoradas no Rio de Janeiro

## 2. ATHIS EM NITERÓI

Em Niterói, a criação da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, em 2013, e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (Lei N° 3073/2014)<sup>1</sup>, objetivaram combater o déficit habitacional da cidade (Cf. MACIEL, 2019). No entanto, os investimentos em habitação de interesse social se resumem a construção de conjuntos habitacionais, dentro do programa Minha Casa Minha Vida, enquanto o mesmo existia.

Até o momento, foram identificadas 15 ações de ATHIS, das quais, 13 foram desenvolvidas por universidades (UFF, Unilasalle e Estácio de Sá), uma pela ong Soluções Urbanas e outra foi iniciativa do MTST. No entanto, nenhum dos projetos foi implantado.

---

<sup>1</sup> Em 2017, o fundo foi transformado em Fundo de Desenvolvimento Urbano, dividindo os recursos com mobilidade e meio ambiente.



Imagem 2: Comunidades Assessoradas em Niterói

## CONCLUSÕES:

Os resultados parciais da pesquisa indicaram um panorama geral da limitada e insuficiente política habitacional desenvolvida nas cidades de Niterói e do Rio de Janeiro. Esses municípios têm os melhores IDH do estado, mas não construíram uma política habitacional efetiva que dialogue com a Lei de ATHIS. A pesquisa indica que a aplicação da Lei de Assistência Técnica tem sido resultado do movimento popular, e o apoio das universidades tem sido muito importante no exercício da ATHIS. Enquanto ação pública, ainda é muito tímida, indicando a dificuldade da gestão municipal de ambas as cidades, em incorporar a ATHIS como política pública e acolher as demandas populares.

Nesse cenário, democratizar os resultados obtidos, por meio do ensino, pesquisa e extensão com ações que incluam a população, reafirma o compromisso da universidade pública e socialmente referenciada, com as lutas pelo direito à moradia e o direito à cidade de amplos contingentes populares.



Imagem 3: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento: Ciências sociais aplicadas.**

**TÍTULO DO PROJETO: CONTRIBUIÇÕES PARA A MELHOR COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO E ENSINO DE URBANISMO NO BRASIL E SEUS ENFRENTAMENTOS EM PERÍODO DE PANDEMIA.**

**Autores: Diana M<sup>a</sup>. M. Rodrigues e Jorge B. de Azevedo, orientador.**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Laboratório da PAISAGEM, sala 562, Bloco E, Campus Praia Vermelha, UFF**

## **INTRODUÇÃO:**

No início do ano de 2020, o modo de educar e ensinar no Brasil e no mundo mudaram completamente devido à pandemia provocada pelo vírus Sars-CoV-2 (Covid-19). O Ministério da Educação, autorizou a substituição das aulas presenciais por virtuais enquanto a pandemia durar o que levou ao desenvolvimento de estratégias de ensino remoto em vários países como a um longo período de adaptações, descobertas, incertezas e muitas tentativas e erros.

A presente pesquisa visa contribuir para melhor compreensão da sua dinâmica e de seus enfrentamentos em período de pandemia, dentro de um recorte temporal de aproximadamente dois anos (2020-2022) e com participação de 7 instituições (UFBA, UFMS, UFF, UFRJ, USP, PUC-Rio, UFSC) a fim de criar um panorama geral dos estados brasileiros neste contexto.

Diante disso, busca-se também, observar e relatar os diferentes pontos de vista dos docentes, discentes e coordenadores,

diante desse novo contexto atrelando os dados levantados, debatidos e elucidado por meio de gráficos, as vivências e percepções da pesquisadora e bolsista.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

No primeiro momento, percebe-se que o ensino remoto foi aplicado as presas propondo modificações rápidas, novas regulamentações, dinâmicas de ensino, revisão de ementas, adaptação frente as novas tecnologias, além de incertezas, medos, inseguranças e solidão.

A rotina muda completamente, coordenadores preocupados com infraestrutura, rede de internet, atualização de seus docentes quanto ao uso de novas plataformas e, principalmente, quanto a qualidade de ensino pois entende-se que o ensino de arquitetura e urbanismo não é 100% de forma remota.

Quanto ao ambiente sala de aula, esse torna-se monótono e insensível. Não se vê ninguém além das “bolinhas” fotos dos rostos dos alunos ou com as iniciais de seus nomes. Não existia uma troca fluida de ideias, uma leitura em conjunto, as relações entre os

próprios alunos e entre professor e aluno foi desestabilizada. Toda a sociabilidade que o ambiente de estudo, o espaço do campus incentivava foi perdido. Nesse contexto, foi observado nas declarações de ambas as partes relatos de problemas de saúde como ansiedade, exaustão, dificuldade de produção e concentração já que o ambiente residencial assumiu o caráter multifuncional sendo pouco adequado para o ensino. Além disso, pela modalidade remota facilitar a realização de várias atividades ao mesmo tempo, tal fato promove otimização do tempo, mas em contra partida, cria-se a sensação e o hábito de que as 24h do dia são dedicadas ao trabalho e ao estudo, assim como o sentimento de não estar completamente dedicado a nenhuma atividade.

Apesar das problemáticas debatidas, o ensino remoto apresenta vantagens as quais, pode-se considerar como soluções para os problemas do ensino presencial. Dentre elas estão, o acervo ilimitado e rápido de informações, a atualização e uso das plataformas para concentração de conteúdo e novas abordagens de ensino, a possibilidade de estagiar por não necessitar se deslocar e devido a flexibilização de horários, além da redução de gastos com passagens, moradia, alimentação e economia de tempo.

Tanto para os docentes quanto para os discentes, foi uma experiência desafiadora trabalhar o espaço urbano quando o momento exigia o isolamento.

Quanto as disciplinas teóricas, essas não foram muito afetadas pela falta de contato a cidade pois transmitem um conhecimento já conceituado e consolidado. Por conseguinte,

ampliaram seus horizontes quanto aos recursos a serem utilizados como vídeos e plataformas interativas as quais, modificaram a forma de ensinar e absorver as informações pelos discentes.

As disciplinas práticas, por sua vez, perderam temporariamente a essência do urbanismo, o caminhar pela cidade. Estudar e projetar o ambiente urbano tornou-se uma atividade distante das pessoas, a produção análise e estudo perdem o caráter humano. Conhecer lugares por meio das plataformas digitais, sistemas, não significa de fato vivenciar, mas sim parametrizar.

A utilização de imagens representativas ou produzidas por sensoriamento remoto, não inviabiliza o ensino e educação em urbanismo, contudo não o torna tão proveitoso. Afinal, se desenhar via computador de outras formas já é complicado, imagina transmitir todas as sensações que uma cidade pode oferecer.

Urbanismo é memória, é a criação e valorização da identidade por meio do espaço físico e das ações que nele acontece, é compreender as pessoas que o transformam e que nele vivem. Todas essas características, infelizmente, o ensino remoto não consegue alcançar devido a falta do contato e do sentir.

Sobre o ensino híbrido, foi uma experiência interessante e confusa ao mesmo tempo.

Interessante por explorar os pontos positivos do ensino remoto, recriar os laços perdidos e voltar a desenhar sobre o papel manteiga com várias mãos contribuindo e propondo ideias.

Confusa, devido ao caráter experimental. Foi indispensável uma nova organização nos horários das disciplinas para que haja tempo de deslocamento da universidade para casa e vice-versa, pois nem todas foram oferecidas de forma remota ou parcialmente, metade remoto e metade presencial. No início foi um pouco complicado, já que pela grade do curso de Arquitetura e Urbanismo é extremamente densa e inflexível, sendo necessária alterações ao longo das primeiras semanas.

Ao todo, esse “período de teste” foi positivo para identificar o papel, os espaços e limites da tecnologia e da modalidade remota para o ensino de arquitetura e urbanismo.

### **CONCLUSÕES:**

Entende-se que, a pandemia e o ensino remoto destacaram a importância da mudança e adaptação como condição para o pleno aprendizado em urbanismo, o qual inevitavelmente torna-se mais proveitoso pela presencialidade, materialidade e vivência das cidades e de seus cidadãos o que resulta em urbanistas sensíveis ao espaço, além de professores instigantes e alunos mais interessados e criativos face aos problemas renovados da experiência urbana.

### **AGRADECIMENTOS:**

A minha família, meus orientadores, amigos, aos participantes e leitores, meus agradecimentos.



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas**

**TÍTULO DO PROJETO: EDUCAÇÃO TURÍSTICAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

**Autores: Cecilia de Oliveira Lima e Ari da S. Fonseca Filho**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Turismo / Faculdade de Turismo e Hotelaria - UFF Campus Gragoatá, Niterói, RJ.**

## **INTRODUÇÃO:**

As produções existentes com o tema educação e turismo estão concentradas nos âmbitos do ensino superior, técnico e profissionalizante. Assim, destaca-se como problemática de estudo a ser investigada por esta pesquisa: de que forma a inserção do turismo surge atualmente na educação básica pública? Com intuito de responder a este questionamento, o objetivo geral era: identificar experiências de turismo na rede pública de ensino. Os objetivos específicos foram: realizar um levantamento de trabalhos sobre a educação turística; investigar no YouTube a existência de turismo na educação básica; acompanhar e monitorar a implantação do Projeto de Educação Turística nas Escolas Públicas do Município de São Pedro-SP; e assessorar o podcast de Educação Turística.

Para alcançar os objetivos propostos, o caminho metodológico percorrido seguiu as seguintes etapas: revisão inicial da literatura por meio de pesquisas bibliográficas com base em produções científicas; pesquisas documentais sobre audiovisuais existentes no canal do Youtube e podcast do Spotify, ambos intitulados

Educação Turística. Para a análise de resultados, foi realizado um levantamento bibliográfico entre artigos e TCC's de publicações que obtinham informações sobre o desenvolvimento da educação turística no Brasil, além da criação de uma lista de reprodução no YouTube, para análise de vídeos e análise de produções do podcast "Educação Turística".

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Em primeira instância, foi realizada uma pesquisa por meio da plataforma *YouTube*, com finalidade de organizar um levantamento documental das propostas de inserção do ensino do turismo em escolas públicas no Estado de São Paulo disponíveis *on-line*.

Este levantamento feito pelo YouTube ocorreu entre os meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022. Como resultado, obtivemos mais de 60 vídeos que retratavam sobre o tema em seus títulos, entre os anos de 2013 a 2021. Por meio de uma segunda planilha elaborada e de acordo com o material disposto na playlist do Youtube sobre as eletivas de turismo, foi possível analisar quais cidades do estado de



São Paulo que possuem escolas com a eletiva de turismo em seu currículo e quais os temas de seletivas eram propostos e utilizados nas escolas.

Em paralelo, foram acompanhadas e monitoradas, de forma remota, as lives e oficinas que ocorreram no canal “Educação Turística”, além da elaboração de 62 certificados de participação para o público que participou dos eventos. Acompanhou-se também as produções audiovisuais realizadas pelo podcast “Educação Turística”, disponibilizado na plataforma Spotify (áudios), por meio da análise e monitoramento da funcionalidade do conteúdo disponibilizado. Além disso, durante o projeto, foram realizadas análises, pesquisas e monitoramentos de dissertações, artigos científicos, teses e demais publicações lançadas acerca do tema entre os anos de 2012 a 2021.

## CONCLUSÕES:

A partir do estudo realizado, foi possível perceber que, por mais que existam projetos que incentivem o desenvolvimento da educação turística na cidade de São Paulo, ainda há falta de informações por parte da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo e de suas respectivas escolas.

Como parte do processo de autoavaliação, foram identificadas algumas dificuldades durante o processo de pesquisa, tais como a falta de retorno e de contato por parte dos profissionais da educação (professores, coordenadores e diretores). Além disso, verificou-se também a falta de informações sobre a temática, no que tange os

aspectos legais, formas e os mecanismos de inserção das Eletivas de Turismo no ensino

Desta forma, a inserção desta pesquisadora neste projeto de pesquisa foi de grande valia para a formação em Bacharelado em Turismo e, principalmente, para projeções futuras, pois, mesmo em um curto prazo de tempo, as atividades desempenhadas no desenvolvimento da investigação, auxiliou no desenvolvimento acadêmico e profissional. O Projeto de Educação Turística nas Escolas Públicas permitiu imersão no universo da pesquisa, cuja experiência não se compreendia anteriormente. Além disso, por meio das atividades do projeto, foi possível aprender por meio da orientação passos necessários sobre pesquisas no meio universitário, que serão usados futuramente para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CALIXTO, F. Setur-SP e Seduc lançam eletivas de Turismo no ensino público. PANROTAS, 2021. Disponível em: [encurtador.com.br/prCV6](http://encurtador.com.br/prCV6). Acesso em: 16 jul. 2022.

FONSECA FILHO, A. da S. **Educação e turismo** – um estudo sobre a inserção do turismo no ensino fundamental e médio. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Educação turística: formação contínua de professores da educação básica para o ensino do turismo**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.



doi:10.11606/T.48.2013.tde-26062013-152829.  
Acesso em: 05 abr. 2021.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a UFF, ao CNPq, ao PIBIC-UFF e ao Profº Orientador Ari Fonseca, pela oportunidade de participar deste projeto e pela bolsa em iniciação científica, que permitiu minha inserção no ambiente da pesquisa e tornou-se uma experiência de grande importância para minha formação.



Imagem 1: Imagem PIBIC



## **Ciências Sociais Aplicadas**

### **Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro**

**Fiona Rezende Feijó de Almeida, Milena Carvalho Rangel,  
Andréa da Rosa Sampaio, Guilherme Meirelles M. de  
Mattos**

**TAR e PPGAU – Escola de Arquitetura e Urbanismo**

#### **INTRODUÇÃO:**

O presente resumo apresenta as atividades da pesquisa “Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro”, realizadas no período de setembro de 2021 a agosto de 2022, com apoio de bolsas PIBIC Cnpq /UFF e PIBINOVA/ UFF.

Desenvolvido desde 2013, o projeto parte da premissa de que a cidade contemporânea se fundamenta no acúmulo de processos ocorridos em seu percurso histórico, sendo, em si, histórica. O projeto é inovador em sua abordagem urbanística do patrimônio cultural, fornecendo uma leitura dinâmica e interativa do dialético processo de patrimonialização e das transformações urbanas da Área Central carioca. Através da sobreposição de dados matriciais, vetoriais e textuais, na figura de bases cartográficas, iconográficas e documentais, permitida pelas plataformas de geoprocessamento em SIG (Sistema de Informação Geográfica), o aplicativo web ArcGIS Online disponibilizado publicamente, em <https://atlasrio.maps.arcgis.com/>, propicia interpretações do espaço que se distinguem de demais informações cartográficas digitais sobre a cidade, por objetivar ir além da informação

quantitativa espacializada, propondo análises e leituras críticas da dialética entre planos, projetos urbanísticos e ações de salvaguarda do patrimônio cultural.

O recorte espacial da pesquisa abrange a Área Central da cidade (Área de Planejamento 1), conforme divisão administrativa municipal, além dos bairros Glória e da Praça da Bandeira, excluindo-se os bairros Caju, Paquetá, Rio Comprido e Santa Teresa, o que corresponde ao núcleo urbano original da cidade, o atual centro financeiro e sua área de expansão imediata. O recorte temporal é o período do século XX, a partir de 1938, quando se iniciam os primeiros tombamentos federais, à atualidade.

Após capacitação no software ArcGis, a produção desta fase da pesquisa foi direcionada para o tratamento e georreferenciamento de bases cadastrais históricas, bem como a descrição sucinta de 55 bens que compõem o banco de dados da pesquisa, com dados qualitativos de significativa relevância para sua compreensão.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A parceria com o Instituto Pereira Passos - IPP-RJ contempla a cessão de plantas e bases cartográficas históricas digitalizadas do acervo do Instituto e suscitou a inclusão do

aplicativo no portal DataRio. Em fase anterior, as pranchas das bases cadastrais de 1935 e 1975 foram incorporadas ao aplicativo e, nesse período, as de 1953. As 86 pranchas foram distribuídas entre as duas bolsistas para tratamento, georreferenciamento na plataforma ArcGIS Pro, e inserção no aplicativo web, onde se encontram disponibilizadas ao público.



Imagem 1: Prancha conforme disponibilizada pelo IPP-RJ.



Imagem 2: Prancha após tratamento no Photoshop.



Imagem 3: Georreferenciamento no ArcGIS Pro.



Imagem 4: Base disponibilizada no AtlasRio



Imagem 5: Exemplo de informações disponíveis no aplicativo sobrepostas

Iniciou-se, posteriormente, o processo de descrição dos bens tombados, bens em processo de tombamento, bens que tiveram sua proteção cancelada e das áreas de preservação. As descrições, sempre em três opções com perspectivas distintas, passam pelo crivo dos orientadores da pesquisa e, para serem sucintas, mantém-se, a princípio, entre 230 a 300 caracteres, ainda que de maneira pouco restritiva, apresentando, a maior delas, até o momento, referente ao Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, 557 caracteres.

A descrição se justifica porque alguns dados importantes para a plena compreensão dos bens são pouco categorizáveis, por serem muito específicos, já que bens são tombados por apresentarem características que garantem a necessidade de sua preservação ou por seu papel simbólico na transmissão de um período histórico. Dessa forma, a descrição sucinta apresenta: período de construção, linguagem

arquitetônica predominante, profissionais responsáveis, caracterização do bem e/ou aspectos ímpares de seus processos de tombamento.

Para tal, utilizou-se material previamente desenvolvido para a exposição cultural “Um Rio de Patrimônios: Permanências e Transformações da Cidade do Rio de Janeiro”, financiada através de edital Funarte; leitura e síntese de Processos de Tombamento; Fichas Cadastrais; Arquivo Noronha Santos do Iphan; Guias de Arquitetura elaborados pelo Centro de Arquitetura e Urbanismo da SMU/PCRJ, em 2000, e demais documentos que compõem o banco de dados do aplicativo.



Imagens 6 e 7: Exemplos de descrição disponíveis no aplicativo.

## CONCLUSÕES:

A incorporação desses levantamentos cartográficos permite uma nova análise das mudanças ocorridas nesse período do século XX em que a região ainda era o Centro do Distrito Federal.

A elaboração da descrição sucinta dos bens culturais permite que cada bem possa ser compreendido em seu caráter único, fortalecendo sua valorização individual, além das articulações com os demais bens.

A articulação promovida pela inserção de textos em pontos geolocalizados, sobrepostos a diversas camadas com dados históricos, fotografias, notícias, bases cadastrais e maquetes volumétricas, permite a compreensão ampliada do contexto urbanístico do bem tombado, e demonstra a aplicabilidade da cartografia contemporânea.

Como um aprofundamento na discussão sobre a leitura do espaço urbano através da perspectiva das suas transformações e da salvaguarda do patrimônio cultural como contra-narrativa aos discursos midiáticos, afinados ao mercado imobiliário que enxergam o patrimônio como obstáculo para o desenvolvimento, tal cartografia tem um papel analítico importantíssimo, materializando o argumento de que não se trata de áreas sem significância e sim de um espaço com extrema importância.

## AGRADECIMENTOS:

Agradecemos aos professores orientadores que amplificam uma aproximação direta e afetiva com a região, com tamanha importância na história e no imaginário nacional, mas principalmente com a salvaguarda do patrimônio como perspectiva política de análise

e planejamento urbanos. Agradecemos ainda à UFF pela formação qualificada, crítica e que valoriza o desenvolvimento da pesquisa no nosso crescimento individual e coletivo, com apoio do CNPq.



**Ciências Sociais Aplicadas**  
**DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL E CAPACIDADE**  
**INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS DO NORTE**  
**FLUMINENSE NA PROVISÃO DE SERVIÇOS COLETIVOS**  
**Saulo Lobo / Érica Tavares**  
**Departamento de Ciências Sociais – COC**  
**Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais – NESA**

## **INTRODUÇÃO:**

Este projeto de iniciação científica tem o objetivo de analisar as mudanças na provisão de serviços coletivos urbanos, em especial os serviços de saneamento básico relacionados ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios do norte fluminense, sob a ótica da capacidade institucional. As estratégias metodológicas basearam-se em levantamento bibliográfico sobre concepções e estudos empíricos sobre o tema da capacidade institucional dos municípios (REPETTO, 2004; BERNAZZA, LONGO, 2014), o conceito de dependência de trajetória (BERNARDI, 2012; BRITTO, 2012) e a abordagem sobre processos de neoliberalização (BRENNER, PECK, THEODORE, 2012). Além disso, foi realizada a análise de dados secundários e pesquisa documental em legislações, documentos oficiais de órgãos públicos e privados e fontes da mídia.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O atual cenário do setor de saneamento no Brasil tem como principal marco legal a Política Nacional de Saneamento (Lei 11.445/2007) que

visava elaboração de planos, programas e projetos como necessidade prioritária na implementação e ampliação de serviços e ações voltados para o saneamento em localidades de baixa renda, como um direito social. Também foi elaborado o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que tinha como princípio a universalidade e equidade (Decreto 8141/2013). Após investidas anteriores, a Lei 14.026/2020 foi criada com um discurso voltado para a universalização dos serviços de água e esgoto, embora apresente como estratégia fundamental para isso a criação de um ambiente mais “seguro e competitivo” para as empresas privadas, em detrimento de uma maior atuação do poder público. Sendo assim, o ERJ foi um dos primeiros a implementar as mudanças no setor com a concessão dos serviços da CEDAE para a iniciativa privada com base no processo de regionalização organizado em especial pelo BNDES.

O estudo abrange como recorte territorial municípios do eixo norte do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) considerando as regiões imediatas de Campos dos Goytacazes, Macaé-Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua e Itaperuna, totalizando 24 municípios. Tal divisão baseia-se em estudo do IBGE (2017).



Nos levantamentos de dados e indicadores sobre infraestrutura urbana e os serviços de saneamento básico, foi possível notar uma grande desigualdade de atendimento, em que os serviços de esgotamento sanitário são bem menos difundidos do que o abastecimento de água.

Em 2019, a CEDAE atuava em 64 dos 92 municípios fluminenses. No entanto, a empresa já vinha perdendo espaço na oferta de abastecimento de água. Apesar disso, a CEDAE ainda atuava em vários municípios em 2019, conforme figura 1.



Figura 1: Prestadores dos serviços de abastecimento de água – ERJ – 2019

A participação privada concentrava-se em Campos dos Goytacazes, com atuação da empresa Águas do Paraíba (Grupo Águas do Brasil) desde 1999; nos municípios de Macaé e Rio das Ostras, com a BRK Ambiental; e em Santo Antônio de Pádua, com a Águas de Pádua (Fortaleza Ambiental).

O ERJ, com as mudanças trazidas pela nova legislação em 2020, expressa forte adesão à proposta de privatização. Em abril e em dezembro de 2021 ocorreram dois leilões para concessão dos serviços de abastecimento de

água da CEDAE para empresas privadas. Vários municípios do eixo norte fluminense aderiram à proposta, provocando uma expressiva reconfiguração dos serviços no ERJ e na região, conforme se observa na figura 2.



Figura 5: Reconfiguração dos prestadores de serviços – 2022

Dos 21 municípios que não tinham participação privada nos serviços de água, 12 passaram a ter a atuação da Aegea ou do grupo Águas do Brasil, enquanto 9 municípios não aderiram ao modelo proposto, o que leva à importância de estudos que analisem o processo de adesão e rejeição ao modelo e as perspectivas para o setor na região.

## CONCLUSÕES:

O argumento de solução de crises econômicas presentes na abordagem neoliberal fomenta o avanço de mercantilizar e commodificar setores e estruturas governamentais em benefício de empresas privadas, do mercado e do capital. O discurso da universalidade e equidade no setor de saneamento em favor das classes mais baixas, na verdade tem aprofundado projetos de cunho neoliberal que precisam ser investigados,



pois a falta de estrutura e de planejamento pode prejudicar populações que não possuem acesso adequado a serviços tão importantes de infraestrutura urbana, como o

setor de saneamento.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BERNARDI, B. B. O conceito de dependência da trajetória (path dependence): definições e controvérsias teóricas. *Perspectivas*, v. 41, 137-167, dez. 2012.

BERNAZZA, C.; LONGO, G. Debates sobre capacidades estatales en la Argentina: Un estado del Arte. *Revista Estado y Políticas Públicas*, v. 1, n. 3, 107-130, 2014.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Após a neoliberalização? *Cadernos Metrópole*, v. 14, n. 27, 15-39, jun. 2012.

BRITTO, A. L. B. Gestão do saneamento no Brasil: desafios e perspectivas seis anos após a promulgação da lei 11.445-07. *Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, n. 3, 8-18, dez. 2012.

REPETTO, F. Capacidad Estatal: requisito para el mejoramiento de la Política Social en América Latina. *INDES - Banco Interamericano de Desarrollo*, 1-40, 2004.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**Título do Projeto: TRINTA ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A INTERFACE COM O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS**

**Autores: Victória do Livramento e Rodrigo Silva Lima**  
**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Niterói (SSN) / Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e**

**Serviço Social (NUDISS)**

## **INTRODUÇÃO:**

Este trabalho tem como objetivo informar as atividades e socializar os resultados da pesquisa “Os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho dos Assistentes Sociais” desenvolvida no Departamento do Serviço Social de Niterói - Universidade Federal Fluminense (UFF), *campus* universitário do Gragoatá. O Projeto de Iniciação Científica é coordenado e orientado pelo professor Rodrigo Silva Lima e tem Victória do Livramento como participante do programa institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Somado a isso, o objetivo da pesquisa é identificar as mudanças em 30 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente, salientando a sua interface no trabalho de assistentes sociais que atuam na assistência social, na saúde e na educação, sendo esses últimos aspectos a inovação da investigação proposta. A pesquisa busca também analisar os desafios para garantir a proteção integral e o conhecimento do ECA por parte de profissionais de Serviço Social de algumas cidades do Rio de Janeiro, em

especial, as que possuem um maior índice de violência e letalidade contra as crianças e os adolescentes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O processo metodológico da pesquisa envolveu um conjunto de reuniões, leituras, resumos e discussões, de maneira remota e presencial. Como proposta para a realização da pesquisa se foi considerado:

- 1) A participação em reuniões periódicas, de maneira remota, do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social – NUDISS, com a coordenação do projeto;
- 2) Entender o processo de formação e atualização permanente por meio de estudos dirigidos, reuniões, *lives*, rodas de conversa, palestras e congressos;
- 3) Realizar estudos teóricos sobre a temática, realização de fichamentos, resumos de filmes e documentários, pesquisa bibliográfica e sistematização para apresentação de resumos em comunicação em eventos científicos;

4) Participar de articulação com entidades da sociedade civil, outros núcleos de pesquisa e com o Grupo Temático de Pesquisa da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (GTP/ABEPSS);

5) Buscar a orientação e auxílio para elaboração de relatórios de prestação de contas aos órgãos de fomento à pesquisa, apresentação da pesquisa no Seminário de Iniciação Científica na UFF e indicação para trabalho de conclusão de curso sobre a temática. Elaboração de artigos científicos para socializar os dados parciais da pesquisa.

Dos resultados, no decorrer da pesquisa foi realizado o levantamento de artigos e de publicações de profissionais de Serviço Social que relataram sobre a situação de crianças e adolescentes em suas áreas de trabalho. Sendo assim, a partir da imersão nos principais periódicos da área, pudemos nos debruçar sobre os dados coletados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). A pesquisa foi fundamental, pois proporcionou debates e uma mostra das experiências profissionais que contribuíram para fomentar a crítica de estudantes e profissionais da área do Serviço Social.

Das produções técnicas, foram produzidos 03 artigos consolidando informações da pesquisa. O primeiro artigo foi apresentado no 4º Congresso Estadual de Assistentes Sociais (CEAS), intitulado "Uma reflexão sobre as três décadas do Estatuto da Criança e do

Adolescente e a interface com o exercício profissional de assistentes sociais".

Somado a isso, o segundo artigo, intitulado "Estatuto da Criança e do Adolescente e as novas requisições para assistentes sociais", será apresentado no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). O terceiro trabalho, intitulado "as reflexões acerca da iniciação crítica sobre os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho dos assistentes sociais." foi produzido pela orientada de graduação e foi enviado para o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) no Rio de Janeiro.

## **CONCLUSÕES:**

A pesquisa envolve um aglomerado de ações acadêmicas e que propicia a descoberta de conhecimentos no domínio científico, assumindo um papel essencial no meio acadêmico para formação, adentrando numa intervenção qualificada, ampliando os meios de conhecimento.

Em suma, a pesquisa "os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho dos Assistentes Sociais" tem proporcionado diversos resultados e indagações que torna possível e importante querer conhecer mais sobre tais dinâmicas.

Pode-se afirmar que os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados, as hipóteses colocadas em questões como a de produção de trabalhos, artigos em congressos foram relacionadas e constatadas a baixa ênfase de produção. Além disso, está sendo realizado as relações dos levantamentos de disciplinas

relacionadas a infância e juventude, o perfil do docente e qual modalidade está acontecendo.

### **AGRADECIMENTOS:**

À PROPPI pela bolsa de iniciação científica. À Rebeca Azevedo Segundo, pela contribuição nas discussões da pesquisa, aos profissionais de Serviço Social e todos os professores do NUDISS, em especial Ebe Campinha e Fábio Simas



Imagem 1: Imagem  
PIBIC



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**NOVOS FLUXOS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE**  
**CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS A PARTIR DE INICIATIVAS**  
**SOCIOCULTURAIS NA CIDADE DE NITERÓI**

**Autores: Giovanna Vitória Ribeiro da Silva e Adilson Vaz Cabral Filho**

**Departamento/Unidade/Laboratório: IACS - Instituto de Artes e Comunicação Social**

### **INTRODUÇÃO:**

Para entender a construção do território da Região Oceânica de Niterói como ele se configura na atualidade, é preciso analisar o contexto socioeconômico que atravessa o desenvolvimento urbano desse espaço e da cidade por um todo, além de incorporar processos como a especulação imobiliária. Zonas de preservação ambiental possuem maior apelo para famílias de alto poder aquisitivo, e a associação direta entre qualidade de vida e paisagem natural tende a pressionar o ecossistema local (FONTENELLE & CORRÊA, 2013), o que se torna um problema ambiental e social.

A Região Oceânica de Niterói é casa para cerca de 14% da população residente em Niterói. População esta extremamente concentrada em uma área urbana estreita cercada de espaços de preservação ambiental, portanto, inabitáveis legalmente. Com a demanda urbana, surgem diversas demandas e carências sociais, forjadas nas desigualdades capazes de dividir um mesmo espaço, mas não os mesmos acessos à dignidade e cidadania. Uma demanda, que surge não só por sua ausência, mas também como uma

ponte possível para se amplificar as vozes transformadoras, se encontra na comunicação comunitária.

Nesse espaço, a comunicação comunitária atua como forma de preservar não só o meio ambiente do território, através da conscientização ambiental, mas como uma forma de construção de identidade local, para se entender de forma ampla quem habita esse espaço, quem cresce nesse espaço, e o que ainda pode crescer nesse espaço. É a busca por compreender e associar a natureza e a cidade, nesse contexto, através da comunicação participativa, dialógica, educativa, horizontal (PERUZZO, 2009), objetivando um entendimento, em uma voz não hegemônica e interessada em transformar o território/casa em um território possível para todos.

A formação de um território audiovisual atua, dessa forma, como uma estratégia para atribuir caráter ao coletivo local, autoestima para a produção e disseminação de conteúdos, informação e educação, não só midiática, mas de conscientização socioambiental. Trabalhamos nos artigos uma análise de um coletivo específico, criado e pensado sobre esses parâmetros, dentro do território da Região Oceânica de Niterói, trabalhando através da

criação de uma oficina audiovisual para jovens de baixa renda, em uma construção coletiva de um território audiovisual: A Ponto Org.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A Ponto Org. é uma organização que se pauta sob o nicho de atuação específico da região oceânica de Niterói, sendo uma iniciativa de Comunicação Comunitária que busca elaborar o bairro que “a gente sonha”, ou seja, uma ideia de bairro ideal, inclusivo e defendendo a partir da Comunicação os interesses comunitários, aglomerados na região, inclusive acolhendo suas demandas.

Inspirada em outras experiências bem-sucedidas de agências de Comunicação Comunitária, há uma valorização do território, buscando ressaltar a autoestima local e sobretudo, operacionalizar a demanda, ou seja, disseminar em forma de oficina, formas de, principalmente os jovens, poderem se expressar de forma audiovisual. Essas demandas regionais são reconhecidas em luta, e dentro de um desenho de mídia, intencionam a articulação de pessoas, grupos fragilizados e assim, um fortalecimento da cultura, a partir do trabalho afetivo (e afetado) dessas pessoas, e dessa comunidade.

A comunicação enquanto ação. A partir das competências adquiridas, a oficina busca atribuir potência, capacidade e usando como combustível fundamental a disposição daqueles que estão abertos a se tornarem comunicadores, ou mesmo, um público preparado sob uma perspectiva da educação midiática.

## **CONCLUSÕES:**

Como caminhos para o futuro, a ONG conta com um núcleo de produção em torno de clipes musicais, como terreno fértil para o projeto de uma Sala Multimídia. Existe uma mobilização em torno de temas relacionados ao orçamento participativo na região, que envolve questões sobre história e pré-história, questão fundiária e meio-ambiente, também geradora de diversos temas. Há um grupo de jovens já envolvido nesses processos e outros chegando, com disposição para participar. Além disso, movimentos que se juntam para mobilização em torno do território.

É possível adaptar equipamentos e locações, mas a questão central se mostra no vínculo e continuidade, sendo necessário o levantamento de possibilidades de sustentação (crowdfunding, editais, apoio de comerciantes locais). A Ponto Org., em atualização mais recente, estava reescrevendo a oficina audiovisual como um programa continuado, educativo e extracurricular proposto para as escolas públicas. A proposta seria abrigar o projeto na plataforma da Benfeitoria, no formato recorrente de assinaturas mensais.

A partir desse contato tão íntimo com o trabalho da Ponto Org. e das imersões bibliográficas que a pesquisa naturalmente exige, é impossível ignorar o quanto o dinheiro materialmente paira sobre todas as iniciativas de comunicação. Nessa pesquisa, tivemos a oportunidade de observar na prática.

## **AGRADECIMENTOS:**

Para além de todas as observações levantadas acima, só posso agradecer ao professor Adilson Cabral, que é sem dúvidas, um pesquisador notável, pela oportunidade da bolsa, (que fez a diferença na minha vida, honestamente) e também por acreditar na minha capacidade de desenvolver um projeto tão querido. Seguimos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FONTENELLE, Thiago Henrique; CORRÊA, Wanderson Barreto. Urbanização efetiva e densidade de domicílios na Região Oceânica de Niterói (RJ) entre 1976 e 2010. Caminhos de Geografia, v. 14, p. 172-182, 2013.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, 2009.





**Ciências Sociais Aplicadas**

**ENSINO JURÍDICO E REPRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO**

**Dra. Fernanda Andrade Almeida**

**Suzana Martinez Schumacker e Larissa Batista Franco**

**Departamento de Direito de Macaé (MDI/ICM)**

**INTRODUÇÃO:**

A participação feminina no Poder Judiciário decresce ao passo que aumenta o nível da carreira jurídica. Assim, a pesquisa desenha um recorte de gênero sobre o conteúdo das diretrizes curriculares nacionais do curso de direito, e sobre as práticas não curriculares deste campo, a fim de verificar como o ensino jurídico prepara o estudante para não só acatar, mas também integrar a estrutura hierárquica do Poder Judiciário, o qual acomoda em seu pináculo um perfil específico de agente: o homem, branco e heterossexual.

Para tanto, o presente estudo utilizou por metodologia a análise documental de normatizações que versaram sobre o ensino jurídico, concomitante ao exame do contexto sócio-político que as circundou.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Partindo da premissa que no processo de ensino há a interiorização de práticas e convicções, foi preciso entender como um modelo engessado de ensinar pode impactar a formação do estudante de direito.

Quando se fala em participação feminina, os institutos superiores de ensino passaram a admitir mulheres somente no ano de 1901. Todavia, a inscrição na graduação exigia o pagamento de matrícula, e em um contexto no qual o papel feminino era restrito apenas aos afazeres domésticos e sem uma renda consolidada, o campo acadêmico era para muitas, inacessível (FERRAZ e OLEA, 2019).

Outrossim, a graduação na área jurídica usa do modelo conferencionista de aula. Nele os alunos são figuras passivas no aprendizado e o professor figura como detentor do conhecimento. Os agentes de relevância desse campo possuem legitimidade para ensinar um direito que reflete um único ideário, fruto de experiências daquele grupo em particular, levando o discente a acreditar em uma educação “universal e neutra”. Em oposição, bell hooks (2017) ensina que as visões multiculturais democratizam o espaço de ensino e refletem em um modo também democrático de aplicar o direito.

A assimetria entre mulheres e homens é perpetuada, nos cursos jurídicos, “através de uma experiência passiva na aula, e por meio de

uma atitude passiva em relação ao conteúdo do sistema jurídico” (KENNEDY, 2000, p. 122). Kennedy (2000, p 121) escreve que o conteúdo intelectual do direito consiste em “aprender regras, o que elas são e que elas precisam ser como são”. Assim, o aluno começa a incorporar o *habitus* (BOURDIEU, 1989) dos atores do direito, a linguagem, as vestimentas e as práticas. O conceito de *habitus* corresponde a condutas que vão moldar a ação do agente dentro de um determinado campo. Nesse sentido, práticas não curriculares, tais quais os “maneirismos, modos de falar, gestos que seriam ‘neutros’ se não fossem emblemáticos do pertencimento ao universo branco, de classe média e masculino da ordem dos advogados” (KENNEDY, 2000, p. 141-142), contribuem para a hierarquia de gênero.

Na contramão das diretrizes curriculares anteriores, a temática de gênero é explicitamente mencionada pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) na Resolução nº 5 de 2018, a qual incluiu pela primeira vez, a temática de políticas de gênero no projeto pedagógico do curso. A previsão é importante, dado que as desigualdades se disseminam tanto pelo ato ativo da fala, mas também tacitamente, quando as instituições de ensino se abstêm de abordá-las em seus conteúdos.

## CONCLUSÕES:

O panorama histórico revela que o campo jurídico reflete a estrutura patriarcal, secundarizando as mulheres em diversos âmbitos, incluindo na educação. Assim, o ensino dos cursos jurídicos reproduz e perpetua a lógica que hierarquiza os gêneros.

Nesse sentido, observaram-se aspectos reprodutores desta hierarquia, presentes – ou ausentes - tanto no conteúdo das diretrizes das faculdades de direito e nas práticas não curriculares.

Ademais, mesmo que Resolução nº 5 de 2018 do CNE represente uma ruptura a este panorama, emergem dúvidas quanto a sua efetividade tendo em vista que a modificação da perspectiva de gênero adotada nos cursos jurídicos perpassa pela transformação de um conjunto de hábitos e consensos que fogem do campo teórico, visto que estão engendrados na práxis jurídica.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

CHASIN, Ana Carolina. Considerações sobre o Direito na Sociologia de Pierre Bourdieu, p. 89. **Manual de sociologia jurídica** / [coordenadores] Felipe Gonçalves Silva e José Rodrigo Rodriguez. – São Paulo: Saraiva, 2013.

FERRAZ, Deise Brião; OLEA, Thais Campos. **Apontamentos Históricos sobre o ingresso e permanência das mulheres no Ensino Jurídico brasileiro**. Revista, nº 4, 663-688, 2019. Disponível em: [https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/4/2019\\_04\\_0663\\_0688.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/4/2019_04_0663_0688.pdf)



HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2.ed, 2017.

KENNEDY, Duncan. **La educacion legal como preparacion para la jerarquia**. In: COURTIS, Christian (Comp.). Desde outra

mirada. Buenos Aires: Eudeba, 2000.







**Ciências Sociais Aplicadas**

**ACERVO BAUMGART 1926 - 1943: ESTUDO  
SOBRE EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS NA  
ZONA SUL CARIOCA**

**Júlia Américo Gomes de Almeida**

**Gabriel Crepaldi Antunes**

**Denise Vianna Nunes**

**Departamento de Arquitetura (TAR), Escola de  
Arquitetura e Urbanismo (EAU), Grupo de Estudos Arquitetura  
e Concepção Estrutural (GEACE)**

## **INTRODUÇÃO:**

Este trabalho apresenta uma investigação acerca de edificações representativas do processo inicial de verticalização da cidade do Rio de Janeiro, iniciado na década de 1920 e que fazem parte do Acervo de projetos estruturais realizados pelo engenheiro Emilio Baumgart e que vem sendo, através de um projeto de cooperação, desde 2019 organizado e catalogado pelo Grupo de Estudos Arquitetura e Concepção Estrutural (GEACE) da EAU-UFF no Núcleo de pesquisa e Documentação (NPD) da FAU-UFRJ. Seis edifícios de apartamentos, projetados entre os anos 1927 e 1934, foram selecionados no Acervo em razão de situarem-se no Rio de Janeiro e nos bairros de Copacabana e do Flamengo, bairros da Cidade onde o processo de verticalização residencial se deu inicialmente e com maior força (VAZ, 2002). Objetiva-se constituir uma base de pesquisa aprofundando conhecimentos a partir da pesquisa virtual e de campo e da aplicação de

métodos de coleta, catalogação e análise de informações.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A metodologia de análise apoiou-se nos trabalhos de Roberto Lobato Corrêa (1993) sobre o papel dos agentes na formação do espaço urbano e de Philippe Panerai (1983) sobre método de análise urbana. Na ficha modelo adotada foram relacionados os dados gerais de localização, ano do projeto, construção e seus responsáveis, uso original e atual, histórico e estado do imóvel, descrições das características sobre fachadas, estrutura, espaços interiores, documentação e referências. A diminuição das restrições sanitárias no final do ano de 2021/ 1º semestre de 2022 permitiu a visita presencial ao NPD, ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e a algumas empresas como a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) para a coleta e consulta da documentação disponível dos edifícios. Foram realizadas

também visitas técnicas aos edifícios e efetuou-se croquis *in loco* e levantamentos fotográficos para registro da situação atual da edificação (figs. 1 e 2). Posteriormente os materiais coletados foram comparados, catalogados no acervo digital e compilados em um verbete por edifício, que se somou à ficha inicial. Para possibilitar uma análise comparativa entre as edificações, todas foram analisadas segundo as mesmas categorias.



Fig. 1 - Registro fotográfico da visita ao ed. Laport.  
Fonte: AMÉRICO, J., 2022

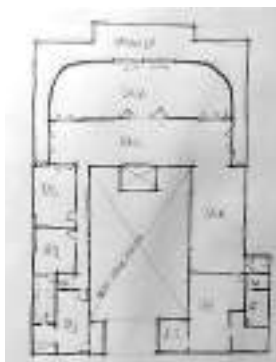


Fig. 2 - Croquis realizado *in loco*. Ed. Milton  
Fonte: CREPALDI, G., 2022.

## CONCLUSÕES:

Observamos que os avanços no campo das estruturas em concreto armado possibilitaram inovações na arquitetura das primeiras décadas do século XX. Como conclusão preliminar, verifica-se que o sistema estrutural e a arquitetura se complementam. Os edifícios aqui estudados têm em comum um sistema

construtivo composto por lajes, vigas e pilares em concreto armado dispostos em malha ortogonal, quase sempre simétrica e ainda embutida na alvenaria. Igualmente se observa que na sua maioria, a volumetria e as fachadas já se aproximam de uma arquitetura mais limpa de ornamentos e mais racional tanto na organização de sua estrutura como na composição das fachadas. As portarias são ricamente decoradas com motivos *Art Déco*, evocam referências a novidades de seu tempo – o avião, o navio, linhas retas e geometrizadas e o contraste de mármore claros e escuros.

Acreditamos que este trabalho colabora para a melhor compreensão e ampliação de conhecimentos sobre os edifícios históricos analisados e demonstra o potencial do Acervo Baumgart. Sabendo que são objetos pouco estudados, mas apreciados pela população, além de serem representativos de um período de importantes transformações tecnológicas e sociais, esperamos que esta pesquisa contribua com a maior valorização da história da cidade do Rio de Janeiro e de seu patrimônio edificado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CABRAL, M. C. N., CURY PARAÍZO, R. **Presença Estrangeira. Arquitetura no Rio de Janeiro. 1905-1942.** Rio de Janeiro: RioBooks, 2018.

CORRÊA, R. L.. **Agentes modeladores e uso do solo urbano na cidade capitalista.** Reunião de Geografia Urbana da UGI. Rio de Janeiro: 1979.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano.** 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1993.

CZAJKOWSKI, J. (org.) **Guia da Arquitetura Art Dèco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CAU, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra; Centro de Arquitetura e Urbanismo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

FREITAS, M. L. **Modernidade concreta: As grandes construtoras e o concreto armado no Brasil, 1920 a 1940**. Tese de Doutorado apresentada à FAU – USP, São Paulo, 2011.

GASPAR, T. de S. **100 anos do apartamento carioca**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAU-UFF. Niterói, 2013.

NUNES, D. V. **Edifícios residenciais de Firmino Saldanha**. Morar Moderno no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado apresentada ao PROARQ/UFRJ. Rio de Janeiro: 2009.

\_\_\_\_\_. **O Processo inicial de Verticalização da Praia do Flamengo: Uma análise tipo-morfológica dos edifícios de apartamentos de luxo**. Tese de Doutorado apresentada ao PROURB/UFRJ, 2014.

VILLAÇA, F. **A estrutura territorial da metrópole sul brasileira**. Tese de doutorado apresentada a USP, Brasil, 1978.



## **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos à colaboração dos professores Ivan Xavier e Osvaldo Souza e dos discentes Arthur Freitas e Livia Colonese da EAU-UFF e do professor Roberto Jermann (ex-TCE-UFF). A pesquisa é realizada com apoio de bolsas de iniciação científica CNPq/PIBIC e FAPERJ.



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto: INVENTÁRIO DE VALORES URBANOS:  
INTERAÇÕES ENTRE O FORMAL E O INFORMAL NA ÁREA  
CENTRAL DO RIO DE JANEIRO**

**Autoras: Jéssica de Paula Cortes (bolsista)**

**Ricarda Lucilia Domingues Tavares (orientadora)**

**Departamento de Arquitetura – TAR/EAU**

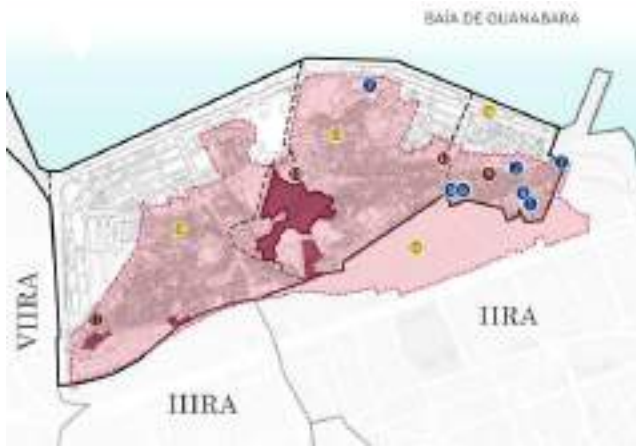
## **INTRODUÇÃO:**

Este resumo apresenta os resultados parciais do projeto iniciado em 2019-2020, com o objetivo de aprofundar análises e resultados da tese de doutorado desenvolvida pela proponente (TAVARES, 2016). Em sua proposta ampliada, a pesquisa prevê a elaboração de mapeamentos mais detalhados dos valores materiais oficialmente reconhecidos em diferentes escalas de inserção urbana de três favelas cariocas, localizadas em setores distintos da cidade: Morro da Providência (Área Central), Morro da Babilônia (Zona Sul) e Nova Holanda (Zona Norte). A esses valores materiais são contrapostos valores imateriais, mapeáveis somente a partir da identificação de dinâmicas cotidianas de apropriação. Na vigência atual (2021-2022), o foco de análise é o contexto urbano do Morro da Providência.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

As reflexões ao final de um ano de pesquisa se desenvolveram a partir dos dados oficiais, que seguem a abordagem em torno dos valores urbanos (materiais e simbólicos), mercado imobiliário e a história de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Os dados acerca dos valores urbanos materiais, anteriormente organizados de forma quantitativa em tabelas e mapas gerais, agora foram localizados em novos mapas, em escala mais aproximada, que permitem aprofundar a análise da área de inserção do Morro da Providência e das relações entre este território e as informações coletadas. Esta nova escala de leitura permite uma percepção mais clara das dinâmicas que se materializam no território abordado e dos conflitos ali existentes.

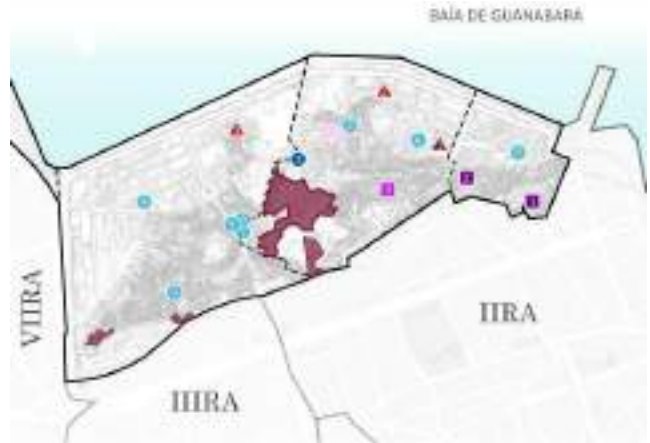
Mais uma vez, a cartografia é entendida como um instrumento necessário para registrar e fundamentar as reflexões. Assim, após a reunião e revisão dos dados, a elaboração de mapas foi essencial para a leitura dos valores materializados no território, revelando as desigualdades já percebidas anteriormente, na organização e análise das informações.



LEGENDA

- |              |                        |                         |
|--------------|------------------------|-------------------------|
| — Limite IRA | ---- Limite bairros    | INSTÂNCIA DE TOMBAMENTO |
| ● Favelas    | ● Morro da Providência | ● IPHAN                 |
| ● APAC Sagas |                        | ● INEPAC                |
|              |                        | ● IRPH                  |

Mapa de valores culturais oficiais na Zona Portuária do Rio de Janeiro.



LEGENDA

- |              |                        |                 |
|--------------|------------------------|-----------------|
| — Limite IRA | ---- Limite bairros    |                 |
| ● Favelas    | ● Morro da Providência |                 |
| ESCOLAS      | HOSPITAIS              | CULTURA E LAZER |
| ● Estadual   | ▲ Federal              | ■ Federal       |
| ● Municipal  | ▲ Estadual             | ■ Estadual      |
|              |                        | ■ Municipal     |

Mapa de valores urbanísticos (equipamentos e serviços) na Zona Portuária do Rio de Janeiro.



LEGENDA

- |              |                        |
|--------------|------------------------|
| — Limite IRA | ---- Limite bairros    |
| ● Favelas    | ● Morro da Providência |

Mapa de valores culturais não oficiais na Zona Portuária do Rio de Janeiro.



LEGENDA

- |              |                        |
|--------------|------------------------|
| — Limite IRA | ---- Limite bairros    |
| ● Favelas    | ● Morro da Providência |

Habitação Social na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

## CONCLUSÕES:

Os resultados apresentados permitem analisar as interações entre o formal e o informal no contexto estudado, atingindo o objetivo da pesquisa. Foram realizadas investigações acerca dos valores oficiais e não oficiais referentes às dinâmicas existentes na área urbana de entorno do Morro da Providência.

As informações coletadas e as análises realizadas permitem afirmar que, no Morro da Providência, considerado a primeira favela do Brasil, e em toda a região da Pequena África, são as dinâmicas do cotidiano que dão conta de conferir valor, por exemplo, às manifestações populares históricas de origem afro-brasileira.

A presença de inúmeros cortiços e ocupações nesta área da cidade está diretamente relacionada à infraestrutura nela existente. É também de grande importância para a população que ali reside (e resiste) a proximidade com ofertas de trabalho — formais e informais. Ainda, enquanto poucas políticas públicas eficazes são voltadas para as habitações “não oficiais”, novos empreendimentos imobiliários voltados à classe média surgem na região, possivelmente agravando as desigualdades e produzindo sínteses excludentes consequentes do desequilíbrio na produção de valores nesses recortes urbanos.

## AGRADECIMENTOS:

Os agradecimentos aqui expostos se direcionam especialmente aos responsáveis por possibilitar a realização deste estudo. Ao CNPq e à PROPPI-UFF, o nosso reconhecimento pela importância do fomento ao fazer acadêmico.

Estendo meus agradecimentos a minha orientadora, Ricarda Lucilia, pela generosidade em compartilhar comigo seus estudos e por me incentivar no caminho da pesquisa e das tão importantes reflexões que juntas levantamos ao longo dos últimos dois anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

TAVARES, Ricarda Lucilia Domingues. *O valor do lugar e o lugar do valor na formação e afirmação das favelas cariocas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.







**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**“Música pop-periférica: política, ativismo e controvérsias nas plataformas digitais”**

**Autores: Ewerton Maciel Fagundes (bolsista) e Simone Maria Andrade Pereira de Sá (orientadora)**

**Departamento: Estudos Culturais e Mídia**

**Instituto de Artes e Comunicação Social**

**Estudos de Mídia**

## **INTRODUÇÃO:**

O objetivo deste projeto foi entender as performances políticas e de ativismo dos artistas de música pop-periférica brasileira nas redes sociais. Desdobrando esta indagação geral, o projeto propôs investigar três conjuntos de problemas específicos e interligados: 1) identificação, análise e discussão das diferentes acepções de política, de ativismo e de mensagens de empoderamento acionados pela música pop-periférica; e de que maneiras estas ações e mensagens ganham concretude nas performances dos artistas 2) discussão e análise das tensões entre artistas e fãs no que diz respeito à articulação entre política e consumo 3) Análise da eficácia destas performances no cenário da política institucional e das pautas de ativismo. As hipóteses foram de que: 1) artistas de gêneros musicais periféricos têm crescentemente introduzido pautas e questões políticas e de ativismo em suas performances 2) estes posicionamentos políticos e ativistas em prol de causas sociais, identitárias, de gênero e raciais fazem parte da construção do “capital solidário”

(CAMPANELLA; 2014) dos artistas na busca pelo engajamento dos fãs no contexto de plataformização da música, contribuindo para a construção das personas midiáticas dos mesmos 3) estas performances se espraiam para além dos produtos “estritamente” musicais tais como canções, álbuns e videoclipes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

Ao longo dos 12 meses de atividade, conseguimos fazer um levantamento bibliográfico de artigos relacionados aos temas “ativismo, política e música”, coletando alguns textos publicados pela Compós e pela Intercom durante os últimos cinco anos, com um total de 55 trabalhos coletados e organizados em sete grupos posteriormente. Algumas palavras-chave recorrentes nesta coleta foram “resistência”, “empoderamento”, “identidades”, “representatividade” e “música periférica”, se encontrando tanto para artigos voltados para política como também voltados para música ou ativismo.



Para a definição do corpus empírico, escolhemos analisar as redes sociais das cantoras Anitta, MC Carol e Ludmilla. No Instagram, observamos as postagens de Anitta e MC Carol desde janeiro de 2021, enquanto a Ludmilla iniciamos em setembro do mesmo ano. No Twitter, começamos a coleta dos perfis das três desde janeiro de 2022. A princípio, nossa análise partiria apenas da Anitta e da MC Carol, por ambas serem um contraponto da outra dentro do cenário da música pop-periférica. Por um lado, temos Anitta com uma carreira mais voltada para o mainstream e para uma internacionalização, enquanto MC Carol produz um trabalho menos comercial, com letras sobre empoderamento feminino e preto, e sendo aclamada pela crítica especializada. Nesse meio, temos Ludmilla, que incluímos durante o andamento do projeto após algumas situações envolvendo o nome da funkeira com esses temas, como o seu posicionamento contra o Prêmio Multishow pelo boicote da mesma nas indicações, no qual pode-se encontrar alguns acionamentos de pautas sociais quando a mesma se afirma como uma mulher preta, bissexual e periférica. Nos últimos seis meses de projeto, Anitta acabou se tornando o nosso maior foco na pesquisa por se encontrar em algumas controvérsias repercutidas em grande escala, como em vários momentos na qual se posicionou contra a alguma atitude feita pelo presidente Bolsonaro, como a tentativa de boicote às manifestações políticas dos cantores no palco do Lollapalooza, gerando ainda mais engajamento sobre o assunto, e também quando decidiu apoiar o ex-presidente Lula nas eleições de 2022 (Figura 1). Cada assunto

sobre determinada cantora esteve separado em uma pasta.

Imagem 1 - Interação entre Lula e Anitta após a mesma declarar seu voto nele



Fonte: Twitter

## CONCLUSÕES:

O projeto encontra-se em conclusão e as etapas previstas (etapas de levantamento e discussão bibliográfica, de observação, definição do corpus e coleta de material nas redes sociais) foram cumpridas dentro do cronograma pelo aluno de maneira satisfatória, além da participação nas discussões no grupo de pesquisa LabCult.

Após todas as etapas da pesquisa, o bolsista observou as disputas simbólicas presentes na música pop-periférica, refletindo no conceito de “guerras culturais”, em que há uma oposição de valores sociais e culturais. Sendo assim, esses artistas analisados estão cada vez mais

inseridos nessa discussão, tornando-se o ativismo como parte da agenda de cantores desse gênero, visto as suas personas midiáticas se tornarem representações de uma minoria que defende uma causa política. Por conta disso, acaba gerando muita controvérsia entre as pessoas nas redes sociais e o projeto analisa essas informações dentro de um olhar teórico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPANELLA, B. - Celebridade, engajamento humanitário e a formação do capital solidário. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 21, n. 2, 2014.

PEREIRA DE SÁ, S. – Cultura digital, videoclipes e a consolidação da Rede de Música Brasileira Pop Periférica. Revista Fronteiras (ONLINE), v. 21, p. 21-32, 2019

\_\_\_\_\_ - Música Pop-Periférica Brasileira: Videoclipes, Performances e Tretas na Cultura Digital. Curitiba, Ed. Appris, 2021



Imagem 2:  
Imagem PIBIC



## Direito de Macaé

**Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto: MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS NO ASSENTAMENTO OSVALDO DE OLIVEIRA: A judicialização de um modelo agroambiental**

**Autores: Palloma Constantino de Souza; Paulo Brasil Dill Soares; Andreza Aparecida Franco Câmara.**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé/ Departamento de**

### **INTRODUÇÃO:**

A produção proveniente da agricultura familiar se apresenta sob formas alternativas e variadas, enquanto a produção convencional, proveniente da agricultura não familiar - principalmente aquela oriunda do agronegócio - resulta do manejo de esgotamento, voltado à monocultura, com especialização em produtos específicos.

Quando se trata da distribuição de terra, os reflexos do modelo de colonização resultam em um modelo de concentração fundiária que agrava a desigualdade social, sobretudo no campo, fazendo-se necessário o aumento das reivindicações acerca do tema reforma agrária no Brasil (ALCANTRA FILHO, FONTES, 2009).

O objetivo deste trabalho foi buscar acompanhar a trajetória do PDS Osvaldo de Oliveira e das tentativas de consolidação deste assentamento como meio de garantir o acesso à terra, observando os processos de judicialização envolvidos, as dificuldades técnicas e de acesso aos meios de produção agrícola e às condições estruturais causadas pela burocracia gerada pelos órgãos públicos envolvidos nas questões de garantias fundiárias, bem como dos impasses judiciais e socioambientais envolvendo as dificuldades de se atuar em um assentamento ambientalmente diferenciado (SOARES, 2020). Essa interação, que devido à conjuntura pós-pandêmica, deu-se majoritariamente por meio de pesquisa documental e bibliográfica, e ainda foi possível a realização de entrevistas por meio de plataformas de comunicação virtual, possibilitando aos pesquisadores envolvidos estabelecer diálogos sobre as necessidades e anseios de mulheres

assentadas do PDS Osvaldo de Oliveira, por meio do formato de entrevista *snowball*.

Foram realizadas ações participativas no que se refere ao apoio ao retorno das Feiras Agroecológicas realizadas na mesorregião de Macaé, na Cidade Universitária, onde foi possível a interação e atuação com trocas de experiências e saberes, que muito agregaram na confecção de trabalhos acadêmicos no decorrer do processo de pesquisa e produção de saberes. Vele ressaltar ainda as ações de coleta e arrecadação realizadas devido ao recente incêndio ocorrido em agosto de 2022 no PDS Osvaldo de Oliveira, que resultou na perda imensurável para os companheiros assentados.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A proposta foi acompanhar e discutir o processo de consolidação e sistematização de um novo modelo de assentamento na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável, mais especificamente o PDS Osvaldo de Oliveira, localizado na cidade de Macaé (RJ).

Os diálogos e troca de saberes foram de suma importância e foram resultado de uma pesquisa sociojurídica qualitativa, voltada a entender os aspectos e vivências dos envolvidos, respeitando suas memórias e possibilitando a troca de saberes e a produção de conteúdo científico que leva as experiências desta parcela importantíssima da comunidade à discussão nos ambientes de produção formal de saber frequentemente elitizados.

Foram realizadas ações de apoio ao retorno com as Feiras Agroecológicas ocorridas na Cidade Universitária, em Macaé; ferramentas

importantes de integração do campo com a universidade.

As disputas políticas e os impasses socioambientais e jurídicos refletem também na segurança dos assentados, dentre eles mulheres, crianças e idosos que sofreram as consequências de um incêndio em agosto de 2022, o segundo em menos de cinco anos.

Os pesquisadores envolvidos neste projeto atuaram em campanhas de divulgação sobre o ocorrido nas redes sociais e na universidade, e de arrecadação de insumos, informando ainda sobre os demais pontos de coleta, visto que foram reduzidas às cinzas as residências de algumas famílias, bem como suas produções agrícolas, que são sua fonte de renda e de autonomia.

### **CONCLUSÕES:**

Enquanto objeto de pesquisa, o assentamento promove discussões que vão além dos muros da universidade. Os conflitos acerca da titularidade fundiária permeiam os diversos fatores políticos que influenciam nas decisões judiciais e que circundam as políticas regionais envolvendo o apoio às demandas dos assentados, que vão do suporte às necessidades básicas.

Foi possível verificar que as FA's são instrumento de autonomia econômica, de divulgação dos saberes e vivências não apenas dos assentados do PDS Osvaldo de Oliveira, mesmo com a invisibilização de seu trabalho e luta, embora ainda haja muito o que se discutir e reivindicar quanto ao suporte dos órgãos públicos em relação do PDS Osvaldo de Oliveira, principalmente depois do incêndio de agosto de 2022.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecimentos à UFF e ao CNPq pela concessão da bolsa de Iniciação Científica que oportunizou a realização dessa pesquisa. Agradecemos também aos companheiros e companheiras do assentamento pelo aprendizado e compartilhamento de suas vivências tão singulares.

### **REFERÊNCIAS:**

ALCANTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da



propriedade e a concentração de terras no Brasil. Revista Heera, p. 63-85, 2009.

SOARES, P. B. D. Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS-e o caso Osvaldo de Oliveira. 241 f. Programa de

Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói, v. 2018, p. 2016-2018, 2020.



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais**

**Aplicadas**

**Título do Projeto: RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA USINA TERMELÉTRICA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA EM MACAÉ/RJ**

**Autoras: Luiza Paula da Silva Tavares; Andreza A.**

**Franco Câmara;**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé/  
Departamento de Direito de Macaé**

### **INTRODUÇÃO:**

A promoção de projetos de desenvolvimento econômicos (CÂMARA, 2014), defendidos como progresso e parte do projeto nacional, geram impactos geofísicos, econômicos e culturais que afetam as populações locais e regionais, em especial quando o ambiente cultural recebe populações tradicionais. Dessa forma, a hipótese o presente projeto consistiu em mapear os riscos e impactos socioambientais, da implantação da UTE Nossa Senhora de Fátima em Macaé a partir dos documentos, relatórios e fontes produzidas pelos órgãos licenciadores e pelo empreendedor, a partir da revisão de literatura ancorada na concepção da sociedade do risco (BECK, 2010) e do esquema teórico da relação entre discurso do desenvolvimento e campo jurídico (BOURDIEU, 1989). O caminho investigativo escolhido teve como perspectiva teórica e metodológica o estudo de caso da UTE N. S. de Fátima, observado a partir do conjunto de produções documentais, em especial, o Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório (EIA/RIMA), atravessado pelo discurso técnico como uma ferramenta pelo empreendedor.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Os resultados foram divididos em cinco seções: (i) parte geral, de análise dos fatores relacionados ao empreendimento em perspectiva e seu entorno; (ii) análise ambiental dos impactos do empreendimento; (iii) análise social dos impactos do empreendimento; (iv) medidas compensatórias apresentadas; e (v) relato das audiências públicas sobre o empreendimento, espaço de diálogo com atores sociais e membros de comitês e conselhos participativos. O projeto da termoelétrica Nossa Senhora de Fátima constitui um complexo, que conjuntamente com duas usinas em operação, e outras doze em fases diversas do licenciamento ambiental pretendem ampliar a infraestrutura básica necessária à região. Destaca-se que a localização da UTE está estrategicamente próxima ao rio Macaé e ao rio São João, que é imprescindível para o sustento das usinas, para fins de arrefecimento das turbinas. Ao que tange ao remanescente florestal na Área Diretamente Afetada, zona de Mata Atlântica original haverá supressão de vegetação, dominada, em larga escala, por pastagem. Em relação à fauna de

mamíferos, a área é habitat de uma diversidade de espécies, inclui o lobo-guará, um dos animais símbolo do Brasil, que apesar de não estar ameaçado de extinção, é classificado com certo grau de ameaça (EIA, 2018). Os impactos nos recursos hídricos e atmosféricos do empreendimento constituem pontos críticos do EIA/RIMA, sendo, contudo, parcialmente analisados. O efeito do “boom town” provocado pelo empreendimento poderá ser sentido pela Administração Municipal impactada, uma vez que o conjunto coletivo de impactos socioculturais decorrentes do súbito afluxo de trabalhadores da construção civil e novos grupos populacionais que migram na expectativa de obtenção de mão de obra acarretará um aumento nas despesas tributárias. As medidas compensatórias apresentadas compreendem ações de controle, redução e monitoramento dos impactos. Duas Audiências Públicas (Complexo Termoelétrico e seus Impactos e Questões Socioambientais do Rio Macaé) contaram com a presença de atores fundamentais ao campo jurídico envolvido no conflito e discutiram os principais impactos relativos ao empreendimento e suas consequências para a população local.

### **CONCLUSÕES:**

A retomada do aumento do crescimento econômico vivido pelo Brasil, nos últimos anos, tem reaberto o debate sobre como ampliar a capacidade produtiva do País, a qual tem assumido, cada vez mais, um lugar de destaque no cenário internacional. Uma das questões centrais que aparecem como empecilho para tal crescimento econômico é o tema do incremento sustentável da capacidade de geração de

energia que o Brasil possui, que ao ser avaliado deve considerar também os reflexos socioambientais, objeto de estudo à luz das Teorias Sociológica e do Direito. Desse modo, a questão da produção de energia assumiu visibilidade como condição básica para o aumento da atividade industrial e para o crescimento econômico.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos à UFF e ao CNPq pela concessão da bolsa de Iniciação Científica que oportunizou à realização dessa pesquisa.

### **REFERÊNCIAS:**

- BECK, Ulrich. **A sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo, Editora 34, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BRUZACA, R. D.; FEITOSA, M. L. P. A. M. F. **Disputas no campo jurídico e discurso do desenvolvimento. Caso do Complexo Termoelétrico Parnaíba, Maranhão**. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 15, n. 32, p. 219-248, mai./ago. 2018. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.brevista/index.php/veredas/article/view/1244>>. Acesso em: 27 out. 2018.
- CÂMARA, Andreza A. Franco. **Entre perdas e dramas: o dilúvio anunciado e a luta dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Simplício**. 319f. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito). Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2014.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais**

**Aplicadas**

**Título do Projeto: PREDITORES DA DESONESTIDADE  
ACADÊMICA EM ESTUDANTES DE CONTABILIDADE**

**Autores: Aloisio Ventura dos Santos Neto/Profa. Mariana  
Pereira Bonfim (Orientadora)**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Contabilidade (VCO) / Instituto de  
Ciências Humanas e Sociais (ICHS)**

### **INTRODUÇÃO:**

A universidade é um local importante para a criação da noção de honestidade do indivíduo, pois a percepção de justiça é fundamental para a inibição do comportamento desonesto (DONAT; DALBERT; KAMBLE, 2014). Uma vez iniciada a prática desonesta nesse ambiente e a mesma não ser devidamente repreendida, o discente se sentirá atraído a cometer novos atos desonestos (WILLIAMS; HOSEK, 2003).

Ao constatarem porque os estudantes trapaceiam, Williams e Hosek (2003) ressaltam que os alunos, mesmo os desonestos, são racionais e que a decisão de cometer uma trapaça não se deve a um ato impulsivo, porém a uma decisão lúcida de que os benefícios das práticas desonestas superam os riscos. Dessa forma, ser desonesto ou não é uma questão de escolha. Iniciando práticas desonestas, os alunos podem se sentir atraídos a cometer a desonestidade com maior frequência também em outros ambientes (WILLIAMNS; HOSEK, 2003).

Com base nesse contexto, o objetivo do estudo foi compreender a ocorrência da desonestidade acadêmica, em estudantes universitários de

Ciências Contábeis, de modo a identificar suas principais motivações.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Foi aplicado um questionário, baseado na pesquisa de Ives *et al.* (2016) com 83 estudantes.

**Tabela 1: Frequência de desonestidade cometida ou presenciada**

<b>Desonestidade</b>	<b>Frequência</b>
Fez prova para outra pessoa	11%
Presenciou alguém fazer prova para outra pessoa	27%
Cometeu plágio	27%
Presenciou alguém cometer plágio	57%
Utilizou tecnologias não autorizadas durante uma prova	24%
Presenciou alguém utilizar tecnologias não autorizadas durante uma prova	43%
Pagou para outra pessoa/empresa fazer avaliações	22%
Presenciou alguém pagar para outra pessoa/empresa fazer avaliações	60%

Destaca-se que o percentual de estudantes que presenciaram outros cometerem uma desonestidade é maior do que aqueles que confessaram já ter cometido, em todas as



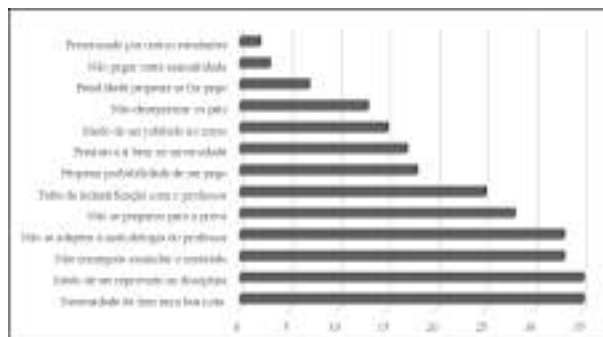
afirmações, o que pode sinalizar que é mais fácil admitir que já viu outras pessoas serem desonestas do que confessar a própria desonestidade. Estudos anteriores também identificaram que mais facilmente os alunos confessam já terem presenciado atitudes desonestas do que conseguem confessar suas desonestidades.

**Tabela 2: Qui-quadrado das variáveis sociais**

Desonestidade	Gênero	Idade	Período
Fez prova para outro	1,075 (0,300)	0,840 (0,840)	9,634 (0,210)
Presenciou fazer prova para outro	2,155 (0,142)	0,961 (0,811)	13,101 (0,070)*
Plagiou	2,155 (0,142)	0,961 (0,811)	18,179 (0,011)*
Presenciou plágio	6,210 (0,013)*	1,689 (0,639)	9,999 (0,189)
Utilizou tecnologias	0,392 (0,531)	1,348 (0,718)	9,298 (0,232)
Presenciou uso de tecnologias	2,508 (0,113)	1,148 (0,765)	17,693 (0,013)*
Pagou por avaliações	0,907 (0,341)	1,766 (0,622)	25,148 (0,001)*
Presenciou pagamento por avaliações	3,547 (0,060)	6,656 (0,084)	29,687 (0,000)*

A respeito do gênero foi revelada uma associação existente apenas entre o gênero e ver outras pessoas cometendo, ou seja, da amostra analisada, 65% das mulheres confessaram que já presenciaram outras pessoas cometendo plágio, enquanto apenas 33% dos homens já presenciaram. Com relação a idade, não foi verificada associação entre a idade e se os respondentes já presenciaram ou cometeram desonestidade. Com relação ao período, diversas desonestidades foram significantes: presenciar um aluno fazendo prova para outro, cometer plágio, presenciar

outros estudantes utilizarem tecnologias não autorizadas, presenciar e pagar outra pessoa para fazer avaliações.



**Gráfico 1: Motivações da desonestidade acadêmica**

Através das respostas foi possível perceber que a maioria das justificativas concentram-se em torno da necessidade de tirar boas notas, medo de ser reprovado na disciplina, dificuldade em entender o conteúdo e na adaptação à metodologia do professor. Pesquisas anteriores também identificaram que a pressão para se obter boas notas era um motivador para a desonestidade acadêmica.

**CONCLUSÕES:**

Através da aplicação do questionário, verificou-se que as principais motivações foram a necessidade tirar boas notas, o medo de ser reprovado na disciplina, a falta de entendimento do conteúdo ministrado da metodologia utilizada pelo professor. Esses resultados podem servir de auxílio não só aos docentes como também às universidades para a diminuição da desonestidade.

Adicionalmente, foi constatado que a idade não influencia na desonestidade e o gênero possui

uma pequena influencia; em contrapartida, o período que os alunos estão cursando na graduação influencia na desonestidade, pois os alunos que possuem maior tempo de permanência, tendem a ter uma maior inclinação para cometer atos desonestos. Além disso, vale ressaltar que os alunos admitiram mais que veem outras pessoas cometendo desonestidade do que de fato foram desonestos; isso vai ao encontro com a Teoria da Margem de Manobra, em que a motivação do ego influencia na desonestidade, ou seja, as pessoas querem se sentir honestas, olhar para si e se sentir bem consigo mesmas. Além disso, Thaler e Sustain (2009) também já afirmavam que os indivíduos são mais propensos a erros de escolha do que querem admitir.

#### **REFERÊNCIAS:**

DONAT, M.; DALBERT, C.; KAMBLE, S. V. Adolescents' cheating and delinquent behavior from a justice-psychological perspective: The role of teacher justice. **European Journal of Psychology of Education**, v. 29, n. 4, p. 635-651, 2014.

IVES, Bob et al. Patterns and predictors of academic dishonesty in Romanian university students. **Higher Education**, v. 74, n. 5, p. 815-831, 2017.

THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. **Nudge: Improving decisions about health, wealth, and happiness**. New York: Penguin Books, 2009.

WILLIAMS, M. S.; HOSEK, W. R. Strategies for reducing academic dishonesty. **Journal of**

**Legal Studies Education**, v. 21, n. 1, p. 87-107, 2003.



#### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao CNPq pelo financiamento para a realização da pesquisa e a PROPPI UFF pelo apoio e concessão da bolsa de iniciação científica.



## CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

### “NOVAS” E “VELHAS” FORMAS DE TRABALHO: PLATAFORMIZAÇÃO E ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

Marcela Soares; Yasmin Carvalho;

Departamento de Serviço Social/ Escola de Serviço Social/Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Direitos Humanos

#### INTRODUÇÃO:

Deparar-se com o cenário do mundo do trabalho em solo brasileiro, na contemporaneidade, é necessariamente confrontar-se com variadas expressões da precarização e informalidade materializadas no cotidiano da classe trabalhadora. Nesse sentido, o presente projeto dá continuidade e aprofunda análises presentes em pesquisas anteriores.

Nosso objetivo é demonstrar, por meio da análise de dados obtidos através da presente pesquisa e relatórios de fiscalização, como a opressão-exploração das trabalhadoras e trabalhadores uberizados do setor de *delivery* da cidade de Niterói/RJ e na cidade do Rio de Janeiro, explicita a violação do fundo de consumo e do fundo de vida em suas condições degradantes de trabalho e disponibilidade quase total aos chamados dos aplicativos.

#### RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O trabalho no *delivery*, mediado pelo controle algorítmico, associa-se ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e sua expansão pelos grupos monopólicos, onde houve a incorporação dessas tecnologias em quase todos os setores econômicos possíveis. Essa

expansão ocasiona um cenário de *plataformização do trabalho* que ao mesmo tempo que precariza, garante o controle do trabalho, como aborda Antunes (2020).

Ademais, o trabalho no *delivery* apresenta elementos de continuidade e de ruptura com a racialização do nosso mercado laboral, porque no resgate da nossa historiografia podemos destacar determinados atributos, postos pela racialização, e hierarquias entre os ganhadores e carregadores de meados do século XIX, tal como a existente hoje “entre os/as entregadores/as, aqueles/as que possuem sua moto, aqueles/as que possuem sua bicicleta ou aqueles que dependem do aluguel ou até mesmo entregam a pé as mercadorias” (SOARES, 2022, p.413).

As pesquisas que analisamos demonstram que há similitudes em relação ao perfil nacional dos/as trabalhadores/as do setor de *delivery*, que trabalham por meio das plataformas digitais. A maioria é jovem, negra e do sexo masculino, ou seja, uma força de trabalho precarizada que é racializada.

No universo de entregadores entrevistados na pesquisa, todos eram do sexo masculino, em ambos os municípios. Em

Niterói, todos eram negros, 69,2% se autodeclararam como preta e 30,8% como parda. Já na cidade do Rio de Janeiro, tivemos 83,3% de negros (50% pretos e 33,3% pardos) e 16,7% de brancos. É importante destacar que na capital fluminense, entrevistamos apenas entregadores ciclistas, diferente de Niterói, que foram 53,8% ciclistas e 46,2% motociclistas.

Em relação à escolaridade, na cidade do Rio de Janeiro, 33,3% possuíam nível superior incompleto, 8,3% superior, 8,3% ensino médio incompleto e 50% ensino médio. Na realidade de Niterói, a escolaridade dos entregadores foi 38,5% com ensino médio, 23,1% possuíam ensino médio incompleto, 15,4% tinham ensino fundamental, 7,7% fizeram o ensino fundamental incompleto e 15,4% que possuíam ensino superior.

Sobre as condições de trabalho, perguntamos sobre acidentes laborais, no Rio, 66,7% já sofreu algum acidente que impediu a conclusão da entrega do pedido, em Niterói tivemos 46,2% respostas positivas sobre acidente durante o percurso. Sobre a jornada de trabalho, na cidade carioca, 50% realizam uma jornada de oito horas diárias, 25% perfazem 14 horas de trabalho diárias, 8,3% acima de catorze (14) horas, 8,3% dez (10) horas e 8,3% abaixo de seis (6) horas. Os dados de Niterói, neste quesito, foram de 46,2% pessoas que trabalham doze (12) horas diárias, 15,4% trabalham catorze (14) horas, 15,4% realizam uma jornada de oito horas e 7,7% trabalham dez (10) horas diárias.

Sobre os rendimentos, no Rio de Janeiro, 50% fatura por semana, uma média

entre R\$500 e R\$800,00, 25% entre R\$300,00 e R\$500,00, 16,7% entre R\$151,00 e R\$300,00 e 8,3% recebem acima de R\$800,00 por semana. Metade dos respondentes possui rendimento mensal de R\$ 2.000,00 a R\$3.200,00, sem descontar a média dos custos fixos semanais para manutenção do trabalho, a exemplo de conta com telefone. Já a outra metade (50%) tinham o custo entre R\$120,00 e R\$300,00, representando um custo mensal de até R\$1.200,00. Na realidade niteroiense, os rendimentos são mais baixos, 53,8% fatura por semana, em média entre R\$300 e R\$500,00; 23,1% entre R\$500,00 e R\$800,00; 15,4% entre R\$151,00 e R\$300,00 e 7,7% recebem entre R\$61,00 e R\$150,00. Um pouco mais da metade dos entregadores possui rendimento mensal R\$1.200,00 a 2.000,00.

## **CONCLUSÕES:**

Levando em consideração os elementos histórico-estruturais e os dinâmicos conjunturais que apresentamos acima, vale ressaltar que a precarização do trabalho na realidade brasileira se apresenta como uma ampliação de uma precariedade estrutural e da superexploração da força de trabalho que o conjunto dos/as trabalhadores/as vivenciam historicamente. Esse cenário coincide justamente com o resultado encontrado em nossa pesquisa.

Está claro que a uberização do trabalho demonstra a tendência de maior controle sobre o processo de trabalho e, ao mesmo tempo, com suas estratégias de mistificação da exploração e com a base jurídica consolidada pela contrarreforma trabalhista, garante a possibilidade de camuflar a relação do contrato

de trabalho. Com impactos diferenciados na divisão sociosexual e étnico-racial do trabalho, nessa forma de inserção laboral inexistem direitos para essas pessoas, que trabalham com fome carregando comida nas costas,<sup>1</sup> que são forçadas a se reconhecerem como “empreendedoras de si”, mas que, cada vez mais, percebem a regra do jogo da opressão-exploração capitalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SOARES, Marcela. Novas tecnologias e os/as mesmos/as espoliados/as: apontamentos sobre a plataformização do trabalho e a escravidão. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende et al. (org.). **Trabalho escravo contemporâneo e resistência em tempos de pandemia**. São Luís: EDUFMA, 2022

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao CNPQ pelo financiamento do Projeto neste período.



imagem 1: imagem PIBIC

---

1

Ver: <https://www.esquerdadiario.com.br/Voce-imagina-a-tortura-que-e-andar-com-fome-carregando-comida-nas-costas> Acesso em 15 jul. 2020.



**Ciências Sociais Aplicadas**

**ZEN/SLOW GAMING: EXPERIÊNCIA ESTÉTICA,  
DELICADEZA E RELAXAMENTO NOS VIDEOGAMES**

**André Borali Bottino**

**GEC/IACS/mediaLudens**

## **INTRODUÇÃO:**

O projeto propõe uma abordagem teórico-empírica, tomando como objeto de estudo as relações entre ludicidade e estética – ou experiência estética. Em sua primeira etapa, a pesquisa se debruçou no aprofundamento bibliográfico sobre o tema, com base em autores alinhados à filosofia pragmatista, como Charles Peirce, John Dewey e Robert Shusterman, entre outros. Este aprofundamento se deu através de encontros regulares do grupo de pesquisa no qual este projeto se insere, qual seja, “mediaLudens: grupo de pesquisa em mídias digitais, experiência e ludicidade”, liderado pelo orientador deste projeto de iniciação científica e dos quais participam alunos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*.

No escopo deste projeto, não limitamos o sentido de estética à produção do belo, assunção comum no âmbito das disciplinas de Estética e Filosofia da Arte. Outrossim, compreendemos a estética ou, ainda de forma mais ampla, a experiência estética, através da mesma chave epistemológica que vem sendo desenvolvida dentro campo da comunicação (MENDONÇA; DUARTE; FILHO, 2016). Mais especificamente, neste trabalho, tencionamos

investigar a relação entre as práticas lúdicas em geral e os jogos em particular e a produção de experiências estéticas que sejam de certo modo “disparadas” pela *atividade* lúdica.

Buscamos pistas teóricas e possíveis contribuições acerca dos estudos de subjetivação da cidade contemporânea mediada por tecnologias que não consolidam fixações espaciais, mas experiências de efemeridade e nomadismos dos seus agentes participantes.

Deste modo, esta pesquisa busca relacionar temas caros ao campo da comunicação, neste caso os estudos acerca da relação entre comunicação e experiência estética, tomando como objeto particular os jogos eletrônicos, o que é, de certa forma, algo ainda pouco explorado e que merece atenção, se o que se deseja é melhor entender os efeitos desta nova mídia sobre seu público receptor/consumidor.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Dentre os resultados obtidos na pesquisa, destacamos:

- 1) o livro “Ludicidade, Experiência Estética e Videogames”, editado e publicado

pela EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com organização dos professores Emmanoel Ferreira – UFF e Jorge Cardoso Filho – UFRB. No livro, conta com um capítulo escrito por Lucas Oliveira (bolsista anterior do projeto) e Pedro Wajsfeld (bolsista anterior do projeto) intitulado “Slow and Strand - gênero midiático e slow gaming em Death Stranding”;

- 2) as discussões acerca do projeto no grupo de pesquisa mediaLudens da UFF;
- 3) o semestre relacionado a game design que desenvolvemos junto ao projeto de extensão GameClube do curso de graduação em Estudos de Mídia da UFF;
- 4) a disciplina para graduação História e Teoria dos Games I de Estudos de Mídia ministrada em 2022.1 pelo Professor Emmanoel Ferreira e alunos de pós-graduação que fazem parte do grupo de pesquisa.

Com esses resultados esperamos contribuir para o aumento da literatura e relevância da área de estudos, além de expandir o alcance da pesquisa para além da graduação de Estudos de Mídia e dos muros da universidade, sensibilizando alunos de outros cursos e a população aos temas pesquisados.

## CONCLUSÕES:

Os game studies são um importante campo multidisciplinar que vem ganhando mais atenção nos últimos tempos. Como se trata de um campo preocupado com a indústria de jogos, seus modos de produção e criação de sentido no mundo contemporâneo, como ela se relaciona com os indivíduos e a sociedade como um todo, as atenções para a área não devem ser ignoradas. Com projeto *Zen/Slow Gaming: experiência estética, delicadeza e relaxamento nos videogames*, esperamos contribuir ainda mais para o estudo dos jogos como forma de relaxamento e contemplação em ambientes virtuais.

Com as restrições impostas pelo COVID-19 começando a ser relaxadas planejamos dar início a fase empírica do projeto.

## REFERÊNCIAS DO RESUMO:

AARSETH, Espen. “O jogo da investigação: abordagens metodológicas à análise de jogos”. In: **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, n. 4, julho de 2011. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2228>. Acesso em: 22/03/2019.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LOPES, Denilson. **A delicadeza: estética, experiência e paisagens**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

KWASTEK, Katja. **Aesthetics of Interaction in Digital Art**. Trad. Niamh Warde. Cambridge/MA: The MIT Press, 2013.

MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; DUARTE, Eduardo; FILHO, Jorge Cardoso. **Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016.

PEIRCE, Charles. How to Make our Ideas Clear. In: **Charles Peirce on Pragmatism and Pragmaticism**. [S.l.]: wealhofnation.com, 2016.

SHUSTERMAN, Richard. Beneath Interpretation: Against Hermeneutic Holism. In: **The Monist**, Vol. 73, No. 2, April 1990, pp. 181-204.







## **Ciências Sociais Aplicadas**

### **Título do Projeto: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA - RJ: UM ESTUDO DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS A PARTIR DO CONTROLE E DA GESTÃO SOCIAL**

**Autores:** Laiziane da Silva Azevedo Nascimento; Carlos Frederico B.

Kraemer

**VMD / ICHS**

#### **INTRODUÇÃO:**

Este trabalho teve como objetivo analisar a implementação da política de alimentação escolar no período da pandemia do Covid-19 no município de Valença-RJ. Com a Constituição Federal de 1988, ficou assegurado o direito à alimentação, tornando essa temática com uma base sólida e abrindo portas para seu fortalecimento. Utilizou-se como referencial teórico o estudo sobre Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e os arranjos institucionais na implementação das políticas públicas. A partir do referencial teórico e do decorrer da pesquisa de campo, foram estabelecidos dois critérios para responder o objetivo geral deste trabalho, sendo eles os arranjos institucionais e a efetividade da alimentação escolar. Trata-se de um trabalho de caráter qualitativo, com levantamentos bibliográficos e bases documentais. Ainda, foi realizada uma pesquisa de campo para adquirir mais informações. Realizaram-se entrevistas de modo online e presencial com representação da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), pais e/ou responsáveis, representação escolas e agricultura familiar; somado à criação de um formulário online para compreender mais sobre o

funcionamento. Após as informações coletadas, elas foram tratadas por meio da análise de conteúdo.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Através da metodologia utilizada foi possível identificar na categoria de arranjos institucionais, que os atores envolvidos com a alimentação escolar nos períodos 2020 e 2021, eram correspondentes ao pessoal tanto da Secretaria Municipal de Educação, quanto das próprias unidades escolares. Dentro desse processo aparecem como atores: professores, diretores das escolas, motoristas dos transportes escolares e agentes educadores. Valença conta com um total de 50 escolas e creches municipais distribuídas na sede e nos distritos. De acordo com entrevista da representação das escolas, os distritos foram os primeiros contemplados com as entregas dos kits, sendo que há uma organização interna do próprio setor de coordenação de nutrição escolar. Quando se trata do funcionamento da alimentação na pandemia, se deu por meios de kits que foram distribuídos aos pais e responsáveis dos alunos. De acordo com as entrevistas, começou a montar os kits com os estoques que haviam nas escolas,

contudo, os primeiros kits só foram distribuídos aos alunos cadastrados no antigo Programa Bolsa Família. Ainda, um dos fatores de maior atraso para composição dos kits, foi a questão da licitação, que demorou sete meses para sair. Ao que se refere a chegada dos kits aos pais e responsáveis, a distribuição de fato ocorreu ainda no ano de 2020. Captou-se também uma demora para contactar o CAE do município e dificuldade de acesso aos documentos. No que se refere à categoria de efetividade, em relação à operacionalização, a Secretaria foi responsável pela entrega da carga seca e do hortifruti. De acordo com entrevista da representação das escolas, os kits já chegavam arrumados nas unidades. Todos os gêneros que são oferecidos pela Secretaria, sejam eles de hortifruti ou recebimentos da agricultura familiar, compuseram os kits. Contudo, percebe-se que o município tem uma dificuldade de alcançar os 30% mínimos exigidos para a compra da agricultura familiar. Através do Fundo Nacional de Educação/Sistema de Gestão e Prestação de Contas (2022), em 2020 porcentagem de compra foi 15.60%, sendo que em 2021, não conseguiu-se nem metade do mínimo exigido, um total de 7.10%.

### **CONCLUSÕES:**

A partir dos critérios estabelecidos foi possível analisar a implementação da política de alimentação escolar no município de Valença-RJ, foi possível identificar os atores, a estrutura escolar do município, o funcionamento da alimentação e a operacionalização e composição. Apesar do município cumprir com as entregas dos kits no ano de 2020 e no ano de

2021, este fornecimento não se deu de forma regular e não foi o suficiente para suprir a demanda que o município possui; com isso, compreende-se que houve carência do município ao que se refere a implementação da política de alimentação escolar em sua totalidade. Esse novo formato do PNAE para suprir a demanda da alimentação no período pandêmico, era algo novo, e compreende-se que isso comprometeu a distribuição dos kits, visto que era necessário autorização e instruções de como esse processo se daria.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **SIGPC - Contas Online.** Disponível em <[https://www.fnde.gov.br/fnde\\_sistemas/sigpc-contas-online](https://www.fnde.gov.br/fnde_sistemas/sigpc-contas-online)>. Acesso em: 27 ago. 2021.

**Prefeitura Municipal de Valença (PMV).** 2021. Disponível em <<https://www.valenca.rj.gov.br/>>. Acesso: 30 ago. 2021.

### **AGRADECIMENTOS:**

É de extrema importância deixar registrado agradecimento a Universidade Federal Fluminense, que proporciona aos alunos uma educação gratuita e de qualidade, fazendo com que seja possível estar em projetos que irão agregar na vida do estudante e seu futuro profissional. Agradeço ao meu orientador que esteve presente em todo processo de construção do projeto e agradecer aos colegas que fiz durante essa caminhada. A minha família que esteve presente em toda trajetória universitária e aos meus novos e velhos amigos, em especial aqueles que fiz durante minha jornada na UFF.



**Grande área do conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas  
**Título do Projeto:** **Efetividade participativa e Accountability: uma Análise do Conselho Municipal de Saúde de Volta Redonda-RJ**

**Autores:** Amanda Braga de Oliveira e Thais Soares Kronemberger

**Departamento/Unidade/Laboratório:**

Departamento Multidisciplinar-VMD/ Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS

**INTRODUÇÃO:**

A pesquisa insere-se na temática sobre Conselhos Gestores e *accountability* em um estudo de caso no município de Volta Redonda-RJ. A questão central que pretende responder é: como a prática de *accountability* é realizada no Conselho Municipal de Saúde? Pretende-se analisar a efetividade participativa do Conselho de Saúde enquanto uma instância de fiscalização e transparência pública.

Os Conselhos são instâncias criadas por lei que possuem autonomia formal própria sobre as normas, planos e orçamentos municipais. Seus integrantes têm o papel de representar, ou seja, agir em favor da sociedade civil (ABERS; KECK, 2008), na busca de resolução de demandas sociais, fiscalização de serviços públicos e participação na deliberação de políticas públicas.

Tais instâncias possuem atribuições para o exercício de controle dos atos dos agentes públicos e do direcionamento das políticas públicas através da responsabilização e prestação de contas. Estão dispostas pela transparência a praticar atos que dão visibilidade, divulgação e estímulo à

responsabilização de agentes públicos (TEIXEIRA, 2002).

Diante de tais atribuições, torna-se relevante considerar a atuação do Conselho no contexto atípico vivido no período da pandemia de Covid-19 que evidenciou a necessidade de investimentos no sistema de saúde do país, bem como a reorganização da sociedade de diferentes formas.

Nos últimos anos, pesquisas têm debatido a efetividade participativa preocupando-se mais diretamente com a qualidade dos processos participativos e as variáveis capazes de interferir, adequar e estabelecer sua performance (VAZ, 2011).

A efetividade reflete o processo de discussão dos Conselhos Gestores e sua habilidade em incluir a sociedade nos debates sobre políticas públicas, além de produzir resultados efetivos em relação à disposição dos bens.

A pesquisa, de natureza qualitativa, adotou a coleta de dados por pesquisas bibliográfica, documental e telematizada (GIL, 2008). A análise dos dados se deu pela categorização e pela classificação de modo a agrupar e sistematizar as informações (BARDIN, 1977).

Seguiu o modo descritivo-explicativo através da interface entre os fenômenos identificados e a revisão bibliográfica sobre o tema (VERGARA, 1998). Assim, foram definidas três categorias de análise, sendo elas: informação, justificação e sanção.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Na categoria **informação** foi possível perceber que o Conselho divulgou atos, planos e ações no Diário Oficial do Município no período de pandemia. No entanto, poucos são os atos e ações que retratam sobre Covid-19. Além disso, o site da Prefeitura Municipal de Volta Redonda possui linguagem clara e de fácil acesso, estando disponível as informações logo em que se entra no endereço eletrônico. Também foi possível verificar que foi utilizado o governo eletrônico como ferramenta para divulgar essas informações.

Em relação a **justificação**, voltando-se para a participação/interação com a sociedade, foi possível identificar que o Conselho de Saúde não estabeleceu essa interação com a comunidade volta-redondense, sendo frágil sua atuação enquanto um canal de comunicação direto com a sociedade.

Já a **sanção**, destaca-se que o Conselho realiza fiscalização de unidades básicas de saúde e produz relatórios. Uma pauta frequente e de destaque no sentido de fiscalização está no serviço prestado no Hospital São João Batista, incluindo a criação de uma Comissão do Conselho Municipal de Saúde sobre Acompanhamento, Avaliação e Monitoramento do Ajuste de Parceria do Contrato de Gestão do HSJB. Referente a previsão de atuação do

Conselho frente a irregularidades, o regimento interno do Conselho define que deve deliberar sobre medidas normativas e punitivas pelo descumprimento das políticas de saúde no âmbito municipal e submetê-las à consideração do Executivo e aprovação do Legislativo (CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, 2018). Dessa forma, o Conselho tem a possibilidade de decidir sobre medidas sancionadoras e, assim, fortalecer o processo de responsabilização, fundamental para a *accountability*.

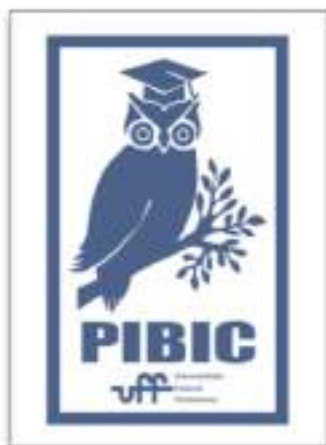
## **CONCLUSÕES:**

O Conselho Municipal de Saúde de Volta Redonda-RJ é uma institucionalidade participativa que conta com práticas de *accountability*, principalmente, aquelas referentes a informação, mas se tratando sobre justificção e sanção apresenta fragilidades, não sendo visível atuações diretas no combate à pandemia do Covid-19. O que se tem percebido é que por mais que sua atuação em termos de controle social e *accountability* esteja acontecendo pelos seus representantes, conforme indica as atas, esse espaço se constitui um mecanismo limitado no que diz respeito a inclusão. Soma-se a isso, os poucos canais de comunicação disponíveis para a população, além da baixa adesão à tribuna livre no período de pandemia.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao PIBIC/UFF pela oportunidade de realizar a pesquisa, o que contribuiu para a produção de conhecimento na área das ciências sociais aplicadas; à professora orientadora que conduziu a pesquisa e auxiliou durante todo seu

desenvolvimento e aos colegas e professores que me apoiaram e contribuíram para o meu aprendizado.





## CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

### MEMÓRIA SOCIAL DA ADOÇÃO NO BRASIL: DO NORMATIVISMO DO CÓDIGO DE MENORES DE 1979 ÀS PÁGINAS DOS JORNAIS DO BRASIL E CORREIO BRAZILIENSE

**Discente: MARIANA NUNES DE OLIVEIRA**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra LETÍCIA VIRGINIA LEIDENS**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ / ICM**

#### **INTRODUÇÃO:**

O cenário das famílias passou por reconfigurações sociojurídicas e estruturais ao longo dos tempos. Atualmente, percebe-se a redefinição dos papéis sociais de cada membro familiar, o reconhecimento das diversas formas de ser família, assim como a substituição da hierarquização para a verticalização como modelo interrelacional que reorganiza a relação familiar. Nesse cenário, a adoção como modalidade para criar famílias com filhos, muito evoluiu, mas se insere socialmente como problemática, diante do contingente quanti e qualitativo de crianças e adolescentes que se encontram em instituições de acolhimento. A pesquisa buscou subsídios históricos para mapear a presença massiva de aspectos identitários raciais e étnicos, das crianças e adolescentes, no caso, crescidas, negras, com irmãos e doentes, que (ainda) permanecem nas instituições de acolhimento e reverberam, de algum modo, a rejeição social na prática da adoção. Para tanto, utilizou-se o contexto histórico da implementação do instrumento que

inaugurou a discussão mais ampla da adoção, qual seja, o Código de Menores de 1979.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A partir do estudo da obra “A Memória Coletiva” de Maurice Halbwachs, que trouxe aportes teóricos para construção do debate que envolve a construção de uma memória coletiva sobre temas sociais que nos permeiam, foi correlacionado suas ideias junto a uma pesquisa quanti e qualitativa realizada no acervo *on-line* da Biblioteca Nacional (Jornal do Brasil e Correio Braziliense) – no espaço temporal delimitado de 1970 a 1981, a partir de notícias que precisam como o instituto da adoção foi debatido e anunciado à época e naquele espaço jornalístico. Compreender o passado é ponto crucial para analisar o presente – a memória coletiva de uma sociedade, em apoio às individuais, é ponto notório de importância para investigar o agora. Para isso, tracejaram-se palavras-chave, juntamente à demarcação do espaço temporal vinculado à promulgação do Código de Menores

de 1979. No período delimitado, duas foram as palavras-chave utilizadas para fins de análise dos dados, “Adoção” e “Código de Menores”. Após uma análise em separado dos jornais, passou-se à análise dos dados a partir da transcrição das 75 notícias encontradas.

## **CONCLUSÕES:**

O Jornal do Brasil veiculou um conglomerado de matérias mais expressivo em comparação ao Correio Braziliense. Além disso, foram encontradas mais matérias antes da promulgação da legislação. No Jornal do Brasil, foram veiculadas 44 notícias até 1978, 6 notícias em 1979 e 13 após a sua publicação do Código de Menores de 1979. Já, o Correio Braziliense, antes do Código foram encontradas 8 notícias e, no ano de 1979 apenas, 4. Interessante que, após 1979, nenhuma notícia fora veiculada pelos jornais. Assim, foi pertinente: os motivos sociais e individuais, que se desenvolvia o instituto da adoção. Em um montante de 8 matérias, das 75, 5 foram destacadas como resoluções para as questões sociais e, apenas, 3 como modelo de “construção familiar”. Isto é, por “questões sociais” observou-se que 1 versava quanto à solução à questão do aborto, 2 para evitar a “superpopulação” e 2 como solução para as crianças órfãs de guerras, ressaltando que nenhuma notícia enfocou a preocupação e atenção à criança ou adolescente. Enquanto, as demais 67 notícias trouxeram debates procedimentais e destaque para a nova legislação. Outro aspecto pertinente da análise, foi o olhar pelo qual os adotandos eram percebidos pela sociedade. Em 12 matérias

analisadas: 75% davam ênfase à imagem da criança para adoção, como um infrator ou abandonado, ao passo que, tão somente, 3% destacavam à orfandade. Evidencia-se, que a partir deste contexto, se iniciou uma elaboração daquilo que compreendemos por memória social da adoção. Assim, as fontes jornalísticas delimitadas neste tempo e espaço puderam ser confrontadas com bibliografias jurídicas e estudos da implementação do Código de Menores de 1979. A construção de entendimentos, práticas coletivas e comportamentos muito se aproximam da perspectiva sociojurídica de uso do instituto no tempo. De lá para cá, muitas mudanças, novos paradigmas foram implementados gradativamente. No entanto, alguns aspectos ainda perduram. Destacamos o papel da adoção para a solução de problemas sociais, o que inclui o abandono e aborto, além da busca dos pretensos pais por crianças e adolescentes com biótipo definido, cor branca, bebês e sem doenças e irmãos.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Letícia Leidens, ímpar à abertura e à inserção no meio acadêmico de pesquisa. Inegável é o aprendizado ao decorrer das pesquisas, das investigações e dos debates/diálogos propostos, com agradecimento, tal-qualmente, à UFF e CNPq. Ainda, não há de não se recorrer a minha companheira de pesquisa, Tamiris Ribeiro Moreira Corrêa, a qual compartilhou inúmeros aprendizados e diversas descobertas no presente estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HEMEOROTECA DIGITAL. **Fundação Biblioteca Nacional**, 2022. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 ago. 2022.







## **MUSEOLOGIA**

### **ANÁLISE DO PÚBLICO AVULSO DA CASA DA DESCOBERTA (2010-2020): UM ESTUDO DE CASO DE UMA DÉCADA DO MUSEU**

**LUCIANA MARY NEUGEDACHTER  
ÉRICA CRISTINA NOGUEIRA**

**INSTITUTO DE FÍSICA/NITERÓI/CASA DA DESCOBERTA**

#### **INTRODUÇÃO:**

É de conhecimento geral que a transmissão dos conteúdos nas escolas apresenta algumas limitações. Por isso, a educação através da experimentação e observação cotidiana transformou-se em um recurso auxiliar ao ensino formal. Nesse cenário, a visitação a museus e centros de divulgação científica tornaram-se uma oportunidade singular de aprendizado e extensão do saber, ganhando reconhecimento como instrução informal.

O Movimento da Nova Museologia, surgido na década de 80, transformou o contexto sociopolítico da concepção de museu. De acordo com a autora, a reforma procurou alterar o foco dos grandes acervos para converter os espaços museais em agentes do fazer social, o que transcenderia o próprio espaço físico. Este conceito

busca estimular a participação ativa do público, bem como a ressignificação dos objetos expostos, que se tornam passíveis de serem operados em detrimento de apenas exibidos. A abordagem proposta prevê que o próprio lecionando seja o responsável pelo seu envolvimento e, por conseguinte, seu desenvolvimento [DIAMOND; HORN; UTTAL, 2016].

A Casa da Descoberta - o centro de divulgação científica da Universidade Federal Fluminense – atua de acordo com esses preceitos, buscando a integração museu-sociedade-público, e promovendo ações e exposições que permitam o envolvimento dos visitantes.

A coleção desse museu foi inaugurada em 1999 e, a princípio, tratava-se de uma exposição temporária portada pelo Instituto de Física da Universidade Federal

Fluminense ao museu do Ingá, localizado na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Um ano mais tarde, em 2000, o acervo logrou espaço fixo no Instituto de origem, abrindo as portas para o público local, com a finalidade primária de reduzir o analfabetismo científico dessa população.

Para que se possa aferir o sucesso e conferir melhorias da metodologia aplicada, deve-se perceber as necessidades dos visitantes em questão. Nesse sentido, entende-se a análise de público como ferramenta principal do trabalho a ser desenvolvido. Diante dessa perspectiva, é fundamental que se conheça o coletivo a quem se atende, em um esforço contínuo de aperfeiçoamento das atividades propostas.

Assim, a partir de documentos disponibilizados pela Casa da Descoberta, esse estudo se dedicou a construir um acervo digital relativo aos visitantes do período de 2010 a 2020. Além disso, objetivou-se elaborar uma base de dados de consulta com filtros, atualizar e confirmar o número de indivíduos recebidos ao longo desses 10 anos, avaliar o perfil desse público, e a partir disso arquitetar planos de ações que

colaborem com o aperfeiçoamento do museu.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O estudo de público realizado coletou registros históricos e efetuou análises sobre os visitantes espontâneos atendidos pelo centro de divulgação científica da Universidade Federal Fluminense, a Casa da Descoberta entre 2010 e 2020. A metodologia contou com a verificação de fontes-primárias, e com a conversão dos dados inspecionados em estatística de gênero, idade e cidade.

Após a consolidação da base de dados e análise detalhada dos resultados, concluiu-se que a Casa da Descoberta recebeu mais de 11 mil visitantes ao longo do período estudado. Isso equivale a uma média anual de mais de mil indivíduos.

Em seguida, ao efetuar-se a qualificação das informações encontradas, e devidamente catalogadas, foi possível determinar o perfil da população pretendida.

Avaliou-se que o número de visitantes femininos supera o de masculinos, que os municípios localizados nas adjacências do

campus lideram o rol de naturalidade relatado e que eventos realizados no museu angariam grande público.

Para melhoria constante, o acervo da Casa deve estar sempre se renovando, buscando novas ideias e conceitos a serem apresentados para o público. Nesse sentido, uma nova área de realidade virtual já está em fase de concretização com previsão de inauguração em 2022.

Em termos de alcance, a criação de conteúdo para consulta a distância propicia grande visibilidade e ultrapassa as barreiras físicas de acesso, e, portanto, são indispensáveis. No espaço propriamente dito, há muitas oportunidades de adequar as práticas às demandas de visitantes com necessidades especiais. Nesse sentido, algumas propostas de atividades já estão sendo desenvolvidas, a exemplo, a adequação de alguns experimentos ópticos para o público cego.

Informações adicionais também devem ser coletadas, a exemplo, preferência de eximir-se da pesquisa, quantificando o grupo omissos. Outro dado que deve ser apurado é a satisfação do público e a relação de pessoas que retornam ao museu, verificando se na

opinião delas houve mudanças benéficas.

## **CONCLUSÕES:**

O trabalho desenvolvido foi fundamental para que se pudesse contabilizar o número de pessoas beneficiadas pela atuação da Casa da Descoberta no período pré-definido compreendido entre 2010-2020. A pesquisa de público teve grande êxito em definir o tipo de visitante que frequenta e que, por exclusão, deixa de frequentar o museu. Nesse sentido, o projeto já possibilitou a identificação de diversos pontos de aperfeiçoamento e contribuiu para a melhoria contínua do espaço, cumprindo, portanto, com sua finalidade.

## **AGRADECIMENTOS:**

À Universidade Federal Fluminense pela oportunidade, e ao seu corpo docente pelas orientações. Ao Instituto de Física, por receber e incentivar o projeto da Casa da Descoberta. E, especialmente, à Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Pesquisa, que permitem o contínuo desenvolvimento e avanço científico da comunidade acadêmica.



**Ciências Sociais Aplicadas**

**ARQUITETURA DA VIOLÊNCIA: REGULAÇÕES DE UMA  
ORDEM PRIVADA E CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA  
SOCIABILIDADE URBANA EXCLUDENTE.**

**Orientadora: Sonia Maria Taddei Ferraz**

**Autoras: Luíza Campiti Braga e Larissa Del Corno Leite.**

**Escola de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo; Grupo de Pesquisa “Arquitetura da Violência”**

**INTRODUÇÃO:**

“...A acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto” (Marx, 1996, p. 264).

Este texto tem como objeto de estudo as iniquidades representadas pelo redesenho das cidades durante a pandemia. Busca-se aqui contribuir para um debate recorrente sobre as oposições econômicas e sociais, cuja radicalização das contradições são expressas pelo quadro urbano adverso composto pelo auto enclausuramento das elites e pela absoluta falta de abrigo dos miseráveis, no quadro da pandemia de COVID-19 iniciada em 2020.

A desigualdade social e econômica sempre foram representadas significativamente por formas distintas de estar e de habitar nas cidades e, com a pandemia da COVID-19, o abismo entre as classes sociais se tornou mais acentuado. A habitação - a casa - é aqui o objeto central, de observação da vida e dos comportamentos nas cidades, como um dos

reflexos da organização econômica e social no momento pandêmico. A casa se tornou o espaço privilegiado do isolamento social necessário ao controle da contaminação. A palavra de ordem sanitária, para quem tinha e para quem não tinha casa, era “FIQUE EM CASA!”.

Este está sendo um momento particular de crescimento da aporofobia e da necropolítica - a mais forte ideia chave para descrevê-lo: se, de um lado as elites se protegeram confinadas em ilhas, fortalezas e bunkers, contratando proteção e segurança particular de todo tipo, de outro lado, milhões perderam sua renda e suas casas, sendo expostos ao relento e sem abrigo, como mostram as imagens abaixo:



Rev. Casa e Jardim



Folha de São Paulo

A Pandemia potencializou as desigualdades, com a multiplicação dos lucros empresariais e o enriquecimento “parasítico”<sup>1</sup> de uma “casta”, que transformou as mazelas da pandemia em investimentos nos espaços de exacerbação do seu isolamento. Em contraposição, o total abandono político multiplicou os sem-teto, acentuando de forma inédita essa desigualdade, que esgarçou e redesenhou os espaços urbanos ocupados pela miséria. Assim, enquanto os ricos se enclausuraram e multiplicaram o seu capital imobiliário e financeiro, os pobres, se não morreram, estão desumanamente mais famintos e desabrigados. Este quadro se relaciona com o que afirma Mbembe: “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, o que revela também o sentido profundo de desprezo pela vida, como política de morte: a necropolítica.

O que afirmou Assman<sup>2</sup>, em 1994, ajuda a perceber que vivemos hoje um aprofundamento das desigualdades e não uma novidade: “na atual conjuntura, o fato maior é sem dúvida, o cruel predomínio de uma férrea lógica de exclusão, o clima de indiferença anti-solidária que a sustenta e, em decorrência, o fato de que uma imensa ‘massa sobrança’ de seres

humanos descartáveis tenha passado a viver como lixo da história”

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Além do embasamento em diversos autores que têm feito emergir, desde 2020, os efeitos da pandemia no mundo, desenvolvemos e aprofundamos, aqui, o esboço sobre o tema iniciado em 2021.

A nossa análise está amparada em material de notícias jornalísticas, principalmente Folha de São Paulo e O Globo, como importantes fontes de relatos sobre os acontecimentos cotidianos e contemporâneos, mesmo considerando as limitações que o discurso jornalístico nos impõe. Nesses momentos, as cidades assumem centralidade nos debates que envolvem a cotidianidade. Neste momento, em particular, as diferenças noticiosas dos relatos, das intensidades dos eventos, de aparências apresentadas, nos ajudam a perceber a abrangência da perversidade pandêmica, mas induzem também a buscar as subjacências do fenômeno que aparece como exceção no processo de acumulação e exclusão capitalista. A ideia é apresentar um suporte reflexivo baseado no que foi publicado a respeito recentemente, mas, complementado e ilustrado por recorte midiático de extrações recentes e pretéritas, desde a década de 1990, focando, principalmente, os maiores centros urbanos nacionais: Rio de Janeiro e São Paulo.

---

<sup>1</sup> O termo “parasítico” está sendo adotado relacionado à parasita, “indivíduo que vive à custa alheia por pura exploração ou preguiça”.

<sup>2</sup> Apud Guareschi, in Sawaia 2001, Pressupostos Psicossociais da Exclusão: competitividade e culpabilização, pg 149.

À FAPERJ e ao CNPQ, que outorgaram nossas bolsas de iniciação científica.

## **CONCLUSÕES:**

Buscamos fazer emergir o redesenho urbano e habitacional resultante da Pandemia de Covid-19, assim como suas supostas subjacências econômicas e sociais. Um quadro gravíssimo que nos mostra o quanto ainda há para espoliar das classes trabalhadoras empobrecidas. Nos paralisou a todos, dentro ou fora de casa. Uns dentro e muitos fora. As feridas causadas pelo fenômeno Pandemia, foram capazes de nos impressionar verdadeiramente com a catástrofe humana sem precedentes por muitas décadas.

As matérias, fotos e manchetes jornalísticas nos mostraram o desenho estarrecedor materializado pelas novas formas de esvaziar cidades e de morar e não morar, durante dois anos. Assim, as rajadas de imagens e notícias, tornavam o profundo empobrecimento contemporâneo indissociável da Pandemia.

A presença maciça da população sem-teto que se materializa no espaço público enquanto os muito ricos triunfam financeiramente, como símbolo da exploração, intolerância e repulsa de classe, nos faz retornar às afirmações iniciais de Marx, para que possamos imaginar qualquer luz no fim do túnel no qual foram encerradas e enterradas milhares de pessoas, simbólica e literalmente.

## **AGRADECIMENTOS:**

À Universidade Federal Fluminense.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**INICIATIVAS DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA EM CONTEXTOS DE CRISE: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EXPERIÊNCIAS COMPARADAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID- 19.**

**Bolsista: Kethlen Pereira de Sousa; Orientador: Prof.**

**Javier W. Ghibaudi**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Economia / Faculdade de Economia**

## **INTRODUÇÃO:**

O presente trabalho tem como foco principal relatar e especificar como foram, e quais foram os temas abordados e a metodologia utilizada durante a pesquisa sobre as “Iniciativas de Economia Social e Solidária em contextos de crise: fundamentos teóricos e experiências comparadas no contexto da pandemia do covid-19”.

Sendo o objetivo final do projeto colaborar no debate crítico das relações de mercado capitalistas e das alternativas de economia social e solidária formuladas nos anos recentes nos municípios de Maricá, no Estado de Rio de Janeiro, Brasil, e o município de General San Martín, na Província de Buenos Aires, Argentina, a discussão é introduzida através da investigação dos conceitos propostos por Karl Polanyi em algumas de suas obras e suas críticas à sustentabilidade da sociedade de mercado e de sua propensão à decadência. Também adentramos com os estudos de Ariel García na análise da construção das políticas

de escala inícios do século XXI, investigando as políticas estatais de emprego e crédito, visando “despassivar” as ações dos sujeitos subalternos no quadro das racionalidades neoliberais. E por fim, expandimos o debate sobre a caracterização do período que se dá após crise do neoliberalismo com a obra de Verónica Gago, desmontando a arquitetura discursiva na qual explica o neoliberalismo somente de cima para baixo, expondo uma economia popular fortemente marcada pela presença migrante, pela inovação das formas de produção, circulação e organização de sua dinâmica coletiva que se desenvolve em Buenos Aires e em conexão transnacional com outras cidades. A metodologia utilizada na pesquisa deu-se através da elaboração e sistematização de textos e resenhas críticas a partir da leitura dos textos originais de Karl Polanyi, Ariel García e Verónica Gago, conforme supracitado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Neste trabalho foi dissertado como transcorreu o período de observação, leitura, análise e sintetização do projeto a partir da tese de Karl Polanyi, ao qual procura explicar que a causa do colapso da sociedade liberal do século XIX deu-se devido a utopia de uma sociedade de mercado auto-regulável; os estudos de Ariel García, tratando da racionalidade neoliberal não unilateral: o neoliberalismo “de baixo” como um conjunto de circunstâncias que transcendem a vontade de um governo e sua legitimidade; e a pesquisa de Verónica Gago, na qual caracteriza as mais diversas formas que o neoliberalismo se estabelece na sociedade.

Este debate levantado pelos autores ganha grande relevância na crítica ao neoliberalismo. Porém, o que melhor foi observado durante a pesquisa, foi o fato de que a leitura de todos estes textos disponibiliza diversos instrumentos para uma melhor compreensão do contexto de relações de mercado durante a pandemia do covid-19.

De igual maneira, o trabalho de Maria Fontele oferece a visão inicial de que precisamos para abranger os conceitos de Karl Polanyi para dentro da realidade atual, em particular, para os municípios que serão tratados no projeto, Maricá e General San Martín. Nele, Fontele não trata somente de Maricá, mas também das modalidades fundamentais de proteção social de Sonia

Fleury, destinadas aos indivíduos incorporados na economia formal. Assim como, analisa a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a Renda Básica da Cidadania e sua concretização através de moedas complementares e sistemas digitais. E encerra com as medidas governamentais postas em prática em momentos de baixo rendimento.



### **CONCLUSÕES:**

Consideramos uma agenda de pesquisa relevante continuar analisando as medidas de política social após a pandemia e observar, especialmente, a relação do Estado com organizações sociais e políticas. Do mesmo modo, consideramos pertinente continuar o debate com autoras e autores do âmbito sul-americano, tanto recentes quanto clássicos do debate latino-americano em ciências sociais.

### **AGRADECIMENTOS:**

Ao PIBIC /UFF e CNPq



Imagem 1: Imagem  
PIBIC



**Ciências Sociais Aplicadas**

**MITOS DO PROCESSO CIVIL MODERNO. ORALIDADE, LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO E COOPERAÇÃO: PRINCÍPIOS OU MITOS DO PROCESSO CIVIL MODERNO?**

**Juliana Gama Andrade e Fernando Gama de Miranda Netto  
(Orientador)**

**Departamento de Direito Processual / Faculdade de Direito –  
Niterói.**

**INTRODUÇÃO:**

O projeto analisou as correntes publicista e garantista. A primeira defende, à luz da cooperação, que o juiz conduza o processo dialogando com as partes, a fim de assegurar o tratamento isonômico e de permitir que participem e influenciem ao longo do procedimento.

Surge o questionamento se o modelo cooperativo afronta o texto constitucional e se viola o princípio da imparcialidade. Pois a simetria apoiada pelos publicistas possibilita que o juiz gere desequilíbrio no processo ao se posicionar em funções de parte ou advogado.

No âmbito da oralidade, observamos a economia, simplicidade ao procedimento e celeridade.

No que respeito ao livre convencimento motivado, importa dizer que expressa a liberdade do juiz atrelada à análise de provas produzidas. Dito isto, cabe a análise acerca da supressão do termo “livremente” em relação à apreciação da prova, o art.371 do CPC/15. Estaria o Código superando o livre convencimento motivado, a fim de abordar a necessidade de que o juiz aprecie as provas constantes dos autos e indique as razões de sua decisão?

Cumprе ressaltar que em um Estado Democrático de Direito as decisões públicas não podem estar atreladas à vontade pessoal do juiz, que apenas deve decidir de acordo com as provas que foram fornecidas para tal.

O projeto buscou estudar cada princípio, suas aplicações doutrinárias e práticas para, por fim, concluir sobre seu caráter mítico ou não. Para tal, iniciou-se com a revisão de obras que discorrem sobre a aplicação dos princípios da oralidade, do livre convencimento motivado e da cooperação, buscando captar demonstrações da existência de caráter mítico em cada um dos institutos. O intuito foi abordar as mudanças de cunho garantistas no CPC/15 e analisar como essas alterações são vistas e utilizadas pelos operadores do direito. Além disso, o presente trabalho traçou comparações comportamentais desses operadores diante dos princípios analisados, buscando comparar posicionamentos antagônicos acerca do tema.

Desse modo, a conclusão se deu a partir da análise sobre a aplicação dos princípios ao dia a dia jurídico processual e sobre seus conceitos, na visão dos operadores do direito e seus posicionamentos.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Nos primeiros meses de pesquisa, ao longo da revisão bibliográfica, o viés da corrente garantista, em oposição à publicista, pareceu mais adequado. A partir disso, uma das principais buscas do presente projeto foi entender as alterações de cunho garantista trazidas pelo CPC atual. A supressão do termo “livremente” no artigo 371, CPC/15, sobre a

apreciação das provas, é um referencial importante no ponto de vista garantista.

A manutenção da necessidade de decisões fundamentadas se uniu, por meio do novo código, à necessidade de apreciação de todas as provas constantes dos autos, não mais permitindo que o juiz escolhesse qual prova considerar e apreciar de forma livre.

Foi enviado um questionário a vinte e um operadores do direito, abordando os três institutos e percebemos a utilização, ainda que indevida, do livre convencimento motivado nas decisões posteriores a 2015, principalmente por operadores do direito que iniciaram a atuação à luz do Código anterior.

### **CONCLUSÕES:**

O garantismo ao defender o respeito e relevância ao princípio da imparcialidade, reforça a ideia de que os magistrados devem proferir decisões pautadas na legislação existente, nos princípios constitucionais, observar os precedentes e jurisprudências. Ir de encontro ao garantismo seria o mesmo que permitir arbitrariedades cometidas por meio do ativismo judicial, acreditando na busca de um processo “justo”, sob a visão de pessoas diferentes.

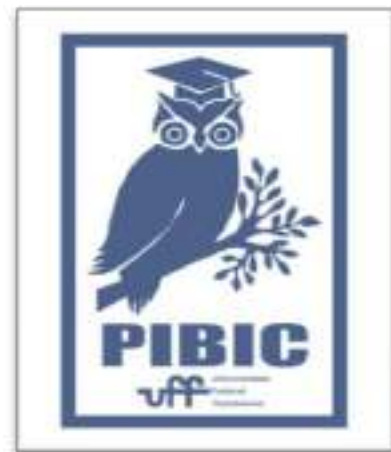
A aceitação social do “modelo cooperativo de processo” se deu pautada no contraditório e ampla defesa, ou seja, se utilizou de princípios sólidos e de extrema relevância no ordenamento jurídico para transmitir a mesma ideia, com outras palavras, motivo pelo qual, concluiu-se por seu caráter mítico.

Sobre o livre convencimento motivado, vemos que ao suprimir o termo “livremente” do art. 371, o CPC/15, buscou dirigir as decisões a fundamentações sólidas, com base em legislações, jurisprudências e princípios. Ainda que alguns operadores apreciem desatentamente as provas dos autos e fundamentem com base em questões morais e pessoais, nossa legislação é clara e expressiva em sua vontade de que o

livre convencimento motivado não seja utilizado. Isto posto, cabe concluir pelo caráter mítico do livre convencimento motivado, sob fundamento exclusivo em nosso próprio direito material e atual CPC.

Sobre a oralidade, é importante reconhecer sua celeridade, a possibilidade de análise comportamental, e proximidade com o caso concreto e partes. Porém, a realidade de um processo integralmente oral não se mostra plausível, mostrando-se viável como um ponto de auxílio em alguns atos, menos complexos, mas não como um princípio. Fato que direciona a conclusão por seu caráter mítico.

Logo, para que se conheça o processo como garantia e que se transmita essa característica ao indivíduo, faz-se necessário o cumprimento de regras, com o fito de exercer o poder sem abusividade. Somente dessa forma será possível que o processo cumpra seu verdadeiro papel.





**Ciências Sociais Aplicadas**

## **OS COMITÊS E MECANISMOS DE PREVENÇÃO À TORTURA NO BRASIL**

**Renata da Silva Marques**

**Escola de Serviço Social/ Departamento de  
Serviço Social de Niterói/ Núcleo de Pesquisa e  
Extensão Direitos Humanos, Infância, Juventude**

**e Serviço Social (NUDISS)**

### **INTRODUÇÃO:**

O projeto de pesquisa visa analisar a política de prevenção e combate à tortura no Brasil a partir da atuação dos comitês e mecanismos criados com esta finalidade. A investigação se dá após completar uma década da primeira experiência brasileira de mecanismo de monitoramento de locais de privação de liberdade em 2011 nos moldes do Protocolo Facultativo à Convenção contra Tortura das Nações Unidas (OPCAT) aprovado pelas Nações Unidas (ONU) em 2002 e ratificado pelo Estado brasileiro em 2007. Neste sentido, são discutidos os fundamentos e os conceitos de tortura a partir de uma abordagem sócio-histórica que insere a tortura como uma forma particular de violência do Estado e que no caso concreto da formação social brasileira aprofunda a violência estrutural de classe, raça/etnia e gênero. Por conseguinte, a partir de investigação bibliográfica, de legislações e acesso a documentos públicos serão problematizadas as experiências dos 18 comitês e dos 05 mecanismos de prevenção à tortura em vigência no Brasil.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Devido a pandemia da COVID-19 todo o primeiro semestre da pesquisa foi realizado de forma remota. No entanto, apesar dos desafios impostos pela modalidade remota, a realização da pesquisa não foi comprometida e os debates não foram menos enriquecedores por isso.

Com o avanço das vacinações e a decisão da UFF em relação ao retorno presencial, a pesquisa no segundo semestre foi inteiramente presencial e com isso conseguimos realizar todos os encontros programados e avançar nos debates com o aporte teórico.

Através do projeto foi possível discutir sobre a violência de Estado discutida na pesquisa e concepções teóricas sobre o surgimento da tortura, trazendo entendimentos sobre a tortura na antiguidade, como esta estava posta no período pré-capitalista e atualmente. Pode-se afirmar que entender a concepção de tortura e conhecer obras primordiais sobre a mesma, foi fundamental para a continuação do debate na contemporaneidade.

Entendemos a violência é um dos fundantes do modo de produção capitalista, no entanto, como os desdobramentos dessa estão postos dentro

de um país de capitalismo dependente como o Brasil vão criar novas nuances dentro do superencarceramento brasileiro.

### **CONCLUSÕES:**

As conclusões preliminares da pesquisa apontam que apesar da considerável expansão de comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura no Brasil, tem se observado que nos últimos três anos há um movimento de desmonte destes órgãos em especial do Mecanismo e Comitê Nacional capitaneada pelo Governo Federal vigente e que as híbridas experiências nos estados têm sofrido impactos dessa ofensiva nacional.

Apesar de todos os objetivos terem sido alcançados neste primeiro ano de pesquisa, ainda estamos nos andamentos para posteriormente finalizar a investigação do projeto.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecimentos ao PIBIC pelo financiamento do Projeto e ao orientador Fábio Simas por todo o incentivo.



imagem 1: imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento:** Comunicação Social – Publicidade e Propaganda.

**Título do Projeto:**

**EXPERIÊNCIA SINESTÉSICA VIA ‘MOBILE’: UMA TÁTICA PERSUASIVA ESTÉTICA E AFETIVA DO CHEIRO ‘NA’ TATILIDADE DA PUBLICIDADE SENSORIAL COTIDIANA**

**Autoras:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Patrícia Saldanha e Letícia Moreira Pitta da Silva

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Comunicação / Instituto de Arte e Comunicação Social / LACCOPS - Laboratório de Comunicação Comunitária e Publicidade Social.

## **INTRODUÇÃO:**

A experiência sensorial é composta pelos cinco sentidos que promovem a interação humana com o mundo: visão, audição, olfato, paladar e tato. Vimos que a publicidade passou a investir na fabricação de modos de atuação neurológicos que estimulam o consumidor a se comportar e a agir sem que ele perceba que foi impactado por táticas publicitárias ligadas à experiência sensorial, através do uso de dispositivos móveis, mais especificamente dos smartphones para ativar ações cognitivas diretamente ligadas ao consumo. Buscamos entender em que medida a pesquisa científica sobre comunicação publicitária está atenta a tais avanços nem sempre positivos.

Esta é a terceira etapa da pesquisa sobre Publicidade Sensorial, cujo sentido central será o olfato e os movimentos sinestésicos ativados por esse sentido. Na primeira, investigamos a visão (Amazon Go), na segunda, a audição (Spotify) e agora, optamos pela Scentee Inc, uma empresa de design de tecnologia que apresenta uma nova comunicação e cultura originária do Japão com o tema de fragrância comuns e incomuns que

são ativados pelo celular que vão desde a lavanda ao cheiro de picanha, linguiça e da própria casa do consumidor.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A partir da tecnologia de Smell-O-Vision<sup>1</sup>, a empresa faz com que um indivíduo consiga sentir determinado sabor através da ativação do olfato. A Scentee Inc foi escolhida por se destacar enquanto dispositivo que se apropria do olfato para variados fins, inclusive para a comunicação publicitária. Com um de seus produtos, o Hana Yakiniku, a Scentee promete que será possível “provar com o nariz”, através de três sentidos – o olfato, audição e visão. O procedimento é o seguinte: integrado em qualquer smartphone através de um aplicativo, o usuário escolhe um cheiro específico, como o de carne, por exemplo. Depois ingere qualquer alimento inalando o aroma disparado pelo celular para que o cérebro, através da manipulação dos sentidos,

---

<sup>1</sup> Com prêmios em festivais como o “Engadget 2014 Awards” e o “Cannes Lions 2015”, nas categorias de “Offbeat Product of the Year” e “Smartphone Technology”.

entenda que o que está sendo ingerido é realmente um pedaço de carne.

Em um de seus vídeos promocionais foi utilizado o exemplo de uma mulher em dieta que recorre ao aplicativo para satisfazer seu desejo e cheia o aroma que sai do dispositivo, ao mesmo tempo que come alface, enquanto é induzida pelo dispositivo a acreditar que está comendo carne grelhada. A ferramenta, Hana Yakiniku, além de dispersar o aroma, utiliza imagens e sons de preparo para aprofundar ainda mais o usuário na experiência.

Coletamos artigos acadêmicos em bases de dados consistentes ligadas à comunicação publicitária, entre 2010 e 2020, tempo da popularização do smartphone.

Imagem 1: Tabela 1

Tabela 1: relato quantitativo de produções científicas sobre publicidade sensorial nas bases de dados acadêmicas

2010 a 2019		2016 a 2020	
Google Acadêmico	75	Google Acadêmico	94
Research Gate	34	Research Gate	117
Alta	4	Alta	14
Interset	22	Interset	32
Compas	8	Compas	48
Prospex ABPT	14	Prospex ABPT	13
Total	182	Total	238

Fonte: Saklaha e Pita 2022

Sistematizamos os artigos e partimos para o levantamento quantitativo das palavras-chave que estruturaram a coleta:

Imagem 2: Tabela 2

Tabela 2: Resultado quantitativo de palavras-chave

Palavra-chave	Frequência
Marca	6.700
Consumidores	5.602
Produto	5.088
Marketing	4.878
Comunicação	4.471
Social	4.278
Percepção	3.965
Processos	3.888
Experiência	3.868
Estudo	3.753
Efêmero	3.634
Acesso	3.304
Perfumar	3.257
Sentidos	3.229
Tempo	3.090
Mensura	2.973
Dados	2.804
Consumo	2.711
Pessoas	2.287
Atividade	2.074
Clientes	2.014
Compras	1.945
Outro	1.714

Fonte: Saklaha e Pita 2022

Geramos diversas nuvens de palavras até chegarmos ao mapeamento geral do campo.

Imagem 3: Nuvem de palavras do campo

Figura 19: Estado da arte dos termos centrais condutores da Publicidade Sensorial



Fonte: Saklaha e Pita 2022

## CONCLUSÕES:

Com base no 'levantamento de dados na internet' (KOZINETS, 2014) articulado à revisão de literatura da comunicação e de áreas conexas como a neurociência, por exemplo, buscamos diversos casos ligados ao olfato cujas experiências sinestésicas têm sido difundidas com auxílio da Inteligência Artificial:

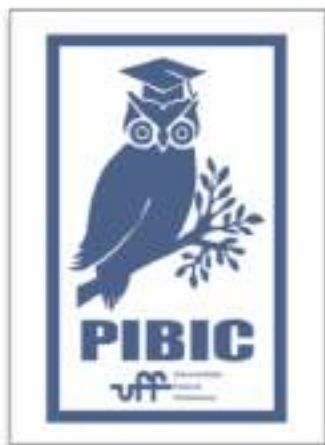
IA da Internet, IA empresarial, IA com percepção e IA autônoma (LEE,2019).

A empresa propaga os benefícios do dispositivo como a economia de dinheiro, devido ao atual preço da carne, além da perda de peso, uma vez que o indivíduo pode comer folhas ou arroz e sentir o gosto de carnes mesmo assim. Ignora as questões éticas por trás das motivações que levariam a utilização deste dispositivo como, por exemplo, comportamentos similares ao distúrbio alimentar da anorexia ou desnutrição visto que uma pessoa poderia lançar mão do produto para iludir seu organismo, deixando de alimentar-se devidamente.

O processo de difusão publicitária esvazia uma percepção crítica com o reforço de um discurso tecnológico publicitário com foco no entretenimento e na praticidade cotidiana.

#### **AGRADECIMENTOS:**

UFF, CNPq, Laccops, PPGMC







**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CULTURA NA SOCIABILIDADE CONTEMPORÂNEA:**  
**ELEMENTOS PARA A CRÍTICA.**  
**AUTORES: SARAH FERNANDES TAVARES (BOLSISTA) E**  
**PAULA DOS SANTOS KROPF (ORIENTADORA)**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI/ ESCOLA**  
**DE SERVIÇO SOCIAL**

**INTRODUÇÃO:**

O projeto tem como objetivo central analisar a compreensão do conceito de cultura, em sua forma mais ampla, nos marcos do atual estágio do capitalismo, buscando a reflexão acerca de sua crítica na contemporaneidade. Tomamos como pressuposto a formulação de cultura como processo, logo, enquanto parte da produção e reprodução da vida social (WILLIAMS, 1969). Localiza--se a relevância da investigação e debate sobre o tema no processo de formação profissional em Serviço Social, usando como aporte teórico as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Como caminho metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental se organizou em reuniões regulares, simultâneas ao grupo de estudos, onde se realizou a leitura e análise de material artístico, observando a arte como possibilidade de representação da realidade social, articulando leituras de textos que refletem sobre a dimensão cultural na formação social brasileira.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Por meio da análise e discussões de algumas obras de Raymond Williams, o estudo se debruça na definição ampla de cultura, que designa todo um modo de vida, em termos gerais e nas particularidades de suas formas de manifestação sócio-históricas e, por fim, para se referir às artes e aprendizados, a partir de sua compreensão como “processo de desenvolvimento humano” (WILLIAMS, 2007). Nesse sentido, a cultura enquanto prática social, produto e produtora da realidade, se torna a chave para as discussões da pesquisa, angulada com o sistema em que está inserida, sendo ele, o capitalismo.

Para a necessária manutenção e expansão do mesmo, são observados no que tange ao cultivo e desenvolvimento das potencialidades humanas, a sua realização atravessada pela forma mercadoria, que conforma a experiência social atual. Com isso, observarmos o desenvolvimento das forças produtivas e seus traços destrutivos, se conformando em significados comuns e modos de vida que visam a reafirmação da ordem e legitimação de relações sociais orientadas pelo objetivo de produção de valor, somadas ao aprofundamento das desigualdades e o uso da

violência como resposta ao contexto de crise estrutural.

Sobre a realidade brasileira, destacamos Coutinho (2011), resgatando o debate acerca da formação sócio-histórica brasileira, atravessada pela colonização que tem como característica fundante a escravidão, e mais tarde pela expansão de um capitalismo dependente. As marcas da formação dessa sociabilidade se dão pelo apagamento da história do país e exclusão da sociedade civil no processo de constituição de uma cultura nacional, impossibilitando a classe trabalhadora de desenvolver seus próprios significados comuns.

O Serviço Social é uma profissão marcada, nos seus primórdios, por um caráter conservador. Entretanto, as transformações políticas movimentadas pela categoria contribuíram para o desenvolvimento de um projeto profissional que tem como norte a teoria social crítica e o compromisso com a classe trabalhadora. Nesse sentido, buscando alcançar um dos objetivos da pesquisa, compreende-se a importância de pensar a temática da cultura no processo formativo, compreendendo que a profissão está inserida nas relações de produção e reprodução da vida social no capitalismo, sendo imprescindível uma formação profissional orientada pela compreensão do ser social enquanto totalidade histórica e o conhecimento da formação social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira (ABEPSS, 1996).

A pesquisa conta com fontes documentais, a fim de analisar a cultura como manifestação artística e intelectual, e a sua

representação da realidade social. As obras estudadas retratam a produção artística no capitalismo, pela via da relação da cultura enquanto forma-mercadoria. Além de denunciar marcas fundantes do sistema capitalista de mercantilização da vida social, exploração e o caráter alienante do trabalho.

## **CONCLUSÕES:**

Conclui-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, mas ressalta-se que o percurso de construção de conhecimento é compreendido a partir de um fluxo contínuo, que não se encerra no presente, assim como as discussões e reflexões acerca da cultura e da formação em Serviço Social.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a orientação da Paula Kropf e as trocas com Lisa Sobreira e Ester Benevides, amigas pesquisadoras, tornando o processo coberto de reflexões, análises e afetos, tão enriquecedores para a minha formação acadêmica e pessoal. Agradeço também ao CNPQ pela disponibilidade no programa enquanto aluna-bolsista.

## **REFERÊNCIAS:**

ABESS/CEDEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*, 1996.

CARVALHO, S. *Ópera dos vivos: estudo teatral em quatro atos da Companhia do Latão*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

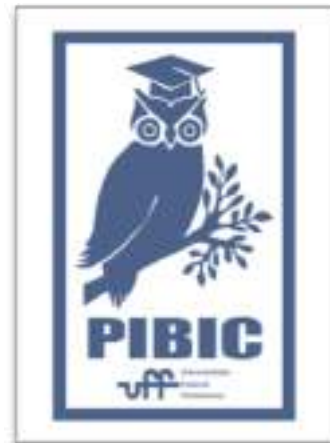
COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil. In: *Cultura e sociedade no Brasil: Ensaios sobre ideias e formas*. - 4.ed. -- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade: 1780 – 1950*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

*Ensaio Aberto: Fomento ao Teatro*. Cooperativa Paulista de Teatro, 2011.

*NOVIEMBRE*. Direção de Achero Mañas. Espanha: 2003. 1 DVD (138 min.).





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto: O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS EM ACESSIBILIDADE NAS POLÍTICAS SETORIAIS MUNICIPAIS**

**Autores: Thamyris da Silva Pessoa (bolsista) e Sergio Rodrigues Bahia (orientador)**

**Departamento de Urbanismo – TUR/ Laboratório de Estudos do Patrimônio – LEP/ Escola de Arquitetura e Urbanismo – TCA**

## **INTRODUÇÃO:**

A presente pesquisa tem como objetivo estudar como vem sendo abordada a temática da acessibilidade nas políticas setoriais de educação, saúde, transporte, turismo e cultura, nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Para melhor contextualizar a RMRJ, estudou-se seu histórico de formação, legislações e composições adotadas, organizando as informações em uma linha do tempo. Atualmente a RMRJ é composta por 22 municípios.

A coleta de dados partiu de pesquisa aos portais *online* dos 22 municípios a fim de extrair informações sobre os temas ainda não aprofundados, quais sejam: educação, saúde, transporte, turismo e cultura. Na etapa seguinte foi feita uma busca por palavras-chaves nos documentos legais selecionados para cada tema, visando destacar os trechos que tratam de acessibilidade e direito das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Complementando a busca por informações mais detalhadas sobre o tema, questionários

desenvolvidos no modelo Google Form foram endereçados a todos os municípios integrantes da RMRJ.

Ao final, todas as informações obtidas foram sistematizadas em tabela do Excel. Tal sistematização permitiu quantificar alguns dados em gráficos e, com isso, apresentar um panorama geral da RMRJ.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Através dos gráficos gerados foi possível analisar a situação em que se encontra a RMRJ no tocante à incorporação da acessibilidade nas cinco políticas setoriais.

Em relação à Política Municipal de Educação, o levantamento registrou a existência de Secretaria específica nos 22 municípios integrantes da RMRJ. O documento base estudado foi o Plano Municipal de Educação, que em relação às questões de acessibilidade, assegura que a lei de educação especial na educação básica (Lei 9.394/96) seja cumprida. Todas as escolas devem, não apenas incluir pessoas com deficiência, como dar prioridade à inscrição delas. O ambiente escolar deve ser

acessível para completa mobilidade e autonomia da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. Seu corpo docente deve ser composto por pessoas especializadas em educação inclusiva. Alguns Planos Municipais preveem a disponibilidade de kombis ou vans para a locomoção de estudantes com deficiência.

No campo da Saúde, também foi identificada a existência de secretaria específica nos 22 municípios da RMRJ. O documento base estudado foi o Plano Municipal de Saúde, que em relação às questões de acessibilidade, deve assegurar a criação de meios para que sejam inseridas nos municípios as Redes de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), que estabeleceu incentivos financeiros de investimentos e de custeio. A RCPD é um conjunto de unidades de saúde e clínicas especializadas, que foi instituída a partir da publicação da Portaria GM/MS nº 793, de 24 de abril de 2012.

A Secretaria de Transporte se faz presente em 73% dos municípios da RMRJ. O documento em destaque foi o Plano de Mobilidade Urbana (PMU), cuja abordagem sobre as demandas em acessibilidade se faz presente no tocante à garantia do cumprimento das legislações específicas, citando as necessidades de sinalização adequada nas ruas e nos transportes públicos, equipamentos urbanos acessíveis, transportes com elevadores, sinais sonoros, linguagem em braile, etc. Contemplam, em geral, prioridade e gratuidade para pessoas com deficiência, inclusive para um possível acompanhante. Há

de se destacar, no entanto, que o PMU, que se apresenta como instrumento relevante para circulação de pessoas na escala municipal e metropolitana, ainda não foi elaborado por 77% dos municípios da RMRJ. Por esse motivo, as políticas públicas previstas para os municípios foram encontradas principalmente nas leis orgânicas e nos planos diretores dos mesmos.

Já as Secretarias de Cultura e de Turismo estão igualmente presentes na estrutura administrativa de 90% dos municípios da RMRJ, muitas vezes sendo integradas. No tocante à Cultura e Turismo, a política setorial dos municípios costuma abordar o assunto de forma geral e inespecífica, apenas assegurando a necessidade de inclusão de pessoas com deficiência nos ambientes de ensino, a adaptação dos equipamentos de esportes e lazer, e incentivando o apoio à projetos que sejam inclusivos. Também incentivando a universalização de todos os espaços públicos, para que não haja barreiras físicas para pessoas com deficiência.

Os resultados da pesquisa mostraram ainda que parte expressiva deles possui uma comissão permanente que trata do tema Acessibilidade, o que é importante na produção de leis que levem em conta os direitos dessa parcela da população. No entanto, somente 6 dos 22 municípios da RMRJ possuem uma secretaria ou órgão municipal específico, podendo dificultar a execução das diretrizes legisladas.

No tocante à Lei Orgânica Municipal (LOM), parcela significativa desses instrumentos legais foi elaborada na década de 1990. Várias

LOMs sofreram atualizações ao longo do tempo que, por conseguinte, evidenciou um cenário muito positivo, com 100% dos municípios apresentando proposições relativas ao tema.

## **CONCLUSÕES:**

A partir dos estudos desenvolvidos, foi possível notar a importância da criação de órgãos que tratem especificamente da acessibilidade dentro da estrutura administrativa dos municípios, visto que não há pessoas capacitadas a responder às questões sobre as demandas de acessibilidade nas secretarias gerais.

Também foi detectada a necessidade de haver uma melhor articulação entre as secretarias municipais, assim como melhor capacitação do quadro de profissionais a atuar diretamente no tema.

Conclui-se que a história da construção de um espaço urbano acessível nos municípios até agora estudados é relativamente recente e, por isso, vem se buscando ainda uma adaptação desse espaço aos padrões exigidos nas leis e normas que tratam do assunto, através de processos e ações que ainda necessitam de uma discussão maior por parte das administrações, incluindo os personagens de maior interesse – as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida – e conscientizando a população para que haja reconhecimento da importância do tema em questão.





## CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

### OS TRANSTORNOS DAS REDES: SAÚDE MENTAL E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

**Bolsista: Sarah Camilo Roque**

**Orientadoras: Maria Paula Sibilía e Marianna Ferreira  
Jorge**

#### INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo diagnosticar os efeitos das tecnologias de informação e comunicação na produção de subjetividade, focando sobretudo na sua relação com a ascensão de transtornos mentais, como depressão e ansiedade, bem como com as possíveis patologias associadas ao seu uso excessivo.

Para tal, partimos da premissa de que vivemos numa sociedade que valoriza a alta performance (EHRENBERG, 2010), a autoestima, o desenvolvimento pessoal e a satisfação do desejo (JORGE; SIBILIA, 2019) e que, portanto, encara quaisquer obstáculos a estes objetivos como fontes de sofrimento a serem evitadas, ou ainda como patologias que podem ser tratadas e medicalizadas (JORGE, 2021).

No intuito de compreender a relação entre a mídia, o sofrimento e a produção de subjetividade na contemporaneidade, nos debruçamos sobre o discurso midiático dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, nos últimos vinte anos, por meio da análise do discurso midiático.

A partir do levantamento e da análise de reportagens acerca do sofrimento psíquico relacionado aos dispositivos móveis de conexão em rede, o objetivo central da pesquisa foi compreender como os meios de comunicação dão sentido a esses mal-estares atuais (a partir das responsabilizações atribuídas, dos casos narrados, dos problemas evidenciados, dos testemunhos acionados, etc) e propõem soluções para resolvê-los.

#### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da coleta de matérias do acervo digitalizado dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, foi feito um levantamento empírico. Ao todo, foram levantadas 436 matérias, 238 da *Folha de S. Paulo* e 198 do jornal *O Globo*. O intuito do levantamento foi o de perceber tendências e identificar rupturas e deslocamentos nas narrativas midiáticas acerca do sofrimento e, também, a relação entre a pandemia de Covid-19 e essas possíveis transformações.

Após uma longa e extensa etapa investigativa, de coleta de dados, iniciamos a análise

qualitativa, ainda em andamento devido ao volume de matérias coletadas. Abaixo, de forma bastante resumida, compartilharei alguns dados preliminares desse primeiro levantamento qualitativo do material.

## **DISCURSO DE MEDICALIZAÇÃO**

O primeiro apontamento feito foi quanto ao discurso da medicalização, bastante presente nas matérias. O que notamos foi que esse discurso sofreu alterações ao longo dos anos, embora tenha mantido um mesmo estilo de abordagem durante todo o período que compreende a análise (2000-2020): o recurso de identificar, nomear e categorizar angústias, alertando para as suas associações com transtornos mentais, cujos tratamentos estavam disponíveis no mercado farmacêutico. Além disso, também nos chama atenção o fato de que a maior parte do material analisado traz, conjuntamente à explicação das patologias e testemunhos dos doentes, sugestões de tratamentos. Assim, esses diagnósticos individuais, acabam por minar qualquer crítica mais radical às dinâmicas contemporâneas, bem como qualquer esforço de transformação coletiva, responsabilizando diretamente os sujeitos pelo seu bem-estar e desenvolvimento pessoal.

## **A PRESENÇA DOS TESTEMUNHOS**

Além disso, também foi possível notar que os testemunhos, presentes na maior parte dos artigos escolhidos na coleta, apoiam o discurso tecnocientífico da medicalização dos sujeitos, fundamental para o funcionamento da atual “sociedade de controle” (Deleuze,

1992), visando adequá-los aos imperativos morais de bem-estar, felicidade, performance, sucesso e autoestima, bastante alinhados aos preceitos neoliberais em voga. Assim, os relatos, são estruturados para que os sujeitos que consomem o veículo, se identifiquem como “vítimas” dos mal-estares em questão e passem a se considerar também, “sujeitos doentes”.

## **CONCLUSÕES**

Podemos concluir, ainda que de forma preliminar, que a mídia – numa aliança com o mercado e a tecnociência – possui papel fundamental para que os leitores se concebam como “doentes”. Notamos também que ao longo do período analisado, essa concepção se estende cada vez mais, passando a identificar quaisquer obstáculo ao bem-estar como transtorno mental, fomentando o discurso da medicalização.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

DELEUZE, Gilles. “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

EHRENBERG, Alain. *O culto da performance*. São Paulo: Ed Idéias & Letras, 2010.

JORGE, Marianna Ferreira. *Desempenho tarja preta: medicalização da vida e espírito empresarial na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduff, 2021a.

JORGE, Marianna Ferreira; SIBILIA, Paula. *The Online Addiction as a Malaise of the 21st*



Century: From repression by the law to “free” unlimited stimulation. *International Journal of Psychoanalysis*, p. 1422-1438, 2020.

JORGE, Marianna Ferreira;  
SALGADO, Julia. From Digital Detox to 24/365 Disconnection: Between Dependency Tactics and Resistance Strategies in Brazil. In: Chia, Aleena; Jorge, Ana; Karppi, Tero. (Org.). *Reckoning with Social Media: Disconnection in the Age of the Techlash*. 1ed.Londres: Rowman & Littlefield, 2021, v. 1, p. 147-164.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao CNPq e a PROPPI/PIBIC/UFF pelo fomento recebido para a realização da iniciação científica. Ao GENEALOGIA/UFF, especialmente às professoras Marianna Ferreira Jorge e Paula Sibilia, pela orientação acadêmica e oportunidade de participação na pesquisa.



**Ciências Sociais Aplicadas**

**NOVAS MODALIDADES DE TRABALHO: A ATIVIDADE  
PLATAFORMIZADA E A GARANTIA DE DIREITOS LABORAIS NO  
CONTEXTO DA PANDEMIA**

**Larissa Louback Garcia (Aluna Bolsista) e Gabriel Rached  
(Orientador)**

**Faculdade de Direito / Departamento de Direito Privado (SDV)**

**INTRODUÇÃO:**

O presente estudo tem por escopo a análise das novas modalidades laborais, e possui o propósito de compreender a maneira pela qual a atividade plataformizada, utilizando-se sobretudo do caso dos entregadores de aplicativo, é defrontada com a temática da proteção do trabalhador.

Para tanto, foram examinadas as principais resoluções publicadas nesse campo, bem como as jurisprudências que estão em curso, a fim de situar o cenário brasileiro frente à complexa formulação desta modalidade. Ademais, foi realizado o levantamento bibliográfico pertinente ao tema do projeto - que abrange a coleta de dados, artigos, revistas, livros e dispositivos legais que versem sobre os campos atinentes a este trabalho. Por fim, foi efetuado o exame das informações coletadas com base no arcabouço analítico adotado, predominantemente permeado pela abordagem do capitalismo de plataforma - conceito referente à interação dos diferentes atores da economia compartilhada com as plataformas digitais.

Assim, buscou-se investigar: i) como se apresentam as condições de trabalho dos entregadores de aplicativo no Brasil; ii) em quais aspectos se identifica a precarização do trabalho nessa modalidade; e iii) quais são as particularidades, no que tange à regulação do trabalho, bem como no contexto do reconhecimento do vínculo empregatício, que trazem ao tema acentuadas contradições.

Cabe destacar que, no decorrer do período de realização de pesquisa, foi promulgada a Lei 14.297/22, referente à concessão de direitos temporários aos entregadores de aplicativos.

No mais, tem-se que o arcabouço analítico possibilitou observar esse campo tanto em seu aspecto jurídico, como também contemplou elementos do âmbito social, econômico e tecnológico - tais quais governança algorítmica, seguridade e desigualdade de renda.

Dessa forma, dentre as incertezas e desafios que abrangem a temática, inferiu-se que, no contexto de disputas entre posicionamentos conflitantes, o frágil

posicionamento do judiciário quanto ao reconhecimento do vínculo empregatício - na medida em que se trata de um tema ainda não pacificado -, mostra-se um elemento que, além de colocar em risco a segurança jurídica, torna a tarefa de garantir direitos ao trabalhador plataformizado ainda mais complexa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Com a deflagração da pandemia, a partir de uma realidade laboral permeada pela informalidade e precarização, instaurou-se, em 2020 no Brasil, a “Breque dos Apps” - paralisações nacionais organizadas por entregadores de aplicativo em busca de reconhecimento de direitos e, por conseguinte, da regulação da modalidade.

Dentre as diversas nuances que permeiam a temática da natureza jurídica da atividade, foi possível constatar que o entendimento predominante identifica a presença de trabalho autônomo para esta categoria, baseando-se, dentre alguns pontos, na flexibilidade de horários comum à atividade.

Nessa arena, comenta-se tanto sobre a necessidade de limitar a atuação das empresas - estipulando condições mínimas para o exercício da atividade -; quanto acerca da implementação dos mecanismos já existentes na legislação trabalhista para garantir direitos a esse grupo. Nessa última hipótese, defende-se que ao se estabelecer o vínculo entre os trabalhadores e as plataformas digitais, estes passariam a usufruir de todos os direitos laborais já previstos no artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

Nota-se, ainda, que enquanto nas Associações de defesa dos interesses coletivos das empresas no âmbito da tecnologia e do trabalho é defendido que a ampliação da proteção social não deve acontecer com base em regras antigas, o Ministério Público do Trabalho (MPT) apresenta entendimento oposto.

No tocante ao vínculo empregatício e à segurança de trabalho na pandemia, o Órgão se posicionou reiteradamente no sentido de que os trabalhadores via aplicativo vivenciam um limbo jurídico, no qual a retórica das empresas predomina. Igualmente, aferiu que a ausência de regulamentação, a fragilidade da representação profissional e a demora do poder público apresentam-se como os fatores que prejudicam a proteção social do trabalhador plataformizado.

Ademais, a partir das decisões analisadas no cenário nacional e internacional, evidencia-se que o reconhecimento do vínculo empregatício para a categoria é uma pauta ainda controversa, na medida em que se trata de um tema ainda não pacificado nos Tribunais, os quais parecem lidar de forma precária com os prejuízos causados pela omissão legislativa.

## **CONCLUSÕES:**

A partir da pesquisa realizada, pôde-se verificar que o reconhecimento do vínculo empregatício, como recomendado por alguns doutrinadores, é uma forma efetiva de garantir a proteção do Estado aos trabalhadores que se deparam, nos dias de hoje, com um cenário de crescente vulnerabilidade social.

Assim, mediante a compreensão de que o trabalho decente, conforme definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é preceito chave para se garantir o crescimento sustentável das empresas e a dignidade humana no contexto das plataformas digitais (ILO, 2021), foi possível aferir que a formalização das relações de trabalho inseridos na arena da economia compartilhada deveria constar dentre as prioridades de regulamentação governamental, na medida em que se trata de um campo ainda marcado por inúmeras contradições.



Imagem 1: Imagem PIBIC

## **AGRADECIMENTOS:**

Gostaria de agradecer a Deus e a todos os envolvidos na minha trajetória que, com sua contribuição, me permitiram chegar até aqui. Igualmente, estendo meus agradecimentos ao meu Orientador Gabriel Rached, ao Grupo de Pesquisa sobre Estado, Instituições e Análise Econômica do Direito (GPEIA/UFF) e à minha família, pelo ânimo e incentivo durante o percurso. Por fim, gostaria de agradecer à UFF e ao CNPq por proporcionarem a oportunidade de ter contato com a pesquisa ainda no início das atividades de graduação

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *World Employment and Social Outlook 2021: The role of digital labour platforms in transforming the world of work*. International Labour Office 1 v ISBN 97, Geneva: ILO, 2021.



## **CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS**

### **REVOLUÇÃO BURGUESA, “DEMOCRACIA VULGAR” E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: A ASCENSÃO DO GOVERNO BOLSONARO E O PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO**

**DOUGLAS RIBEIRO BARBOZA E ANA CAROLINA SAMPAIO FERREIRA**

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI/  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL/ UNIVERSIDADE FEDERAL  
FLUMINENSE**

#### **INTRODUÇÃO:**

A partir do método do materialismo histórico, a pesquisa, de caráter exploratório e com abordagem qualitativa, foi construída através da revisão bibliográfica e análise documental, em produções voltadas para o tema do Estado, da formação social Brasileira, do fascismo e dos processos políticos contemporâneos. Desta forma, foi realizada uma investigação acerca do fascismo em suas experiências “clássicas” para que chaves de análises fossem elaboradas e, assim, fosse possível apreender as mediações históricas sob as quais ele vem se reconstituindo na conjuntura política brasileira e como passa a servir de aporte para a progressão das táticas ultraliberais. Concomitantemente, realizou-se uma busca no Portal da Legislação para identificar as principais propostas construídas pelo atual governo brasileiro que impactaram diretamente nos direitos da classe trabalhadora.

A conjuntura do país é marcada por uma crise política, econômica e social que se

intensificou com a pandemia de covid-19, atrelada a um governo guiado pelos anseios da burguesia financeira internacional e a burguesia brasileira a ela associada, que se utiliza da desorganização e da violência para atender aos interesses do grande capital. Sob as marcas de uma formação social fomentada pelo capitalismo dependente e pela manutenção de elementos oligárquicos, autárquicos e senhoriais em sua conformação, a democracia no Brasil se construiu de forma superficial, o que possibilitou o atual processo de fascistização do Estado. A democracia burguesa no Brasil revela sua nova faceta, onde a sua debilidade torna-se ainda mais vultuosa sob o comando de Jair Bolsonaro.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O fascismo é uma forma singular da ditadura burguesa, bem como é o movimento e a ideologia que aram o terreno para a implementação deste tipo de ditadura. Atualmente, o Brasil está sob o comando de um

governo de movimento e ideologia fascista, mas não está sob regime ditatorial fascista. Estamos ante a “uma ditadura burguesa deteriorada e em crise” (BOITO, 2020, p.14).

Ao pensarmos a escalada autocrática intensificada após o golpe de 2016 no Brasil e a elevação a um novo patamar do processo de criminalização dos movimentos sociais e populares, percebemos que a extrema-direita consegue assumir o Planalto nas eleições de 2018 para aplicar o programa ultraliberal com Bolsonaro e Paulo Guedes. Esse período de rearranjo do Estado no Brasil se apresenta com elementos que dão contorno ao processo de fascistização (BARBOZA, 2020).

Através de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Decretos, leis e outros subterfúgios administrativos, aprofunda-se o reordenamento constitucional e institucional do Executivo. Assim sendo, foram fornecidas uma série de medidas repressivas que tiveram como finalidade a anulação do espaço político dos trabalhadores, indiciando os movimentos e as lutas sociais, desmobilizando o movimento sindical, atacando os partidos de esquerda. Em contrapartida, houve uma ampliação do “elenco de ações políticas ‘criminalizáveis’, ‘empoderando’ os agentes do sistema repressivo e de informações, estimulando a militarização de base social, fortalecendo o sistema de vigilância estatal e informações” (MACIEL, 2019, p. 3).

Visando compreender a forma através da qual se efetiva o ataque aos direitos da classe trabalhadora, realizamos a análise de 267 Medidas Provisórias, 1.526 Decretos, 68 Projetos de Leis e 4 Propostas de Emenda à

Constituição, de janeiro de 2019 a agosto de 2022, construídas pelo atual governo. Deste modo, identificamos os teores que se sobressaíram no tocante à degradação das condições de vida e de trabalho da população brasileira.

As medidas se caracterizaram pelo ataque à Seguridade Social, à Constituição das Leis Trabalhistas, ao meio ambiente e o desmonte da Educação pública. Em contrapartida, com o agravamento da crise econômica, política e social do país, é notável a inserção de forma massiva dos militares em todos os âmbitos do governo; a crescente abertura do mercado e as propostas esteadas na violência.

## **CONCLUSÕES:**

Ante ao exposto, compreende-se que o projeto bolsonarista colocou em voga seu programa ultraneoliberal articulado com os elementos fascistizantes. Concomitantemente, implementa cotidianamente uma série de ofensivas contra os direitos sociais e trabalhistas da população brasileira. Desta forma, observa-se, a partir dos dados e análises elaboradas, que a construção do atual processo de fascistização da sociedade e do Estado no Brasil serviu de pilar para a intensificação dos níveis de exploração do trabalho e dos ataques aos direitos dos trabalhadores.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao CNPQ por proporcionar a bolsa de Iniciação Científica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOZA, D. R. Entre a tempestade sangrenta e a silenciada bonança: a “democracia vulgar” nos processos políticos do Brasil. *REVISTA EM PAUTA*, v.20, p.35 - 60, 2022.

BOITO, A. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. *Observatorio Latinoamericano y Caribeño*, v. 4, n. 2, p. 8-30, 2020.

MACIEL, D. Governo Bolsonaro, ameaça fascista e luta socialista. *Revista eletrônica Marxismo*, v. 21, 2019.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**Título do Projeto: ENSINO SUPERIOR E CURSOS DE**  
**SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: MONITORAMENTO E**  
**ANÁLISE DO PROCESSO DE EXPANSÃO, PERFIL**  
**PROFISSIONAL E PROPOSTAS CURRICULARES.**  
**ANÁLISE DOS PERFIS PROPOSTOS PELOS CURSOS**  
**PRESENCIAIS SEM FINALIDADES LUCRATIVAS**

**Autores: Larissa da Costa Vale – bolsista FAPERJ**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Escola de Serviço Social/Gragoatá/Núcleo de**  
**Pesquisa e Extensão em Trabalho, Educação e Serviço Social - TEIA**

### **INTRODUÇÃO:**

Iniciei minha participação, enquanto bolsista de Iniciação Científica, no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Trabalho, Educação e Serviço Social – TEIA, no projeto de pesquisa “Ensino superior e cursos de Serviço Social no Brasil: monitoramento e análise do processo de expansão, perfil profissional e propostas curriculares”, coordenado pela docente Larissa Dahmer Pereira vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional. Uma das primeiras atividades que desenvolvi na Iniciação Científica foi a participação no grupo de estudos que iniciou em setembro de 2021, dividido em três blocos e realizado de maneira remota e encontros às terças-feiras. Enquanto pesquisadora de Iniciação Científica, estudante da Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista da pesquisa pela FAPERJ, desenvolvi alguns trabalhos.

Em um primeiro momento foi feito um trabalho de levantamento documental dos cursos de

Serviço Social. Fiquei responsável pelos cursos à distância. Os dados foram coletados no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) e inseridos em planilhas de Excel. Em um segundo momento, direcionei a minha pesquisa para as Instituições de Ensino Superior Presenciais Privadas Sem Fins Lucrativos. Fiz um levantamento específico sobre essas IES a partir dos dados disponíveis no Cadastro Geral do E-MEC. A partir dessa coleta foi possível entrar nos sítios virtuais de cada instituição para levantar os seguintes dados: Projeto Pedagógico, Trabalho de Conclusão de Curso, Perfil de Egresso, Grade Curricular, Atividades Complementares e Estágio. Destaca-se que essa pesquisa ainda está em andamento e será apresentada no Seminário Internacional da ALAEITS. No momento também estou participando do levantamento dos dados das Sinopses e Estatísticas da Educação Superior, dos anos de 2016 até 2020 dos cursos de Serviço Social de IES Públicas e Privadas.



## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A partir das discussões apresentadas nas reuniões do grupo de estudo foi possível compreender a educação no Brasil com base na formação histórica brasileira. Isso é possível, porque o capitalismo se desenvolve de diferentes maneiras em cada país, a depender da formação histórica. Com base nisso, o Brasil possui suas particularidades históricas, assim a formação do capitalismo aqui foi dada por saltos, sendo assim o nosso capitalismo um capitalismo marcado pela dependência em relação aos países capitalistas centrais. O desenvolvimento capitalista dependente também perpassa em como será a educação apresentada e a questões de classes nelas pertinentes. É possível destacar que até os primeiros anos do século XX os trabalhos complexos que eram relacionados à educação de nível superior eram desenvolvidos pela elite, enquanto o trabalho simples era direcionado à classe trabalhadora, sendo necessária somente a educação básica. (VALE; KATO; PEREIRA, 2019).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.349/96, foi um marco junto com o Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, que distinguiu o sistema de ensino brasileiro entre as Instituições de Ensino Superior públicas, privadas com fins lucrativos e sem fins lucrativos (JÚNIOR, SGUISSARDI, 2001). É importante ressaltar que as mudanças foram possíveis por influência dos Organismos Multilaterais Internacionais, como o Banco Mundial, em um contexto de contrarreforma do Estado brasileiro. A partir do que vinha acontecendo as IES sem fins lucrativos tiveram

um enfraquecimento, enquanto as IES com fins lucrativos se ampliaram pela expansão e aquisição de instituições que entraram em falência. Entretanto, ao analisar os rumos da formação em Serviço Social, desde os anos 1990, percebe-se a crescente mercantilização da profissão, conforme Pereira (2007).

## **CONCLUSÕES:**

Em relação à pesquisa, apesar de não ter sido ainda finalizada, é possível destacar que o perfil de egresso dessas instituições não está direcionado a um pensamento crítico e propositivo, o que se relaciona com a formação dos futuros profissionais. A coleta de dados referentes aos cursos inseridos em IES sem fins lucrativos permanece em curso e será apresentada em outubro, no Seminário PIBIC/CNPq da UFF e, em novembro, no Seminário Internacional da Associação Latino-Americana de Trabalho Social (ALAEITS).

## **AGRADECIMENTOS:**

Gostaria de agradecer à UFF, ao PIBIC (Programa de Bolsas de Iniciação Científica), à professora Larissa Dahmer, à pesquisadora TCT/FAPERJ Andreza Telles e todas as meninas do grupo pelo aprendizado.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em [https://www.editoranavegando.com/\\_files/ugd/35](https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35)

e7c6\_46a9595e792d4569a3f2f85dc48  
eb991.pdf Acesso em: 30 de maio de 2022.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. 10 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9QPgLZg9NZdCt7vVwBCCyqj/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em 03 de agosto de 2022.

VALE, A. A. ; KATO, F. B. G. ; PEREIRA, L. D.. Capitalismo dependente, formação social brasileira e padrão educacional rebaixado: subsídios para uma reflexão sobre a formação dos assistentes sociais brasileiros. In: RAMOS, A.; Barboza, D. R.; Pereira, L.D.; Pereira, T.D.. (Org.). Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social. Uberlândia: Navegando, 2019.



Imagem 1: Imagem  
PIBIC



**Grande área do conhecimento: Ciência Sociais Aplicada/**

**Área: Serviço Social**

**A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA PANDEMIA POR COVID-19: UM OLHAR SOBRE O NORTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RJ**

**Autores: Juliana Desidério Lobo Prudencio (orientadora);  
Késsia Ramos Ferreira**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Campos**

## **INTRODUÇÃO:**

Esta pesquisa surgiu através dos estudos e discussões sobre a Política de Saúde Mental, Álcool e outras drogas, com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (NEPSAD) da Universidade Federal Fluminense (UFF Campos). Diante disso, proporcionou pensar a rede de saúde mental em tempo pandêmico, onde observou-se a necessidade de compreender como os profissionais da área da saúde mental fizeram para ofertar o cuidado, já que uma das medidas de prevenção do Covid-19 foi o isolamento social. Assim sendo, pesquisamos os componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sendo o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) e a Unidade de Acolhimento Infanto-Juvenil (UAI), ambos em Campos dos Goytacazes no Norte Fluminense do Estado do RJ, no período de março/2020 até setembro/2021.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Nas entrevistas realizadas ao CAPS AD e UAI, no Norte Fluminense do Estado do RJ, em ambos serviços os gestores destacaram a

necessidade do diálogo ativo e horizontal com os assistidos e acolhidos; o fortalecimento de vínculo entre profissionais e pessoas usuárias desses serviços; a busca ativa ao território no período de pandemia e o fica em casa; ao funcionamento necessário da rede de saúde mental e respeito as demandas de cada serviço por parte do poder público; a urgência de estratégia de defesa do serviço no cuidado ofertado em socializar em como funciona tais componentes – como acessa o serviço – para a comunidade, pois ainda há quem não acredita no serviço como oferta de cuidado de inclusão e reinserção social.

Em relação a UAI, obtive o relato da importância de entender os acolhidos para além do uso da droga, de levar em conta no ato profissional o que gerou o uso recreativo de uma droga, da sensação de que para o adolescente este detém algum poder ao consumir, e explicar como funciona o serviço, para qual fim estão acolhidos, de colocá-los como protagonistas das atividades realizadas pelo componente da RAPS. A respeito do isolamento, adquiriu a estratégia do sopão, na tentativa de estreitar os laços a partir da ida ao território dos profissionais que se sentisse à

vontade, pois medo foi algo existente e marcante nos primeiros momentos de pandemia em que cada um reagiu de uma maneira, dessa forma, quem se colocou disponível em ir ao território, ir até pessoas que fazem uso excessivo de drogas, assim foi feito.

Já no que diz respeito ao CAPS AD, o profissional entrevistado permitiu através do seu relato, o entendimento de como foi difícil também para os profissionais da saúde mental no período atípico de pandemia do Covid-19. Fez-se necessário uma maior dedicação a quem tem sua vida esquecida pelas autoridades, sociedade e são forçados a viver longe da comunidade antes mesmo de um vírus, e da necessidade de recriar formas de trabalho para não permitir que caiam no espaço de ocupar a beira do esquecimento em não significância da própria vida. As equipes profissionais receberam Equipamentos de Proteção Individual, e narra que mesmo com o esforço somado ao medo no trabalho, durante a pandemia, chegou a uma fase mais avançada do Covid-19 que foi preciso suspender os grupos devido aos decretos, na qual desfavorece o fortalecimento de vínculo, pois houve perda de contato com os assistidos e não havia endereço registrado no prontuário. Foi possível, relato da entrevista, assegurar alguns vínculos devido ao cadastro para ter auxílio-emergencial e devido ao aumento do uso de drogas. As entrevistas aos trabalhadores da RAPS, verificaram-se a necessidade de reafirmar e defender o cuidado na direção da reforma psiquiátrica, indo na contramão da política neoliberal e lutando contra os retrocessos na Política Nacional de Saúde

Mental. O agravamento das expressões da questão social fez flamejar a pandemia do Covid-19, e os serviços em rede sentiram isso no atendimento, na procura pelo serviço em matar a fome, em ter alguma convivência com pessoas, na busca de orientação em relação ao Covid-19 e em conseguir dormir/acordar debaixo de um teto.

Assim, o trabalho dos profissionais da saúde mental e a importância desses serviços funcionando, pois em xeque a mudança que deve ser voltada para aproximação da comunidade, família e pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, na reinserção dessas ao convívio social, e não, no aprisionar com isolamento total, ou depositadas às margens das sociedades e esquecidas até a morte. A pandemia escancarou a necessidade de reafirmar o que é um CAPS AD, uma UAI, da importância do financiamento destinado a esses serviços para que possam funcionar na direção dos Direitos Humanos e compreendidos no viés de política de saúde mental, álcool e outras drogas por práticas norteadas pela redução de dano. (BARBOSA, 2020).

## **CONCLUSÕES:**

Os resultados apontam a importância de uma maior e melhor compreensão sobre a atenção psicossocial no campo das drogas, sobretudo compreendendo o momento da pandemia neste cenário como mirante para se analisar os processos de cuidado ocasionados pelo Covid-19, mostrando a importância desses serviços funcionando e do contexto no qual estamos que requer pensar estratégias de

resistência. A pesquisa revela a ausência de estudos sobre a política de saúde mental, álcool e outras no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, assim como o enfraquecimento dos espaços de mobilização social como resultado da pandemia.

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

BARBOSA, A. da. Et al. Processo de trabalho e cuidado em saúde mental no Centro de Atenção Psicossocial da UERJ na pandemia de COVID-19. Revista HUPE, Rio de Janeiro: UERJ, 2020.



**Ciências Sociais Aplicadas**

**DIRETRIZES METODOLÓGICAS DO PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI (PGD-NITERÓI): MÓDULO SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA (SMF).**

**Ana Caroline Mateus Cruz, Gabriela Rocha da Silva Araújo, Graziella dos Santos Cardoso Fagundes, Tainah Gouvea dos**

**Santos (Bolsistas PDPA), Ana Célia Rodrigues (Orientadora) e Danilo André Cinacchi Bueno (Coorientador)**

**Departamento de Ciência da Informação/Curso de Arquivologia/IACS/Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística**

## **INTRODUÇÃO:**

Garantir a gestão, preservação e acesso aos documentos e informações produzidos pela administração pública, são deveres previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988 e regulamentados pela Lei Federal nº 8.159/1991, Lei Nacional de Arquivos e pela Lei Federal nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI). Para o atendimento desses dispositivos legais, os entes federativos, em suas diferentes esferas e níveis de poder, devem formular soluções normativas e metodológicas para implementar essa política pública de gestão de documentos e arquivos. Especificamente no âmbito municipal, o Conselho Nacional de Arquivos ressalta que dos 5.568 municípios, apenas uma pequena parcela possui arquivos públicos municipais instituídos, fato que também incide na falta de um Programa de Gestão de Documentos (PGD) instituído, levando ao descontrole da produção, classificação, tramitação, avaliação, preservação e acesso aos documentos de arquivo, problema ainda

vigente na administração pública municipal do país. Dessa forma, essa pesquisa, de natureza aplicada, tem por objetivo “elaborar os instrumentos de gestão de documentos e padronizar o sistema de protocolo da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói (SMF)”, uma das metas previstas no Projeto de Pesquisa PDPA 4408, “Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense”, coordenado pela Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues (Departamento de Ciência da Informação) e Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (Departamento de História). Também colaboram com o projeto, os seguintes pesquisadores: Leticia Souza da Costa Sampaio (Bolsista Mestrado CAPES), Natache Paes Cavalcanti Marques da Silva (Bolsista Mestrado CAPES), Roberta Nayara de Oliveira Pereira (Bolsista Mestrado CAPES), Pablo de Sousa Amorim da Silva (Arquivista).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O PGD-Niterói tem por finalidade garantir a interação sistêmica da rede de arquivos com os sistemas de protocolos da Prefeitura Municipal de Niterói, elaborando instrumentos de gestão de documentos (banco de dados de identificação arquivística, plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos) com que permitam a normatização de parâmetros para a produção, tramitação, classificação, avaliação e uso dos documentos de arquivo, incluindo a classificação do acesso na Secretaria Municipal de Fazenda (SMF), módulo piloto do Projeto PDPA 4408. Como resultados parciais, apontamos os seguintes procedimentos metodológicos desenvolvidas no PGD-Niterói: 1) Estudo sobre os fundamentos teóricos, legais e metodológicos da gestão de documentos e seus instrumentos; 2) Levantamento e estudo da legislação municipal que define a estrutura e atribuições da Secretaria Municipal de Fazenda (SMF) - Decreto Municipal nº 13.222/2019 - Regimento Interno da Secretaria Municipal de Fazenda, e Decreto Municipal nº 14.104/2021 - Regimento Interno da Secretaria Municipal de Fazenda; 3) Elaboração e validação de Formulário de Identificação de Órgão Produtor e de Tipos Documentais; 4) Estudo e preenchimento do Formulário de Identificação de Órgão Produtor com base no Regimento da SMF, para a identificação das atribuições (competência, funções, atividades) reconhecidas no texto legal nos níveis da estrutura administrativa; 5) Levantamento e estudo de 135 processos administrativos produzidos por 21 áreas identificadas na SMF; 6) Leitura, análise e

preenchimento de formulários de identificação de tipologias documentais da SMF (135 formulários preenchidos); 7) Cadastro das atribuições e estruturas de 21 áreas, bem como as características dos 135 processos administrativos (tipos documentais) identificados na SMF no Sistema de Identificação de Tipologia Documental (Acordo de Cooperação Técnica e Científica firmado no âmbito do Projeto PDPA 4408, para o uso do Sistema de Identificação de Tipologia Documental – SITD/APERJ/PMN/UFF); 8) Realização de entrevistas com os gestores para validação da denominação dos tipos documentais, tramitação, prazos de guarda e destinação, bem como a classificação de acesso (dados pessoais e sigilo, de acordo com a LAI) no SITD. 9) Leitura e identificação da legislação informada nos 135 processos administrativos e pelos gestores, realizando estudos comparativos de prazos de guarda com tabelas de temporalidade de documentos da Prefeitura Municipal de Santos (SP), de São Paulo (Capital) e de Natal (RN).

## **CONCLUSÕES:**

Percebe-se que com essa experiência de pesquisa aplicada, o PGD-Niterói irá proporcionar aos cidadãos e servidores de Niterói documentos públicos controlados desde o momento da produção até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente), contribuindo para a eficiência, racionalização, prestação de contas e acesso à informação, com instrumentos técnicos seguros e com rigor técnico e científico.

## **AGRADECIMENTOS:**

Gostaríamos de agradecer à Profa. Ana Célia Rodrigues e ao Prof. Paulo Knauss de Mendonça pela oportunidade de podermos participar do projeto, bem como ao Prof. Danilo A. C. Bueno pela orientação da pesquisa na SMF. Também queremos agradecer à Secretaria da Fazenda do Município de Niterói e, em especial, Fabiana Chianello, coordenadora de Documentos e Processos, bem como os gestores das 21 áreas da SMF. Agradecemos também à Prefeitura de Niterói e à Universidade Federal Fluminense pelo financiamento do projeto através do Programa PDPA.

